UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

*A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa
em Ouricuri (sertão pernambucano)*

PAULA CAMARGO

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

*A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa
em Ouricuri (sertão pernambucano)*

PAULA CAMARGO

Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre na
área de Geografia Humana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria de Marcos

São Paulo

2015

VERSÃO CORRIGIDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C172f Camargo, Paula
 A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais
 condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão
 pernambucano) / Paula Camargo ; orientador Valéria
 de Marcos. - São Paulo, 2015.
 405 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. Campesinato. 2. Ferrovia Nova Transnordestina.
 3. Logística. 4. Conflitos. 5. Sertão Pernambucano.
 I. Marcos, Valéria de, orient. II. Título.

Ficha de aprovação

Autora: Paula Camargo

E-mail: paulafori@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria de Marcos

Título: *A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano)*

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____

*À Teresa e ao Luís,
à minha tão amada mãe,
às belas amizades,
com amor dedico.*

AGRADECIMENTOS

À Valéria, pela confiança e leitura atenta. Pelo incentivo e exemplo, inclusive na militância.

À Prof^a Isabel Alvarez e ao Prof. Ariovaldo Oliveira, por suas contribuições no exame de qualificação, momento importantíssimo dessa jornada.

A todos e todas com quem me relacionei durante o trabalho de campo em Ouricuri. Aos funcionários da DILIC/IBAMA, que tão bem me receberam durante as pesquisas documentais. Aos colegas da consultoria, também indignados com a realidade posta.

Às famílias – minha e do Luís, meu companheiro – que aproveitaram a companhia da Teresa, minha filha, durante os meus estudos.

Às belas amizades que estiveram comigo em todos os momentos, sobretudo nessa reta final. Vocês sabem o quanto são importantes para mim. A escrita dos agradecimentos nesse momento de amparo e companheirismo me emociona, e muito.

Enfim, à Teresa e ao Luís, por cada palavra, gesto e incentivo. Amo vocês.

Esta pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Caminhando na mata,
como matuto que sou,
vou matutando sobre vida
e sobre o que a transcende...
É melhor caminhar e
às vezes se perder,
do que nunca ter caminhado.

(Burguivol Alves)

RESUMO

Camargo, Paula. A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano). 409f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

A presente dissertação aborda o papel da expansão da rede ferroviária e seus impactos numa formação territorial particular. O estudo em questão se insere num debate da Geografia Agrária e indica elementos para relacionar a modernização da rede de transporte com as transformações das formas de se produzir.

As vias férreas para circulação de mercadorias voltaram a ganhar centralidade nas políticas públicas formuladas no Brasil neste início de século XXI. A atual expansão das malhas ferroviárias tem sido pautada pelo processo de mundialização da agricultura brasileira, bem como de intensificação da exploração mineral. Decorrem, portanto, das necessidades da reprodução capitalista contemporânea. Nesse processo atuam, também, as companhias concessionárias que obtiveram o direito de exploração das malhas ferroviárias mediante sua privatização, na década de 1990, além das próprias construtoras.

Em consonância com a lógica capitalista, as novas vias de circulação são consideradas de utilidade pública e atravessam, após questionáveis processos de licenciamento ambiental, frações territoriais de comunidades rurais que, em geral, pouco ou nada são beneficiadas por este símbolo de desenvolvimento e modernização. Além disso, as vias férreas tendem a provocar o aumento da renda da terra, acentuando ainda mais os conflitos fundiários, cujo ápice se realiza através da legitimação legal das desapropriações parciais.

Para a compreensão de tais processos, definimos como objeto de pesquisa a Ferrovia Nova Transnordestina, em construção no Nordeste, e o município de Ouricuri/PE, como recorte espacial para um estudo de caso. Deste modo, as pesquisas de campo foram intercaladas com estudo bibliográfico sobre a formação territorial do Nordeste e da área de estudo. Visamos, assim, analisar criticamente o desenvolvimento ferroviário como parte constitutiva do desenvolvimento do modo capitalista de produção e, por meio dele, processos de reprodução do campesinato ali presente.

A Ferrovia Nova Transnordestina vem se constituindo como elemento importante para o entendimento das contradições dos processos mais amplos de desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas. Contudo, a realidade do campo em Ouricuri mostrou-se ainda mais complexa e conflituosa diante de outros elementos: as velhas e novas relações vinculadas ao enfrentamento e à convivência com a seca, a introdução de políticas estatais sociais de profundo impacto local e o intenso processo de parcelamento da área agropecuária naquele município. Nossa pesquisa passou, assim, a incorporá-los como elementos decisivos da reprodução camponesa em Ouricuri, deslocando, ao menos para o atual momento, a centralidade da Ferrovia Nova Transnordestina e da tendência às transformações socioterritoriais a ela associadas.

Palavras-chave: Campesinato. Ferrovia Nova Transnordestina. Logística. Conflitos. Sertão Pernambucano.

ABSTRACT

Camargo, Paula. Nova Transnordestina railroad amid current conditions of peasantry reproduction in Ouricuri (Pernambuco's hinterland). 409f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

This dissertation examines the expansion of the railroad network, and its impacts in a particular territorial formation. It indicates elements to connect the modernization of the transport network and the changes in the modes of production; taking into consideration the existing debate in Agrarian Geography.

Since the beginning of the 21st century, railroads have returned to the center of public policies related to circulation of commodities in Brazil. The current expansion of railroad networks is guided by the globalization of Brazilian agriculture, as well as the intensification of mineral exploitation. These railroads are a direct result of contemporary capitalist reproduction's needs. Concessionaries, who have acquired the right to explore railroad networks as a result of privatization in the 1990's, together with large construction companies also have a role in such reproduction process.

In line with the capitalist logic, new circulation routes are seen as public utilities. Based on questionable licensing processes, they end up crossing the territory of rural communities that are little or not at all benefited from what is considered a sign of development and modernization: the railroad. Moreover, railroads tend to increase land rent, therefore increase land tenure conflicts, and result in the legal legitimization of partial expropriations.

To comprehend and discuss such processes, this study looks at the case of the *Nova Transnordestina* railroad, under construction in the Brazilian Northeast, and the municipality of Ouricuri, in Pernambuco state. In order to critically analyze the railroad development as a constitutive part of the capitalist mode of production and hence the processes that reproduce peasantry in the region, the methodological approach interspersed field research and literature review on territorial formation of the Northeast and the specific region of study.

The *Nova Transnordestina* railroad has constituted itself as an important element to the understanding of the contradictory processes of capitalism development and its productive forces. Nevertheless, the reality in Ouricuri appears to be more complex and conflictive due to additional elements, such as: the former and new relations that are associated to coping and living with drought; the introduction of social policies with deep local impact; and the intensively subdivision of agricultural land in the municipality. Therefore, this research regarded those elements as fundamental to understand local peasantry reproduction in Ouricuri, displacing, for now, the centrality of the *Nova Transnordestina* railroad to current transformation tendencies associated to it.

Keywords: Peasantry. Nova Transnordestina railroad. Logistics. Conflicts. Pernambuco hinterland.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE MAPAS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE ANEXOS	16
LISTA DE SIGLAS	17
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	33
1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS	42
1.1. A ascensão do algodão e a instabilidade da produção açucareira	47
1.2. A produção cafeeira e a consolidação da centralidade econômica no Centro-Sul	53
1.3. O Nordeste em meio à acentuação das disparidades regionais no século XX	59
1.4. O Nordeste como “problema nacional”: redenção ao planejamento	65
1.4.1 As tensões sociais no campo nordestino e o temor nacional aos movimentos camponeses	68
1.4.2 A criação da SUDENE e o planejamento estatal.....	78
2. CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E DO LATIFÚNDIO EM OURICURI/PE, NO SERTÃO PERNAMBUCANO	96
2.1. Formação territorial da porção ocidental do sertão pernambucano.....	98
2.2. Especificidades da questão agrária em Ouricuri/PE.....	120
2.2.1. Relações de produção.....	140
2.2.2. Utilização das terras	150
2.2.3. Estrutura, tecnologia e maquinário nos estabelecimentos agropecuários.....	174
2.2.4. Despesas, dívidas e acesso ao crédito	182
3. REPRODUÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO	196
3.1. Água – o velho e o novo no “Nordeste”.....	199
3.2. A reprodução da produção pelo Estado.....	221
4. CIRCULAÇÃO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: VIAS FÉRREAS E SUA RELAÇÃO COM TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS	232
4.1. Breve histórico e abordagens do desenvolvimento ferroviário no Brasil	238

4.2. Das primeiras ferrovias no Nordeste à formação da malha nordestina e sua concessão à CFN.....	274
4.2.1. O Projeto Nova Transnordestina: acirrando contradições	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	342

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regionalização do Nordeste em quatro regiões geográficas	45
Figura 2 – Sistema Adutor do Oeste.....	214
Figura 3 – Estradas de ferro na Europa em três momentos (1840, 1850, 1880)	240
Figura 4 – Ferrovias vinculadas à VALEC (2014).....	266
Figura 5 – Malha ferroviária no Brasil (1870)	268
Figura 6 – Malha ferroviária no Brasil (2011)	269
Figura 7 – Mapa ferroviário do Nordeste, segundo período de inauguração dos trechos (1858-1946)	278
Figura 8 – Projeto de interiorização da Estrada de Ferro Recife ao São Francisco – Una/PE (Palmares) a Boa Vista/PE (1874)	279
Figura 9 – Carta da ferrovia do Limoeiro com destaque à listagem dos engenhos de açúcar dos municípios atravessados	281
Figura 10 – Charge de meados do século XIX retrata a Estrada de Ferro Central de Pernambuco	283
Figura 11 – Projeto de traçado para a Ferrovia Nova Transnordestina (2004)	292
Figura 12 – Casas de moradores junto às obras para a construção da Ferrovia Nova Transnordestina, Trecho Missão Velha/CE a Salgueiro/PE (2007)	298
Figura 13 – Mapa das comunidades do Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE apresentado no PBA (2008).....	301
Figura 14 – Território e territorialização da produção da soja (2006).....	304
Figura 15 – Localização indicativa de grandes polos geradores de carga.....	305

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Traçado da Ferrovia Nova Transnordestina	22
Mapa 2 – Ferrovia Nova Transnordestina: Trecho entre Salgueiro/PE e Trindade/PE..	32
Mapa 3 – Divisão política e geográfica segundo mesorregiões, microrregiões e municípios, Estado de Pernambuco.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número e área (ha) dos estabelecimentos agropecuários, Brasil, 2006	34
Gráfico 2 – Número e área de estabelecimentos agropecuários com menos de 100 ha, Brasil, Nordeste e Pernambuco, 1970/2006	93
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970/2006), Pernambuco	94
Gráfico 4 - Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970/2006), Pernambuco	94
Gráfico 5– Número total de estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006	121
Gráfico 6 – Área total (ha) dos estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006	121
Gráfico 7 – Variação percentual do número e área total de estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006	122
Gráfico 8 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área em hectares, Ouricuri/PE, 1950-2006	124
Gráfico 9 – Área total (ha) ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-1980	124
Gráfico 10 – Percentual de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 ha e 100 ou mais ha, Ouricuri/PE, 1950-1980	125
Gráfico 11 – Número total de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, Ouricuri/PE, 1950-2006	131
Gráfico 12 – Área (ha) ocupada por condição do produtor, Ouricuri/PE, 1950-2006 .	132
Gráfico 13 – Área e número percentuais dos estabelecimentos agropecuários com 100 ou menos hectares, municípios da Zona do Sertão do Araripe, 1950	133
Gráfico 14 – Número de pessoal ocupado por condição do produtor segundo municípios da microrregião de Araripina, 1995/1996.....	143
Gráfico 15 – Utilização da terra agropecuária, Brasil, 1970-2006 (%).....	151
Gráfico 16 – Utilização da terra agropecuária, Pernambuco, 1970-2006 (%)	151
Gráfico 17 – Área total dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra, Pernambuco, 1970-2006 (Hectares)	153
Gráfico 18 – Utilização das terras por zonas fisiográficas, Pernambuco, 1950 (Percentual).....	155
Gráfico 19 – Regiões fisiográficas segundo utilização das terras, Pernambuco, 1950 (Percentual).....	156
Gráfico 20 – Principais produtos agrícolas cultivados segundo valor da produção, municípios selecionados do Estado de Pernambuco, 1955 (Cr\$).....	158
Gráfico 21 – Principais produtos agrícolas cultivados segundo volume da produção municípios selecionados do Estado de Pernambuco, 1955 (Tonelada).....	158

Gráfico 22 – Lavouras temporárias segundo quantidade produzida, Ouricuri, 1999-2012	162
Gráfico 23 – Lavouras temporárias segundo área plantada, Ouricuri, 1999-2012.....	163
Gráfico 24 – Lavouras temporárias segundo área plantada e colhida, Ouricuri, 1999-2012	165
Gráfico 25 –Variação entre área plantada e área colhida, Ouricuri, 1990-2012	166
Gráfico 26 – Número de estabelecimentos com uso de agrotóxico em Pernambuco e mesorregiões, 2006.....	180
Gráfico 27 – Número de estabelecimentos com uso de agrotóxico ¹ por microrregião da mesorregião do Sertão Pernambucano, 2006	181
Gráfico 28 - Percentual de estabelecimentos agropecuários conforme despesa realizada no ano -Brasil, Nordeste, Pernambuco e Ouricuri/PE, 2006.....	185
Gráfico 29 – Valor das despesas realizadas pelo estabelecimento no ano - Brasil, Nordeste, Pernambuco e Ouricuri/PE, 2006 (Percentual)	186
Gráfico 30 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, segundo as mesorregiões do estado de Pernambuco, 2006	188
Gráfico 31 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, segundo as microrregiões do Estado de Pernambuco, 2006.....	189
Gráfico 32 – Recursos monetários totais destinados aos favorecidos, Ouricuri/PE, 2007-2013	224
Gráfico 33 – Área plantada para produção de milho em grão, por safra, Estados e Distrito Federal, 2012 (Hectares)	228
Gráfico 34 – Quantidade produzida de milho em grão, por safra, Estados e Distrito Federal, 2012 (Toneladas)	228
Gráfico 35 – Extensão da malha ferroviária nacional, 1854-2004 (km)	270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas realizadas	30
Quadro 2 – Desestatização das malhas da RFFSA.....	260
Quadro 3 – Principais características da malha sob a concessão da Transnordestina Logística S.A. (TLSA)	288
Quadro 4 – Conflitos relacionados à Ferrovia Nova Transnordestina segundo Relatório Conflitos no Campo Brasil / CPT, 2006-2013	320

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e área de estabelecimentos agropecuários com cultivo de cana-de-açúcar, Brasil e unidade da federação, 2006	90
Tabela 2 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo classificação por módulo fiscal ¹ , Brasil, Nordeste, Pernambuco, Microrregião de Araripina e Ouricuri, 2006.....	126
Tabela 3 – Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras, Pernambuco, Microrregião de Araripina e Ouricuri/PE, 2006.....	129
Tabela 4 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo variação entre 1940-1980, região de Ouricuri	135
Tabela 5 – Área média (ha) dos estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área, Ouricuri/PE, 1950-2006	135
Tabela 6 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área, Ouricuri/PE, 1950-2006.....	136
Tabela 7 – Pessoal ocupado por condição do produtor segundo municípios e total da microrregião de Araripina, 1995/1996	143
Tabela 8 – Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra (hectares) e variação, Pernambuco, 1970-2006 (Percentual).....	154
Tabela 9 – Lavouras temporárias segundo área plantada, Ouricuri, 2003-2012	163
Tabela 10 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, por grupos de área total, Ouricuri/PE, 2006	190
Tabela 11 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, por grupos de atividade, Ouricuri/PE, 2006	191
Tabela 12 – Balanço geral da Operação Carro-Pipa, segundo atendimentos prestados pelo Governo Federal e Estaduais, 2014	218
Tabela 13 – Projeto Nova Transnordestina segundo a extensão (km) dos trechos componentes	294

Tabela 14 – Ferrovia Nova Transnordestina – Recursos financeiros segundo a fonte provedora.....	307
---	-----

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Mapa Área abrangida pelo semiárido, Brasil, 2005

Anexo B – Mapa de Distribuição do Desmatamento no Bioma Caatinga de 2002 à 2008

Anexo C – Contrato de concessão da Malha Nordeste à Companhia Ferroviária do Nordeste (1997)

Anexo D – Documentos enviados Sistema Nacional de Defesa Civil em decorrência dos efeitos da seca (2013)

Anexo E – Licença de instalação n. 548/2008 – Retificação – Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE (2008)

Anexo F – Registro fotográfico do Trabalho de Campo

LISTA DE SIGLAS

AAPIO	Associação de Apicultores de Ouricuri
ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
ALL	América Latina Logística Operações Ferroviárias
ANTF	Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários
ANTT	Associação Nacional de Transportes Terrestres
ASA	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas
CEDAL	Centro de Estudios Democráticos de América Latina
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste
CHAPADA	Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODECIPE	Comissão de Defesa Civil de Pernambuco
CODENO	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
COMAPE	Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária Trópico Semi-Árido
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRC	Companhia de Revenda e Colonização
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEPA	Departamento de Poços e Açudagem
DMATE	Declaração Municipal de Atuação Emergencial
DNEF	Departamento Nacional de Estradas de Ferro
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFB	Estrada de Ferro Baturité
EFCP	Estrada de Ferro Central De Pernambuco
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EVTEA	Estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental
FCA	Ferrovia Centro-Atlântica
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FEPASA	Ferrovia Paulista S. A.
FETAP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FICO	Ferrovia de Integração Centro-Oeste
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINOR	Fundo do Nordeste do Brasil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTC	Ferrovia Tereza Cristina
GEPA	Grupo Executivo da Produção de Alimentos
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
ITERPE	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco
KM	Quilômetro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRS	Malha Regional Sudeste
OCP	Operação Carro-Pipa
ONG	Organização Não Governamental
P1+2	Programa uma terra e duas águas
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Produção Agrícola Municipal
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDHC	Projeto Dom Helder Camara
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPGH	Programa de Pós Graduação de Geografia Humana
PPP	Parceria Público Privada
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAAP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
TC	Território da Cidadania
TGI	Trabalho de Graduação Individual
TKU	Tonelada por Quilômetro Útil
TLSA	Transnordestina Logística S.A.
TU	Tonelada Útil
UDN	União Democrática Nacional
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
VALEC	VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

APRESENTAÇÃO

O estudo das transformações e dos conflitos no campo em Ouricuri/PE está associado à ampliação da malha ferroviária no Nordeste brasileiro pelo Projeto Nova Transnordestina.

As pesquisas realizadas na graduação em Geografia, na Universidade de São Paulo, remeteram-me ao estudo dos conflitos no campo, dos movimentos socioterritoriais e, portanto, à tentativa de compreensão das transformações no campo à luz da luta de classes pela propriedade da terra e de suas relações de produção¹. Naquele momento, foi necessário identificar os processos que levam à permanência significativa de relações de produção não capitalistas, principalmente aquela caracterizada pelo trabalho familiar, peculiar à produção camponesa, além de outras formas, como a produção coletivista.

No período que se seguiu à entrega do Trabalho de Graduação Individual, entre setembro de 2010 e março de 2012, envolvi-me profissionalmente no acompanhamento e na execução dos programas sociais do projeto chamado “Nova Transnordestina”, um complexo logístico, em construção, composto por portos, terminais e 1728 km de malha ferroviária.

A ferrovia atravessa o estado do Ceará no sentido Norte-Sul, o estado de Pernambuco no sentido Leste-Oeste, e segue até o sudoeste do Piauí, onde está previsto um porto seco no município de Eliseu Martins/PI, conforme o Mapa 1. Além deste porto, são previstas obras de ampliação nos portos marítimos de Suape, sob o controle do estado de Pernambuco, e Pecém, porto público administrado pela Companhia de Docas no Ceará.

¹Paralelamente às pesquisas realizadas nas disciplinas do curso, realizei em 2001-2002 a Iniciação Científica no projeto integrado “Distribuição Territorial das Atividades Econômicas e Desenvolvimento Regional no Estado de São Paulo”, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Sandra Lencioni (DG-USP); em 2005, integrei a equipe do “Projeto Participativo e Organização Sócio Territorial do Assentamento Rural Dom Tomás Balduino”, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Luis Nunes Ronconi (FAU-USP), na condição de bolsista da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Em 2010, defendi o Trabalho de Graduação Individual - TGI, intitulado “*Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paracity/PR*”, sob a orientação da Prof^a Dr^a Marta Inêz Medeiros Marques (DG-USP).

Mapa 1 – Traçado da Ferrovia Nova Transnordestina

Constava nos esboços iniciais do projeto e, inclusive, no primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que a ferrovia Transnordestina seria também voltada ao transporte de passageiros (DNIT, 2004); no entanto, definiu-se posteriormente que sua construção destinava-se exclusivamente ao transporte de cargas, especialmente agrícolas e minerárias.

Os programas sociais, por sua vez, cuja execução era responsabilidade da empresa em que eu era contratada assalariada, eram ações previstas nas Licenças de Instalação emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)². Desta forma, pude intercalar momentos de escritório, em São Paulo, sistematizando as queixas e denúncias das famílias afetadas pela obra, com a realização de três trabalhos de campo, que tiveram a duração de uma semana cada, nos quais pude observar e testemunhar os conflitos então relatados.

Neste sentido, o ingresso neste Programa de Pós Graduação de Geografia Humana foi motivado pela inquietude de compreender, ao menos em parte, as perguntas com as quais passei a me confrontar a partir do contato direto com comunidades rurais do sertão pernambucano atingidas pelo projeto Nova Transnordestina.

A experiência que vivenciei na empresa de consultoria ambiental, especificamente ao trabalhar no acompanhamento da execução dos programas sociais previstos pelos estudos ambientais, não é, por mim, positivada. Tenho ciência das limitações de tais “ações sociais” e constatei como essa relação empreendedor-consultoria ambiental-instituições governamentais é próxima e, neste caso, amistosa por retroalimentar interesses complementares.

Contudo, ter visto o processo “de dentro” do sistema possibilitou o acesso a informações e o contato com questões e impasses exclusivos de quem ocupa tal posição, desconfortável para mim desde o início.

Como integrante da equipe de consultoria socioeconômica, ao mesmo tempo em que me deparava com a atuação negligente dos governos estaduais e do empreendedor, passei também a tomar conhecimento de “conquistas” advindas da pressão social sobre

² Trata-se de mais de uma licença em razão de a aprovação e instalação do projeto Nova Transnordestina estar ocorrendo mediante sua separação em trechos. Assim, já foram conduzidos até o momento cinco processos de licenciamento ambiental; são independentes e exclusivos aos trechos da malha ferroviária, desconsiderando sua vinculação com a construção de terminais e ampliações nos portos.

o setor hidroelétrico, como é o caso liderado pelo Movimento de Atingidos por Barragens. Por meio dessa luta, por exemplo, chegou-se à conceituação, em termos da lei, do que seria “atingido” nos empreendimentos de geração de energia elétrica e dos procedimentos para a realização do Cadastro Socioeconômico, conforme o Decreto nº 7.342/2010³ e a Portaria Interministerial nº 340/2012⁴.

Dessa forma, passamos a testemunhar que os “atingidos” da Nova Transnordestina estavam recebendo tratamento igual, ou pior, àquele destinado aos atingidos pelas obras hidroelétricas na década de 1980.

As resistências e o enfrentamento dos conflitos gerados ao longo da história do desenvolvimento ferroviário no Brasil deram-se de forma dispersa e reivindicatória em relação aos conflitos oriundos da desapropriação. Em 2007, foi criado o movimento Justiça nos Trilhos, que vem se destacando por suas denúncias e pressões frente ao impacto da empresa Vale nos estados do Pará e do Maranhão.

A inexistência de uma mobilização nacional está diretamente associada ao fato de que, em termos históricos, é recente a retomada dos investimentos públicos e privados em ampliação da malha ferroviária no Brasil. É provável que, por isso, inexistam tratativas e procedimentos legais específicos a esse tipo de empreendimento, tal qual existem para as populações atingidas por barragens⁵.

³ Esse decreto institui o cadastro socioeconômico voltado à população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, além de outras providências.

⁴ A portaria, por sua vez, traz como objetivo “Art. 1º Estabelecer competências e procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010” (BRASIL, 2012).

⁵ Para entender as diferenciações entre as mobilizações decorrentes da construção de barragens ou ferrovia é necessário atentarmos para dois aspectos. O primeiro diz respeito aos momentos históricos em que houve concentração de obras de barragens e obras ferroviárias. Assim, enquanto o desenvolvimento ferroviário mais recentemente voltou a ter sua malha ampliada de forma significativa, conforme trataremos no Capítulo 4, as grandes barragens começaram a ser construídas a partir da década de 1950 e, desde então, se proliferam por todo o território brasileiro. O segundo aspecto diz respeito à caracterização física distinta entre cada tipo de obra. Deste modo, as obras ferroviárias são, necessariamente, obras lineares que ocupam uma estreita faixa, de até 100 metros a depender da infraestrutura de apoio, por longas extensões de terra que atingem grande número de estabelecimentos, cujas características fundiárias, de usos e relações de produção são, em geral, distintas. As barragens, por sua vez, são empreendimentos pontuais que concentram o impacto nas bacias hidrográficas envolvidas. Envolvem, normalmente, menor diversidade de uso e ocupação das terras, provocando, porém, profundo impacto em cada um dos estabelecimentos atingidos.

Ademais, a população atingida é tratada apenas como alvo de desapropriação e todos os impactos decorrentes têm sido desconsiderados pelos governos estaduais e o federal, bem como pelo empreendedor, já que a conduta até o momento está supostamente amparada na legislação vigente, incluindo os próprios procedimentos que têm levado aos processos de expropriação ali em curso⁶.

É sob os alicerces da legislação que trata da desapropriação no Brasil que a liberação da faixa de domínio⁷ para a ferrovia Nova Transnordestina tem desconsiderado diversos aspectos para que as populações residentes, principalmente aquelas de baixa renda e composta por idosos, possam se restabelecer nas porções de terra não atingidas de sua propriedade.

Identificamos os conflitos envolvendo as obras da Transnordestina S.A. agrupando-os entre aqueles supostamente temporários, pois tendem a cessar com a finalização das obras, e aqueles permanentes, que o IBAMA denomina de passivos socioambientais. Nesta pesquisa, consideramos como principal conflito a necessidade de liberação da faixa de domínio e a desapropriação da área sobreposta, até então pertencente aos estabelecimentos.

Ao longo dos mais de 1,7 mil km de ferrovia, não verificamos a existência da necessidade de desapropriação total, como é comum nos casos nas obras de barragem. No entanto, é aí que reside a complexidade que se tornou ainda mais conflituosa. Se, por um lado, não havia necessidade de reassentamento, por outro, deveria haver, conforme determinação das próprias licenças ambientais, a obrigatoriedade de que fossem elaborados estudos de viabilidade para orientar outras formas de indenização e redução dos impactos provocados em cada um dos estabelecimentos atingidos.

Desse modo, a realidade por mim vivenciada na consultoria ambiental, mais que suscitar inquietudes, também reforçou dilemas profissionais acerca dos limites e possibilidades de “ser/atuar como geógrafa”.

⁶ O Governo Federal e os governos estaduais envolvidos se pautam nas legislações sobre desapropriação, principalmente no Decreto nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

⁷ A faixa de domínio das ferrovias é constituída pela largura dos trilhos, obras de arte e faixa lateral de segurança, e delimitada por cercas que as separam das propriedades por ela fracionadas.

Os conflitos com os quais trabalhamos no presente estudo foram promovidos ou potencializados pelo “desenvolvimento ferroviário”, ainda propagado como promotor de melhoria econômica e social. As violações sofridas pelos camponeses poderiam facilmente ser denunciadas como agressões aos direitos humanos, e expõem a face violenta do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Dessa forma, a partir de trabalhos de campo, principalmente em Ouricuri, município no noroeste do Estado de Pernambuco, a pesquisa ora apresentada pretende compreender os processos atrelados à reprodução camponesa, incluindo suas contradições, as possibilidades e os impasses vivenciados pelos sujeitos sociais implicados nas transformações socioterritoriais.

Observar, entrevistar, coletar dados, organizar e sistematizar o conhecimento acumulado e, principalmente, analisar e refletir acerca dessa inquietante realidade poderá, quiçá, incrementar a luta dos camponeses-proprietários e camponeses-posseiros atingidos.

Vivenciar, portanto, função tão ambígua no desempenho simultâneo das atividades de pesquisadora e profissional levou-me a alterar de forma significativa as temáticas então abordadas no desenvolvimento do TGI. Contudo, esta pesquisa manteve a aspiração do entendimento das contradições do campo brasileiro, das relações e embates de classe, bem como das estratégias de reprodução do campesinato, sujeito este que se mostra resistente à expansão da lógica capitalista no campo.

As questões norteadoras desta pesquisa caminham na direção de perceber o sentido das transformações e dos conflitos no campo associados ao projeto Nova Transnordestina, de modo a compreender a reprodução do campesinato nesse novo contexto, bem como a ocorrência contraditória, em meio ao desenvolvimento capitalista, de processos de recriação camponesa na porção noroeste do sertão pernambucano.

Ao longo desse processo de estudo me deparei com dificuldades comuns às pesquisas que se propõem a estudar conflitos ainda em curso, acirrados por projetos de infraestrutura em processo de implantação.

Verifiquei em campo que as obras para a construção da ferrovia, de um lado, e a desapropriação compulsória parcial das terras ao longo do traçado no sertão pernambucano, de outro, vêm fragmentando os diferentes tipos de territorialização, seja daqueles da territorialização camponesa (pequenos proprietários de terra, posseiros e agregados), seja daqueles da territorialização do capital (que podem chegar a reunir em um só sujeito a figura de proprietário da terra e do capitalista) e de grandes propriedades improdutivas.

A fragmentação das propriedades nos leva a indagar a existência de alterações quanto às distintas formas de territorialização ali existentes, analisando o momento anterior e atual no que se refere às obras, assim como as estratégias que vêm sendo criadas para o momento de funcionamento da ferrovia. Particularmente para as famílias camponesas, são três as principais consequências, a saber: os impactos durante as obras, provavelmente temporários; a inserção de obstáculo físico alterando a mobilidade dos moradores e de suas criações, o que gera implicações nas relações de vizinhanças e comunitárias; bem como a expropriação de parte de seus meios de produção sem o devido restabelecimento dos mesmos.

No tocante às questões vinculadas à desapropriação direta, cabe aqui destacar o quanto a instalação das cercas da faixa de domínio da ferrovia executada por esses empreendimentos dificultam ou interrompem os acessos, caminhos e atalhos que antes permitiam aos moradores chegarem até os locais de onde retiram a água para consumo próprio e/ou dos animais, além de dificultar o acesso às pastagens e à vizinhança.

Ao longo de todos os trechos que compõem a Ferrovia Nova Transnordestina, a desapropriação se deu “apenas” parcialmente. Ou seja, nas análises dos laudos de

desapropriação verificamos que nenhuma propriedade foi desapropriada em sua totalidade. Isso, porém, não significa que a desapropriação não tenha comprometido a possibilidade de reestruturação produtiva, apenas para mencionarmos o aspecto da produção, seja da agricultura capitalista ou camponesa.

Além desse aspecto, verificamos que as interrupções de acessibilidade ocorrem dentro e fora das propriedades. Internamente quando, por exemplo, as famílias são obrigadas a percorrer distâncias bem maiores do que antes para chegar às áreas de sua propriedade que foram cortadas pela ferrovia. Para acessar a área que se encontra do outro lado, é necessário utilizar uma das passagens, em nível ou em túnel, projetadas para existir a cada, no mínimo, 3 km⁸. Por sua vez, os acessos externos podem ser inviabilizados quando a ferrovia se apresenta entre a propriedade rural e a área central da comunidade ou mesmo cidade. Nesse caso, a ferrovia intercepta estradas que eram referências para o trânsito local no campo e, conforme dito acima, nem sempre há substituição das vias afetadas, tampouco construção de estruturas, como pontes, para que o fluxo continue a ocorrer como antes. Para o empreendedor, ou mesmo para os governos estaduais responsáveis pelo dimensionamento das desapropriações, essas mudanças no cotidiano das comunidades são pouco consideradas. No entanto, repercutem diretamente na dinâmica da vida em comunidade, comprometendo de distintas formas e intensidade a continuidade do usufruto dos meios de produção fundamentais à sua reprodução, bem como as relações de vizinhança.

Essa perspectiva de análise cria, pois, condições para relacionar as informações e vivências de campo com a interpretação de documentos e leitura de uma bibliografia mais ampla. Relaciona, assim, a questão agrária às concepções de “desenvolvimento”, personificadas em ações, projetos e políticas direcionadas ao sertão pernambucano neste início de século XXI, tal qual o Projeto Nova Transnordestina.

Logo, a forma violenta como a ferrovia vem sendo introduzida na região parece explicitar um compromisso entre as ações do Estado, latifundiários e capitalistas, e dá continuidade, ainda que com nova roupagem, a um chamado “desenvolvimento regional”, tal qual é mencionado nos documentos da Companhia Siderúrgica Nacional – CNS (CSN, 2006;

⁸ O distanciamento entre as passagens é pautado pelo interesse da companhia ferroviária em evitar, o máximo possível, redução de velocidade dos trens. Ou seja, a cada interseção com passagem em nível o trem deveria reduzir a velocidade, o que afetaria o tempo de viagem.

2011). O Sertão permanece, contudo, sendo tratado como mais uma área a ser desenvolvida e alcançada pelo “progresso”, o que, para os empreendedores, é sinônimo de aumento do Produto Interno Bruto – PIB.

Ao mesmo tempo em que as atenções governamentais e dos empreendedores estão voltadas ao avanço das obras, segundo nossos levantamentos em campo e por meio de consulta ao judiciário, os conflitos e as questões decorrentes da desapropriação e das transformações nas relações sociais têm sido pouco discutidas pelos movimentos sociais ou sindicatos⁹.

Assim sendo, considero importante analisar, no momento da execução da implantação da ferrovia Nova Transnordestina, quais as transformações e como as famílias camponesas lidam com aquilo que conceitualmente definimos como “conflitos”. Em outras palavras, quais as estratégias buscadas pelos camponeses para se manter em suas frações territoriais, visto que estas compreendem contradições internas à produção familiar e externas.

CAMINHOS DA PESQUISA

O desenvolvimento dessa pesquisa se fez a partir da leitura bibliográfica sobre os temas abordados, levantamento e análise dos documentos relacionados à Ferrovia Nova Transnordestina, seleção e sistematização de dados dos censos agropecuários do IBGE, bem como por meio da realização de trabalhos de campo no sertão pernambucano.

A decisão para a definição do Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE (Mapa 2, p. 32) como recorte espacial dessa pesquisa deu-se em razão do estágio avançado das obras (etapa da superestrutura) e de contatos que tínhamos previamente no município de Ouricuri/PE. Tais contatos contribuíram para estabelecermos os primeiros contatos com unidades camponesas, organizações não governamentais e sindicatos.

Ademais, a restrição a um único município visou favorecer uma análise qualitativa e crítica de nosso “problema” de pesquisa. O mesmo procedimento foi

⁹ Verifiquei nos levantamentos em campo apenas algumas mobilizações pontuais, quase sempre motivadas por demandas específicas organizadas pelas respectivas associações comunitárias. Deste modo, os conflitos se configuram tornam cada vez mais invisíveis à sociedade como um todo.

adotado ao concentrarmos a realização da pesquisa em quatro comunidades (Fazenda Nova, Fazenda Tamboril, Sítio Gravatá e Sítio Estaca) visto que no município de Ouricuri há 26 comunidades que foram atravessadas pela ferrovia¹⁰. Além destas localizadas em Ouricuri/PE, consegui visitar uma localidade em Trindade/PE, município adjacente, que estava com pendência judicial em função de desacordos em relação ao processo de desapropriação.

Ademais, dos cinco trechos licenciados, somente dois deles, o de Missão Velha/CE a Salgueiro/PE e o de Trindade/PE a Salgueiro/PE, possuíam a autorização para construção em mais de 50% do traçado projetado, ou seja, em 2011 tinham 70% da área prevista liberada por meio de alvarás emitidos para o resgate dos depósitos. Tais trechos são também os mais antigos, cujas obras foram iniciadas de 2006 e 2009, respectivamente, em comparação aos demais.¹¹

Constituíram também importante contribuição à pesquisa, as observações de campo que realizei entre 2010 e 2012, período em que ainda trabalhava na consultoria ambiental, em todos os trechos do projeto Nova Transnordestina. Esta vivência possibilitou-me identificar semelhanças e particularidades ao longo do traçado.

A principal base para análise e reflexão foi, contudo, o trabalho de campo realizado durante vinte dias em julho de 2013, momento em que estive em cinco comunidades rurais e realizei entrevistas, em grande parte com permissão de gravação, em 13 instituições locais (Quadro 1).

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Instituição	Entrevistado(a)/Função
Instituto Federal Sertão – Sede em Ouricuri – IF Sertão-PE	Elvio Galdino (Coordenador Área Agropecuária)
Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA	Fernanda (Chefe do Escritório Local) e técnico ¹

¹⁰ São 103 comunidades diretamente afetadas ao longo do Trecho Trindade/PE a Salgueiro/PE.

¹¹ Ou seja, que foram aprovados perante os órgãos responsáveis, a partir de estudos de viabilidade econômica, estudo de impacto ambiental e obtenção das licenças para instalação. De todos eles, o trecho Missão Velha/CE a Porto Pecém/CE é considerado o mais atrasado, visto que as obras se restringem a menos de 10% do traçado total.

Instituição	Entrevistado(a)/Função
Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE ITERPE	João Willian (Gerente Regional Ouricuri)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR	Antônio Ferrinho Rosa (Presidente) e João Henrique (Delegado Sindical), Elenilza (Diretoria de Crédito Agrícola - responsável por intermediador projetos Agroamigo)
Agência de Defesa e Fiscalização de Pernambuco – ADAGRO	João Carlos Alves Siqueira – Carlinhos (Gerente Regional de Ouricuri)
Companhia Pernambucana De Saneamento – COMPESA	José Ranufo (Gerência) e Coordenador José Humberto; Francisco (Técnico)
Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – CAATINGA	Giovanne Xenofonte (Coordenador Geral)
Secretaria Municipal de Produção Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Ouricuri)	Paulo Pedro de Carvalho (Secretário Municipal)
Banco do Nordeste – BNB	Lorilândio e Flávio Alex (Assistente e Coordenador da Agência Ouricuri)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	José Geovan Lima de Siqueira (Chefe de Agência Ouricuri)

¹ Solicitou não ser identificado

Organização: Paula Camargo

Durante o campo de julho de 2013 participei também da II Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Ouricuri, em que estiveram presentes representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. O objetivo dessa reunião era definir quais ações poderiam compor o Plano Nacional Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS.

Realizamos, ainda, entre os dias 4 e 6 de agosto de 2014, pesquisa documental relativa ao licenciamento ambiental desta ferrovia, e entrevistamos a Coordenadora de Transportes da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC, Tatiana Veil de Souza.

Mapa 2 – Ferrovia Nova Transnordestina: Trecho entre Salgueiro/PE e Trindade/PE

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo em contexto mundializado, como processo desigual e combinado, traz à questão agrária especificidades e características ímpares às diferentes sociedades – a depender de sua formação econômico-social e da estruturação de sua base fundiária – redefinindo a divisão social e territorial do trabalho. A forma desigual do desenvolvimento das atividades econômicas sob o capitalismo é fruto do próprio processo de acumulação do capital, promovido em meio e a partir das lutas de classe e das disputas territoriais.

Esse processo ocorre de forma complexa e heterogênea, no tempo e no espaço. No Brasil, o processo histórico de apropriação privada da base fundiária do território, tal como se deu desde a colonização é, de certa forma e ainda hoje, causa maior das desigualdades sociais que colocam este entre um dos países com as maiores taxas de concentração fundiária do mundo.

O Brasil caracteriza-se por manter uma estrutura fundiária extremamente concentrada. De acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*, organizador do Censo Agropecuário 2006, os latifúndios, estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares, representam menos de 1% do total de estabelecimentos agropecuários do país, porém ocupam 45% da área total, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Número e área (ha) dos estabelecimentos agropecuários, Brasil, 2006

¹ O montante indicado como “Sem dado” refere-se à diferença em relação a 100% apresentada pelos dados disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA existente os dados do Censo Agropecuário.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Organização: Paula Camargo

No Gráfico 1, destaca-se também outro dado importante: o de que 86% do total de estabelecimentos com menos de 100 ha ocupavam, em 2006, somente 21% do total da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. O Censo de 2006 relevou, ainda, que houve aumento dos pequenos estabelecimentos em relação ao censo anterior, de 1995/1996, chegando a 4.448.751 estabelecimentos com menos de 100 hectares.

A constituição dessa estrutura fundiária e o aprofundamento das desigualdades entre as classes sociais têm como base o caráter rentista do capitalismo no Brasil, visto que a concentração da terra atua como processo de concentração de riqueza e, portanto, de capital (Oliveira; Faria, 2009).

Contraditoriamente, tal processo levou à formação do campesinato brasileiro como classe social, consolidado essencialmente ao longo das lutas travadas ao longo do século XX (Oliveira, 2007). É ele parte contraditória do modo capitalista de produção, em que a renda camponesa é sujeitada ao capital, por meio da subordinação do produto do trabalho camponês, em geral coletivo, visto que é realizado com uso da força de trabalho familiar.

No entanto, a criação e recriação desse campesinato fez-se em meio à luta pelo acesso à terra para transformá-la em terra de trabalho, fosse como camponês-proprietário, camponês-posseiro ou camponês-rendeiro.

A formação dos latifúndios se fez principalmente, ao menos a partir de 1850, no intuito de especular o preço da terra, de ter o patrimônio como reserva de valor. Para isso, avançou sobre novas áreas, “desterrando” camponeses, indígenas e quilombolas.

[...] É por isso que este camponês não é um camponês que na terra entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso a terra, é, pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso à terra. (Oliveira, 2007: 135)

Dessa forma, a formação socioterritorial brasileira tem na violência e nos conflitos sociais no campo uma de suas principais características. Se de fato houve e há migrações para os centros urbanos, há também a luta pela terra, para a conquista e manutenção do uso e da posse da terra.

Contudo, essa leitura é uma entre outras que analisam a agricultura e as relações de produção no Brasil. Oliveira (1987) identifica três grandes correntes de pensamento: 1) A que compreende que a inserção do modo capitalista de produção no campo se daria com processos que levariam à modernização do latifúndio e à destruição do campesinato por meio da diferenciação interna; 2) A que faz a leitura de que ainda permanecem no campo brasileiro relações feudais de produção, sendo o latifúndio e os camponeses resquícios em via de extinção; e 3) A que afirma a existência de processos de criação e recriação do campesinato e do latifúndio no seio do processo de expansão do capitalismo no campo.

A primeira corrente – da destruição do campesinato e da modernização do latifúndio, transformado em empresa – comporta dois caminhos de interpretação. Caio Prado Jr. (1979), por exemplo, define esse processo como “modernização conservadora”, visto que a implantação do modo capitalista de produção na agricultura se daria da mesma forma tal qual ocorreu na indústria, mantendo-se a estrutura social de classes, ou seja, proprietários dos meios de produção, inclusive da propriedade da terra, e assalariados. José Graziano, por sua vez, conceitua o processo como “modernização dolorosa”. Ambas as análises concordam em que, com o avanço das forças produtivas sobre a agricultura, “[...] ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres,

que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto.” (Oliveira, 2007: 9). Quanto ao latifúndio, este continuaria se modernizando, com a aquisição de tecnologias de ponta, até se equiparar às empresas capitalistas urbanas, transpondo sua lógica ao meio rural. Por isso, duas classes: a dos capitalistas, grandes ou pequenos, e a dos trabalhadores assalariados.

Nessa perspectiva, pensadores como Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin, Léo Huberman, Ricardo Abramovay, além dos dois anteriormente citados, são referências importantes que apontam que o campesinato e o latifúndio – como reserva patrimonial – estão em vias de extinção, visto que suas características não cabem no modo de produção capitalista (Oliveira, 2007: 9). Uma parte do campesinato seguiria a tendência de se transformar em camponeses ricos, e o latifúndio, por sua vez, em grande empresa capitalista. Os interesses de ambos se homogeneizariam e se contraporiam aos interesses dos trabalhadores assalariados, estes oriundos da outra parte do campesinato, constituída pelos mais pobres¹².

Para essa corrente, a tese da sujeição formal do trabalho ao capital se coloca como essencial. O camponês e o capital estabeleceriam uma relação semelhante à existente entre os assalariados industriais e o capital. Considerados praticamente como trabalhadores a domicílio, esses camponeses passam, segundo aqueles que seguem esta corrente, pela sujeição formal do trabalho ao capital.

A segunda corrente mencionada pode ser bem ilustrada, entre outros, pelos trabalhos de Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. Nesta, considera-se a constituição do feudalismo nas colônias (quando este sistema já se extinguiu na Europa) e sua permanência até os dias atuais no Brasil, simbolizando o atraso do campo em oposição ao setor urbano industrial. No Brasil, esse sistema feudal foi associado à existência de camponeses e do latifúndio – extensas sesmarias concedidas a uns poucos nobres de confiança, segundo os interesses da coroa – em meio às estruturas políticas tradicionais de dominação, como a exercida pela Igreja Católica sobre a regulação dos costumes da população, em consonância com a figura forte do

¹²A leitura da obra *‘A Terra e o Homem no Nordeste’* de Manuel Correia de Andrade (2008) traz indícios de seguir esta perspectiva para a compreensão da questão agrária brasileira.

senhor de engenho. Nesse sentido, a penetração do capitalismo no campo poderia, assim, levar a processos de separações, principalmente os relacionados à instituição da propriedade privada que transformam o camponês em produtor individual. Nesse caso, este fica rapidamente endividado e é levado a se desfazer de seus meios de produção, sendo, por fim, obrigado a vender o que lhe resta: sua força de trabalho. Desta forma, as relações capitalistas tenderiam a homogeneizar as relações de produção via assalariamento, o que favoreceria o rompimento das estruturas tipicamente feudais ou semifeudais que viabilizavam a dominação da colônia por parte das metrópoles. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

Para essa corrente de autores só uma reforma profunda das estruturas agrárias, principalmente por meio da divisão (distribuição) da terra, provocaria transformações. Ou seja, a sua estratégia política é definida: a luta camponesa e democrática deve acabar com os vestígios feudais na agricultura, destruindo o latifúndio e substituindo-o pela propriedade camponesa ou capitalista. (Oliveira, 2007, p. 10-11)

Por fim, a terceira corrente, perspectiva a partir da qual este trabalho se baseia, contrapõe-se às leituras da teoria clássica que homogeneizam as relações no campo, assim como enxergam aquilo que destoa como resquício a ser superado pelo processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. A análise, nessa terceira corrente, é feita a partir do materialismo histórico dialético, permitindo compreender o desenvolvimento do modo de produção como contraditório, o que se expressa, por exemplo, nas relações de produção que, combinadas ou não, podem ser capitalistas e não capitalistas. Assim, ainda que caracterizados como exemplos de relações não capitalistas de produção, o campesinato, bem como o latifundiário/proprietário de terras, são compreendidos internamente ao modo de produção capitalista¹³.

¹³ Tavares dos Santos, em *Colonos do Vinho* (1978), apesar de compreender a relação como de sujeição do trabalho camponês ao capital, expõe e possibilita ao leitor a compreensão dos diversos aspectos estruturais desta relação de produção, a camponesa. Oliveira (2007: 41), a partir do estudo de Tavares dos Santos, explicita nove aspectos da produção camponesa: a) força de trabalho familiar; b) ajuda mútua entre os camponeses; c) possibilidade de parceria como forma de permanência no campo; d) trabalho acessório eventualmente necessário como complemento à renda familiar; e) jornada de trabalho assalariada, ou assalariamento temporário, complementar à força de trabalho familiar, visando à complementação da renda da família; f) socialização do camponês por meio da família e vizinhança; g) existência ou busca da propriedade familiar – particular e privada – da terra, compreendida como terra de trabalho – apresentando-se de diversas formas, sejam elas de camponês-proprietário, camponês-rendeiro, quando há pagamento da renda da terra em produto, dinheiro ou trabalho, e camponês-posseiro; h) jornada de trabalho sem horário diário definido e flexibilizado em função das demandas da produção,

Portanto, esta perspectiva se diferencia das duas correntes anteriores por compreender que o avanço do capitalismo no campo ocorre de forma contraditória, comportando de forma conflituosa a criação e a recriação de relações de produção capitalistas e não capitalistas.

O campesinato, pertencente ao modo de produção capitalista, constitui uma classe social específica, junto com os proprietários da força de trabalho, ao lado de duas outras: a classe dos proprietários de capital -burguesia- e a dos proprietários de terra – conforme aponta Marx no Livro III de *O Capital*. Esse avanço é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que avançam as relações de produção especificamente capitalistas no campo, são criadas e recriadas formas não capitalistas de produção.

Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento.

Portanto, para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (Oliveira, 2007: 11)

Para Martins (2010) e Oliveira (1987), a terra deve ser compreendida como renda capitalizada. Ademais, no processo de sujeição da renda da terra ao capital há subordinação da produção camponesa - portanto, do produto do trabalho realizado pelo camponês - ao capital (comercial, industrial, financeiro), sem que para isso seja necessário expulsá-lo da terra ou expropriar os demais meios de trabalho. Tal compreensão contrapõe-se novamente à análise presente na primeira corrente, visto que nela se considera que o trabalho, e não a renda da terra, está subordinado ao capital¹⁴.

alternando-se períodos de pouco e muito trabalho. Tais elementos estruturais são tratados e discutidos em trabalhos de diversos intelectuais, como *Camponeses*, de Margarida Maria Moura (1986) e do próprio José de Souza Martins, ao discutir a especificidade do colonato e sua diferenciação quanto ao trabalhador assalariado, presentes em suas primeiras publicações nos anos 1970, passando por *Cativeiro da Terra* (1979) e também ao sistematizar a comparação entre as classes camponesa e operária em *A sociedade Vista do Abismo* (2002).

¹⁴ Contudo, esta discussão foi, desde sempre, calorosa. José Vicente Tavares dos Santos, por exemplo, publica em 1978 o livro *Colonos do Vinho*, trazendo sua pesquisa de mestrado sobre camponeses

A Dissertação de Mestrado de Virgínia Etges (1989) sobre os plantadores de fumo gaúchos trata o campesinato como um sujeito de classe, de classe para si. Analisa que o fumo, produto do trabalho camponês, pode estar subordinado ao capital e que, justamente por ser o produto de seu trabalho, e não diretamente o seu trabalho, o que é subordinado pelo capital, o camponês tem a possibilidade de se insubordinar, de continuar lutando para tentar alterar a forma como se dá tal subordinação.

Nesse enfrentamento entre as classes sociais, as tensões e os conflitos vivenciados no campo pelos camponeses são expressões de luta e resistência pela sua territorialização (Bombardi, 2008).

Os estudos sobre a violência no campo brasileiro na Geografia foram introduzidos nos anos 1980 pela Prof.^a Dar Regina Sader, então docente da Universidade de São Paulo (USP), ao estudar os conflitos no campo numa perspectiva dialética, a partir da compreensão de que o avanço do capitalismo se dava de forma contraditória. Desde a década anterior, no entanto, a Prof.^a Dr.^a Iraci Palheta, também então docente da USP, já vinha pesquisando o campesinato e a reprodução camponesa. Na mesma perspectiva teórica, Ariovaldo Umbelino de Oliveira adentrou a temática dos conflitos no campo, relacionando-a com a análise da estrutura fundiária, e passou a pesquisar os processos de criação e recriação do latifúndio e do campesinato. Sua pesquisa incorporou a discussão sobre a luta na e pela terra no campo brasileiro,

viticultores de Bento Gonçalves/RS, concluída em 1977, sob a orientação do próprio Martins, no momento em que este escrevia *O Cativo da Terra*. Nele, o camponês é tratado em sua reprodução simples a partir da produção de mercadoria e de rendimentos negativos, sem acumulação de capital (1978: 145-146). Porém, ainda que contemple a perspectiva de campesinato – como forma de relação não capitalista de produção – e de recriação camponesa – no olhar sobre as ondas migratórias (1978: 148) – sua interpretação da relação “camponês-capital” é de submissão do trabalho camponês ao capital, em parte explicada pelo movimento de transposição para a agricultura do método analítico que se faz à indústria. Tavares dos Santos (1978: 109-110) analisa a composição do valor da produção camponesa, indicando a existência de sobretrabalho, relacionando-o ao conceito de submissão formal (Tavares dos Santos, 1978: 125), como puramente monetária. Há de ser ressaltado que este estudo foi realizado tanto no movimento do geral para o particular, quanto da leitura teórica para a empírica, levando-o a considerar que independência, autonomia e prazer do trabalho são idealizações utópicas do camponês. Este seria, na realidade, um semiassalariado, um trabalhador disfarçado, cujas possibilidades são limitadas pelas exigências do capital (Tavares dos Santos, 1978: 138-139). Tavares dos Santos (1978), portanto, não coloca o campesinato como classe social, e sim como uma fração da classe operária. Como visto, Martins carrega a hipótese de sujeição do trabalho ao capital até o final dos anos 1970, quando publica *Os Camponeses e a Política* (1981).

caracterizada pelos conflitos agrários diretamente vinculados à formação e consolidação da classe camponesa (Bombardi, 2008).

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Este século passado foi um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. [...] É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos socioterritoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência. (Oliveira, 2007: 135)

Os estudos sob esta perspectiva foram fortemente influenciados por pensadores como Rosa Luxemburgo e Teodor Shanin. Este último dialogou exaustivamente com a análise de Chayanov sobre a unidade produtiva camponesa e a reposição de seus meios de produção. Ademais, destacaram-se na segunda metade do século XX as pesquisas de campo, seguidas de reconhecidas publicações, de José de Souza Martins, o qual, sendo docente no curso de Sociologia desde 1965 na USP, influenciou seguidas gerações de estudantes nas discussões que extravasavam o campo da sociologia rural e sociologia dos movimentos sociais. No seu campo de influências estava justamente a área da Geografia Agrária, também da Universidade de São Paulo, a qual buscava se distinguir da Geografia da Agricultura e da Agrícola com a introdução do pensamento dialético marxista como método de análise.

Inseridas no campo da Geografia Agrária e, portanto, partindo da perspectiva da existência de contradições do modo capitalista de produção (dentre estas a existência de relações de produção não capitalista) poderíamos elencar três usuais problemáticas muitas vezes tratadas de forma concomitante nos estudos acadêmicos: 1) a abordagem da formação e das características da estrutura fundiária – que pouco se alterou ao longo do século XX e permanece altamente concentrada; 2) o tratamento das repercussões socioterritoriais das políticas públicas, entre elas as agrícolas e agrárias – como a modernização da agricultura no Brasil a partir das décadas de 1960/70, em decorrência dos processos que integraram a chamada Revolução Verde; 3) análise das mobilizações sociais, dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária, marcadas pelas conjunturas historicamente constituídas, e que vêm gerando conquistas como a criação de novas frações de território camponês, caso dos assentamentos rurais.

Coerentemente à minha identificação com o estudo das contradições envolvendo o campo brasileiro, a presente pesquisa se insere entre as discussões que buscam problematizar o avanço da lógica capitalista. Neste caso, são tratadas especificamente as

mudanças e permanências no campo na porção noroeste do sertão pernambucano, com ênfase nas transformações socioterritoriais acirradas pelas obras da Ferrovia Nova Transnordestina. As pesquisas documentais e os trabalhos de campo explicitam diversas formas de violência em curso e diretamente relacionadas ao projeto de “integração do interior nordestino” por meio de novos trechos ferroviários, os quais, por sua vez, somam-se a outros “investimentos” públicos que têm como intuito a “dinamização econômica” de áreas “estagnadas”.

Assim, a partir da análise da realidade concreta observada em um estudo de caso, busco compreender quais as tensões impostas à agricultura camponesa no momento em que há redução e fragmentação de suas terras (neste caso, com as obras da ferrovia) e quais têm sido suas respostas a tal processo.

1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

Para chegarmos ao entendimento da questão agrária na porção noroeste do sertão pernambucano é necessário retomar o seu processo de ocupação territorial, identificando seus sujeitos sociais e as lutas de classe. Este processo histórico se deu, e ainda se dá, segundo o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, o qual se comporta promovendo processos desiguais de desenvolvimento e desequilíbrios regionais e entre nações.

Neste subcapítulo, entendemos ser importante percorrer, mesmo que sem profundas incursões, o processo de formação da economia nacional e a “dissolução” do “arquipélago” de economias regionais, dentre as quais o Nordeste se destacou até meados do século XVIII (Oliveira, 1984; Oliveira, Francisco, 2008). Nesse processo, foi sendo produzida a noção do Nordeste como “problema”, em grande medida relacionado à seca.

O Brasil é inserido na divisão internacional do trabalho no século XVI, período do capitalismo mercantilista em que Portugal introduz a atividade de extrativismo voltada à exportação de produtos tropicais, como o pau-brasil. Desde então, a formação socioterritorial do que define hoje a fronteira nacional do Brasil se fez sob a destruição do território indígena.

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das “luas” e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários. (Oliveira, 1996: 11)

Por mais de dois séculos, a ocupação se concentrou no litoral, no domínio morfoclimático Mares e Morros (Ab’ Saber, 2012), principalmente na Zona da Mata e no Recôncavo Baiano, e esteve focada na “economia da cana-de-açúcar”.

A produção açucareira caracterizava-se por uma organização social particular voltada à “acumulação primitiva do capital já mundializado” (Oliveira, 1996: 12),

constituída por fazendeiros¹⁵, grande quantidade de trabalhadores escravos¹⁶, e, em menor número, homens livres envolvidos no comércio e em ofícios artesanais, além de camponeses, muitos dos quais agregados¹⁷, numa complexa trama de trocas, o que incluía a permissão para uso de engenhos dos fazendeiros para moer a cana-de-açúcar que plantavam.

Nesse período, ainda que a centralização e concentração de capital estivessem principalmente atreladas à produção açucareira, havia outros produtos tropicais, como o fumo e o cacau, que eram produzidos de acordo com o interesse da metrópole em inseri-los no comércio internacional.

Ademais, a organização social em torno da produção açucareira acabou criando a necessidade de ocupações complementares distantes do litoral, que lhes fornecessem produtos que ali não eram produzidos em quantidade suficiente.

Desse modo, as terras mais distantes do litoral, localizadas no Agreste e no Sertão, seguindo a regionalização exposta na Figura 1¹⁸, até então dominadas por

¹⁵ Não foram utilizados aqui os termos “proprietários de terra” ou “latifundiários” por se tratar de período em que inexistia a propriedade privada da terra.

¹⁶ A mão-de-obra escrava, principalmente a africana, mas também a indígena, foi a utilizada na produção voltada ao comércio internacional, portanto concentrada nas regiões portuárias, com destaque a Pernambuco e Bahia nos séculos XVI e XVII, Maranhão e Minas Gerais no século XVIII e às áreas cafeeiras, principalmente São Paulo, no século XIX. Além da relevância econômica que representava o mercado ultramarino de importação de escravos, havia também a relevância do mercado entre as áreas de produção da colônia. De acordo com o mercado internacional, havia o movimento de aquisição de escravos por parte das atividades que estivessem em ascensão, ou a venda, por parte daquelas que estivessem em depressão e, portanto, com mão de obra ociosa ou sem condições de mantê-la. O uso do trabalho escravo africano, assim como indígena, deu-se em meio ao enfrentamento e luta em busca do espaço liberto perdido: “Simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros rentistas” (Oliveira, 1996: 12). No caso dos escravos negros, a mais significativa expressão de sua resistência era a fuga seguida da formação de quilombos, onde viviam de forma comunitária, reunindo desde pequenos grupos, até o caso de constituírem praticamente ‘cidades’, como foi o caso do Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi. No entanto, no caso destas frações de territórios de resistência serem descobertas, os quilombolas eram duramente penalizados e castigados, quando não assassinados, de modo a servir de exemplo aos escravos aprisionados nas senzalas das fazendas.

¹⁷ Para Martins (1981: 36) o agregado seria o morador de favor nas terras do fazendeiro que lhe abriga, numa troca de favores que “[...], envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade das partes; a defesa dos supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como o abrigo e proteção ao camponês cobra a perseguição policial por um crime cometido etc.”.

¹⁸ Adotamos aqui a mesma divisão do Nordeste utilizada por Andrade (1998), a qual identifica quatro regiões a partir, fundamentalmente, de seus aspectos naturais. São elas: da Mata, do Agreste, do Sertão e do Meio-Norte, de acordo com a Figura 1. Mais adiante neste trabalho, principalmente devido à necessidade de uso de dados estatísticos, serão utilizadas as divisões regionais adotadas nos censos

diversas etnias indígenas, conforme trata Etchevarne (1999)¹⁹, foram paulatinamente sendo transformadas pela produção pecuária.

Certamente à chegada dos portugueses ao território nordestino, o litoral se configurava como um cenário onde se movimentavam grupos étnicos diferentes. [...] No processo de conquista e colonização europeia, esses grupos foram paulatinamente desaparecendo como entidades etnicamente diferenciadas, por extermínio, aculturação ou miscigenação. (Etchevarne, 1999: 129)

agrícolas e agropecuários desde 1960. Assim, para os Censos de 1960 e de 1970, foi adotada a divisão estadual em Zonas Fisiográficas e, a partir do Censo de 1970, a divisão em mesorregião e microrregiões, estas últimas conforme o Mapa 2.

¹⁹ Etchevarne, no seu artigo, a partir de registros arqueológicos e dos registros dos colonizadores e missionários, descreve a presença de diversos grupos indígenas, de origens tupi, tupi-guarani e de outros não-tupi, identificados com profundas diferenças linguísticas, tais como os Maxakali, Kamakã, Pataxó, Tremembé, Aimoré e Kariri. Os registros sobre cada um destes grupos sinalizam para sua grande mobilidade. Ao mesmo tempo, cada qual se fazia mais presente em determinadas áreas no momento de invasão de seus territórios pela colonização portuguesa. Assim, os grupos indígenas originados da grande família Kariri, ocupavam vastas terras do sertão nordestino, desde aquelas do sertão cearense até o baiano. Por ter sido o grupo que ocupava as terras que abrangem nossa área de estudo, será retomada a questão da dizimação indígena no Capítulo 2.

Figura 1 – Regionalização do Nordeste em quatro regiões geográficas

Fonte: Andrade, 2004.

No avanço sob os territórios indígenas, os indígenas que sobreviveram aos massacres foram submetidos à escravidão ou fugiram direcionando-se a novas terras,

por vezes já ocupadas por outros grupos indígenas, envolvendo-se, então, em novos conflitos.

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das “luas” e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários. (Oliveira, 1996: 11)

As formas de resistência eram as mais diversas, do suicídio à fuga, e visavam à liberdade perdida. Devido ao enfrentamento e à resistência apresentada pelos grupos indígenas, a disputa por território e força de trabalho envolveu grupos missionários que, ao atuar na catequização indígena, auxiliaram a expansão para o interior das atividades econômicas necessárias à economia na colônia.

Nesse sentido, a expansão a oeste e o consumo dos produtos oriundos da atividade pecuária eram parte constitutiva da estrutura produtiva e social da produção açucareira. Envolviam desde o comércio de animais vivos, como bovinos, equinos, muares e asininos, que serviam como animais de tração nos engenhos e de transporte, até o comércio propriamente da carne e do couro de bovinos, caprinos e carneiros, bem como de outros animais caçados no domínio das caatingas²⁰.

Desse modo, foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para o Sertão os excedentes da população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala”. Permitiu, assim, a formação daquilo que Djacir Menezes chamou de “O outro Nordeste”, do Nordeste das caatingas e do gado, que a um só tempo se opõe e complementa o Nordeste do massapé e da cana-de-açúcar. (Andrade, 1998: 173-174)

Ademais, no século XVI, Tomé de Souza, governador geral, decidido a garantir que as melhores terras fossem ocupadas pelo plantio de cana-de-açúcar, determinou que

²⁰ O couro era muito utilizado devido aos seus diversos usos, pois não só era usado para a produção de roupas, mas também era a principal matéria-prima na produção de cadeiras, malas, cordas e artigos de montaria, como arreios, selas e chicotes.

as criações de grandes animais fossem feitas no interior da colônia²¹, incentivando a concessão de sesmarias no sertão do São Francisco e Parnaíba²².

Os movimentos de “desbravamento” e dominação de terras, que na época partiam de terras baianas e atravessavam os atuais estados de Pernambuco e Paraíba, chegando ao Piauí e Ceará, estão diretamente atrelados ao desenvolvimento das centralidades urbanas da época, como Recife/Olinda e Salvador, localizadas, respectivamente, na Zona da Mata na Capitania Geral de Pernambuco e na Capitania Geral da Bahia. Estas povoações, assim, desenvolveram-se por seus portos de intensa movimentação de mercadorias, por meio dos quais eram exportados o açúcar e o cacau, dentre outros produtos tropicais, e eram adquiridas as mercadorias cuja comercialização era controlada pela Inglaterra. Dentre elas, certamente a principal era o escravo, visto que era atividade extremamente rentável para a Inglaterra.

A produção escravista de mercadorias espalhou-se pelo novo mundo, pelo continente americano particularmente. O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele. Assim, na economia colonial, sob o comando da circulação, o próprio escravo era mercadoria. Portanto, o comércio de escravos permitia a obtenção do lucro antes que se produzisse a mercadoria. (Oliveira, 1987: 36)

Decorre disso que, no período colonial, o “comércio detinha, pois, a determinação hegemônica sobre as relações de produção” (Oliveira, 1987: 36). A relevância comercial de outro produto, a partir do século XVIII e, especificamente em meados do século XIX, deu-se exatamente de modo que a circulação determinasse a produção, tal como ocorreu com a produção do algodão.

1.1. A ascensão do algodão e a instabilidade da produção açucareira

Ao passo que a formação socioterritorial de regiões como o Agreste e o Sertão se dava a fim de produzir mercadorias que se impunham necessárias à estrutura econômico-social da produção açucareira, a ocupação das terras nas “novas” regiões

²¹ Em 1701, inclusive, foi definida a distância mínima entre plantações de cana-de-açúcar e a criação de gado.

²² Dentre as doações por sesmaria estavam aquelas concedidas à Casa da Torre, fundada por Garcia D'Ávila, que abarcaram grande extensão de terras daquelas inicialmente recebidas na Bahia, ocupando não somente o sertão e o agreste pernambucano, mas também terras no sertão paraibano.

também é apontada por Andrade (1998), baseado em considerações de Celso Furtado (1959a), como decorrente das frequentes oscilações do preço e da demanda de açúcar no mercado internacional²³. Em vista disso, parte dos homens livres teria migrado em busca de áreas passíveis de ocupação, por não mais se inserirem em tal dinâmica econômica.

Em outras palavras, o declínio da produção provocaria “excedentes populacionais” na Zona da Mata e Recôncavo Baiano devido à redução da mão-de-obra envolvida, fosse aquela diretamente utilizada nos engenhos, ou aquela utilizada nas plantações de cana-de-açúcar localizadas no entorno dos engenhos. Assim, visando à produção para o autoconsumo, os trabalhadores e suas famílias passaram a abrir posses, deslocando-se em direção de terras menos férteis. Processo semelhante passaria a marcar as migrações do Agreste para o Sertão, ou seja, em meio a disputas por terra, teriam partido das terras mais férteis e menos sujeitas às secas, para aquelas com mais desafios à agropecuária e com maior dificuldade à circulação de pessoas e produtos.

Assim, de acordo com esse entendimento, a formação das pequenas e médias posses no Agreste e no Sertão teria como importante elemento propulsor o “debilitamento da outra economia”, no caso da economia açucareira. Em relação ao Agreste, Furtado (1959b) o caracteriza como sendo área espremida entre os latifúndios da Zona da Mata e do Sertão.

[...], é ela que absorve o excedente de mão-de-obra que compõe o setor de subsistência. Não só essas atividades não geravam um mercado regional de razoável dimensão como sua produção não era feita intensivamente, dentro de uma racionalidade econômica de

²³ As áreas com produção variavam conforme a demanda do mercado europeu. Assim, para aumentar a produção era necessário expandir as áreas de plantio da cana, visto que não existiam inovações técnicas capazes de propiciar significativo aumento da produtividade. Após a crise do século XVII frente à concorrência do açúcar das Antilhas, o açúcar nordestino teve que procurar formas de reduzir o custo de produção. Contudo, a produção açucareira “continuava a utilizar as mesmas técnicas e equipamentos na produção, ou seja, velhos engenhos na sua maioria ainda movidos à tração animal (alguns poucos a roda d’água) o que interferia na qualidade, perdendo dessa forma a concorrência no mercado” (Schifino, 1984: 45). Ademais, havia a questão do contínuo aumento da mão-de-obra escrava provocada pela proibição do tráfico em 1850 e da alta demanda da economia cafeeira. Na segunda metade do século XIX de fato ocorreu certa modernização da produção canavieira com a introdução da máquina a vapor e a criação dos engenhos centrais. Somente no século XX a indústria conseguiu utilizar-se de tecnologias que permitiram a mecanização parcial do plantio, a mecanização dos tratos culturais, o uso de adubação e insumos químicos, bem como de variedades genéticas. Dependendo, sempre, contudo, de incentivos fiscais e financiamento. Assim, o movimento em direção às terras mais a oeste se realizou no contexto de oscilação e relativa queda da produção açucareira.

aumento da produtividade. Mais ainda, a própria diminuição da demanda externa do açúcar leva a um aumento do setor de subsistência localizado no Agreste. (Furtado, 1959a: 29)

Existia, desde o final do século XVIII, a produção artesanal de “panos grosseiros” de algodão utilizados regionalmente (Girão, 1986 apud. Lima, 2002). Já ia além das atividades de produção de alimentos voltados ao consumo da família e aos mercados locais, numa lógica que inclui relações de produção familiares e que caracterizam a agricultura camponesa, chamada por Furtado (1959a) de setor de “subsistência”.

O algodão, tanto nas vastas terras dominadas no sertão, quanto nas terras um pouco mais fragmentadas do Agreste, passou a ser produzido em maior escala, em função do aumento da demanda por parte das indústrias têxteis da Europa, principalmente as inglesas. A expansão das áreas com cultivo de algodão, no entanto, provocou a redução das áreas utilizadas para produção de alimentação humana e animal dentro das unidades de produção centradas no trabalho familiar.

Contudo, a produção do sul dos Estados Unidos passou a dominar paulatinamente o mercado internacional, repercutindo na queda da demanda no Brasil colonial.

A retomada da importância do algodão no cenário internacional somente veio a ocorrer mais de meio século depois, no período imperial, em função do declínio da produção algodoeira nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão (1861-1865). Com o aumento da renda no Agreste, assim como no Sertão, foi possível ampliar o acesso a mercadorias importadas do exterior e de outras regiões do Brasil.

A perspectiva de comercialização do algodão em maior escala provocou novamente a alteração do uso e ocupação das terras nas áreas consideradas “estagnadas”, já à época, conforme indica Girão referindo-se às terras no Ceará:

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras aos sertões; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho na outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os

teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição. (Girão, 1986²⁴: 158 apud. Lima, 2002)

Nessa época, meados do século XIX, a centralidade econômica da colônia encontrava-se no Centro-Sul, onde predominava o café – principal produto de exportação – e sobressaíam-se as relações escravistas de produção, diferentemente do predomínio do trabalho livre no Sertão e no Agreste.

Ademais, em decorrência da exploração do ouro em Minas Gerais²⁵ e do aumento da concorrência do açúcar no mercado internacional, desde o século anterior o Nordeste deixara de concentrar a maior parte da acumulação de capital.

Diferentemente das atividades que possibilitavam maior produção e acumulação de capital, como a açucareira e a extrativa de minério, a produção de algodão acabou por envolver menos o uso de trabalho escravo, nas grandes fazendas, e mais o uso de trabalho familiar nas médias e pequenas posses.

Diante do alto custo dos escravos, decorrente da suspensão do tráfico negreiro em 1950, e do interesse dos fazendeiros em lucrar com a venda do algodão, Schifino (1984) considera que a cultura algodoeira teria marcado a introdução do trabalho assalariado no sertão: “O salário pago aos trabalhadores variava muito durante o ano, de acordo com a lei da oferta e da procura, ou de um ano para outro, conforme fosse o inverno e, conseqüentemente, as perspectivas da produção agrícola” (Schifino, 1984: 178).

Isso se justificava pelo fato de o algodão apresentar diversas características favoráveis à sua produção, as quais independiam do tamanho de terra, por exemplo, e permitiam a manutenção do binômio gado-algodão (Lima, 2002). Era produto que envolvia menos trabalho pelo fato de ser planta autóctone, de curto ciclo produtivo e requerer pouco trato cultural. Ademais, seu plantio era rentável mesmo em áreas pequenas e podia ser consorciado com outras culturas alimentares.

²⁴ GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1986.

²⁵ Ao longo do século XVIII, a exploração da mineração em Minas Gerais provocou alteração da centralidade econômica na colônia e o chamado início do declínio da produção açucareira. O eixo da economia colonial se alterou, assim, do Nordeste para o Centro-Sul (Goldenstein e Seabra, 1982; Schifino, 1984).

Ao mesmo tempo, ao possibilitar maior entrada de capital no Sertão, a produção algodoeira significou a projeção política, social e econômica dos grandes fazendeiros, que, assim, reforçaram seus papéis de coronéis do sertão.

Dispersando-se por milhares de pequenos cultivadores, proprietários de terra (Agreste, em particular) mas também expressivamente por foreiros parceiros, etc., dos “coronéis” latifundiários do Sertão, essa atividade permitiu a constituição de uma expressiva estrutura de comercialização-concentração. Estrutura essa, dominada geralmente pelos mesmos coronéis, subordinados por sua vez, em termos de valorização do capital, às grandes empresas internacionais de comercialização do algodão. Mecanismo de comercialização que, aliado às relações de produção vigentes nos latifúndios, reduziu a massa de produtores diretos essencialmente aos limites mais baixos de reprodução de sua própria força de trabalho. (Goldenstein e Seabra, 1982: 29)

Os coronéis e grandes fazendeiros, então, aproveitaram a projeção da porção ocidental do Nordeste, já conhecida pelo fenômeno das estiagens, para fazer pleitos e requisitar recursos da Corte que seriam apropriados privadamente, conforme trataremos no capítulo posterior. A seca de 1877-1879 veio reforçar a pressão política, em virtude da perda quase completa das lavouras algodoeiras e da morte de aproximadamente 500 mil pessoas (Pontes, 2010). Naquele ano, por isso, muitos escravos foram vendidos para aos cafezais do Sudeste “ávidos de braços” (Schifino, 1984: 178).

A seca acabou acentuando a condição de reprodução dos vaqueiros e suas famílias. Isto porque foi promulgada a Lei nº 601, em 1850, a chamada Lei de Terras²⁶.

²⁶ A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a qual “Dispõe sobre as terras devolutas do Império”, foi instituída no mesmo ano em que houve a proibição do tráfico negreiro. A Lei de Terras, assim conhecida, foi uma medida estratégica para que os ex-escravos e imigrantes pobres recém-chegados não ocupassem as terras “livres”. Para os posseiros ou comunidades inteiras que desconheciam a lei ou eram desprovidas dos recursos necessários, a saída foi a luta contra a expropriação e a sujeição ao capital. Martins (2010) definiu bem ao colocar que, onde a terra era livre, o trabalho tinha que ser cativo, e onde o trabalho fosse livre, a terra deveria ser cativa. No sentido de tornar a terra cativa, a aquisição das terras devolutas passou a ocorrer apenas via compra, definida logo no Artigo 1 da respectiva Lei “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1950). Com esta lei, as posses e os títulos de sesmarias poderiam ser legitimados mediante mediação e comprovação de uso. Assim, “Tratou esta lei de legalizar os títulos de sesmarias e as posses quaisquer que fossem suas extensões, mas que tivessem cultivos, desde que medidas e levadas a registro em livros próprios nas freguesias (artigos 4º, 5º, 7º e 8º). Resumindo, todos os títulos de sesmarias concedidos ou os grilos das terras reais e ou imperiais, eufemisticamente chamadas de “posses mansas e pacíficas” puderam ser legalizadas por aqueles que as grilaram, porém, após a lei, isto não era mais possível, pois, somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas em hasta pública” (Oliveira; Faria, 2009: 4). O cativo da terra, como coloca Martins (2010) torna a terra equivalente de mercadoria, renda capitalizada, estabelecendo o caráter rentista como, talvez, a principal característica da formação territorial brasileira. Neste sentido, o domínio da terra, através da propriedade privada, prevalece em direito sob a posse da

A partir desta lei, a terra passa a ser capitalizada, transformada em equivalente de capital, uma mercadoria, somente acessível àqueles que tenham recursos a para registrá-la e, posteriormente, comprá-la, independentemente de ser furto de grilagem. Assim, no Sertão, a riqueza ia deixando de ser dimensionada pelo número de bois e de escravos que o fazendeiro possuía, para que paulatinamente a terra titulada fosse ganhando importância.

Outro ponto fundante da Lei de Terras de 1850 foi a separação entre o domínio garantido pelo título e a posse. O título da terra tornou-se pela lei superior à posse efetiva. Assim, aquele que tinha efetivamente a posse da terra estava destituído do direito sobre ela. E garantiu, portanto, a aquele que sendo portador do título da terra, mesmo, sem nunca tê-la ocupado de fato, ter o domínio sobre a mesma, ou seja, o direito de propriedade privada da terra. (Oliveira; Faria, 2009: 5)

Consequentemente, acirrou-se a relação entre posseiros e a elite política e econômica que detinha o domínio das terras, aumentando a violência contra aqueles que queriam viver da terra, desencadeando inúmeros conflitos e lutas no campo. Na disputa entre as terras de trabalho e de especulação, algumas das lutas de resistência foram caracterizadas como messiânicas e centradas em líderes espirituais²⁷.

mesma. Nas palavras de Oliveira; Faria (2009: 5) a Lei 601 “[...] garantiu, portanto, a aquele que sendo portador do título da terra, mesmo, sem nunca tê-la ocupado de fato, ter o domínio sobre a mesma, ou seja, o direito de propriedade privada da terra.”. Dentre os incontáveis exemplos na história brasileira da primazia do domínio sobre a posse, Motta (2005) nos traz o caso ocorrido em 1854, mesmo ano da regulamentação da Lei de Terras, em que Teixeira de Freitas, respeitável Jurisconsulto da época, assumiu a defesa de uma família posseira contra o requerente da ação judicial de despejo, o suposto sesmeiro da Fazenda Cantagalo. Freitas baseou-se em dois argumentos para a defesa do posseiro: primeiro, destrinchou as imprecisões constantes na Lei 601 e no seu respectivo Regulamento de 1854, problematizando tanto o uso das cartas de sesmarias como prova de domínio quanto a prática dos registros paroquiais para mostrar que tais procedimentos beneficiavam exclusivamente os fazendeiros e prejudicava os posseiros que cultivam, de fato, a terra. Seu segundo argumento foi no sentido de comprovar, então, a legitimidade da posse. O desenvolvimento de seus argumentos não foi suficiente, contudo, para ganhar a causa contra um barão que, junto com a classe dos proprietários de terra, detinha o poder suficiente para fazer prevalecer seus interesses em meio às ambiguidades da Lei 601/1850.

²⁷ Dentre as lutas messiânicas, a formação do povoamento em Canudos, no sertão baiano, tornou-se uma das mais conhecidas. Próximo ao final do século XIX, Antônio Conselheiro se destacou como líder espiritual e difundiu a crença na libertação dos males associados à seca e às péssimas condições sociais e os altos impostos que o governo federal, recém-instituído, vinha cobrando. Criticava, ainda, a separação entre Estado e Igreja estabelecida na proclamação da República em 1889. Ao se fixar em Canudos em 1883, suas palavras e a perspectiva de novas condições de vida atraiu mais de vinte mil pessoas, entre trabalhadores livres e ex-escravos no sertão nordestino. A força da mobilização e a postura contrária à exploração do trabalho colocada por Antônio Conselheiro provocaram a reação da Igreja, do governo, dos latifundiários e da mídia. A articulação contrária a Canudos resultou em ofensivas militares que culminou na Guerra de Canudos entre os anos 1896 e 1897. No total, foram realizadas quatro expedições das forças federais, sendo que a última se encerrou com a matança generalizada e queima de todo o povoado de Canudos.

1.2. A produção cafeeira e a consolidação da centralidade econômica no Centro-Sul

Em meados do século XIX, o café tornou-se, em poucas décadas, o principal produto de exportação, mantendo a centralidade no Centro-Sul e o eixo primário-exportador da economia²⁸. A crise do escravismo, contudo, exigiu da produção cafeeira alterar a forma de acumulação de capital, levando à substituição do trabalho escravo por um regime de trabalho singular, o colonato (Martins, 2010). O café passou, assim, a assentar-se na produção capitalista de relações não capitalistas de produção.

A alteração de eixo econômico, contudo, não significa dizer que houve uma redivisão interna do trabalho. Afinal, até o início do século XX o Brasil poderia ser considerado um “arquipélago econômico”, formado por várias economias regionais²⁹.

Não existia, de fato, uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional. As diversas regiões se ligavam diretamente a centros do capitalismo mundial. Tinham em comum a valorização do setor externo, realizando um “crescimento para fora”. (Goldenstein e Seabra, 1982: 28)

O Sudeste se caracterizava, naquele momento, como importante mercado de consumo de produtos industrializados que entravam através dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, o que fez com que essa região passasse a desenvolver com maior intensidade as atividades comerciais e uma classe social a elas vinculada.

No início do século XX, ainda que o eixo central da economia se mantivesse como primário-exportador e a concentração do capital estivesse com os cafeicultores, o país foi aumentando seu potencial como consumidor, portanto importador, de produtos industrializados.

²⁸ A considerar que essa centralidade foi inicialmente provocada pela ascensão da mineração em Minas Gerais século XVIII. Com o café, o estado de São Paulo passou a deter a acumulação capitalista.

²⁹ Para (Goldenstein e Seabra: 1982: 28): “A existência do ‘arquipélago econômico’, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava, também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo. Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto significados diferentes, em razão da própria expressão econômica das mercadorias voltadas para a exportação externa ou mesmo interna e das relações de produção dominantes.”

O país deixa de ser colônia exportadora de mercadorias para as Metrópoles e passa a ser fornecedor de matérias-primas para os países capitalistas centrais e consumidor de seus produtos industrializados. (Schifino, 1984: 42)

Ao mesmo tempo, desde o final do século XIX notava-se o surgimento de um incipiente desenvolvimento industrial³⁰, numa sociedade em que a circulação do dinheiro era restrita³¹. Aproveitando-se da existência de mercados regionais com características específicas, houve investimento nas indústrias de bens de consumo, como têxtil e alimentícia, que seriam alocadas nas cidades com infraestrutura já existente. Tais indústrias atuavam de forma complementar à importação de manufaturados, grande parte produtos de luxo, direcionados às famílias beneficiadas diretamente pela riqueza do café.

[...] Era uma indústria do padrão do artesanato e da manufatura, de pequena escala, mas disseminada pelo país inteiro, localista, protegida pela insuficiência e precariedade das vias de comunicação contra as mercadorias desembarcadas nos portos, que dependiam de demorado e muitas vezes precário transporte para chegar a compradores finais. Sem contar as limitações de escala do mercado consumidor interiorano e a lentidão dos retornos financeiros em face de uma economia dominante para a qual o tempo era dinheiro. (Martins, 2010: 218)

O ambiente político e econômico é alterado pela Crise de 1929, com a adoção de políticas intervencionistas e de ampliação do controle da produção nacional. Há quebra das barreiras alfandegárias entre os estados, e o governo federal passa a deter o controle pela legislação do comércio exterior. Mecanismos econômicos também são adotados,

³⁰ Até 1930 ocorreram “surto de industrialização”, como durante o período da Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918, que devido às conturbações no mercado mundial, houve certo desenvolvimento dos ramos alimentício e têxtil, tendo sido aberto mais de seis mil novos estabelecimentos industriais (Cohn, 1976). Foram utilizadas medidas tarifárias protecionistas que elevaram os preços dos importados, o que seria um incentivador à indústria nacional. Martins (2010), por sua vez, problematiza os dados relativos às indústrias, inclusive aqueles do Censo de 1920, apontando para a generalização dos tipos industriais e para a imprecisão quanto ao ano de origem. Assim, o Censo de 1920 pode conduzir os estudiosos do tema a conclusões equivocadas já que “[...] Os dados de 1920 não reconstituem a verdadeira sequência de fatos relativos à história da nossa industrialização. O censo sobrestima o que ocorreu durante o período de guerra e subestima o que ocorreu em anos anteriores, já desde antes Encilhamento e após a abolição da escravidão e a libertação de capitais nela empregados” (Martins, 2010: 212). Nesse sentido, a análise de Cohn pode conter tais equívocos. Contudo, por não figurar como eixo central desta pesquisa, não caberiam aqui afirmações sem a análise de fontes de dados primários, como a feita por Martins.

³¹ Martins (2010) relata a existência de uma “indústria antiga” que “[...] Não operava, propriamente, com as regras do capital industrial. Seus produtos circulavam, portanto, como mercadorias de um complexo econômico centrado na subsistência e só marginalmente referido ao mercado” (Martins, 2010: 218).

como a compra do café a preços que garantissem aos fazendeiros auferir inclusive a renda capitalizada da terra, mesmo que fosse para queimar o produto. Ademais, o Estado brasileiro passa a divulgar investimentos em infraestrutura de transporte e energia, associando-os à produção industrial de base (siderúrgica e petroquímica, principalmente), por sua vez baseada na produção de bens intermediários.

Para Celso Furtado (1959b), Caio Prado Júnior (1956), Oliveira, Francisco (2008) e Goldenstein e Seabra (1982), a Revolução de 1930 marcaria o rompimento do pacto oligárquico e a conformação do Estado centralizador, o qual visava tornar hegemônica a expansão capitalista. Para tanto, passou a impor medidas que direcionavam a produção de valor para ocorrer internamente, estabelecendo relação com o equivalente geral do conjunto da economia nacional, reduzindo a importância das economias regionais em sua relação com o exterior³².

[...] Para que isso fosse possível, derrubaram-se as barreiras alfandegárias que existiam entre os estados (imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros estados); institui-se o Imposto de Consumo sobre as mercadorias produzidas no país; abolem-se as competências que cada estado possuía para legislar sobre o comércio exterior. Todas essas transformações ocorrem com a Revolução de 30. De certa forma, estava-se diante de “um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção do valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado”³³. (Oliveira, 1984: 22)

A relação entre agricultura e indústria, mais que provocar a discussão sobre a criação da economia nacional, remete ao debate sobre a gênese do processo de industrialização, tema extremamente polêmico. Afinal, trata-se também de um debate político que traz as respectivas compreensões de mundo e de projetos políticos. Martins (2010) considera que grande parte dos teóricos que discutiram o tema o fizeram à luz da história da industrialização ocorrida em outros países.

³² A discussão sobre a formação da economia nacional é interpretada por Celso Furtado (1959b), Francisco de Oliveira (2008) e Léa Goldenstein e Manuel Seabra (1982) pela transição da hegemonia agrário-exportadora para outra de base urbano-industrial.

³³ Oliveira, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

A interpretação de Celso Furtado e Caio Prado Jr. relativa à Crise de 1929 e à Revolução de 1930 aponta para a perda do domínio agrário na economia brasileira, o que evidenciaria o esgotamento da economia de exportação. Para tanto, partem de uma visão nacional-desenvolvimentista em defesa de política de Estado, compreendendo este em seu papel de interventor e promotor do progresso econômico a partir da industrialização.

A discordância de Martins (2010) é relativa à existência deste dualismo, como se o Estado tivesse protegido os cafeicultores, a “aristocracia agrária”, e de forma inconsciente expandido a indústria interna e beneficiado a burguesia industrial. Os estudos de Martins levam ao entendimento de que os interesses estavam associados, pois muitos dos sujeitos sociais envolvidos, já na época, eram os mesmos.

Muitos fazendeiros eram acionistas de empresas não agrícolas e havia até os que eram grandes industriais, do mesmo modo que muitos industriais tornaram-se fazendeiros para verticalizar suas economias.

Isso quer dizer que, pelo menos, o Estado brasileiro não estava exclusivamente comprometido com os representantes da economia do café, embora fossem eles hegemônicos, nem era necessariamente refém dos interesses da cafeicultura, nem estava contraposto aos interesses dos industriais. (Martins, 2000: 210)

Martins (2010) critica, portanto, aqueles que colocam tanto a Crise de 1929 quanto a Revolução de Outubro de 1930 como divisoras de água na passagem do que seria um pré-capitalismo para o capitalismo, ou ainda de um sistema feudal para o capitalismo. Concordamos com sua análise³⁴, que define como consciente a atuação do Estado na intenção de reestabelecer a atividade econômica das diversas classes sociais afetadas, desde os proprietários-capitalistas e capitalistas ligados ao café³⁵, os colonos, até os capitalistas atuantes na comercialização dos produtos manufaturados e industrializados, ou mesmo os capitalistas industriais.

Ademais, Martins (2010) discorda também das considerações decorrentes dessa visão de rompimento de oligarquia-agrária para o estabelecimento da economia urbano-

³⁴ Sua análise se baseia no relatório do ministro José Maria Whitaker – produzido durante o governo provisório em 1931 – que sinaliza que a compra do café estocado beneficiaria não somente o café, mas também a indústria.

³⁵ Muitos dos quais eram antes fazendeiros de cana-de-açúcar e assumem a nova atividade cafeeira já na transição do trabalho escravo para o colonato.

industrial, ao considerarem que os negócios de importação atrelados ao mercado externo de café são os principais fatores da gênese da industrialização. Nesse aspecto, Martins (2010) propõe a existência de uma “dinâmica burguesia comercial” antes mesmo do predomínio do café como produto de exportação. Menciona a participação da cana-de-açúcar e do algodão, bem como o intenso crescimento econômico que a província de São Paulo vinha vivenciando desde a centralização do comércio externo no Porto de Santos.

As ressalvas que Martins coloca a respeito do processo de industrialização problematizam, portanto, a separação que muitos fazem da agricultura e da indústria. Nesse ponto, refere-se ao “empresário da transição”, aquele que configura a classe capitalista, cuja reprodução ampliada passa a ser realizada, em muitos casos, pela mesma pessoa ao utilizar o dinheiro como capital comercial, industrial e financeiro. Em outras palavras, trata-se da “unicidade de capital e propriedade da terra, do lucro e renda fundiária, que inaugurou e difundiu rapidamente entre nós a modernidade desse capitalismo singular” (Martins, 2010: 17).

A lógica é, portanto, regida pela acumulação e reprodução do capital. Quanto a isso, outra estudiosa do tema, Amélia Cohn (1976), afirma que parte dos investimentos na industrialização da primeira metade do século XX foi realizada pelos próprios industriais já atuantes no setor alimentício e têxtil, que diversificaram a produção e adentraram novos ramos, através do aumento da produtividade e da capacidade produtiva já instalada. A mesma lógica seguiram aqueles fazendeiros de café que preferiram transformar parte da riqueza acumulada em capital na produção algodoeira.

Cohn (1976) menciona, neste caso, a importância dos investimentos dos cafeicultores na produção algodoeira no Nordeste e, posteriormente, no Sul do país, região onde o produto passou a ser produzido por camponeses de pequenas e médias propriedades, concentrando-se no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Cohn (1976), a lógica consiste em realizar investimentos nas produções (agrícolas ou industriais) com maior possibilidade de reprodução ampliada do capital. Neste caso, houve redução da produção nordestina e crescimento da produção sulista de forma proporcional tanto em relação à diminuição do mercado internacional, ocorrida com a retomada econômica do pós-guerra, quanto pela renda diferencial I, de fertilidade

natural e localização, auferida nas terras da região Sul, mais próximas da concentração industrial têxtil.

Com a paulatina estruturação das médias e grandes indústrias no Brasil, a agricultura passaria a ter novas funções no contexto do sistema econômico nacional. Schifino (1984) coloca que o papel do “setor agrário” passaria a ser o de atender as demandas internas por alimentos, matéria-prima e mão-de-obra, a preços mais baixos que favorecessem a acumulação e reprodução de capital no Centro-Sul. Para este autor, o “setor agrário”, baseado no excedente da pequena produção de “subsistência”, passa a ser supridor das necessidades alimentares das massas urbanas crescentes.

O uso de “setor agrário” pode esconder profundas diferenças presentes no campo brasileiro desde o início da colonização. Em relação a isso, Oliveira (1991) destaca a consolidação no século XX de distinções quanto às formas de relações de produção, de trabalho e de vínculo com a terra. O assalariamento, forma típica do modo capitalista de produção, por exemplo, não é predominante na agricultura brasileira, sendo a força de trabalho familiar a mais comum.

Desse modo, o “domínio agrário” com a sua expressão camponesa ocultada pelo aparente domínio do latifúndio no setor produtivo não se esgotou com a industrialização. Ao contrário, o capital comercial e industrial continuaria a sujeitar a renda da terra, principalmente a camponesa, no sentido de manter a acumulação, inclusive aquela proveniente do rebaixamento dos salários urbanos com a produção agrícola, a qual pode ser adquirida por preços reduzidos, visto que o limite na produção camponesa é a reprodução da família.

Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento, da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas. (Oliveira, 2007: 40)

Por fim, a questão da discussão sobre a mudança do papel da agricultura com o processo de industrialização e crescimento da população urbana não alterou significativamente o papel da agricultura, principalmente quanto à sua importância na

acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital. O Estado continua atuando no favorecimento da proteção das elites proprietárias de terra e capitalistas da agricultura, por meio de políticas públicas que lhes beneficiam e lhes possibilitam auferir a renda capitalizada da terra, seja sujeitando o trabalho e o fruto do trabalho ao capital, seja atuando na especulação por aquisição, por vias legais ou ilegais, e venda de terras.

A produção agropecuária, concentrada na produção camponesa, acaba sendo pressionada pelos altos custos de produção, pela necessidade de pagamento da renda da terra, bem como pelos baixos preços pagos no mercado pelos seus produtos. Conforme expõe Oliveira:

A questão que se coloca agora é a seguinte: esse processo vertiginoso de transferência de renda da agricultura camponesa para o capital, sobretudo industrial, não terá limites?

Para responder a essa questão, não se pode tomar como referência o limite da exploração capitalista, que é a obtenção do lucro médio; muito menos o limite dos proprietários fundiários, que é o pagamento da renda. É preciso lembrar que o limite para a produção camponesa é a sobrevivência. (Oliveira, 2007: 35)

Tendo que o limite da produção camponesa é a sua sobrevivência, a sua reprodução, o mercado capitalista consegue pressionar ao máximo as famílias produtoras e atender à necessidade de baixo custo dos alimentos em geral, necessário para manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho urbana, a fim de possibilitar melhores condições para a acumulação do capital comercial e industrial.

1.3. O Nordeste em meio à acentuação das disparidades regionais no século XX

As disparidades regionais podem ser mais bem entendidas através da análise das relações econômicas e sociais inter-regionais, inseridas no contexto de economia mundializada. As primeiras décadas do século XX concentram elementos importantes ao entendimento da acentuação dessas desigualdades.

O Brasil, inserido na divisão internacional do trabalho, acaba centralizando e concentrando a acumulação de capital no Sudeste, cabendo ao Nordeste e às demais regiões o papel de consumidoras da produção industrial, de mercadorias importadas do

Sudeste e de outros países, e fornecedoras de força de trabalho para as áreas de crescimento urbano-industrial³⁶.

Ainda assim, esse entendimento é relativizado por Francisco de Oliveira (2008), Andrade (1976; 1998) e Cohn (1976), visto que estes consideram de pouca expressividade o papel de “consumidores” desempenhados pela população nordestina ao longo do processo de industrialização brasileira, pelo fato de a concentração de capital ser tão grande que inviabilizava à maioria da população ter acesso aos bens industrializados então comercializados.

Em sua argumentação, Cohn menciona que o mercado consumidor nordestino se fazia, sobretudo localmente, ou diretamente com o “setor da economia externa”, com o qual estabelecia relação direta:

Mercado esse localizado na Zona da Mata, nos núcleos urbanos costeiros e em alguns pontos do Agreste, mais vinculados ao setor da economia externa. Os pequenos proprietários do Agreste mais pobre e do Sertão – excetuando-se portanto os latifundiários criadores de gado – além de fazerem parte do setor de subsistência, satisfaziam sua demanda em feiras locais e com artigos de artesanato. As próprias atividades comerciais dessas zonas, portanto, não tinham nenhum significado em termos de uma formação de mercado interno regional para produtos industriais. (Cohn, 1976: 33)

A região Nordeste ia sendo configurada como uma região de “relações econômicas” e não de “políticas econômicas”.

Até o fim da década de 30, então, da mesma forma como a industrialização brasileira não é concebida pelo Governo Central como uma meta prioritária e explícita, articulada dentro de uma política econômica formulada em termos sistemáticos (os instrumentos econômicos de que ele lança mão visam sobretudo a

³⁶ No subitem anterior iniciamos o debate em torno da relação entre agricultura e indústria, entre campo e cidade, sobre “a respeito do baixo custo de reprodução do campesinato e sua relação com o baixo custo de reprodução do assalariado urbano”. O que está posto, no caso, é a subordinação da renda da produção camponesa à circulação, ou seja, a pressão cada vez maior para rebaixar os preços da agricultura por parte, principalmente, do capital industrial, que ao longo do século XX passou a ser caracterizado por fusões e associações de modo a constituir grandes grupos de capital monopolista.

Exceção ocorre em setores como da produção da cana-de-açúcar ou na silvicultura, visto que nelas há a circulação de mercadorias está subordinada à produção.

No processo de desenvolvimento do capitalismo, no entanto, a permanência de relações de produção não especificamente capitalistas, como aquelas caracterizadas pela produção camponesa, ocorre de forma contraditória à expansão de relações tipicamente capitalistas, como as assalariadas. Estas se constituem frações do território em que prevalece a agricultura capitalista, conduzida pela lógica de produção de mercadorias e mais-valia.

proteger o setor cafeeiro) o Nordeste não é percebido como uma região-problema em termos econômicos. Vale dizer, não é nem visto como uma região cujo crescimento econômico é importante para o conjunto da economia. Dessa forma, a inserção do Nordeste no conjunto da economia nacional se dá efetivamente no nível das *relações econômicas* e não no nível das *políticas econômicas* adotadas. (Cohn, 1976: 28, grifos da autora)

Ademais, a concepção de Estado centralizador demandou o levantamento e a organização das informações estatísticas para ampliar o conhecimento e o domínio sobre o território nacional. Por isso, a criação em 1934 do Instituto Nacional de Estatística – INE³⁷ e a solicitação para Fábio Macedo Soares Guimarães de uma divisão para fins político-administrativos do Brasil³⁸. No período da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), ainda que a prioridade do Estado centralizador fosse atender aos interesses dos cafeeiros, houve a adoção de medidas cambiais e tributárias mais rígidas e o incentivo à substituição de importações. No pós-guerra, a aquisição de bens de capital foi facilitada para que a indústria nacional conseguisse se reequipar. Na busca por dominação territorial, a então chamada “Amazônia” e o “Centro-Oeste” chamaram a atenção pela baixa concentração populacional e pela pequena expressão econômica. Dentre as medidas que fomentaram a introdução de atividades econômicas que contribuíssem com a acumulação monopolística, em 1946 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para a qual foram destinados 3% da renda nacional e, que posteriormente, em 1966, foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, no governo militar de Castelo Branco.

Para Andrade (1976), esse momento evidencia o início da configuração de processos de regionalização, atrelados ao desenvolvimento do capitalismo, a partir da intenção de introdução de relações assalariadas de produção, a fim de promover a “dinamização econômica” de novas áreas. O autor descreve, por exemplo, o caso do

³⁷ Em 1934, foi extinto o então órgão responsável pelo levantamento de dados estatísticos, o Departamento Nacional de Estatística. Dois anos após a criação do INE, portanto em 1936, as atividades do Conselho Brasileiro de Geografia foram incorporadas e o instituto passou a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

³⁸ A divisão oficial apresentada em 1942 se baseava em divisões naturais. Somente após a II Guerra Mundial começou a se difundir a ideia de regiões fisiográficas e a importância dos aspectos econômicos e sociais. A classificação dos limites geográficos da região Nordeste, por exemplo, variavam entre o IBGE, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e o Conselho Nacional de Geografia (Andrade, 1976).

território do Amapá, em que a inserção da companhia ICOMI, e depois da madeireira BRUMASA, teriam sido responsáveis pela dinamização econômica da área, demandando força de trabalho especializada, mesmo que significativa parcela da população tenha ficado apartada de tais atividades, revelando enormes contrastes.

Regiões deste tipo se formarão ou se encontram em fase de formação em outras áreas da Amazônia como no vale do rio Jari, onde uma companhia multinacional implanta vegetais que oferecem vantagens para a produção de celulose e arrozais para produzirem visando à exportação, ou dos rios Tocantins e Trombetas, face à próxima instalação de uma usina produtora de alumínio no primeiro e de exploração de bauxita no segundo. Em Rondônia, com a exploração da cassiterita e a abertura de áreas à agricultura e na região cortada pela Transamazônica, observa-se fatos semelhantes. (Andrade, 1976: 26)

No Nordeste, a atuação do governo federal até meados do século XX limitou-se a compensar as “perdas”, realizando sucessivos estudos e planos que justificavam investimentos improdutivos e imediatistas relacionados às mitigações dos efeitos da seca.

A cada seca iam sendo adotadas ações específicas para aumentar a disponibilidade de água por meio da construção de barragens e açudes, obras essas que envolviam a força de trabalho da população das áreas afetadas pela seca³⁹ e se apresentam como “obras públicas”, apesar de nem sempre o serem de fato. Os investimentos eram realizados de forma imoderada e sem qualquer ordenação espacial, e as obras, muitas vezes, ficavam inacabadas, em alguns casos sendo retomadas em novos períodos de estiagem ou seca⁴⁰. Marcos históricos são a construção, em 1884, do primeiro açude em Quixadá e a criação no governo de Nilo Peçanha, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, alterada depois para âmbito federal quando se tornou IFOCS. Em 1945, uma nova reformulação no governo federal transforma o

³⁹ O envolvimento da força de trabalho desta população não se restringia às obras hidráulicas. Ao contrário, desde o século XIX parte significativa dos recursos do governo destinados ao sertão nordestino vinculava-se à ocorrência das secas. Os efeitos desta sobre a população eram utilizados como justificativa por parte dos fazendeiros e políticos das províncias sertanejas para angariar recursos junto à Corte. Assim, caminhos, estradas e até mesmo ferrovias, como a Baturité no Ceará, foram propostas e construídas em proveito desta situação (Assis; Sampaio, 2010)

⁴⁰ Tal como ocorreu com os açudes Engenheiro Avidos (Paraíba), conhecido como Boqueirão, e Ayres de Souza (Ceará), antes denominados Piranhas e Jaibara, respectivamente, cujas obras foram iniciadas na seca de 1930-1932, finalizando, contudo, somente na seca de 1936. (Silva, 1984)

IFOCS em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS⁴¹ –, com a destinação, estipulada pela Constituição Federal de 1934, de 4% da receita tributária aos efeitos da seca e 1% para socorro aos “flagelados”. Tal destinação de verbas chegou a ser abolida para ser posteriormente retomada e que, apesar das variações quanto ao percentual e formato, existe até hoje⁴².

Importante também pontuar a aprovação da Lei n. 175 em 1936, que determinava a área que deveria receber maior atenção do Estado em função das secas periódicas, as quais eram associadas à alta perda de produção, basicamente agropecuária, e consideradas calamidade social. Essa área, denominada Polígono das Secas, compreende 2/3 da área total nordestina e municípios do norte mineiro desde então. Seus limites foram revistos e ampliados duas vezes (1946 e 1951) e envolviam os municípios cuja precipitação pluviométrica média anual era igual ou inferior a 800 mm.

Em 1989, por meio da Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, foi criada uma nova definição de “região semiárida” em função da necessidade de delimitação territorial para o uso dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE⁴³:

A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia. (Brasil, 1989)

O critério adotado passou a ser contestado e, após a constituição de um grupo de trabalho específico, o novo critério de classificação passou a considerar, além das precipitações médias anuais (inferiores a 800 mm), o déficit hídrico (risco de seca superior a 60%) e aridez (relação entre precipitação e evapotranspiração). A partir da

⁴¹ O DNOCS tinha como objetivo institucional a realização de obras de infraestrutura, engenharia de açudes, barragens públicas e construção de estradas não pavimentadas, ainda que o uso de qualquer destas obras fosse privatizado. “Em resumo, o papel atribuído ao DNOCS, [...], não passou, apenas, de uma forma de consolidação do poder das oligarquias do algodão e da pecuária”. (Schifino, 1984: 60)

⁴² Anteriormente à Constituição Federal de 1934, mais precisamente em 1920, o IFOCS passou a receber 2% da receita federal, destinada a um fundo criado especialmente para o órgão, o Fundo Especial para obras de Irrigação e Terras Cultiváveis no Nordeste.

⁴³ Esta lei regulamentou artigo da Constituição Federal que instituía também outros dois fundos regionais: o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

última definição, em 2005, a delimitação da área do semiárido aumentou quase 10%, chegando a 969,5 mil km² (Anexo A).

Tais investimentos evidenciavam o início de uma institucionalização das ações do Estado, mantendo, contudo, sua aproximação com latifundiários, propiciando processos de acumulação primitiva, conforme se evidencia no trecho a seguir.

Mas, enquanto o fenômeno das secas e a baixa ou nula produtividade das terras do Agreste sobretudo do Sertão se configuram num problema econômico de sobrevivência dos parceiros e suas famílias, para os proprietários de terra a situação se configura diferentemente: na medida em que o Governo Federal intervenha fornecendo verbas, quer para a construção de açudes, quer para abrir “frentes de trabalho” (principalmente na construção de estradas) e empregue a mão-de-obra vítima das secas, essa medida reverte em vantagem para o latifundiário que, no período de menor atividade em suas terras não tem que pagar os salários para os trabalhadores parados, passando não só a dispor de suas terras para pasto, como também não corre o perigo de que essa mão-de-obra se disperse. Nesse sentido, as próprias medidas do Governo Federal são medidas que protegem e perpetuam o tipo de organização econômica existente. (Cohn, 1976: 44)

Para o Estado, a baixa ou nula produtividade das terras durante os períodos de estiagem e seca⁴⁴, colocava o Nordeste como um “problema regional”, em termos econômicos, e não nacional. Esse caráter nacional só ganharia centralidade em meados dos anos 1950, com a criação, por parte do governo federal, de diferentes órgãos voltados ao planejamento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, como veremos mais adiante no texto.

No plano nacional, o Nordeste, ao contrário, desempenhou papel ativo fornecendo “mão-de-obra, divisas para a importação de equipamentos e capitais privados” (Cohn, 1976: 55), que foram investidos no chamado Centro-Sul, especialmente no estado de São Paulo.

Os próprios nordestinos com capital disponível preferiram investir no Centro-Sul, onde não só o mercado era mais amplo como havia maior capital social básico. Já na década de 30, o Nordeste se apresenta

⁴⁴ Atualmente, segundo a Portaria Interministerial nº 1 (Brasil, 2012: 40): “Estiagem - considerada quando o início da temporada chuvosa, em sua plenitude, atrasa por prazo superior a quinze dias e quando as médias de precipitação pluviométricas mensais dos meses chuvosos alcançam limites inferiores a 60% das médias mensais de longo período, da região considerada”. E a “Seca - estiagem prolongada, caracterizada por provocar redução sustentada das reservas hídricas existentes”.

então como uma região que, deixada ao livre jogo do mercado, não possui nenhuma viabilidade de desenvolvimento. (Cohn, 1976: 30)

Os “nordestinos com capital” aos quais se refere Cohn acima, seriam os mesmos capitalistas e/ou latifundiários que se abasteciam de produtos importados, fosse do Centro-Sul ou dos países centrais. Na divisão regional do trabalho, internacional e nacional, o Nordeste deveria continuar se configurando como consumidor de insumos e equipamentos, em período de contínua redução de demanda por parte do Centro-Sul, não sendo oportuno o seu desenvolvimento industrial⁴⁵, mantendo sua inserção na economia nacional por meio de relações econômicas, sem interesse concreto por parte dos governos federais de atuar no plano das políticas econômicas.

Tais relações expõem justamente o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, constituindo-se o desequilíbrio regional entre Nordeste e Centro-Sul em sua expressão espacial e econômica.

1.4 O Nordeste como “problema nacional”: redenção ao planejamento

Em meados do século XX novas instituições foram criadas por parte do planejamento estatal para atuarem no Nordeste. Em 1948, por exemplo, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF a qual passaria a utilizar a verba de 1% da receita tributária do país para a elaboração e execução de um “plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica” (Codevasf, 2014)⁴⁶.

A CVSF detinha autonomia financeira e administrativa e era subordinada à Presidência da República para desempenhar as seguintes atividades:

- a) organizar e submeter ao Presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de seus rios, melhor

⁴⁵ Ao passo que muitas das análises, como a de Furtado (1959), tenham ressaltado a necessidade de industrialização do Nordeste, pois seu papel como fornecedor de bens do setor primário o atrelaria à menor acumulação de capital - o que por sua vez é comumente associado à ideia de atraso econômico e social -, compreendo que não há associação direta da industrialização com melhoria de condições de trabalho e de vida em geral. Ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas, em busca da contínua “modernização”, tende a acentuar relações já desiguais, pois se inclina a favorecer a concentração de capital, aprofundando problemas sociais das mais diversas ordens.

⁴⁶ Este percentual, previsto para o período de 20 anos, foi definido no Ato das Disposições Transitórias do artigo 29 da Constituinte de 1946. A CVSF, por sua vez, é criada pela Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948.

distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência às exploração de suas riquezas;

b) dar execução ao plano constante da letra a, depois de aprovado pelo Congresso Nacional;

c) assistir e encaminhar para outras áreas as populações que forem deslocadas por exigências dos trabalhos na região;

d) coordenar a ação das unidades administrativas federais, estaduais e municipais, para a execução dos serviços públicos respectivos, ao aplicarem dotações oriundas do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Codevasf, 2014).

O documento prevê a necessidade de desapropriação das áreas que viessem constar no plano de irrigação, bem como propõe que seu uso se dê pela colonização e fixação de populações que tenham sido deslocadas de outras obras do plano geral.

Para Cohn (1976), a CVSF viria a desempenhar “uma política de pequenos serviços”. Após o término do período de vinte anos previstos à CVSF, foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, por sua vez, substituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco – CODEVASF, conforme segue:

[...] Para sucedê-la foi criada, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 292, a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior.

Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, foi instituído, pela Lei nº 6.088, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, que tem como objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação.

Por força da Lei Nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, a Codevasf teve sua área de atuação ampliada para a bacia do rio Parnaíba e, pela Lei Nº 12.196, para os vales dos rios Itapecuru e Mearim. (Codevasf, 2014)

No mesmo ano de 1948 é criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, companhia mista que tinha o Estado como maior acionista. Sua criação foi motivada pela perspectiva de promover a industrialização a partir da geração de energia elétrica pelo aproveitamento da queda da cachoeira de Paulo Afonso. Construída com recursos do Banco Mundial, a inauguração da primeira usina, em 1955, possibilitou inicialmente a eletrificação das localidades regionais e tornou mais concreta as perspectivas de industrialização regional.

Segundo Cohn (1976), a atuação destes órgãos, DNOCS, CVSF e CHESF, era pouco convergente, evidenciando a forma desarticulada como se davam as políticas na região e a forma de atuação do Estado⁴⁷.

[...] isto é, o de ser feito através de uma multiplicidade de organismos, sem nenhuma comunicação entre eles. Isso levava a uma irracionalidade na aplicação das verbas, à superposição de serviços e de áreas sob a responsabilidade de cada organismo, dificultando em extremo o controle do Governo Federal sobre eles. (Cohn, 1976: 60-61)

Na década de 1950, fatos históricos vinculados entre si alteram o tratamento político dado ao Nordeste até então. Destaca-se a criação em 1952 do Banco do Nordeste do Brasil – BNB – com uma subdivisão voltada especificamente aos projetos econômicos regionais, o Escritório Técnico de Estudos do Nordeste – ETENE. Cresciam as tensões sociais no campo, principalmente aquelas articuladas nas ligas comunitárias, posteriormente organizadas como Ligas Camponesas. Ademais, houve a ocorrência de duas secas, uma em 1951-1952 e outra em 1958, que explicitaram mais uma vez o que Callado (1960) viria a chamar de “indústria da seca”, as taxas de desemprego aumentavam e as condições de vida pioravam nos centros urbanos, tornando bastante conturbado o cenário político das eleições de 1958⁴⁸.

Assim, as transformações que marcaram a década de 1950 são indissociáveis de sua herança histórica e revelaram o contexto social, econômico e político que fora utilizado na justificativa de intervenção estatal “planejada” por meio da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

⁴⁷ No entanto, a crítica a esse planejamento “desorganizado” poderia nos levar a defender uma “melhor gestão dos órgãos e da verba pública”, sendo que a nossa intenção é realçar no desenvolvimento histórico as contradições que são próprias do mesmo. Dentre as contradições, está o fato das ações do Estado, dominado por interesses das classes dominantes, nem sempre favorecerem a aceleração da acumulação de capital, tal qual poderia então estar ali ocorrendo caso os órgãos trabalhassem complementando seus interesses e recursos. Consideramos, contudo, que dado que os processos de desenvolvimento econômico se dão em meio à divisão internacional do trabalho, o fato do Estado e suas estruturas estar ou não controlado pelas classes dominantes não é determinante, ainda que influencie, para alterar o movimento mais amplo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

⁴⁸ O termo “indústria da seca” referia-se ao processo envolvendo “ricos” e “poderosos” que se utilizavam de dinheiro dos governos e instituições, principalmente do DNOCS, para a construção de açudes, sistemas de irrigação e rodovias que lhes beneficiassem. No livro *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*, Callado (1960) relata os casos de abuso de poder e desvio de recursos. Originalmente tais relatos eram publicados no Correio da Manhã.

Deste modo, antes de abordarmos as implicações da SUDENE no Nordeste, trataremos de forma breve dos principais aspectos decisivos à sua criação.

1.4.1 As tensões sociais no campo nordestino e o temor nacional aos movimentos camponeses

A partir da década de 1930, devido ao baixo preço pago pelo açúcar, os proprietários de engenhos passaram

[...] a “forar” suas terras a pessoas que cultivavam frutas e cereais destinados a abastecer o Recife e demais centros nordestinos. Passava então o proprietário a viver na cidade, da renda da terra, sem trabalhar na propriedade e, às vezes, visitando-a esporadicamente. Um feitor, homem de sua confiança, cobrava os “foros” anuais, fiscalizava a prestação do “cambão” ou da “condição” e servia de intermediário entre o proprietário ausente e os que lavravam a terra.

No período posterior à guerra de 1939-45, os altos preços do açúcar e a abertura de estradas provocaram a ampliação da capacidade das usinas que foram reequipadas e passaram a conquistar as terras marginais. Essa conquista seria feita à custa do desaparecimento dos antigos banguês – os senhores-de-engenho tornavam-se fornecedores de cana – e com sacrifício dos foreiros que eram expulsos de seus sítios, afim de que os canaviais das usinas se expandissem imperialissimamente pelas terras que lavravam, às vezes, há dezenas de anos. Assistimos pessoalmente ao desmonte de velhos pomares e cafezais devido à sede impiedosa de terras para a cana nos municípios pernambucanos de Vicência e Amaraji. (Andrade, 1998: 261)

O pagamento da renda da terra em dinheiro pelos foreiros ocorreu, assim, principalmente nos engenhos de “fogo morto”, onde a distância e o custo do frete não compensavam a produção e a comercialização do açúcar. Conforme menciona Andrade, com o aumento do preço do açúcar os engenhos retomam o cultivo da cana, tornando-se fornecedores de cana e utilizando as terras dos foreiros para aumentar a área cultivada, aumentando o foro cobrado nas terras restantes. Os camponeses passaram a ser expulsos e, mesmo quando permaneciam, acompanhavam a supressão de seus roçados.

É neste contexto que, desde os anos 1930, as chamadas sociedades beneficentes de defuntos “[...] foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros,

moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata contra o latifúndio” (Oliveira, 1996: 22)⁴⁹.

Paralelamente o então Partido Comunista do Brasil – PCB⁵⁰ iniciou sua atuação em meio a sua mobilização dos horticultores da região do Recife e passou a chamar de “Ligas” os grupos articulados no campo, numa época em que a organização sindical rural era proibida. O principal objetivo do PCB era expandir sua área de atuação e influência, incorporando os camponeses na luta por um mundo comunista, numa aliança operário-camponesa, na luta contra o latifúndio e o imperialismo. A mobilização é em parte interrompida quando o Governo Eurico Gaspar Dutra coloca, em 1947, o PCB na ilegalidade e cassa em 10 de janeiro de 1948 o mandato de seus deputados sob a justificativa de que o partido se opunha ao caráter nacionalista.

Passada quase uma década, em 1955, os chamados “Galileus” que lutavam contra o aumento do foro no Engenho da Galiéia, no município de Vitória de Santo Antão/PE ganharam projeção nacional. Em articulação com membros do Partido Comunista do Brasil – PCB, e sob a orientação do então advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, Francisco Julião, houve a decisão de criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPP⁵¹. Seu principal objetivo tornou-se a organização da luta pela aquisição do Engenho como forma de cessar o pagamento da renda da terra em dinheiro⁵².

⁴⁹ Havia, contudo, uma diferença crucial entre os foreiros e trabalhadores das usinas. Ao passo que o primeiro detinha parte dos meios de produção, o segundo, trabalhadores, tinham unicamente como opção a venda de sua força de trabalho aos usineiros e dependiam da moradia de favor. Logo, a potencialidade na luta dos primeiros tendia a ser maior, visto sua capacidade de reprodução através do plantio do algodão e de seus próprios alimentos. Passaram, assim, a lutar por seus direitos e a se opor aos consecutivos aumentos no pagamento da renda da terra.

⁵⁰ Fundado em 1922, o PCB mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro (mantendo a sigla PCB), em 1960. Um racha interno criou um novo partido, de orientação maoísta, chamado Partido Comunista do Brasil, atual PC do B.

⁵¹ A justificativa pela constituição de uma sociedade civil ao invés de um sindicato residia no fato da aprovação deste último ser subordinada à aprovação do Ministério do Trabalho. Considerando, então, a probabilidade de negação da criação de um, e a pequena burocracia associada à garantia da representatividade institucional como entidade de sociedade civil, Francisco Julião, o qual além de socialista era deputado e advogado, orientou a Liga pela segunda opção.

⁵² Inicialmente, os camponeses se articulavam para obter recursos ao enterro dos mortos, vide a formação das sociedades beneficentes de defuntos. A formalização como Sociedade também tinha a intenção de conquistar melhorias para a produção no campo. Contudo, a luta contra o aumento do foro e deterioração

Era o sinal o radicalismo de que já se achava impregnado o campesinato. Esse radicalismo se expressava constantemente nas lutas corporais com a polícia e o capanga. Diante da falta de segurança, pois nem os advogados escapavam à violência [...] os camponeses da “Galiléia” organizaram sua força e resistência passiva. (Julião, 1962: 24)

Julião tinha como propósito contribuir à estruturação política e ideológica dos camponeses para que eles pudessem, por si mesmos, libertar-se das situações de opressão. A imprensa logo associou o movimento ascendente às Ligas dos anos 1940, claramente no intuito de torná-la ilegal, associando aos conflitos e atuação do Partido Comunista do Brasil, PCB, à época.

A mobilização no Engenho Galiléia e, especialmente, a atuação incisiva de Francisco Julião denunciando a situação camponesa frente ao “cambão” e o “foro” na imprensa e na Câmara, motivaram o surgimento de outras ligas camponesas, não somente no Nordeste, mas também nos estados do Rio de Janeiro e Goiás. O movimento se fortaleceu principalmente na Zona da Mata, onde os canaviais estavam se expandido, tomando as terras de cultura dos foreiros. Expulsos da terra, passavam à situação de moradores de condição e, por vezes, eram transformados em trabalhadores assalariados não residentes e temporários (Andrade, 1998).

No mesmo ano de explosão política da liga no Engenho Galiléia, 1954, é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, ligada ao PCB para organizar, unificar e, principalmente, direcionar a luta camponesa no Brasil em torno de seus interesses. Ao longo desta década, a quantidade de sindicatos registrados e de organizações independentes foi aumentando significativamente, reunindo mais de 80 mil trabalhadores.

No entanto, a aproximação do Partido Comunista do Brasil à União Democrática Nacional – UDN, partido explicitamente direcionado aos interesses dos latifundiários e capitalistas, marca o distanciamento por divergência de objetivos do Partido em relação às Ligas Camponesas.

das condições de vida no campo, assim como a defesa dos direitos às benfeitorias por parte das famílias camponesas expulsas, ganharam centralidade na luta das Ligas Camponesas.

A ideologia partidária no PCB não reconhecia a luta camponesa e sua lógica de reprodução. Assim, interessados no desenvolvimento industrial do Nordeste, como caminho para a união proletária, o PCB aliado à UDN participou ativamente da eleição de Cid Sampaio, um usineiro, para a prefeitura de Recife e depois para governador estadual, em 1958. Para o Partido Comunista do Brasil, essa seria a etapa necessária à revolução.

As Ligas Camponesas, por sua vez, passaram a ter como objetivo a efetiva realização de uma reforma agrária radical, especialmente após a aprovação da desapropriação do Engenho Galiléia em 1960, no governo de Cid Sampaio. O primeiro núcleo das Ligas tornou-se rapidamente símbolo, inclusive internacional, da luta camponesa contra o latifúndio e os capitalistas da agricultura.

Por outro lado, a desapropriação foi também utilizada, pelo Estado, como um instrumento na tentativa de recolocar as vias legais na pauta de luta do movimento camponês. Sua liderança, Francisco Julião, contudo, se mostrava incrédulo, recusando alianças e aproximações a João Goulart, como deixou explícito no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1961, da mesma forma que apoiou a continuidade da pressão pela reforma agrária “na lei ou na marra”, mesmo sob o governo estadual de Miguel Arraes, conhecido e próximo dos movimentos populares.

A recusa a colaborar com o Estado teve, portanto, consequências imediatas, concedendo às organizações sindicais mais oficializadas maior poder de controle sobre o movimento camponês do período. A partir daí, redefiniu-se o papel das Ligas, que passaram muitas vezes a expressar os interesses mais autônomos da base camponesa que representavam, em detrimento de uma liderança populista ligada a camadas e interesses políticos externos ao campesinato enquanto classe: estudantes, intelectuais, jornalistas, militantes de partidos políticos de origem urbana etc. Enquanto isso, a liderança intermediária, e de origem camponesa, manifestou muitas vezes sinais mais evidentes de autonomia. Nesses casos, ora coexistiam, ora eram absorvidas pelas organizações sindicais, mas, ao serem incorporadas, induziam os sindicatos a adotar - sob a pena de perder o controle sobre seus próprios associados - as reivindicações básicas de luta pela terra às quais esses mesmos sindicatos eram inicialmente pouco sensíveis. (Camargo, 2013)

As discordâncias entre as Ligas Camponesas e o PCB transformam-se em cisões, especialmente após o 1º Congresso de 1961, organizado pela ULTAB. Somente em

1963, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG⁵³ – reunificou, de certo modo, a luta, ou seja, poucos meses antes de sofrer intervenção federal, com o golpe militar. O momento era disputas e aliciamentos dos camponeses em luta por parte dos partidos políticos e por segmentos da Igreja Católica⁵⁴.

No contexto de vitória de Miguel Arraes a governador do Estado de Pernambuco em 1962 e sua predisposição política à realização de transformações no campo mais favoráveis aos camponeses e trabalhadores rurais, dezenas de greves são realizadas e, com elas, a repressão chega na forma da violência extrema: o assassinato. Dentre as mortes, está a de João Pedro Teixeira em 1962, líder de uma das maiores ligas camponesas, a Liga do Sapé no Estado da Paraíba.

[...] O poder de pressão possibilitou a elevação do salário real e do poder de compra dos trabalhadores, promovendo notável ampliação no mercado interno e uma expansão de pequeno e médio comércio das cidades interioranas. Houve, assim, no curto período de 400 dias de governo, grande tensão social, acompanhadas de consolidação da consciência dos direitos, pelas classes sociais menos favorecidas, e uma elevação do nível de vida da população. (Andrade, 1998: 221)

A partir da pressão social por parte do movimento camponês, incluindo a ação articulada de Julião e do Partido Comunista, o Governo Federal aprovou em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural e a partir deste a sindicalização rural pôde ser regulamentada. Era, contudo, interesse do governo federal, presidido por João Goulart, expandir a sindicalização rural e, assim, aumentar o controle dos movimentos do campo, assim como supostamente já tinha sob os movimentos da cidade.

O Golpe Militar em 1964, contudo, desarticulou rapidamente os sindicatos e impôs o encerramento das atividades ligadas às Ligas Camponesas. Seus membros e líderes se tornaram foco da repressão militar em vista às suas articulações e capacidade

⁵³ A CONTAG foi legalmente reconhecida somente em janeiro de 1964, para, meses depois ser destituída pelo Golpe Militar.

⁵⁴ De acordo com Dias (2007: 11) “Parte da Igreja Católica passou a se dedicar a sindicalização rural com intuito reacionário, defendiam uma reforma agrária desde que a propriedade privada fosse respeitada, dentro dos limites do bem comum, que é constituído pela função social que esta propriedade desempenha”.

de mobilização, considerados ameaça à propriedade capitalista da terra e integridade nacional.

Deposto o Governo de Arraes, pensaram os proprietários mais conservadores em impedir a continuação da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e em fechar os sindicatos, mas as autoridades militares, compreendendo a inoportunidade da aplicação de tal medida, em um momento de consolidação do poder, limitaram-se a fechar as Ligas Camponesas, consideradas mais radicais, e em afastar das lideranças sindicais, os líderes mais ativos, mais reivindicadores, transformando os sindicatos principalmente em organismos assistenciais que fornecem ao trabalhador a assistência médica, jurídica e odontológica e que fiscalizam a aplicação do salário mínimo no meio rural. (Andrade, 1998: 221)

Os sindicatos que não tiveram suas atividades interrompidas e foram transformados em “[...] organismos assistenciais que fornecem ao trabalhador a assistência médica, jurídica e odontológica e que fiscalizam a aplicação do salário mínimo no meio rural” (Andrade, 1998: 221).

No debate sobre a potencialidade ou não revolucionária do movimento camponês, Cohn (1976) coloca que os camponeses acabaram encontrando no sindicalismo o atendimento às suas reivindicações “mais imediatistas”, adotando carácter mais reformista e menos revolucionário de luta. Seria uma mistura de misticismo, violência e cultura nordestina.

Assim, embora a competição entre as várias facções políticas pela liderança da massa rural seja acirrada, o significado mais profundo da mobilização dos camponeses continua a ser muito mais imediatista, de cunho reivindicatório por assalariamento dentro de contratos de trabalho, e por melhor remuneração. (Cohn, 1976: 77)

Cohn (1976), assim como Francisco de Oliveira (2008) argumentam que embora o movimento camponês tivesse atingido importante dimensão política, a sua potencialidade revolucionária foi exaltada pelo Governo Federal para justificar a retomada do controle da região, principalmente após as eleições de 1958.

Compreendemos, contudo, o campo brasileiro é caracterizado pelo conflito entre as classes sociais. Envolvem latifundiários e capitalistas da agricultura, seus jagunços e outros mandatários, e também os posseiros, camponeses-proprietários, camponeses-rendeiros, quilombolas e indígenas na luta pelo domínio e uso das terras para viver e produzir, de outro. Neste sentido, a dimensão socioterritorial das Ligas Camponesas foi expressiva, principalmente se considerarmos a influência sobre outros movimentos no período que antecedeu ao Golpe Militar.

Além disso, havia uma polarização entre o PCB e a Igreja Católica que compreendiam que tinham o “dever” conscientizar o produtor de que ele era um trabalhador, à semelhança do trabalhador urbano, porém atuando no “rural”. As Ligas Camponesas, por outro lado, compreendiam que os camponeses constituíam uma classe distinta dos trabalhadores da cidade e empreendiam a luta pela terra de trabalho, fosse ela privada ou não. Desse modo, a sindicalização rural proporcionava benefícios à parcela assalariada no campo, sendo que muitos seguiam na lida pela terra de trabalho e, portanto, negando o assalariamento e a perda completa dos meios de produção.

Os conflitos e as diferentes formas de atuação no campo ocorriam paralelamente à continuidade da visão da seca como um problema hidráulico legitimador da solicitação de verbas, da disputa e acordos entre a elite local e órgãos para gerir recursos beneficiando o capital comercial e industrial.

O DNOCS acabou se caracterizando como o órgão executor de grandes obras envolvendo parte dos trabalhadores das médias fazendas nos períodos de menor demanda de trabalho. Aos fazendeiros esse sistema tornava desnecessária a manutenção da força de trabalho não ocupada, consequentemente uma forma de evitar o dispêndio de recursos. Estes, por sua vez, tinham grande influência na definição da localização dos açudes e poder sobre os empregos e sobre as vidas dos nordestinos, desempenhando também forte influência política.

No momento [1960], o proprietário relapso das bacias de irrigação tudo recebe do DNOCS e nada dá em troca à Nação. O sistema é perfeito. O proprietário, que não é desapropriado, valoriza, recebendo água do governo, sua terra em 100%. Não paga salário mínimo a ninguém, usando, como um paxá, da mão-de-obra abundante e barata. Quanto há seca, manda seus operários ganhar dinheiro no DNOCS, nas chamadas obras de “emergência”. Acabada a “emergência” o DNOCS restitui ao proprietário esses “braços”. (Callado, 1960: 57)

A própria dinâmica dos grandes proprietários, juntamente com o DNOCS e de outros órgãos federais como a CODEVASF e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER criava especialmente nos períodos de estiagem prolongada a movimentação diária dos camponeses até os centros urbanos pela manhã em busca de trabalhos ocasionais e pontuais nas obras públicas ou nos latifúndios.

Desse modo, o Nordeste passou a concentrar denúncias de corrupção envolvendo os recursos federais em medidas “improdutivas” as quais se caracterizavam por ações emergenciais, aleatórias e desordenadas. Os investimentos improdutivos

visavam minimizar de forma imediata os efeitos da seca e estavam dissociados de projetos mais amplos de desenvolvimento (Cohn, 1976). Tais práticas passaram ser alvo de críticas por parte do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, criado para propor estratégias de desenvolvimento ao Nordeste em função do aprofundamento das desigualdades regionais. Celso Furtado (1959a) e sua equipe passaram a criticar o mecanismo de transferência de rendas entre o Centro-Sul e o Nordeste. Verificaram que estava em curso uma política de aprofundamento das desigualdades regionais devido à realização de despesas federais “improdutivas” destinadas a mitigar os efeitos da seca, as quais mantinham baixa a capacidade produtiva da região, e que pouco compensava a transferência migratória de recursos nordestinos, “produtivos”, transformados em capital na produção industrial no Centro-Sul (Furtado, 1959a).

A injeção de recursos voltados aos efeitos da seca transformou-se num instrumento político utilizado tanto pelos órgãos públicos federais e elites locais, quanto por grupos da oposição. De um lado havia o desvio das verbas públicas para influenciar os “currais eleitorais”. Por outro, a oposição denunciava a continuidade da gravidade dos flagelados e do desemprego, como prova da ineficiência das ações daqueles que tinham acesso aos recursos e aos projetos públicos (Cohn, 1976). A seca ficou emblemática nesse sentido visto que o fenômeno natural fora, mais uma vez, utilizado como instrumento político e justificativo para o rateio de verbas entre estados, municípios e distritos.

A reação do Governo Federal diante da seca de 58 não fugiu à regra: foram votadas verbas de socorro, foram enviados alimentos, remédios e instrumentos de trabalho (pás, picaretas, etc.) e se criaram as “frentes de trabalho”. O DNOCS foi mais uma vez o órgão central dessas atividades, chegando a empregar 400.000 homens, enquanto o DNER empregava 140.000. (Cohn, 1976: 69)

O momento desta seca foi marcado também por disputadas, e conturbadas, eleições estaduais, o que para alguns como Cohn (1976) teria rompido com a aliança entre o Governo Federal e o poder local a qual dava sustentação à “indústria da seca”. Os partidos de cunho populista conquistaram maior projeção e, de certo modo, romperam com a hegemonia de poder dos latifundiários locais. Nessas eleições, houve, por exemplo, a conquista de Cid Sampaio em Pernambuco que apresentou propostas de governo semelhantes às aquelas apresentadas pelo Grupo de Trabalho para o

Desenvolvimento do Nordeste – GTDN⁵⁵ em relação ao processo de industrialização do Nordeste.

Ademais, as eleições de 1958 teriam expressado a crença no “planejamento” para a solução dos problemas regionais, especialmente das tensões sociais e políticas. Desta forma, simbolizou a negação da visão de “Nordeste-problema” atrelado à questão climática, para realçar mudanças que atendessem os interesses dos empresários e industriais da região Sudeste, principalmente.

Por mais que houvesse proximidade entre as plataformas dos candidatos vitoriosos de 1958 e do governo de Juscelino Kubitschek, esta nova postura significaria a perda de poder que o governo central detinha em relação à política regional e local mantida pelo “clientelismo” estabelecido há décadas, tanto no campo por meio das ações voltadas a minorar os efeitos da seca, quanto nas cidades, em vista das ações de contenção das tensões sociais provocadas pelo crescimento rápido e desigual.

Sobretudo a partir de 1958 o Nordeste passa a configurar como um problema de segurança nacional. A seca desse ano, conjuntamente com o resultado das eleições, põem em evidência a região como uma área explosiva, na medida em que as tensões sociais se tornavam cada vez mais agudas. As tensões sociais locais passam para primeiro plano, e a preocupação para com elas se traduziu em termos de serem concebidas como um perigo separatista, de a região se desvincular do país. Julgava-se, então, que a grande disparidade de graus de desenvolvimento e de nível de vida entre as diferentes regiões brasileiras poderiam se traduzir numa desagregação nacional, e isto num governo cuja tônica política principal é exatamente a da integração nacional”. (Cohn, 1976: 103)

Deste modo, a criação da SUDENE no ano de 1959 se deu também por este fator político, dada a necessidade de retomar a centralização de poder. Ademais nesse momento histórico, os camponeses que trabalhavam e utilizavam as terras dos engenhos, bem como os trabalhadores das usinas, passaram a sentir os efeitos do aumento do preço do açúcar no mercado internacional de um lado, e a da concorrência com a produção no Centro-Sul, de outro.

⁵⁵ Vinculado diretamente à presidência da República, foi criado em 1957 para analisar a questão nordestina e propor um plano de trabalho que conduzisse a alterar os rumos de desenvolvimento econômico no Nordeste, de modo que a região pudesse acompanhar o processo de industrialização brasileira.

Em meio à estrutura fundiária extremamente concentrada, a expansão dos canaviais se deu sob os roçados e repercutiu no aumento do foro pago pelos camponeses. As pressões sociais demandavam transformações no campo. A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural data desse período e, contraditoriamente, provocou a demissão dos trabalhadores rurais por parte dos capitalistas de engenho que buscavam garantir a reprodução ampliada do capital em níveis satisfatórios.

No sertão, por sua vez, houve intenso processo de migração para as centralidades urbanas na década de 1950. Havia por parte destes a perspectiva da conquista de emprego, principalmente no Centro-Sul, em vista do desenvolvimento industrial e urbanização, em ambiente demandador de força de trabalho pouco qualificada e mal remunerada.

Para Furtado, mais uma vez, a problemática estava centrada na ausência de projetos de desenvolvimento econômico adaptados ao meio, pois afirmava que os transtornos se davam a qualquer atraso do inverno, explicitando a “fragilidade da economia regional” (Cohn, 1976).

Dentre as consequências da expulsão do camponês de suas terras e do trabalhador do campo das usinas, estava a migração para centros urbanos regionais, os quais estavam, por sua vez, também afetados por altas taxas de desemprego, intenso crescimento demográfico em total descompasso com a infraestrutura urbana⁵⁶.

[...] o problema do Nordeste é talvez mais grave nas regiões úmidas do que nas semiáridas. A ênfase no problema das secas dificultou esse exato diagnóstico. Entretanto, é nas regiões úmidas que a mortalidade infantil é mais elevada, que é mais curta a perspectiva de vida, que é mais miserável a dieta do trabalhador comum. Por outro lado, é nas regiões úmidas que os recursos de terras são flagrantemente subutilizados e é dela que emigram permanentemente capitais para as regiões mais ricas do Sul do país. E também é nessas regiões que estão concentradas duas terças partes da população nordestina. (Furtado⁵⁷, 1962 apud. Cohn, 1976: 66-67)

⁵⁶ Outra referência às péssimas condições de vida vivenciadas nos centros urbanos, como Recife, estava nas habitações extremamente precárias, tendo que mais da metade da população se concentrava nos mocambos e palafitas.

⁵⁷ Furtado, Celso. A Luta pelo Nordeste e a Estratégia da SUDENE, Presidência da República, SUDENE, mim. Publicação interna p. 5, também transcrito em Furtado, C. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

Também o historiador Raul Aquino, nascido em Ouricuri/PE e que chegou a publicar um livro especificamente sobre a história e a genealogia deste município, criticava a falta de políticas voltadas para a especificidade da agricultura no semiárido, bem como discordava da vinculação do Sertão à fome e da Mata à abundância, como segue na citação com trechos destacados abaixo.

[...] Há necessidade de o governo intervir mais intensamente com ajuda às atividades agropastoris no sertão. É uma área que tem condições de boa reserva de gado e produtos agrícolas, falta adaptar-se a condições técnicas próprias a este tipo de região. [...] Há quem diga que se trata de uma gente indolente. A afirmação não merece crédito. A disposição do sertanejo ao trabalho ninguém supera. Se não é rico, a culpa não lhe cabe, a natureza é que não ajuda. Apesar dessas vicissitudes, não vive na faixa da chamada fome crônica como o homem de terra rica do litoral ou Agreste do Nordeste brasileiro. A fome do sertanejo é periódica, apenas se torna mais aguda por ocasião das secas. Para Euclides da Cunha, o “sertanejo é antes de tudo um forte”, certo, apesar de ser desassistido dos poderes públicos. (Aquino, 1982: 71)

Com o novo cenário político e à luz dos acontecimentos da década – pressões sociais no campo, contínua migração interna, piora das condições de vida nas cidades e inefetividade das políticas públicas no sertão - são elaboradas, principalmente pelo GTDN, propostas de desenvolvimento econômico regional via industrialização do Nordeste.

1.4.2 A criação da SUDENE e o planejamento estatal

O contexto econômico, social e político do Nordeste do final dos anos 1950 coloca a região na pauta da política nacional. Caracterizada como uma “área explosiva”, a promoção do desenvolvimento econômico por meio do planejamento regional era posta como a saída para as crescentes tensões políticas e sociais, no campo e na cidade.

[...] Vale dizer, o desenvolvimento do Nordeste se torna necessário para a manutenção do padrão de integração do sistema político e social nacional, e não para a expansão, em termos econômicos, do sistema capitalista de produção no Brasil. (Cohn, 1976: 64)

A década de 1950 marca, assim, a ruptura da forma de tratamento da questão da seca no Nordeste. O fenômeno das estiagens deixa de ser considerado “[...] único responsável pelos problemas enfrentados pela região – e nesse sentido superestimado – como também deslocado e isolado do contexto econômico regional” (Cohn, 1976: 63).

A justificativa de intervenção, neste sentido, se fez, não pelo “problema-regional-climático” ou por necessidades estruturais de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas pelo “problema-nacional-político” atrelado à insegurança nacional provocada pelas tensões sociais e políticas. Além disso, do ponto de vista econômico e na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, o Nordeste estava desempenhando importante papel na sua relação com o desenvolvimento industrial do Centro-Sul. Por outro lado, a perspectiva de novas possibilidades de aplicação de capital no Nordeste provocou apoio de empresários e industriais sulistas às promessas de transformações.

Neste sentido, a criação da SUDENE se faz no contexto do governo de Juscelino Kubitschek, exaltado por suas proposições de planejamento estatal, subsequente à aprovação do Plano de Metas⁵⁸, em 1956, e dos estudos elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN.

Em 1958 o governo federal decidiu, então, transformar o GTDN no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste – CODENO, de modo que fosse instrumento transitório até a instauração da SUDENE, que viria a ocorrer em 15 de dezembro de 1959 por meio da Lei nº 3.692.

A CODENO continua a desenvolver seus estudos e análises sobre o Nordeste e convida o economista Celso Furtado, então diretor no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, para compor e liderar sua equipe de profissionais⁵⁹.

⁵⁸ O Plano de Metas (1956) para o Brasil explicitou a política econômica voltada ao desenvolvimento industrial a considerar as transformações na divisão internacional do trabalho: “A destruição dos ‘antigos centros industriais’ tem essa finalidade consciente e o deslocamento espacial da indústria é acompanhado de uma desqualificação e baixa de salários e, frequentemente, feminização da mão-de-obra.” (Goldenstein e Seabra, 1982: 25).

⁵⁹ Dentre eles, está Francisco de Oliveira utilizado como referência em algumas de nossas reflexões neste Capítulo 1. Furtado, por sua vez, interpretava a economia brasileira como periférica, caracterizada por ser desarticulada e dual, entre o setor de exportação e o de subsistência. As teses estruturalistas foram amplamente utilizadas na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e constituíram a principal influência sob a visão de desenvolvimento para o Nordeste no GTDN, conforme mostra o próprio diagnóstico “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, de 1959, o qual norteou as primeiras ações na SUDENE. Francisco de Oliveira, contudo, logo no início dos anos 1970 escreve o ensaio, transformado em livro, “Crítica à razão dualista”. Pretendemos aqui contrapor seu método estruturalista ao método do materialismo histórico-dialético através do qual temos buscado compreender a totalidade.

Era como se o planejamento regional, a partir da ótica do desenvolvimento econômico, e não mais pautado por proposições de engenharia hidráulica, tivesse chegado para superar seus “problemas econômicos”, e pudessem objetivamente mitigar seus problemas “sociais e políticos”, visto que afetavam ou poderiam afetar todo o território nacional.

[...] Nordeste adquire significado nacional pela magnitude das tensões sociais ali existentes, e pelos problemas políticos da região que se apresentam para o Governo Central. (Cohn, 1976: 64)

O período de redação do projeto de lei que viria a criar a SUDENE foi repleto de disputas e embates entre latifundiários, líderes parlamentares e a visão planejadora e técnica que alicerçava o governo federal de Juscelino Kubitschek e os governos estaduais. Assim, enquanto os grupos atuantes no DNOCS não queriam que o futuro órgão de planejamento interferisse no uso das verbas destinadas à mitigação dos efeitos da seca, a CHESF se mostrava mais favorável em relação às proposições da SUDENE, visto que havia interesse mútuo no aumento de oferta de energia.

Andrade (1976, 1998) atrela a criação da SUDENE às disparidades econômicas entre o “arcaísmo” do Nordeste e o “dinamismo” do Sudeste. Deste modo, a criação de agências de desenvolvimento⁶⁰ na época pretendia “corrigir as distorções existentes” (1976: 27).

O processo de descapitalização do Nordeste, face ao Sudeste do país, iniciado no século XVIII por ocasião do ciclo do Ouro e intensificado no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, empobreceu consideravelmente a região e levou o Governo Federal a estudar o problema e criar uma série de medidas que levassem ao soerguimento econômico da região, evitando a ampliação dos desníveis no País. Daí a criação em 1959, de uma agência de desenvolvimento que deveria coordenar e superintender as medidas tomadas pelo Governo com a finalidade de dinamizar a economia regional. (Andrade, 1976: 71)

Contudo, conforme abordamos anteriormente, a situação econômica do Nordeste era parte das condições do desenvolvimento desigual e combinado, e não o contrário, um “problema” (Cohn, 1976). A criação da SUDENE, embora justificada pelos fatores econômicos, foi profundamente motivada pelo contexto social e político da década de

⁶⁰ Referindo-se à criação da SUDAM no ano de 1966, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO em 1967, além da própria SUDENE.

1950. Conforme vimos, as próprias pressões enfrentadas pelo Governo Federal em responder às tensões sociais e políticas promovidas pelo movimento camponês das Ligas Camponesas, pelo flagelo das secas de 1951-1952 e de 1958, pela acentuação do desemprego nas áreas úmidas e pelas próprias eleições de 1958.

De fato, após as secas da década de 1950, parte dos políticos e acadêmicos passaram a considerar que o coronelismo e a concentração fundiária deveriam ser combatidos mas que a seca, em si não era o problema do Nordeste. O problema constava no baixo desempenho das atividades agrícolas e industrial, as deficiências de infraestrutura e de qualificação da mão-de-obra. Para além do tipo de estrutura econômica então existente, o aumento da desigualdade tinha que ser compreendido pelas relações estabelecidas no conjunto da economia nacional.

Como primeiro superintendente da SUDENE, Celso Furtado em seu discurso ao assumir o cargo, critica as forças locais inseridas no plano da política estadual e que controlam as ações e impedem o controle por parte do Governo federal. Da mesma forma,

[...] as proposições do Plano de Ação elaborado pelo GTDN, e que se transformaram na linha-mestra da SUDENE, representam a integração horizontal do desenvolvimento da política Kubitschek; são mesmo a realização do “nacional-desenvolvimentismo”, na medida em que representam a integração horizontal da proposta integração vertical da economia, contida no Plano de Metas. (Cohn, 1976: 154)

Dentre tantas ações promovidas pela SUDENE, as diretrizes do Plano de Ação do GTDN, mencionado acima consistiam em:

Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torna-la mais resistente ao impacto das secas; e

Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida. (Brasil, 1967)

As quatro diretrizes acima, principalmente as duas últimas, deixam claro o interesse de intensificar a produção agrícola na "faixa semiárida", objetivando o

aumento de produção de matéria-prima, a liberação da mão de obra para o trabalho nas plantas industriais e atender ao esperado aumento da população urbana.

Apesar dos primeiros anos da SUDENE terem sido pautados pelo Plano de Ação, o golpe de 1964 incorreu em mudanças importantes no seu direcionamento. Dentre as ações implementadas, destacou-se o Sistema 34/18⁶¹, que teria sido criado para “dar emprego à mão-de-obra subempregada e desempregada existente no campo ou vivendo como marginais nas cidades” (Andrade, 1976: 72)⁶². Francisco de Oliveira (2008) e Cohn (1976), por sua vez, desenvolvem argumentação no sentido de mostrar como os capitalistas do Centro-Sul se beneficiaram com este incentivo fiscal, dentre outros que a SUDENE implantou, o que explicita, portanto, como a modernização é contraditória e como o desenvolvimento desigual move a acumulação.

As proposições da Superintendência sugerem desde os primórdios a existência de mecanismos econômicos capazes de facilitar a entrada dos interesses do Sudeste na região nordestina (OLIVEIRA, 1975). A forma de “resolução” dos conflitos sociais em nível nacional, em 1964, “resolve” também a dominação da burguesia industrial monopolística às classes dominantes regionais, através do caráter fortemente autoritário assumido pelo Estado. Somente a partir daí se configura de maneira clara uma atuação da SUDENE favorável ao capital monopolístico, através basicamente do mecanismo de incentivos fiscais. (Goldenstein; Seabra, 1982: 37)

Os “favores fiscais” gerenciados pela SUDENE contribuíram enormemente ao movimento de concentração e centralização do capital em grandes grupos monopolistas da economia nacional, poucos dos quais pertencentes aos capitalistas industriais nordestinos, em geral pertencentes às indústrias alimentícias de Recife e Salvador, as quais já eram parte ou estavam em vias de compor os grupos econômicos de destaque nacional. Goldenstein; Seabra (1982: 37) destacam que chegou a ocorrer uma transformação da estrutura industrial do Nordeste, “[...] através da abertura de filiais e

⁶¹ O Sistema 34/18 foi criado pela SUDENE de forma a permitir que os pessoas físicas ou jurídicas nacionais, e posteriormente também estrangeiras, deduzissem até 50% dos impostos devidos à União através de investimentos realizados no Nordeste.

⁶² Em diversas outras passagens, Andrade faz críticas à forma como o Sistema 34/18 fora utilizado pelos grandes grupos econômicos, fosse da agricultura, do comércio e da indústria. No entanto, faz ao mesmo tempo menções mostrando como o desenvolvimento do capitalismo no campo poderia contribuir para a redução das desigualdades sociais, ao dinamizar economicamente “áreas despovoadas”, por exemplo.

subsidiárias, sobretudo das grandes empresas monopolísticas de capital estrangeiro e/ou nacional situadas no Sudeste.”

No campo, houve incentivo a partir de benefícios fiscais a projetos, mencionados adiante, que se beneficiavam do rebaixamento dos custos de produção. Desse modo, a perspectiva de desenvolvimento nacional populista dos governos de Getúlio Vargas (1930 -1937 e 1951 – 1954) e desenvolvimentista planejadora do Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), ganham novos objetivos e estratégias na forma de intervenção estatal, que modificou diretamente as ações previamente pensadas pelo grupo GTDN para a SUDENE.

A ideia de domínio e controle do território nacional se daria por meio da promoção de ocupação populacional, fazendo com que os investimentos em transporte continuassem sendo empregados na construção de novas vias rodoviárias voltadas à circulação de produtos primários ou secundários. Neste período, na década de 1960, diversos setores do governo federal, apoiados também por discussões acadêmicas, são influenciados pela teoria da polarização de Perroux, materializando ideias e formulações de “desenvolvimento” que corroboram com o modo capitalista de pensar.

Além da construção de rodovias, houve o aumento de subsídios a determinados produtos agrícolas, a aprovação da legislação trabalhista no meio rural por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, a aprovação do Estatuto da Terra em 1964⁶³, o fomento às indústrias de insumos agrícolas (com Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965), assim como de tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, desenvolvimento da indústria de medicamentos e assistência veterinária.

⁶³ O Estatuto, Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, foi aprovado na tentativa de conter os movimentos camponeses que lutavam por mudanças radicais no campo, especialmente as ligas camponesas. Para Andrade (1998: 222) “O Estatuto da Terra, promulgado no Governo Castelo Branco, mas resultante ainda das pressões de base dos anos que o precederam, visava desenvolver uma política de reforma agrária e de colonização. Tentava na verdade, alcançar uma reformulação, não revolucionária, da estrutura agrária. Autorizava a desapropriação de terras e a implantação de grandes programas de colonização, tanto nas áreas desapropriadas como naquelas em ocupação. Se realmente aplicado, teria tido consequências que atenuariam a crise agrária em que ora nos debatemos.” Andrade se referiu ao fato de que o Estatuto permaneceu durante vinte anos apenas como um documento legal. Somente em 1984 foi transformado no I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, já no Governo Sarney. Contudo, também o I PNRA, assim como o II PNRA de 2004, alcançaram apenas seus objetivos políticos supracitados, sem que fossem de fato implementados, em boa parte pela pressão dos latifundiários rentistas, bem como dos “setores nacionais do capital internacionalizado do mundo, agora territorializados” (Oliveira, 1996: 13).

No Nordeste, destacaram-se a construção de represas para a geração de energia destinada aos projetos industriais e de irrigação no semiárido, especialmente nas bacias hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba⁶⁴. Vinculados à agricultura capitalista irrigada⁶⁵, foram construídos canais artificiais para levar água até os cultivos, o que também ocorreu nas bacias dos rios Jaguaribe, Apodi-Mossoró e Piancó-Piranhas-Açu.

A implantação de políticas de incentivo à agricultura capitalista para produção de produtos de exportação esteve apoiada na atuação local da CODEVASF, principalmente por meio do Programa de Irrigação do Nordeste – PRONI. Além deste, outros dois, o Projeto Sertanejo e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, foram criados na década de 1970 e, ironicamente, justificavam-se por beneficiar os pequenos agricultores.

De forma geral, os projetos voltados à agricultura e indústria eram dependentes de grupos econômicos alocados principalmente no Sudeste, havendo, já na época, projetos vinculados a grupos internacionais.

Em “O Planejamento regional e o problema agrário no Brasil”, Andrade (1976) colocava a importância de aumentar a racionalidade das atividades produtivas, promovendo uma região funcional por meio de uma política regionalizada de desenvolvimento. Apoiada na Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux, trazia como proposição uma “política de polarização” que seria promovida via regionalização dinâmica organizada a partir das áreas de influências dos centros de atração, ou seja, dos pólos, construindo-se, assim, um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades, o que fica explícito na citação abaixo:

⁶⁴ A construção das grandes represas demandou a expulsão da população das áreas alagadas, dentre as quais as represas de Sobradinho e Itaparica que trataremos no Capítulo 3. Para além deste aspecto, as represas provocam inevitavelmente alteração no regime dos rios e modificação da fauna e da flora aquática, o que novamente traz implicações à população ribeirinha, mesmo àquelas cujas terras não tenham sido diretamente afetadas. Outra consequência destes projetos que tem sido observada nas últimas décadas é o intenso processo de salinização dos solos em decorrência da prática de irrigação por inundação.

⁶⁵ Os militares alteraram as proposições iniciais da SUDENE para o semi-árido que originalmente pretendiam beneficiar pequenos produtores e populações indígenas através do incentivo à “[...] produção de alimentos destinados ao consumo do mercado interno, sobretudo para não se repetir o processo de ocupação agrícola e agrário do período colonial, voltado para o mercado externo, e que consolidava o latifúndio (Andrade, 2004).

A existência desse desequilíbrio aconselharia, a nosso ver, uma dupla divisão regional do país visando ao planejamento e à aplicação de uma política de desenvolvimento equilibrado, de organização do espaço. Assim, teríamos em primeiro nível, o nacional, a divisão do país em oito ou dez grandes regiões, levando-se em conta a área de influência dos centros metropolitanos e agrupando estados e territórios e no segundo nível, o estadual ou territorial, com a divisão de cada unidade político-administrativa em regiões agrupando municípios utilizando-se os centros de segundo nível, os chamados centros regionais como centros de polarização. Passaríamos, assim, de uma estrutura administrativa em três níveis – Federação, Estado e Município – a uma estrutura administrativa ou apenas de planejamento em cinco níveis – Federação, Grande Região, Estado, Região e Município – a fim de corrigir as grandes diferenças de desenvolvimento existentes. (Andrade, 1976: 32-33)

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por sua vez “a teoria da polarização como proposta para “superação” dos desequilíbrios regionais, é mais uma entre as muitas ideologias próprias do modo capitalista de pensar e longe de “superar” os desequilíbrios regionais acentua-os ainda mais.” (Oliveira, 1984: 35)

É evidente a influência de Perroux em Andrade (1976)⁶⁶ quando este defende a produção voltada à sua maior inserção no modo capitalista de produção, especialmente no mercado internacional⁶⁷. No entanto, sob a indução de governantes e capitalistas, a organização do espaço pautada pela localização mais apropriada das atividades produtivas acabaria fomentando o fortalecimento de tais pólos e a reestruturação das regiões em termos de infraestrutura. Através da pretensa neutralidade, tanto a política quanto as ações dificilmente poderiam levar à “superação dos desequilíbrios regionais”, mesmo porque, tal como está posto pelo sistema econômico, os desequilíbrios somente podem se transformar, porém sem deixar de existir.

O que se viu, por sua vez, foi a disseminação da noção de “pólos de desenvolvimento” em diversos níveis da administração pública “desde os estrategistas

⁶⁶ Neste período, parcela dos geógrafos passa a compreender a disciplina geográfica atrelada à ideologia capitalista, à lógica de reprodução ampliada do capital. Na geografia ativa, buscando um contraponto, George e Kayser partiram da teoria da polarização de Perroux para buscar respostas às desigualdades regionais, e consideraram que a geografia passaria, então, a ter papel “[...] útil ao processo de monopolização do processo produtivo, consequentemente, a questão de localização passou a ser central na própria produção do saber geográfico.” (Oliveira, 1984: 28)

⁶⁷ Referente a esse debate, a principal obra do autor é ANDRADE, M. C. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. São Paulo: Brasiliense, 1973. 3ª edição. A primeira edição data de 1967.

militares até os grupos sindicais, e inclusive tem sido bandeira de mobilização de comunidades inteiras.” (Coraggio, 1972: 25⁶⁸ em Oliveira, 1984: 29)

Os projetos desenvolvimentistas, pautados na integração nacional, foram sendo executados e o que se viu foram violentos processos de ocupação territorial para as regiões Centro-Oeste e Norte e estado do Maranhão. Andrade, no capítulo introduzido na edição de 1998 de *O Homem e A Terra no Nordeste*, acaba reconhecendo que o processo foi marcado pelo “extermínio puro e simples” (Andrade, 1998: 229). As terras ocupadas por indígenas e camponeses, estes em geral posseiros, passaram a ser disputadas por proprietários rurais fomentando os conflitos por terra.

A construção de Belém/Brasília, na década de Sessenta, abriu uma nova rota de penetração, não só de agricultores pobres como de empresas e de proprietários rurais vindos da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais e de outros estados, praticamente fechando o cerco ao avanço dos nordestinos e provocando a luta pela terra entre jagunços e posseiros, luta que ainda ocorre na região, no vale do Tocantins, de que resultou, em 1996, a matança de Eldorado dos Carajás, o Pará. (Andrade, 1998: 228)

Nos anos 1970, o processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu de forma desigual, no tempo e no espaço. Deste modo, a acentuação do avanço do capitalismo no campo, portanto de relações capitalistas no campo, e a alteração das relações de produção se deu inicialmente, e se concentra até hoje, no estado de São Paulo, principalmente.

Grande parte dos teóricos, como Andrade (1976) na época, compreendia que a redução das desigualdades regionais e a superação do que chamavam de “arcaísmo” nordestino deveria ser resolvido via

[...] programas de desenvolvimento agrário que empreguem muita mão-de-obra e que lhe possibilitem uma alta rentabilidade, sob a pena de o desemprego tornar-se um problema crucial para o Nordeste, aumentando a pobreza da população rural e o êxodo para os grandes centros urbanos. (Andrade, 1976: 28)

Andrade também compreendia ser necessária maior aplicação de capitais, racionalização da produção e desenvolvimento tecnológico, o que repercutiria no aumento da produtividade e no uso mais intensivo do solo nas áreas menos populosas

⁶⁸ CORAGGIO, J. L. Algumas questões relacionadas com o estudo das desigualdades regionais na América Latina. Boletim Paulista de Geografia, 56. São Paulo: AGB, 1972.

do Nordeste, quando comparadas às áreas litorâneas. Ao mesmo tempo, destacava a necessidade de adaptação das culturas ao solo e clima de cada região.

Grande parte da superfície seca pode também ser agricolamente melhor aproveitada se desenvolvermos nela, de forma racional, a cultura de certos produtos mais resistentes e adaptados ao clima como a palma forrageira, o sorgo, certas variedades de algodão, etc. (Andrade, 1976: 67)

Para as demais áreas consideradas “áreas em povoamento”⁶⁹, Andrade indicava o movimento de agregação de novas áreas, com a construção da rede rodoviária, e a incorporação de novas terras inexploradas ou ocupadas por pequenos agricultores que se deslocavam abrindo novas frentes pioneiras⁷⁰. No livro *Planejamento regional e o problema agrário no Brasil*, de 1976, e nas primeiras edições de *A Terra e o Homem no Nordeste*, Andrade apresenta poucas críticas aos “projetos agroindustriais” de grupos econômicos do Sudeste e mesmo do Nordeste nas “áreas pioneiras” que eram aprovados pelas agências de desenvolvimento e que se utilizavam dos respectivos fundos destas para ocupar, grilar e por vez expulsar com violência os camponeses que ali estavam. Para Andrade (1976) tal “modernização” iniciada com maior veemência na segunda metade do século XX, condicionou

[...] uma grande expansão horizontal, pela agregação de novas terras à atividade produtiva e pela ampliação da rede rodoviária necessária ao transporte dos produtos dos centros produtores para os portos de embarque para o exterior ou para os centros de consumo do país. Essa expansão da área de produção é feita através do emprego cada vez maior do fator capital, de vez que os grandes proprietários e as sociedades anônimas fazem grandes inversões a fim de organizarem uma produção competitiva face à concorrência internacional e se processa com a incorporação de terras antes inexploradas ou ocupadas por pequenos agricultores que se deslocam abrindo frentes pioneiras. Constituindo-se dentre os moldes capitalistas mais modernos, visando à maximização dos lucros e contando com os incentivos oficiais, canalizados através de agências de desenvolvimento como a SUDAM

⁶⁹ Para Andrade, “Áreas que, devido à distância dos centros consumidores e dos portos e à dificuldade de comunicações, se mantiveram desocupadas ou subocupadas até quase os nossos dias.” (Andrade, 1998: 219), tendo escrito esse trecho para a primeira edição em 1963.

⁷⁰ Segundo o autor, esse movimento Leste/Oeste por parte do campesinato era acompanhado de madeireiras e de grandes empresários agrícolas. Destaca o oeste do Maranhão, cujos agricultores que haviam migrado do Nordeste, segundo Andrade, destruíram a mata, pela coivara, deixando continuamente os solos empobrecidos e indo adiante atrás de solos mais produtivos. Reconhece, porém, que este dinamismo é menos intenso daquele que ocorre quando tais áreas são apropriadas pela grande propriedade empresarial, como denomina os latifúndios com atividade econômica, agrícola ou pecuária.

na Amazônia e a SUDENE no Nordeste e com as facilidades oferecidas às atividades econômicas voltadas para a exportação, o processo se faz com a agregação de tecnologias mais modernas e vem destruindo as formas de relações de trabalho tradicionais, arcaicas, antes mencionadas. Vem, porém, criando sérios problemas porque essas formas tradicionais, apesar de altamente espoliativas, permitem a fixação do caboclo à terra e, se não freavam, não estimulavam tão intensamente o êxodo rural. A modernização, poupadora de mão-de-obra, ao contrário, expulsa o homem do campo, fazendo-o transferir-se para a cidade onde espera melhores condições de trabalho e de assistência social; como os centros urbanos não têm condições de absorção desta mão-de-obra, surgem, então, sérios problemas sociais, inclusive de segurança. (Andrade, 1976: 148-149)

O teor da citação acima, aparentando certa neutralidade, ainda que mostre críticas à expulsão do “homem do campo”, por um lado, explicita sua tendência teórica de apontar como única saída a este a migração para as cidades, posição da qual divergimos⁷¹, tendência essa que revela o contexto e tempo por ele vivenciado.

Tanto é que o entendimento acima aparece e diferente do seu posicionamento nos dois capítulos introduzidos na edição de *A Terra e o Homem no Nordeste*, em 1998⁷². Tais capítulos continuam expondo a pretensão de resolução dos desequilíbrios regionais por meio da modernização e da melhoria na infraestrutura que possibilite o aumento da produção voltada à exportação, porém prefere renomear os “projetos agroindustriais”, chamando-os de “empreendimentos fundiários” (Andrade, 1998: 225).

⁷¹ São inúmeras as passagens nas obras de Andrade (1976, 1983, 1998) que explicitam sua compreensão de desaparecimento do campesinato, ao passo que o campo tende a se subdividir entre grandes empresas rurais, forçando a migração do homem do campo às cidades. Destacamos dois entre tantos trechos que expõem sua perspectiva teórica: “A modernização, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias e a divulgação das notícias, vem provocando o desaparecimento da agricultura de subsistência e fortalecendo a agricultura comercial, ao mesmo tempo em que a empresa adquire uma grande gleba e inicia a colonização, procurando obter lucros simultâneos, através do desenvolvimento de uma série de atividades” (Andrade, 1976: 151). Outro trecho relevante no mesmo livro: “Assim, com o desaparecimento da agricultura de subsistência, o processo de proletarianização do trabalhador rural, iniciado no começo do século XX, nas áreas de grandes lavouras voltadas para o mercado externo, se expande por todo o País à proporção que a agricultura se capitaliza e a monocultura se desenvolve face a uma especialização regional da produção agrícola cada vez maior” (Andrade, 1976: 152-153). Difere, portanto, da corrente que concebe a permanência do campesinato, das relações familiares de produção no campo como uma possibilidade e, inclusive, uma condição à soberania alimentar, mas também como parte do próprio sistema capitalista de produção.

⁷² Os capítulos são ‘O Capitalismo e a Evolução Recente da Agricultura Nordestina’, publicado na 5ª edição em 1986, pela Editora Atlas e ‘O Nordeste e o Impacto da Globalização’, publicado na 6ª edição, em 1998, pela Editora da Universitária da UFPE.

Demonstra, assim, sua crítica à forma como as agências de desenvolvimento utilizaram seus recursos financeiros, concedendo-os a grupos econômicos que expropriaram e disseminaram conflitos e violência no campo⁷³, revelando, assim, a essência do ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, nas tais “áreas de povoamento”.

A expansão das grandes empresas em empreendimentos fundiários – não é justo considerá-los agrícolas – é justificada pela facilidade de aquisição de terras a baixo preço, pela facilidade de obtenção de recursos governamentais para a aplicação dos projetos, pela elevada valorização das terras em um país em processo de crescimento inflacionário acelerado e pela utilização de mão-de-obra barata, às vezes até em regime de semiescravidão. A grilagem de terras e a violência organizada, atingindo os indígenas e os posseiros, são noticiadas diariamente pela imprensa do País. (Andrade, 1998: 225)

Conforme trata Andrade na citação acima, os governos estimularam grandes projetos agropecuários promovidos também por meio de grilagem de vastas extensões de terras, sobrepondo-se aos territórios indígenas, terras de posseiros e terras devolutas. O sujeito social do grileiro, nem sempre era o mesmo do latifundiário já existente em outras porções no território nacional. Neste caso, eram, sim, grandes industriais e banqueiros do Centro-Sul. “[...] Não tardou muito para que a instituição do jagunçado e dos pistoleiros de serviço passasse a ser componente básico dos latifundiários da Amazônia” (Oliveira, 28)⁷⁴.

Deste modo, ao contrário do que se divulgava por meio da denominada “terra sem homens para homens sem terra” por parte dos governos militares, as áreas destinadas para os projetos de colonização eram povoadas e, em muitos casos, por quem já vinha lutando contra expropriações em tempos passados.

Os posseiros lutam numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra, contra o jagunço, gendarme de plantão do latifundiário especulador e grileiro de terras indígenas. Não lhes é dado sequer a possibilidade de serem senhores de seu vir a ser. Matam os posseiros, seus defensores. Matam a possibilidade de criação e recriação do espaço liberto da produção familiar. Matam/destroem o território

⁷³ A abordagem dos conflitos no campo é tratada com maior profundidade no Capítulo 3.

⁷⁴ Outra forma de violência tratada em Oliveira (1996) e Andrade (1998) era o uso do trabalho escravo nas fazendas da Volkswagen e do Bradesco na região Norte, o que poderíamos entender como acumulação primitiva.

liberto das posses livres e das terras de trabalho da Amazônia retirante, a Amazônia dos retirantes. (Oliveira, 1996: 13)

Houve também, no período de governos militares, tentativa de modernização da agroindústria açucareira na Zona da Mata. De fato, na Zona da Mata Pernambucana, a política de Estado durante o período autoritário veio a concentrar, ainda mais, a estrutura fundiária nordestina (Andrade, 1998).

Desde então, grandes grupos econômicos passaram a adquirir pequenas e médias usinas e engenhos com objetivo de desmontá-los e controlar a produção da cana e o processamento do açúcar. Parte do capital acumulado na agroindústria canavieira acabou migrando, parcialmente, para investimentos nesta mesma atividade nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Neste início de século XXI, principalmente, houve uma transição dos capitais familiares dos engenhos e fazendas para a constituição de sociedades anônimas, gerenciadora dos negócios (Andrade, 2004). Pernambuco se mantém como um dos principais estados brasileiros no que se refere à produção de cana-de-açúcar, tanto em termos de quantidade de estabelecimentos agropecuários, quanto da área por eles ocupada (Tabela 1).

Tabela 1 – Número e área de estabelecimentos agropecuários com cultivo de cana-de-açúcar, Brasil e unidade da federação, 2006

Brasil e Unidades da Federação	Área (Hectares)	Área (%)	Número (Unidades)	Área (%)
São Paulo	3.990.602	46,48%	14.815	22,47%
Minas Gerais	704.238	8,20%	9.367	14,20%
Alagoas	645.857	7,52%	4.918	7,46%
Pernambuco	514.779	6,00%	8.901	13,50%
Bahia	240.031	2,80%	6.119	9,28%
Rio Grande do Sul	81.163	0,95%	5.420	8,22%
Demais estados	2418381	28,05%	16407	24,87%
Brasil	8.595.051	100,00%	65.947	100,00%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organização: Paula Camargo.

Os estados nordestinos mantiveram-se entre os principais produtores de cana-de-açúcar – e também processadores, considerando que o processo é agroindustrial – mediante transformações na agroindústria canavieira. Tais transformações estiveram centradas no desmonte de inúmeros engenhos e usinas, seguindo a lógica imposta pelo capitalismo monopolista mundial.

O desenvolvimento da tecnologia beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos desníveis sociais. (Andrade, 1998: 227)

Temos, portanto, que as transformações envolvendo a produção de açúcar na Zona da Mata Nordestina, e poderíamos também estender àquelas presentes na agricultura irrigada no sertão do São Francisco, explicitam a unidade, contraditória, dos interesses das classes sociais nacionais com os das empresas multinacionais e refletem as características da atual fase do capitalismo monopolista, expressando-se através da mundialização que integra o capital na escala mundial.

Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. (Oliveira, 2012: 3)

Na etapa do capitalismo monopolista, o mercado capitalista ao mesmo tempo regulada e depende dos estoques das empresas das multinacionais, especialmente por negociações nas bolsas de mercadorias e futuros. Assim, os produtos alimentares e as matérias-primas são mercadorias à disposição do mercado mundial controladas pelo grande capital comercial e industrial. Dessa forma, é praticamente indiferente o local de produção e, no Brasil, não há priorização efetiva de abastecimento da demanda interna. O que está em jogo é qual consumidor remunera melhor pela mesma mercadoria, praticamente excluindo o debate sobre soberania alimentar.

A produção agropecuária tem se dado conforme o processo de mundialização da agricultura. A análise dados dos Censos Agropecuários entre 1995 e 2006 quanto à área cultivada com lavouras temporárias evidencia exatamente esse processo. Temos a expansão territorial não somente da cana-de-açúcar no Brasil, mas também das *commodities* agrícolas soja, algodão e milho. Se focarmos nos dados recentes, entre 2008 e 2012, obtidos junto à Pesquisa Agrícola Municipal – PAM do IBGE, temos as seguintes variações de área plantada no Brasil das principais lavouras temporárias: aumento das culturas de algodão herbáceo em caroço (33%), soja (18%), sorgo em grão (14%), Milho (10%), cana-de-açúcar (11%), fumo (5%); e a redução das culturas de feijão (-20%), trigo em grão (-19%), arroz (-15%) e mandioca (-12%). Há indícios, portanto, de que a redução das culturas alimentares ocorreu diante do aumento de culturas com maior circulação no mercado mundial.

Importante pontuar que tais transformações acirraram a luta de classe entre proprietários de terras, capitalistas, em muitos casos uma só pessoa, e trabalhadores. Os antigos moradores dos engenhos se tornaram, na maior parte dos casos, trabalhadores temporários, passando a residir nas periferias. Outros, ainda, incorporaram a luta pela terra junto à grande diversidade de movimentos sociais que desde meados da década de 1980 vem contribuindo para recolocar a questão agrária na pauta das problemáticas brasileiras (Stédile; Sérgio, 1993; Stédile; Fernandes, 1999, Camargo, 2010).

Para além das singularidades dos movimentos sociais e organizações sindicais, há especificidades colocadas pela luta de classe em cada território. Ademais, a expansão do capitalismo no campo ocorre de forma desigual, no tempo e no espaço, o que provoca diferenciações também quanto às estratégias e anseios da luta no campo.

A territorialização do capital pode, neste sentido, provocar maior atuação de entidades sindicais cujas ações se voltam para a aplicação das leis trabalhistas já existentes. Por sua vez, nas frações de território em que a agricultura camponesa prevalece, o embate se manifesta principalmente na ação contra a grilagem e na luta pela permanência e conquista do domínio de suas terras.

Neste sentido, apesar dos processos de aquisição de terras por latifundiários e capitalistas da agricultura, tal qual ocorreu no setor canavieiro nas mesorregiões da Mata Pernambucana e no São Francisco Pernambucano, o que se verifica nesse estado é o aumento, desde 1995, do número de pequenos estabelecimentos rurais, aqueles cuja área agropecuária é inferior a 100 hectares (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número e área de estabelecimentos agropecuários com menos de 100 ha, Brasil, Nordeste e Pernambuco, 1970/2006

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – Série histórica

Organização: Paula Camargo

Podemos observar no Gráfico 2, acima, a redução de cerca de 300 mil pequenos estabelecimentos rurais entre 1980 e 1995. Dentre esses, mais de 80% pertenciam à região Nordeste, dos quais 30% estavam localizados no estado de Pernambuco.

Quanto às alterações entre os dois últimos Censos Agropecuários (1995/1996 e 2006), interessante observar que, enquanto o quantitativo de estabelecimentos rurais com menos de 100 ha aumentou 11% na média brasileira e nordestina, houve crescimento de somente 3% no estado de Pernambuco. Em contrapartida, nestas três escalas de análise a área referente a tais estabelecimentos não alterou na mesma proporção, apresentando percentuais de aumento de 4,6%, 1,7% e 0,1% para o território brasileiro, a região Nordeste e estado de Pernambuco, respectivamente. Ou seja, apresenta uma tendência de fragmentação da pequena propriedade rural.

Analisando com maior detalhamento os dados para Pernambuco, verificamos em destaque o aumento em número e área dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, tendo ampliado em 11% e 3%, nesta ordem. Porém, também notamos o aumento significativo da área ocupada pelos latifúndios com mais de 1000 hectares, tendo sido na ordem de 25%, apropriando-se de 1.077.229 hectares.

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970/2006), Pernambuco

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – Série histórica

Organização: Paula Camargo

Gráfico 4 – Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (1970/2006), Pernambuco

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – Série histórica

Organização: Paula Camargo

Dentre as possíveis leituras dos dados acima, o aumento das pequenas propriedades pode ser compreendido como resultado de distintos processos de luta pelo acesso a terra. Destaca-se a atuação massiva dos movimentos sociais no Nordeste, a atuação de posseiros e filhos de camponeses proprietários cujas terras tenham chegado

ao limite de área mínima para sobreviverem, de acordo com a lógica das respectivas famílias camponesas, e também a questão do desmembramento de pequenas e médias propriedades pela sucessão hereditária. Assim, consideramos bastante relevante tais processos, pois eles acabam, contraditoriamente, levando a processos de recriação camponesa. Permitem a reprodução da produção camponesa de alimentos.

A partir dessas discussões, apresentadas nesse Capítulo 1, buscamos contribuir ao entendimento dos processos de formação socioterritorial do sertão pernambucano e, especificamente, do município de Ouricuri/PE exposto no Capítulo 2. Estamos ali considerando o entendimento da constituição da propriedade privada da terra e de relações não capitalistas de produção no campo, no caso da produção camponesa.

2. CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESinATO E DO LATIFÚNDIO EM OURICURI/PE, NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Este segundo capítulo está voltado ao entendimento da formação territorial do sertão pernambucano para buscar compreender quais os processos que ali levaram à constituição de relações de produção e trabalho específicas ao campesinato e ao estabelecimento do latifúndio improdutivo e pecuário.

A partir do nosso estudo de caso, que é a construção de uma ferrovia regional interceptando o município de Ouricuri/PE, pretendemos ampliar nosso entendimento sobre as formas de expansão do capital e as possíveis alterações na forma de reprodução do campesinato, o que incide diretamente sobre as possibilidades de recriação camponesa.

Nossos estudos sobre a formação territorial consideraram a porção ocidental do sertão pernambucano⁷⁵ como delimitação espacial e, de modo mais específico, a área compreendida pela microrregião de Araripina, da qual faz parte o município de Ouricuri.

Este capítulo foi desenvolvido na perspectiva de compreendermos as especificidades da questão agrária em Ouricuri/PE. Para tanto, pautamos nossa análise basicamente nos estudos bibliográficos e nos dados dos censos agropecuários do IBGE, priorizando aqueles relativos aos anos de 1950 e 2006. Sendo assim, nosso intuito foi apreender as características gerais da organização da produção em torno dos três fatores de produção: terra, força de trabalho e capital.

⁷⁵ Referimo-nos à atual área territorial relativa aos municípios de Ouricuri, Santa Cruz, Trindade, Araripina, Ipubi, Santa Filomena, Dormentes, Afrânio e Petrolina, Exu, Granito e Moreilândia. À exceção dos três últimos, os demais pertenciam à comarca de Ouricuri até o início do século XX.

Mapa 3 – Divisão política e geográfica segundo mesorregiões, microrregiões e municípios, Estado de Pernambuco

Fonte: IBGE. Organizado por: Ewerton Talpo, 2014

2.1. Formação territorial da porção ocidental do sertão pernambucano

Os processos de formação territorial se relacionam com processos político-econômicos mais amplos que, contraditoriamente, promovem diferenciadas relações sociais e de produção, que coexistem no tempo e no espaço.

A ocupação da porção ocidental do sertão pernambucano foi inicialmente motivada pela procura de metais preciosos, como ouro e prata, e pelo estabelecimento de numerosos currais dispersos pelo campo no interior da colônia.

Em Pernambuco, o rio São Francisco e seus afluentes, como os rios Pajeú, Garça, Brígida e Moxotó, foram utilizados como vias de acesso às “novas” terras do sertão.

Pode-se afiançar que o grande responsável pela ocupação da zona sertaneja do Estado foi o rio São Francisco, apesar da cachoeira de Paulo Afonso e dos trechos de corredeiras. Os desbravadores subiam o rio, a partir de sua foz e, após os trechos inadequados à navegação, retomavam-no como via natural de acesso àquelas paragens. (FIDEPE, 1982: 12)

A rota em que os currais foram sendo estabelecidos seguia o leito dos rios⁷⁶, os brejos e os “pés de serra”, por ali encontrarem águas superficiais em maior volume.

Essa arremetida seguia basicamente dois fluxos, o que partia de Salvador e cruzava o rio São Francisco no seu médio curso, atingindo Pernambuco, Piauí e Sul do Ceará, e outro que partia de Olinda e Recife e entrava para oeste de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí.

Paralelamente aos currais, foram surgindo áreas de cultivo e criação de pequenos animais, ocupando, principalmente, as “manchas úmidas” na região semi-árida, que coincidem com as áreas próximas aos eixos hidrográficos (mesmo os temporários) no pediplano, e os “pés de serras” úmidos e “brejos” de altitude nas áreas de chapadas e de planaltos cristalinos. (Schifino, 1984: 51)

Não por acaso, tais “manchas úmidas” eram dominadas pelos índios locais, do grupo Kariri⁷⁷, e a disputa das novas áreas de ocupação envolveu a matança quase que

⁷⁶ Mesmo que a maioria destes fosse de cursos d’água temporários.

⁷⁷ A respeito dos Kariri, Sturdat (1939: 124) coloca que “No alto sertão do Cariri viviam tribos inquietas, cuja braveza indômita lhes propiciara a posse de tão ricas e opulentas terras. Aí vagueavam, entre outras, os Cariús, que ocupavam as nascentes do Cariús e Bastiões, os ferozes calabças, da margem esquerda do Salgado, os Carcuassús e a nação erradia dos Cariris, Caririés ou Kiriris. Estes últimos

generalizada dos mesmos. O interesse por essas áreas aumentou sobremaneira a partir do século XVII, quando foram promovidas expedições de reconhecimento no sertão.

Os integrantes das caravanas, militares e religiosos, mantiveram os primeiros contatos com os nativos, estudaram toda a região do Kariri, como chamavam o território do Cariri anteriormente, catequizaram os indígenas e os agruparam em aldeamentos ou missões. Os resultados destes contatos e descobrimentos desencadearam notícias que na região tinha ouro em abundância, ocasionando uma verdadeira corrida para os sertões brasileiros, onde famílias oriundas de Portugal, sonhando com as riquezas de terras inexploradas e com a esperança de encontrar o minério que as levariam a aumentar o seu patrimônio material, além de aumentar o seu prestígio pessoal com a corte portuguesa.

A busca do metal precioso, nas ribanceiras do rio Salgado, trouxe para a região do Cariri, a colonização e como consequência a doação de sesmarias, o que permitiu o surgimento de lugarejos e vilas, que mais tarde se tornaram municípios, cada um com um processo distinto de formação. (Brasil, 2010: 22)

Em meio a esse contexto, no final do século XVII os índios Ançu, do grupo Kariri, acabaram apresentando aos vaqueiros da família Garcia D'Ávila, da Fazenda Torre (Casa da Torre)⁷⁸, os solos mais férteis ao sul do Ceará (Schifino, 1984). Ao perceber o interesse pelo domínio da terra, pelo processo da catequização e pela escravidão indígena, os Kariri passaram a se rebelar, fugindo dos aldeamentos jesuítas ou até suicidando-se quando confinados. Ao mesmo tempo em que Cariri significava

silvícolas, oriundos da Chapada da Borborema, vieram habitar o vale e a serra do Araripe, em cujas faldas íngremes, emboscados, resistiram opinosamente ao invasor branco". Sturdtart, Carlos. As tribos indígenas do Ceará. 1939 In Girão, Raimundo; Martins Filho, Antônio. O Ceará. Fortaleza: Editora Fortaleza, 124-130, *apud*. Verde, 2006.

⁷⁸ A Família d'Ávila iniciou seu poderio ainda no século XVI, quando Tomé de Souza, então primeiro governador geral do Brasil, convidou Garcia d'Ávila para "empreender" nas terras desconhecidas da nova colônia portuguesa. Iniciou solicitando terras à Coroa próximo a Salvador e importando gado, o que deu início à Casa da Torre. Garcia seguiu expandindo por outras terras, formando currais interligados por caminhos bem conhecidos pelos seus vaqueiros. A ideia da conquista das terras se fazia pautada no imaginário de colonizador, assentado no uso de trabalho escravo, negro e indígena, e considerava a expansão sobre novas posses quase que uma obrigação moral. Neste sentido, nem sempre se submetia à legalidade de solicitação de usufruto das terras via carta de sesmaria, tampouco respeitava os limites desta, caso houvesse. Assim, tornou-se um dos maiores criadores de gado e de seus subprodutos, principalmente os utensílios feitos com couro. Garcia autoentitulou-se "Senhor da Casa da Torre", passando esta referência de senhor da fortaleza também a seus sucessores. Francisco Dias d'Ávila, seu neto, foi o primeiro a dar continuidade à postura hostil de "colonialista-desbravador", obcecado pela expansão de seu domínio sobre terras até então notadamente indígenas. Foi a mando de Francisco que a Casa da Torre apropriou-se de terras para além do Rio São Francisco, em Pernambuco, Paraíba e Piauí, em busca de minas de prata.

“tristonho, calado, silencioso”, Abreu (1930) destacou a forte resistência que os índios Kariri apresentaram ao domínio dos colonizadores.

A resistência dos Kariri tornou-se notória, no entanto, com a realização da Confederação dos Kariri, a qual durou trinta anos (1683 a 1713) e foi denominada de Guerra dos Bárbaros, envolvendo diversas tribos de Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. A ameaça aos territórios indígenas provocou a revolta dos índios e chegou a envolver, inclusive, o Governador-Geral do Brasil, que precisou solicitar auxílio dos bandeirantes paulistas. Em resposta, outras tribos, até então não envolvidas, passaram também a se rebelar e atacar fazendas e vilas. Como consequência, aumentaram também a repressão e o contingente das expedições militares. A Confederação foi extinta no ano de 1713, quando as forças militares chegaram ao sul do Ceará e assassinaram praticamente toda a população indígena encontrada.

Ao final da Guerra dos Bárbaros, a família D'Ávila expandiu suas terras, solicitando à Coroa Portuguesa outros títulos de sesmarias, os quais lhe dariam apenas o direito de uso das terras. Ampliou, assim, sua atuação para além da Bahia, na margem direita do rio São Francisco, até alcançar as terras no entorno da serra do Araripe, no Cariri Cearense, dirigindo-se a leste para o sertão paraibano.

Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do rio São Francisco e de seus afluentes. (Brígido, 1919: 65⁷⁹ apud. Andrade, 1998)

A concessão das sesmarias foi definida em lei portuguesa de 1375. É, portanto, anterior à invasão dos territórios indígenas pelos exploradores portugueses e constava como meio legítimo para o uso das terras reais pelos sesmeiros, sob a pena de expropriação caso seu uso não fosse comprovado. Conhecida como Lei das Sesmarias, sua instituição ocorreu em meio ao contexto de decréscimo da produção agrícola nas terras de Portugal.

No Brasil, a Lei das Sesmarias foi implantada também na tentativa de promover a ocupação das terras recém-dominadas, favorecendo o controle territorial da metrópole.

⁷⁹ Brígido, João. *Ceará: homens e fatos*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1919.

De modo semelhante ao que ocorria em Portugal, os sesmeiros utilizavam-se de mecanismos como arrendamento, cobrança do foro e consentimento de moradores nas terras de sesmarias, visando à continuidade do direito de uso das terras. Por outro lado, constatamos que, apesar da lei em vigor, o regime de sesmaria não atingiu seu objetivo quanto à intensificação da ocupação no interior. Consta em Aquino (1982) que a própria porção ocidental do sertão pernambucano requisitada pela família D'Ávila não chegou a ser por eles ocupada. Neste sentido, esse regime funcionou de modo a preservar o poderio dos mesmos membros da elite colonial, conforme ressalta Martins na passagem abaixo:

[...] até a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. (Martins, 1980⁸⁰: 70-71 apud. Oliveira; Faria, 2009: 3)

Além de seletivo, o regime de sesmarias implantado no Brasil Colônia emitia títulos correspondentes a áreas de limites territoriais imprecisos⁸¹. De todo modo, não se tinha, por parte dos concessionários, qualquer preocupação em seguir a delimitação constante nos títulos concedidos. Ademais, a apropriação ilegal das terras devolutas até 1822 foi considerada quase que um princípio moral das elites do campo, tendo em vista a ideia de expansão do domínio de “posses”, conforme relatam Oliveira; Faria (2009), baseados também em Cirne Lima:

As elites agrárias solidificaram neste período, em seu imaginário social, que a abertura e ocupação de vastas extensões, chamadas

⁸⁰ Martins, José de Souza. *Expropriação e Violência*. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁸¹ O mesmo continuou a ocorrer através do mecanismo de declaração de terras via registro paroquial, conforme coloca Motta (2005: 260), visto que os fazendeiros não discriminavam com exatidão as terras para as quais pleiteavam domínio: “Diziam-se “senhores e possuidores” de uma extensão X de terras, mas muitas vezes declaravam que elas limitavam aos fundos “a quem de direito pertencer” ou “ao fundo a quem de direito for” ou ainda “até o limite do morro Y”. Ademais, em muitos registros, os fazendeiros apresentavam a relação de seus confrontantes para consagrar os limites de outrem, num jogo de poder que fazia desaparecer – no documento – um confrontante indesejado e/ou um pequeno posseiro. Por ser um documento apenas declaratório, o registro não incluía nenhuma prova sobre a origem da ocupação, se ela foi vendida, o comprovante de compra e venda; se ela foi doada, o comprovante da doação e, no caso de sesmarias, a carta de confirmação de sesmarias que deveria ter sido registrada no Conselho Ultramarino”.

equivocadamente de posses, consistiam no modo legítimo de obtenção do domínio sobre estas terras ocupadas ilegalmente. Assim escreveu Cirne Lima (1954: 46)⁸², sobre esta tentativa das elites de tornar legal estas ações:

“apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se cousa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias”. (Oliveira; Faria, 2009: 4)

A consideração por parte das elites agrárias de que a aquisição de terras devolutas constituía modo legítimo de domínio, como exposto por Cirne Lima acima, baseava-se na convicção de que poderiam utilizar para si a justificativa da posse como função social, de reprodução da família. Contribuíram, para a expansão das fazendas, fatores como o caráter dubio característico dos documentos concedidos, associado à inexistência de cercas que pudessem demarcar o término da área concedida, juntamente à ambição pelo poderio político e social, dimensionada pela quantidade de gado, escravos e agregados para além do aspecto propriamente econômico.

Desse modo, as terras alegadas como suas pela família Garcia D' Ávila, ou Casa da Torre, extravasavam os títulos emitidos pela Coroa Portuguesa, como resultado da ocupação de terras devolutas, dada a conveniência de que se tratava de um princípio moral. Após 1850, de forma semelhante, as posses se legitimavam via registro paroquial, o que favorecia a elite, talvez ainda mais, poder apossar-se de terras devolutas e registrá-las como propriedade privada, através de influência e recursos.

O uso e o avanço efetivos sobre as novas terras, todavia, demandavam principalmente o “aumento do rebanho e da força de trabalho”:

Neste período em que as terras eram abundantes, a expansão de uma fazenda no sertão dependia, sobretudo, do aumento do rebanho e da força de trabalho, daí a necessidade de o fazendeiro assegurar o maior número possível de agregados à sua volta. Quanto mais dependentes tivesse, maior a fazenda e o poder do proprietário. (Marques, 2005: 8630)

Dispersos pelo sertão, os currais eram formados sem a necessidade de vínculo ou proximidade a povoados, dado que eram os vaqueiros, sozinhos ou constituindo família,

⁸² Cirne Lima, R. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, 2ª edição, Livraria Sulina Editora: Porto Alegre, 1954.

que se responsabilizavam pela criação do gado, a mando direto dos homens da família D' Ávila ou mesmo dos arrendatários daquelas terras.

De acordo com Andrade (1998: 58), os vaqueiros foram “os homens fortes da conquista dos nossos sertões”, por terem enfrentado o calor do sertão, a sede da caatinga e a resistência indígena. Tinham que pagar um valor fixo anual, o foro, aos fazendeiros e, estes, à Coroa. Ao invés desse pagamento se destinar a Olinda ou Recife, em geral, os fazendeiros faziam-no a Salvador. Isto, pois, segundo Abreu (1930⁸³, apud. Andrade, 1998), a principal influência no sertão pernambucano era baiana, e não pernambucana, visto que Olinda e Recife concentravam suas ações nas áreas litorâneas⁸⁴.

Embora houvesse maior associação da atividade da pecuária com os grandes fazendeiros pecuaristas, de certo modo a atividade era também acessível a sujeitos que, na estrutura social dos engenhos do sertão ou do litoral, provavelmente continuariam a ter seu trabalho sujeitado diretamente ao “patrão”. Isso em função de a pecuária demandar baixos recursos iniciais, necessários praticamente apenas à aquisição do gado, já que a principal instalação eram os currais cercados com a madeira da caatinga e a casa simples para abrigar os vaqueiros⁸⁵. Nesse sentido,

Como não exigia grandes despesas, esta atividade tornou-se acessível a pessoas de poucas posses. Filhos mais novos dos fazendeiros de cana, nobres falidos, sitiantes que quisessem trabalhar diretamente na terra, aventureiros e até ex-vaqueiros tornaram-se fazendeiros nos Sertões. (Marques, 2005: 8630)

À parte os “filhos mais novos” ou “nobres falidos” que detinham os atributos de “homens de condição e de sangue limpo” para pleitear terras à Coroa, como destacamos em citação de Martins anteriormente, a formação de currais por aqueles mais desprovidos de bens, porém considerados homens livres, ocorria fundamentalmente

⁸³ Abreu, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

⁸⁴ A disputa entre os Governos fez com que no século XVIII, em 1774, o Governo de Olinda, visando reduzir a influência baiana, demandasse a construção de dois caminhos que chegavam a Cabrobó, em Pernambuco, fixando, assim, o caminho que dois séculos depois serviriam ao traçado da Rede Ferroviária do Nordeste - RFN. Este traçado da antiga RFN, atual Malha Nordeste, é o que foi transformado em Trecho Central, atualmente desativado, e cuja parte será substituída pelo trecho Salgueiro a Porto Suape.

⁸⁵ Após a construção do curral, era o próprio gado quem formava os cascos na área interna aos cercados. Os cuidados veterinários praticamente inexistiam e a alimentação se fazia muitas vezes por meio da soltura dos animais na caatinga, onde também se reproduziam. Portanto, além de poucos recursos iniciais, a pecuária envolvia também pouca força de trabalho (Andrade, 1998; Marques, 2005).

através da posse, constituindo unidades camponesas dentro ou fora da limitação das grandes fazendas.

É nessa perspectiva que Martins (1980) analisa como os “excluídos da economia escravista” buscavam garantir sua reprodução através do acesso a terra, fosse tornando-se agregados nas fazendas, ou mesmo buscando novas posses:

Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo. (Martins, 1980: 70-71 apud. Oliveira; Faria: 2009: 3)

A ocupação do sertão pernambucano intensificou-se com as transformações socioeconômicas atreladas à ascensão do algodão no mercado internacional em meados do século XIX. As transformações territoriais se manifestaram inicialmente no Agreste e tiveram repercussão também sobre a expansão da pecuária no sertão.

Nesse período, todavia, foi a especificidade do caráter de propriedade da terra no Brasil que conduziu os processos de formação territorial em todo o país. Tendo a terra sido transformada em equivalente de mercadoria a partir de 1850, a apropriação e titulação das terras do sertão passam a ter nova relevância. Ainda que tais terras não oferecessem vantagens em relação à obtenção da renda da terra diferencial I, tendo como comparação as terras do Agreste e, em especial, da Zona da Mata, de todo modo a aquisição das terras era renda capitalizada, o que evidencia o caráter rentista da propriedade de terra no Brasil. Ademais, qualquer que fosse a produção agropecuária, era possível auferir a renda da terra absoluta. Em tal perspectiva, o sertão passou a ser possibilidade de acesso a terra e, portanto, à renda capitalizada, para os grandes e médios pecuaristas.

A aplicação da Lei de Terras, contudo, foi marcada pela exclusão dos posseiros, visto que a maioria não tinha recursos ou acesso “político-social” às casas paroquiais. Assim, apesar de terem sido os principais ocupantes das terras reais até então,

considerando o pleno uso que faziam por meio da moradia e trabalho na terra com suas criações e lavouras, foram eles, os posseiros, os primeiros a buscar novas posses.

Por outro lado, muitas famílias camponesas partiram para a abertura de posse, incluindo o próprio sertão nordestino e, no caso, o pernambucano. Isso, em decorrência do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, principalmente, das transformações no Litoral e na Zona da Mata nordestinas, além da crescente ocupação das terras do Agreste.

Os camponeses participaram desse processo, em suas distintas condições de trabalho e relação com a terra. Portanto, estamos considerando tanto aqueles camponeses que detinham posse de terra, e vinham sendo pressionados com a expansão espacial da cana, quanto aqueles sem terra, parceiros e rendeiros, que não tinham mais condições de pagar pela renda da terra, fosse ela em dinheiro (como o foro), em trabalho (como o cambão) ou em produto.

Notadamente na porção ocidental do sertão pernambucano (Mapa 3), a população concentrou-se nos locais com solos mais férteis, temperaturas mais brandas e de maior acesso aos recursos hídricos⁸⁶, para desenvolver ali principalmente atividades pecuárias e agrícolas, importantes ao suprimento dos esparsos e isolados povoados e vilas, parte deles ligados por caminhos antigos aos portos de Recife e Salvador.

Em síntese, entre os séculos XVII e meados do XIX houve longo período de ocupações dispersas e sem fixação significativa, em termos percentuais, ao longo das investidas portuguesas e de jesuítas para a localização de jazidas minerais, promovidas por meio da matança e catequização dos índios nas proximidades da serra do Araripe (IBGE, 1954; Schifino, 1984; Assis; Sampaio 2012), bem como de dominação das terras pela Casa da Torre, ou família D' Ávila, simultaneamente às primeiras posses por parte dos “bastardos” e “mestiços”.

Após quase dois séculos do início da Casa da Torre, o quarto sucessor de Garcia D' Ávila, Francisco Dias D' Ávila, assumiu as fazendas cuja atividade, quando existente, voltava-se à produção de açúcar e farinha. Os interesses pareciam não ser

⁸⁶ Ou seja, nas áreas sob o embasamento cristalino, nos interflúvios suaves, entre as serras e maciços baixos, diferentemente das áreas onde há afloramento rochoso e solos rasos.

mais de apropriação de novas terras, tampouco tinham a quantidade necessária de “varões”⁸⁷ para o controle de tamanha extensão de terras, mesmo utilizando-se da prática de arrendamento e repasse a administradores. Desse modo, a dominação de Francisco Dias D’Ávila ficou marcada pelo início do processo de desmembramento das terras da Casa da Torre.

Ademais, a família D’Ávila havia se colocado no centro dos conflitos fundiários, políticos e familiares, e questionava, ora ao lado ora contra, a divisão das terras entre as famílias Alencar e Pereira, e as famílias Saraiva, Bezerra e Sampaio, nos estados de Pernambuco e Ceará.

Especificamente em relação às famílias Alencar e D’Ávila, Almeida (2012) sugere que os desentendimentos tenham sido provocados por discordâncias dos Alencar em relação ao pagamento dos arrendamentos à Casa da Corte, ao tratamento violento dado aos índios Kariri, à escravidão dos negros, bem como a resistência dos D’Ávila à atuação dos padres missionários⁸⁸. Sendo assim, focaremos somente na sucessão de divisão de terras na porção ocidental de Pernambuco.

Consta que Dona Brígida Alencar, ou Brígida Maria das Virgens, teria adquirido uma imensa porção de terra, cuja extensão teria aproximadamente 200 km (Schifino, 1984), envolvendo uma área de relevo pouco acidentado cujas terras “(...) se alargavam desde as margens do rio São Francisco, nas imediações de Cabrobó, estendendo-se até as encostas da serra do Araripe” (IBGE, 1958; FIDEPE, 1982). É possível que tais terras tenham sido recebidas quando da morte de seu esposo e pai da família Alencar, e que outros herdeiros tenham ficado com terras no Cariri Cearense⁸⁹. Dona Brígida

⁸⁷ Segundo Aquino (1982: 13), “A cada geração, parecia extinguir-se (os herdeiros varões) vindo a acabar-se em mãos de mulheres que apesar de enérgicas, forçadas por casamentos levavam o patrimônio a estranhos. Iniciava assim o desmembramento das terras, por venda a terceiros”.

⁸⁸ A partir de outras leituras, como Andrade (1998) e Aquino (1982), fica clara a complexidade das relações interfamiliares no sertão, ou entre as famílias do sertão e da capital, bem como das relações entre os colonizadores e indígenas, neste caso principalmente os Kariri.

⁸⁹ Adotada pela família Alencar, Dona Brígida era cabocla e tinha origem indígena Kariri. Morou junto com a família Andrade em Cabrobó, portanto no sopé da Serra do Araripe, em Pernambuco. Ainda segundo Almeida (2012): “[...] vivia cuidando da casa e das funções religiosas da capela de Cabrobó. Casou-se com um português que a ajudou a cuidar da catequese dos índios de sua tribo, auxiliando freis e padres que atendiam nas capelas da região.” Em 1792, os novos desentendimentos levaram grande parte da família Alencar para o Ceará.

Alencar passou, então, a vender e arrendar as posses tidas como suas, passando as terras, onde atualmente consta o município de Ouricuri, para Dona Brígida da Costa Agra.

Na formação do município de Ouricuri, uma outra Brígida surge, a Da. Brígida da Costa Agra, senhora rica, dona de grandes propriedades de criação de gado como a Fazenda Saco que deu origem a Parnamirim e em Ouricuri, as fazendas Poço da Cruz e Urtigas. (Aquino, 1982: 15)

A fazenda Poço da Cruz fora vendida a outros membros da família Alencar em 1774, e a Fazenda Urtigas para João Batista da Costa e Antônia de Holanda Cavalcanti da Costa em 1819.

Outra parcela de terra foi vendida, em 1816, ao casal João e Dona Maria de Souza Goulart, que passariam a desenvolver ali a atividade pecuária. O local da sede passou a se denominar “Fazenda Tamboril” e de “Aricuri⁹⁰”, sendo as terras do entorno utilizadas como pastagens naturais (IBGE, 1958).

[...] um dos recantos dessa propriedade no qual existia a palmeira [Aricuri] e onde o fazendeiro reunia, ao fim do inverno, o gado leiteiro com o intuito de ampliar o período da ordenha e preparar mais queijo e manteiga a serem utilizados na alimentação (Aquino, 1982: 19).

Aricuri foi se tornando local de passagem dos viajantes que partiam dos sertões do Piauí e do Ceará em direção a outro ponto de parada, Juazeiro, local em que faziam a travessia do Rio São Francisco – na chamada “Passagem do Juazeiro” – época em que Petrolina nem era povoado (IBGE, 1958, 216). É deste período a construção de uma residência específica para os padres viajantes pernoitarem, solidificando ainda mais a fama de “hospitalidade” dos fazendeiros (FIDEPE, 1982).

Nesse sentido, o casal Goulart se colocava aberto à chegada de famílias camponesas para se tornarem seus agregados e/ou trabalharem como vaqueiros. Assim,

⁹⁰ A denominação é referência à espécie *Syagrus coronata*, palmeira específica ao bioma da caatinga, cujos frutos apresentam relevante valor nutricional, tanto na dieta humana quanto animal. Também chamada de Licurim, Nicuri e Alicuri, foi praticamente dizimada do sertão pernambucano. Continua apresentando importância às famílias camponesas da Paraíba e da Bahia, principalmente. Seu uso é diversificado, visto que até hoje se verifica a confecção de artesanatos com sua folha de palha, também usada na construção; sua amêndoa é bastante consumida in natura e usada na alimentação de animais domésticos e silvestres, e há referências aos usos medicinais. O principal uso que se faz a partir da palmeira Aricuri é, contudo, a extração do óleo da amêndoa para a culinária (Drumond, 2007; Rufino et al, 2008).

a Fazenda Tamboril, como a maior parte das fazendas à época, combinou a presença simultânea de currais administrados por vaqueiros e de unidades camponesas. Além de produzir alimentos para sua reprodução, os camponeses abasteciam também a sede da família Goulart e executavam trabalhos na sede.

Ao lado da produção camponesa de milho e feijão, eram confeccionados queijos e manteiga, além de artigos de couro para as vestimentas deste núcleo populacional, e utensílios domésticos, como bancos, ou de trabalho, como arreio, necessários ao funcionamento das atividades na fazenda.

A Fazenda Tamboril constituiu, assim, exatamente a centralidade social e econômica, tal qual desenvolve Marques no seguinte trecho, em relação ao papel da fazenda no Sertão:

A fazenda constituía o núcleo da organização social e econômica dos Sertões. Desempenhava funções produtivas, sociais, políticas e militares. Ela correspondia à unidade básica de sociabilidade da região e por isso também era a sua unidade territorial elementar. (Marques, 2005: 8629)

Contudo, com a morte de seu marido, Maria Goulart decidiu efetivar a repartição de suas terras, o que passou a ser conhecido como a Convenção de 1839. Assim, a sede da Fazenda Tamboril ficou com seu único filho homem, Manuel Goulart. Outras duas parcelas foram vendidas ao Padre Francisco Antônio da Cunha e ao Doutor Amaro Batista Guimarães, e uma faixa de terras equivalente ao valor de cem mil réis foi doada à igreja, em função da invocação que Maria Goulart teria recebido de São Sebastião.

O Padre Cunha passou a administrar o patrimônio de São Sebastião e, por deter também o domínio de fazenda vizinha, chamada fazenda Nova Olinda, tornou-se um dos maiores donos de terra da localidade.

Porém, dois anos depois, em 1841, outro padre, Padre Francisco Pedro da Silva, deixou a cidade de Souza/PB para seguir em missões de evangelização por Pernambuco. Foi conduzido para administrar o Patrimônio de São Sebastião e passou a assumir as atividades religiosas⁹¹. Segundo consta em IBGE (1956), Aquino (1982) e FIDEPE

⁹¹ O Padre Cunha deu continuidade às atividades pecuárias, porém, em meio a um incidente que envolveu a morte de um parente, retornou ao Ceará em 1852 (Aquino, 1982).

(1982), foi o Padre Francisco Pedro da Silva quem conduziu o pedido de criação, via Lei Provincial, da freguesia de São Sebastião de Ouricuri, em 1844.

Com o passar dos anos, e dentro do contexto regional do avanço das atividades pecuárias e expansão do cultivo do algodão, assim como da expectativa do povoado com a construção da igreja de São Sebastião, iniciada em 1847 e concluída em 1865, houve significativo aumento da quantidade de unidades camponesas e contínuo processo de ocupação das terras como posses daqueles que migravam do Agreste para o sertão, ou mesmo de outras áreas sertanejas, como de Souza, localidade do sertão paraibano distante mais de 300 km (Aquino, 1982). Esse processo resultou na constituição de sítios e de seus agrupamentos em comunidades rurais. Estas, também eram frutos da fragmentação das terras quando havia falecimento e divisão entre os filhos da herança obtida.

Nesse sentido, verificamos que a formação das vilas, em praticamente todo sertão e Agreste nordestino, foi precedida pela expulsão das comunidades indígenas e abertura de fazendas para a criação de gado; e que estas se destacaram regionalmente em função de sua proeminência econômica, além da influência de lideranças religiosas que ali se estabeleceram. Do mesmo modo, a formação das aglomerações populacionais também estava relacionada à intensificação da ocupação no campo, por sua vez atrelada ao processo de migração de indivíduos e famílias que persistiam em lutar pelo acesso a terra, apropriando-se de novos espaços. Assim, a pequena posse que, no período colonial, estava associada aos marginalizados na ordem escravista, como colocou Martins, continuava envolvendo os mesmos sujeitos sociais, pressionados pelo avanço da lógica capitalista de pensar e pelas tensões entremeadas à sujeição da renda da terra ao capital⁹².

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o capital provocava processos de despossessão ao inviabilizar a reprodução camponesa, ele também conduzia a migração do camponês, inclusive do posseiro, no sentido de abrir novas posses e possibilitar a

⁹² Martins (1975) nos chama atenção para os excluídos do morgadio. Esses constituíram as grandes posses, numa lógica totalmente diferenciada dos “marginalizados da ordem escravista”.

recriação camponesa, ainda que a posse tivesse se tornado ilegal perante a regulamentação da Lei de Terras em 1854.

A Lei de Terras inseria-se, deste modo, na perspectiva da submissão da terra à lógica do controle estatal e, por sua vez, do capital. No início do período republicano, em 1891, o decreto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil por meio de seu Artigo 64, abaixo transcrito, definiu que as terras devolutas passariam ao controle dos estados ou, dependendo da porção territorial, da União.

Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados. (BRASIL, 1891)

A Constituição reiterava novamente o caminho político para a constituição da propriedade privada da terra e a separação da maior parte da população do acesso a terra, entendida como um dos principais meios de produção, obrigando-a a vender o que lhe restava, ou seja, sua força de trabalho.

O artigo 64 prestou-se a fortificar os interesses dos proprietários de terras frente a três processos correlatos: a recente abolição da escravidão, em 1888, o estímulo à imigração europeia em tempo de predomínio da economia cafeeira desde meados do século XIX e à pressão das elites das antigas províncias frente às transformações que pudessem vir com as mudanças no plano político. Para que as definições desse artigo pudessem ser implantadas, era preciso que os estados elaborassem suas próprias constituições e leis. Desse modo, houve um período transitório, que durou até a primeira década do século XX, em que a Lei de Terras continuou a ter validade.

Assim, a lei [Lei de Terras] que proibira as novas posses continuava como um instrumento legal para impedir que os imigrantes e os ex-escravos pudessem chegar à propriedade da terra e assim, não ficarem disponíveis para o trabalho livre nas propriedades existentes. Neste sentido, a manutenção da lei garantia o processo através do qual os detentores das posses (grandes ou pequenas) poderiam ter acesso à propriedade privada da terra, tornando-se assim proprietários. Portanto, estava mantida a via administrativa para consecução deste objetivo. (Oliveira; Faria, 2009: 11)

De acordo com Oliveira; Faria (2009), para fazer valer a Lei de Terras continuava sendo necessária a adoção de medidas como o cadastro de terras, que não

chegou a ser realizado, considerando a baixa quantidade de revalidação de sesmarias ou de legitimação das posses. De todo modo, Martins (1981, *apud*. Marques, 2005: 8634) trata dos efeitos que o decreto da Constituição provocou nos sitiantes, antigos agregados e vaqueiros, devido ao interesse dos fazendeiros em incorporar as terras nas escrituras que se sentiram pressionados a requerer⁹³.

Desta forma, a análise dos aspectos agrários, constante no próximo subitem deste capítulo, leva-nos a interpretar que os sítios, constituídos por unidades camponesas organizadas em agrupamentos estabelecidos por laços de parentesco e vizinhança, fortificaram e resistiram, provavelmente através da reinvenção das estratégias de reprodução camponesa. Outra evidência é a permanência das mesmas denominações em relação aos sítios, os quais continuam a ser centrais para a prática social, religiosa e política das famílias.

Ao mesmo tempo, Aquino (1982) relata a combinação da formação dos sítios com o aumento relativo da população residente próxima à capela de São Sebastião, onde também foram sendo estabelecidas atividades públicas, comerciais e de serviços.

Neste sentido, temos que, a depender da centralidade política, econômica e social das aglomerações populacionais com melhor estrutura de serviços e comércio, e, principalmente, do grau de influência das lideranças religiosas, era realizado o pedido de titulação das comarcas e das vilas. Parte destas, de fato, tornaram-se municípios, inclusive em pleno período imperial. Outras tantas conquistaram a autonomia nas primeiras décadas do período republicano (Andrade, 1998, FIDEPE, 1982).

A constituição de Ouricuri como “vila” ocorreu em 1849. Em 1872 tornou-se “comarca” e, uma década depois em “município autônomo”, precisamente em 1883, tendo eleito o seu primeiro prefeito em 1889 (Aquino, 1982: 161)⁹⁴. A configuração

⁹³ Os dados secundários que analisamos nos impossibilitam de precisar quais os efeitos da Lei de Terras e da Constituição de 1891 em nossa área de estudo.

⁹⁴ As leis que definiram a constituição da freguesia de São Sebastião de Ouricuri, a vila de Ouricuri, e a comarca foram, respectivamente: Lei Provincial nº124/1844, Lei Provincial ° 249/1849, Lei Provincial nº 1.057/1872. Segundo documento da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, “Ouricuri tornou-se município autônomo em 1º de julho de 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892” (Estado do Pernambuco, 2008).

como sede municipal e cidade ocorreu somente com a Lei estadual nº 1.606, de 14 de maio de 1903.

O uso dessas terras distantes das centralidades de Recife e Salvador era diferenciado de acordo com a relação de poder entre os fazendeiros e os posseiros e os agregados. Devido à imensidão das fazendas, o uso propriamente dito das terras pelos vaqueiros e suas famílias ocorria segundo as distintas características naturais do solo e de acesso à água, conforme tratamos acima. Ademais, tais características implicavam a variação do preço do arrendamento das terras.

Específica e principalmente a partir da Lei de Terras, os preços dos arrendamentos passaram a se vincular à perspectiva de auferir a renda da terra diferencial I, devido tanto à existência de solos comparativamente mais férteis, quanto à proximidade das estradas de terra, vilas e, em especial no caso das terras sob o clima semiárido, do acesso aos cursos d'água, mesmo que intermitentes⁹⁵.

Deste modo, diferentemente dos solos rasos do compartimento de chapada da serra do Araripe, mais utilizados para pastagem e plantio de mandioca, nas áreas de vertentes, vales e pedimentos da chapada o solo se apresentava pouco mais rico em nutrientes, contribuindo para concentrar a produção familiar de produtos agrícolas.

Na área mais ao sul, no pediplano, sob o embasamento cristalino, os solos são rasos e pedregosos, o que não atraiu a concentração de moradias, permanecendo como área de pastagem para o gado solto. Ou seja, terras de interesse dos grandes fazendeiros, pois gado e escravo eram equivalentes de riqueza. Deste modo, à época, quanto mais ao sul, maior a quantidade de residuais areníticos, menor a ocupação e maiores as porções de terras apropriadas pelos grandes fazendeiros pecuaristas.

⁹⁵ Outro fator que implicaria alteração na composição dos preços da terra, tal qual na da renda diferencial I por localização, foi a perspectiva de construção na segunda metade do século XX de estradas de ferro que atravessariam Leste-Oeste o Estado de Pernambuco, ligando Recife ao sertão do São Francisco. Detrás dos planos ferroviários estava a empresa inglesa *The Great Western of Brazil Railway Company Limited*. Conforme trataremos mais detidamente no Capítulo 3, a empresa pretendia ligar a cidade de Recife ao submédio do rio São Francisco. A inauguração da primeira estrada de ferro no Nordeste ocorreu em Pernambuco, em 1858, e percorria o trecho entre Recife e o Cabo. Tratava-se da segunda ferrovia no Brasil e o primeiro tronco da futura malha ferroviária do Nordeste.

Nas proximidades do rio São Francisco, novamente se intensificava o povoamento e os usos se diversificavam, voltando a ganhar importância, em termos de ocupação espacial, a produção agrícola familiar.

Para além das vastas áreas sob o domínio de pecuaristas, o que corresponde às atuais microrregiões de Araripina e Petrolina (Mapa 3), algumas famílias buscaram sua ascensão através da construção de engenhos no sopé do cerrado Araripe, principalmente na vertente norte, na atual mesorregião Sul Cearense. Aproveitaram a existência de fontes permanentes de água, devido à inclinação geológica presente na serra em direção à face norte, e os ventos úmidos trazidos pela massa equatorial atlântica, para produzir cana-de-açúcar. Utilizando-se da força de trabalho escrava, reproduziram, de forma geral e em menor escala, a dinâmica dos engenhos na Zona da Mata Pernambucana.

Com os engenhos fundados por proprietários vindos da região da Mata, tornaram-se diferentes as fisionomias e as relações de trabalho nestas manchas úmidas daquelas dominantes na caatinga, pois os engenhos, embora não dispusessem do prestígio e das disponibilidades econômicas dos que vieram daquela zona, tentaram organizar *plantation* do tipo realizado na região da Mata. (Andrade, 1998: 176)

No Cariri Cearense, especialmente na área onde atualmente consta o município de Crato/CE, a produção iniciou-se com aguardente e rapadura para, depois, no século XVIII, consolidar-se na produção de açúcar e rapadura. Contudo, os engenhos rapadureiros, como eram chamados, também foram instalados em outras áreas com maior umidade, como próximo à serra da Baixa Verde, em Pernambuco.

A demanda pelos produtos dos engenhos era local, o que significava pequenos volumes de produção. As instalações dos engenhos restringiam-se, deste modo, a moendas com pequena capacidade, o que não exigia o “uso” de muitos escravos.

Ademais, os engenhos das áreas úmidas litorâneas aproveitavam a existência de outros de menor porte para lhes vender equipamentos e escravos, de acordo com a variação dos rendimentos atrelados à dinâmica econômica inter-regional e internacional.

Nos engenhos sertanejos os grandes proprietários se faziam menos presentes no cotidiano dos sítios, provocando a impressão de que os vaqueiros ganhavam ali maior importância. Andrade (1998) coloca que havia uma aparência de menor “distanciamento entre os estratos sociais”.

Por isso mesmo, por ser a escravaria pouco numerosa e por serem os senhores mais pobres, havia no Cariri maior aproximação entre

senhores e escravos, menores distinções sociais. Devemos inclusive lembrar-nos aqui do depoimento de Rugendas, de que “nas fazendas maiores a comida dos escravos é feita em separado, mas onde eles são menos numerosos, e principalmente nas plantações longínquas do País, os senhores comem à mesma mesa que os escravos”. (Andrade, 1998: 177)

De todo modo, a localização e as condições naturais do solo e de acessibilidade à água, relacionadas às características geológicas, hidrológicas e climáticas, destacavam a serra do Araripe como uma área de “serras frescas”, em contraste às localidades que, mesmo a poucos quilômetros de distância, eram mais diretamente afetadas pelos efeitos das estiagens.

Nas serras frescas, as culturas agrícolas, incluindo a cana, eram mais frequentes. As famílias de engenho, do mesmo modo que ocorria na Zona da Mata nordestina ou mesmo no litoral do Sudeste, tinham distinta projeção social e política⁹⁶.

Contudo, a principal marca do sertão, “a grande riqueza”, como relatou Andrade (1998), era a atividade pecuária.

O sistema de criação era o mesmo encontrado no Agreste; apenas aqui as extensões eram maiores, as fazendas mais importantes, possuindo até, algumas delas, mais de 5.000 cabeças de gado; as secas eram mais rigorosas, provocando grandes prejuízos aos criadores, e as comunicações com o litoral mais difíceis devido às imensas distâncias. (Andrade, 1998: 170)

A formação das fazendas iniciava-se no domínio das áreas mais úmidas próximas aos grandes rios, estendendo-se de forma estreita e alongada em direção às

⁹⁶ A economia açucareira ao sul do Ceará, ao sopé da serra do Araripe, está relacionada à constituição de centralidades que levariam à criação das cidades de Crato e Barbalha. Andrade (1998: 201) menciona que em 1958 existiam 63 engenhos no município de Crato, nenhum na época movido a energia elétrica e informa que “Em linhas gerais as relações de trabalho nessas áreas assemelham-se às que ocorriam na região da Mata antes do surto usineiro. Os moradores distribuem-se pelas propriedades em casas de taipa, dispondo em torno delas de exíguas áreas onde cultivam para si um pouco de algodão e lavoura de subsistência. Da colheita dessas culturas não participa o proprietário, que exige do empregado certo número de dias de serviço por semana por preço inferior ao pago aos trabalhadores de fora. Só a cana-de-açúcar é que, sendo plantada mesmo por moradores, paga meação pela moagem. A diferença de salário entre os moradores e os trabalhadores que não residem na propriedade é considerada como pagamento de aluguel da cana e do sítio. Nos períodos de safra exige-se dos moradores de cinco a seis dias de serviços semanais e, como ocorre na mata, utiliza-se o braço dos migrantes que vêm das caatingas vizinhas à procura de trabalho.” (Andrade, 1998: 201-202) Ao descrever outras atividades que envolviam o trabalho “assessório” dos camponeses em época de safra, Andrade comenta ainda que “A descrição das funções dos vários trabalhadores que mourejam em um engenho de rapadura lembra muito as descrições minuciosas que dos engenhos coloniais fez, no início do século XVIII, o arguto jesuíta Antonil.” (Andrade, 1998: 202). Ou seja, para o autor eram condições de trabalho que “não lhes podem dar condições de existência, mesmo modestas.” (Andrade, 1998: 202)

terras mais distantes, completamente ocupadas pela caatinga. De modo geral, na economia sertaneja, a pecuária ultra extensiva era predominante. Contudo, os rendimentos não eram altos e, diferentemente das fazendas de engenho, os pecuaristas costumavam delegar aos vaqueiros e sua família todas as atividades da fazenda.

A participação direta dos fazendeiros pecuaristas se dava principalmente no período de maiores taxas pluviométricas, de outubro até no máximo abril, época em que deixavam as cidades onde residiam para vistoriar as criações e o trabalho que vinha sendo realizado em suas fazendas. Ademais, o período chuvoso era de fundamental importância para o aumento dos ganhos do fazendeiro, pois, dispondo de dinheiro, tinha condições para comprar “animais magros de outras regiões para engordá-los e vendê-los para o açougue quando, terminada a estação chuvosa, o pasto torna-se escasso” (Andrade, 1998: 199).

A partir do mês de março, dependendo de como tivesse sido o período de chuvas, assim como dos recursos e da força de trabalho disponíveis, os fazendeiros promoviam migrações sazonais do rebanho. O gado era transportado até áreas que dispunham de bebedouros, cacimbas, cursos d’água, ou mesmo eram deslocados até outras áreas no Agreste ou nos sopés de serra com pastagens mais abundantes.

O transportador de gado era chamado tangerino, profissão que, segundo Andrade (1998), já era pouco existente em meados do século XX.

O gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas na condução destes animais. Antonil, com a precisão característica de suas observações, afirma que as boiadas eram compostas de 100 a 300 cabeças, sendo conduzidas por pretos, brancos, índios e mulatos. (Andrade, 1998: 172)

O trabalho de condução dos animais era sempre exaustivo, durando ao menos duas semanas, em velocidade variável em função da disponibilidade de água ao longo do caminho. O pagamento era em dinheiro, cerca de 1/10 do valor do preço do boi, o qual deveria pagar a manutenção dos tangedores e guias, podendo ser menor ou maior em função das distâncias percorridas e da fuga de algum animal. Andrade, na 5ª edição de sua obra *a Terra e o Homem no Nordeste*, referindo-se às atividades no sertão relacionadas à pecuária da década de 1990, comenta que a profissão de tangerino já não era mais tão comum. Diferentemente de sua descrição referindo-se à década de 1960, em que escreveu:

Os tangerinos conduziam a boiada como o faziam no tempo de Antonil; residindo nas cidades e vilas onde havia mais facilidade de encontrar trabalho, na realidade passavam a vida a varar os sertões, percebendo salários. Geralmente acompanhavam a boiada a pé, havendo porém junto ao gado alguns cavalos nos quais eles se revezavam algumas horas durante a viagem. (Andrade, 1998: 187)

Após meio ano, com o início das chuvas, vaqueiros e tangerinos retornavam às áreas onde o gado havia sido deixado para trazê-lo de volta às fazendas. O gado do sertão pernambucano, em sua porção ocidental que hoje coincide com as microrregiões de Araripina e Petrolina, costumava ser abrigado nas pastagens a leste, em terra do Piauí, em área da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, e nas proximidades da Serra do Araripe, mais frequente nos currais ao noroeste de Pernambuco.

A Chapada do Araripe é ponto para onde converge tanto o gado pernambucano como o cearense; é trazido quase sempre em maio, na estação seca, a fim de aproveitar o “capim Agreste, o quicé, a mucunaum, o taqui, a flor e a vagem do visgueiro, o fruto e a flor do maracujá etc.”, e é retirado com as primeiras chuvas para que não seja acometido, como nas Gerais, pelo “toque”. Assim, em quase toda a área sertaneja a migração sazonal é um hábito que se repete todos os anos. Quando o proprietário não a faz anualmente, necessita recorrer a ela nos anos mais secos em que o “inverno” não chega. (Andrade, 1998: 200)

Dessa forma, nos casos de permanecerem nas áreas atingidas pela seca, o gado ficava solto à procura de alimentos na mata da caatinga, tais quais folhas de árvores como umbuzeiro, caatingueira, ingazeira, tamburim ou angico. As cactáceas foram, e ainda são, utilizadas em período de longas estiagens, pois, em meio à falta de outros alimentos, são queimadas antes de serem entregues aos animais.

Durante o período de chuvas, entre dezembro e abril, chamado período de inverno, as vacas eram reunidas pela manhã para retirar o leite para consumo humano e, quando havia produção suficiente, era também usado para a produção de queijo e requeijão caseiros.

Assim, segundo Andrade (1998), a alimentação do sertão continha maior valor nutricional do que aquela praticada no litoral, comparando, respectivamente, a combinação de queijo coalho, rapadura e carne de bode com a de farinha com peixe seco da Zona da Mata.

Até início do século XX, a remuneração dos vaqueiros se dava através da quarteação, a qual consistia em deixar ao vaqueiro, a cada quatro bezerros ou potros nascidos vivos, um como pagamento. Contudo, havia negociações específicas e, com o

tempo, os pecuaristas passaram a preferir remunerar o vaqueiro em dinheiro, a ter que conviver com a ideia que de o vaqueiro tivesse seu próprio rebanho. Ou seja, para além da preocupação sobre diferenciação nos tratos culturais em períodos de seca, a mudança visava minar qualquer possibilidade de o vaqueiro tornar-se pecuarista, possessor ou proprietário de terras.

Outra característica daquele sertão nordestino era a grande dificuldade que os sertanejos tinham para realizar trocas comerciais e de comunicação. Ainda que o transporte do gado até Salvador e Olinda fosse uma das principais atividades econômicas dos moradores do sertão, muitos deles buscavam se estruturar para não necessitar se deslocar nos extensos caminhos. Isso impactava diretamente nas relações sociais e com a terra.

[...] As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades. Assim, na alimentação usava-se principalmente a carne e o leite, este abundante apenas no “inverno”, frutos silvestres e alguns produtos de uma incipiente lavoura de subsistência feita nos brejos, nas vazantes de rios ou, nos bons invernos, na própria caatinga. Lavouras de ciclo vegetativo curto – feijão, fava, milho etc. – eram confinadas por cercas de varas ou de pedras a fim de impedir a danificação provocada por animais. (Andrade, 1998: 170/171)

Nesse contexto, mesmo que a agricultura fosse tida como atividade secundária, ela se fazia fundamental à reprodução das famílias sertanejas. Procurava-se, quando possível, praticar a cultura de vazante e costumavam proteger com cercas os plantios dos bois, cavalos, bodes e carneiros. Até mesmo o sal era obtido nos depósitos aluviais do rio São Francisco e de seus afluentes.

Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, ao milho, feijão, algodão e, às vezes, à melancia e ao melão. [...] As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, “Ilhas” isoladas na vastidão das caatingas. (Andrade, 174)

A separação entre as áreas agrícola e de criação era estabelecida pelo “travessão”. Havia, e há ainda, duas possibilidades: ou era o gado que ficava cercado, ou a área cultivada. A situação mais recorrente na pecuária extensiva era a segunda possibilidade. Já nos casos de uso de gado selecionado, estes costumavam ficar em currais cercados, deixando o restante da área para quaisquer outros usos. “O travessão poderia ser feito ora por um valado, ora por uma cerca, que podia ser de pedra –

frequente no Seridó –, ora de varas, ora de ramos, ora de “espinhos”, isto é, de cactáceas” (Andrade, 1998: 175).

O travessão poderia também ser utilizado como meio da grilagem, visto que alguns não eram fixos, e eram de fácil locomoção, avançando conforme os interesses “de um coronel poderoso ou político influente” (Andrade, 1998: 175), o que continuou a ocorrer mesmo após a introdução do arame farpado em meados do século XX. Ademais, o uso do arame farpado facilitou aos grandes proprietários cercarem as melhores terras para o seu gado, inclusive em terras sem titulação, prejudicando os vaqueiros ou camponeses sem terra que utilizavam campos abertos como área de “posse comum”⁹⁷.

Na concepção de Andrade (1998: 202), a importância das “lavouras de subsistência” na região era “quase insignificante” para a reprodução dos sertanejos. Avaliava que os moradores não tinham como se dedicar às suas próprias lavouras, pois precisavam prestar serviços fora da propriedade, e que seus sítios eram pequenos para comportar relevante produção. Ademais, observou que moradores não dispunham de técnicas ou tecnologias que possibilitassem o melhor proveito de suas terras e aumento da produtividade. Criticava, ainda, os “apologistas da atual estrutura social” interessados na manutenção da agricultura de subsistência, visto que considerava que tal estrutura social não poderia contribuir para a reprodução adequada de vida de seus moradores⁹⁸, visão que procuramos abordar no Capítulo 1.

De fato, grande parte do poderio econômico, social e político das classes dominantes, formadas por capitalistas e grandes proprietários, os quais muitas vezes são uma única pessoa e se revezavam na representação nos cargos políticos em três níveis de governo⁹⁹, constituía-se à custa dos recursos requeridos para “combater” a seca e os baixos índices sociais da população residente no sertão. Andrade fazia alusão à estrutura

⁹⁷ As posses comum são também chamadas de terras soltas, fundos de pasto, de acordo com o local.

⁹⁸ O perceptível entusiasmo de Manuel Correia de Andrade com a “modernização” do sertão através de projetos de irrigação e introdução de outras técnicas voltadas ao aumento da produtividade, exposto na primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste*, 1963, transforma-se em crítica em *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*, de 1976, passando a denominá-los “projetos fundiários” pautados no uso de recursos dos fundos das agências, como a SUDENE.

⁹⁹ Consideramos aqui “níveis” de governo os níveis federal, estadual e municipal, cada qual possuindo distintas atribuições daquelas dos campos judiciário, executivo e legislativo.

social, que considerava subdesenvolvida, associada às atividades agrícolas “pouco desenvolvidas”. Suas críticas eram contemporâneas e tinham profunda concordância com os pensamentos de Callado (1960) e Furtado (1959a;1959b), inclusive quanto à vinculação do desenvolvimento socioeconômico com as atividades industriais, desenvolvimento das forças produtivas e expansão do assalariamento.

Sendo assim, ainda que a crítica de Andrade estivesse direcionada aos políticos, capitalistas e grandes proprietários¹⁰⁰, apresentamos nossas discordâncias quanto ao não reconhecimento da importância do trabalho familiar no campo, especificamente no que se refere à produção de alimentos para consumos próprio e regional, incluindo o sertão pernambucano.

Introduziremos essa discussão a partir especificamente do município de Ouricuri/PE, que hoje possui área de 2.422.890 km², porém ocupava quase a totalidade da microrregião no momento de sua criação, ainda no final do século XIX.

Desde então, houve redução de sua área total através da redefinição dos limites político-administrativos de Ouricuri/PE, tanto devido às solicitações de emancipação de seus antigos distritos¹⁰¹, quanto pela incorporação pelos municípios vizinhos de novas áreas, como Bodocó, por exemplo (FDEPE, 1982, IBGE 2011).

A atual divisão política dessa porção ocidental de Pernambuco originou-se a partir da comarca de Ouricury, ainda no período do Governo Imperial. Mesmo com as sucessivas alterações dos limites político-administrativas, o município destaca-se como o maior em termos de extensão territorial dentro de sua microrregião, Araripina, e o terceiro maior da mesorregião Sertão Pernambucano, além de ser o sexto dentre os 185 municípios do Estado de Pernambuco (Mapa 3).

¹⁰⁰ O poderio econômico, social e político destes sujeitos, os quais muitas vezes são uma única pessoa, se fazia às custas dos recursos requeridos para “combater” a seca e os baixos índices sociais da população residente no sertão. Andrade fazia alusão à estrutura social subdesenvolvida, considerada aquela atrelada às atividades agrícolas “pouco desenvolvidas”, se fez no contexto de ascensão das lutas camponesas no Nordeste. Vale lembrar que, em 1959, Callado (1960) difundiu a ideia de “indústria da seca” por meio de reportagens publicadas no jornal Correio da Manhã em 1959.

¹⁰¹ Como é o caso dos municípios de Ipubi, Santa Cruz e Santa Filomena, respectivamente nas datas de 1963, 1993 e 1997.

No próximo item, descreveremos mais especificamente as transformações no campo em Ouricuri/PE, analisando, a partir da estruturação fundiária, as principais atividades agropecuárias, as relações sociais de produção nelas envolvidas, bem como o uso de maquinários, tecnologias, recursos e despesas atreladas às mesmas.

2.2. Especificidades da questão agrária em Ouricuri/PE

De acordo com o observado anteriormente, a configuração da atual estrutura fundiária da microrregião de Araripina (Mapa 3) se caracterizou pelo domínio de extensas áreas por grandes proprietários pecuaristas, em geral terras consideradas menos férteis. A disputa mais acirrada se dava pelas terras melhor localizadas. Porém, estas não eram necessariamente dominadas pelos pecuaristas, haja visto que foram os posseiros que as ocuparam ao longo do século XIX, dedicando-se à produção agrícola com o uso da força de trabalho familiar.

Assim, enquanto os latifundiários pecuaristas se apossavam de áreas mais extensas, a produção camponesa promovia maior diversificação do uso do solo em pequenas posses. Isso tudo em época anterior à Lei de Terras (1850) e à sua regulamentação (1854), e, portanto, quando a riqueza no sertão ainda era dimensionada pelo tamanho do rebanho e pela influência estabelecida por cada família pecuarista sertaneja na organização social e política local.

Nesse sentido, e em vista de que as fronteiras dos grandes currais eram antes uma questão de domínio político do que estritamente territorial, a ocupação das terras mais úmidas por inúmeras famílias camponesas ia ao encontro dos interesses dos parques fazendeiros que se diziam donos das terras do sertão.

A partir da Lei de Terras, contudo, o mecanismo que até então era de coação do trabalho, o trabalho cativo, passa a tornar a terra também cativa, mesmo que caminhando para a abolição da escravatura. O direcionamento ao “trabalho livre” exigia que o acesso ao mais importante meio de produção, a terra, passasse a ser controlado e, para tanto, estipulou-se que sua aquisição se daria apenas pela monetarização, através da compra e venda, instrumento que precederia os futuros registros e titularidades (Artigo 1 da Lei de Terras). Em outras palavras, sob o capitalismo “o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração” (Oliveira; Faria, 2009: 3).

Desde então, as terras de Ouricuri passaram por intenso processo de fragmentação dos vastos latifúndios, através da sucessão hereditária via herança e de sua comercialização. Em meados do século XX, houve expansão expressiva da área agropecuária municipal e da quantidade de estabelecimentos, o que seguiu ritmo acelerado até a contagem do censo de 1995, quando a variação em relação ao período anterior, ano de 1995 frente ao de 1980, foi negativa, sendo - 38% relativo aos estabelecimentos e chegando a 45% para o total de área.

Gráfico 5– Número total de estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 6 – Área total (ha) dos estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 7 – Variação percentual do número e área total de estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Para compreender essa queda relativa ao total de área a partir do censo de 1980, poderíamos nos remeter ao desmembramento de dois distritos, Santa Cruz, em 1993, e Santa Filomena, em 1997. No entanto, verificando os dados referentes aos ex-distritos, temos que o total de área e estabelecimentos não corresponde à totalidade da variação negativa. No Censo de 1995, por exemplo, Santa Cruz aparecia com área equivalente a somente 40% dos 121.133 hectares reduzidos em Ouricuri. Já no Censo de 2006, quando Santa Filomena consta pela primeira vez como município autônomo, sua área agropecuária chega a ser 75% maior do que os quase 35 mil hectares reduzidos do total de área em Ouricuri.

A redução de cerca de 35 mil hectares de área agropecuária em Ouricuri, -23% entre 1995 e 2006, não foi acompanhada da redução na mesma proporção do número de estabelecimentos. Ao contrário, houve ligeiro aumento dos estabelecimentos com até 100 hectares de área, e diminuição de 62 estabelecimentos que tinham área acima de 100 hectares, como mostram o Gráfico 8 e Gráfico 9, p. 124.

Dentre os 62 estabelecimentos que tinham área acima de 100 hectares, três constavam no grupo de área entre 500 a menos de 2000, 14 estabelecimentos no grupo

de 200 a menos de 500, e a maioria, 45 estabelecimentos, no grupo de 100 a menos de 200 hectares.

Ademais, no Censo de 2006 passou a ser contabilizada como “novo” estabelecimento a situação em que empregados ou moradores produzem nas terras em que trabalham, sem que sua produção seja considerada domínio do proprietário. Assim, o IBGE passou a considerar os “empregados produtores” como “produtores sem área”, o que em Ouricuri implicou no “aparecimento” de 421 novos estabelecimentos, passando a representar 7% no total de 5717 estabelecimentos em 2006. A maior parte dos produtores sem área, 60% deles, tem como atividade principal a lavoura. Pelo Censo de 2006 não é possível reconhecer em qual estrato de área ele trabalha. Nos trabalhos de campo, verificamos, nos pequenos estabelecimentos, a possibilidade de compartilhar a terra e as casas desabitadas com parentes ou mesmo conhecidos em situação de necessidade. Portanto, não estamos tratando de empregados, mas de pessoas que se relacionam por laços de solidariedade, parentesco e amizade com os proprietários de terras.

Gráfico 8 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área em hectares, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 9 – Área total (ha) ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, Ouricuri/PE, 1950-1980

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Os gráficos mostram o contraste entre a quantidade de estabelecimentos menores de 100 hectares e a área total por eles ocupada. Ainda assim, temos que gradualmente os menores estabelecimentos foram se tornando mais numerosos e expandindo a área ocupada, neste caso até o Censo de 1980. Neste sentido, se em 1950 havia 430 estabelecimentos acima de 100 hectares, equivalente a 8% sobre o total, ocupando área superior a 50% da área total agropecuária no município, paulatinamente os menores estabelecimentos foram se tornando mais relevantes em termos de área relativa, chegando a atingir 70% em 2006, como releva o Gráfico 10 adiante.

Gráfico 10 – Percentual de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 ha e 100 ou mais ha, Ouricuri/PE, 1950-1980

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Por outro lado, ao utilizar o tamanho de 100 hectares para diferenciar os estabelecimentos, generalizamos num mesmo grupo de área os médios e grandes estabelecimentos. Além disso, o uso desta divisão acaba desconsiderando os estabelecimentos que, de acordo com a unidade de módulo fiscal de 70 hectares para Ouricuri, também podem ser classificados como “pequeno estabelecimento”. Em outras palavras, segundo o agrupamento por módulo fiscal, são pequenos estabelecimentos todos aqueles cuja área agropecuária seja de até 280 hectares.

Numa outra perspectiva, e destoando da classificação via módulo fiscal, temos que a divisão a partir dos 100 hectares permite uma melhor leitura da realidade com a qual nos deparamos no campo em Ouricuri, visto que aqueles que possuem mais de um

módulo fiscal já são considerados, pelos próprios proprietários entrevistados, detentores de “grandes posses”.

Tendo que os grupos de área utilizados pelo IBGE correspondem ao intervalo de 200 a 500 hectares, fica comprometida a avaliação pautada no critério de módulo. Assim, apesar da inacessibilidade aos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA sobre estrutura fundiária, os quais por sua vez são medidas autodeclaradas pelos proprietários, recorreremos novamente ao Censo Agropecuário 2006, cujos dados encontram-se organizados na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo classificação por módulo fiscal¹, Brasil, Nordeste, Pernambuco, Microrregião de Araripina e Ouricuri, 2006

Grupo de estabelecimentos	Brasil		Nordeste		Pernambuco		Araripina		Ouricuri	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Pequeno estabelecimento	88,70	28,25	90,12	43,86	91,93	55,06	93,24	79,24	92,30	93,03
Médio estabelecimento	4,60	20,08	1,95	21,63	1,22	17,55	0,68	14,26	0,34	6,97
Grande estabelecimento	1,78	51,67	0,90	34,52	0,37	27,39	0,08	6,50	0,00	0,00
Sem área	4,93	0,00	7,38	0,00	6,48	0,00	6,00	0,00	7,36	0,00

¹ Segundo classificação por módulo fiscal, denomina-se “pequeno estabelecimento” aquele cuja área agropecuária está entre 0 a menos de 4 módulos fiscais, de “médio estabelecimento” aquele que possuir de 4 a menos de 15 módulos fiscais e “grande estabelecimento” se tiver mais de 15 módulos fiscais.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Diante dos dados da tabela acima, temos que em Ouricuri os pequenos estabelecimentos, nesse caso aqueles com até 280 hectares, constituíram predomínio quase absoluto sobre o total de área agropecuária municipal. O percentual, principalmente quanto à área ocupada, é bastante alto, inclusive em relação à média da microrregião Araripina. Quando comparado com o Nordeste e, principalmente, com a

média brasileira, chegamos à constatação da quase inexistência de concentração fundiária em Ouricuri.

Além disso, de acordo com os dados do Gráfico 8 e do Gráfico 9 (p. 124), os estabelecimentos com mais de 500 hectares em Ouricuri eram apenas 0,75% sobre o total e tinham também pouca representatividade territorial, como somente 2,65% sobre a área total agropecuária. Também de acordo com a Tabela 2, em 2006 não havia estabelecimento com mais de 15 módulos fiscais (1050 hectares).

Desta forma, seguimos no esforço de compreender a redução da área e as variações na quantidade de estabelecimentos à luz do entendimento da agricultura na etapa monopolista do capitalismo. Assim, parecem ganhar ainda mais relevo as distinções entre a produção capitalista e a camponesa, principalmente no que se refere à pressão posta pela redução dos preços dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que os custos produtivos são crescentes.

Somada a isso, em pleno século XXI, a agricultura, na maior parte do semiárido brasileiro, encontra-se ainda dependente do “inverno” e da ausência de estiagem para conseguir obter melhor produção e rendimento médio.

Desse modo, a produção capitalista, que tem no lucro médio o seu limite da produção, procederá em buscar melhores perspectivas para alcance do lucro extraordinário. A produção camponesa, ao contrário, contém significados que extravasam o aspecto econômico e, mesmo em relação a este, apresenta como limite da produção a sua própria reprodução.

Por isso, o capital, a depender da rentabilidade dos produtos agropecuários, segue sujeitando a renda da terra na sua forma pré-capitalista, ou seja, o produto do trabalho do camponês, ou da família camponesa, através da renda em dinheiro, o que atualmente é mais comum.

Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas. Sabe-se bem

que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio.

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (Oliveira, 2007: 40)

É nesta perspectiva que se dá a contrariedade do modo capitalista de produção, pois, para o seu próprio desenvolvimento, há a recriação de relações não capitalistas de produção, no caso através da produção camponesa. Desse modo, o capital é produzido sem necessariamente acarretar relações tipicamente capitalistas de produção, tal qual o assalariamento. A partir do trabalho familiar da agricultura camponesa, o produto resultante da produção é subordinado ao capital, ou seja, há sujeição da renda da terra ao capital.

Neste sentido, e antes de continuarmos a compreender as transformações em Ouricuri posteriores a 1980, é importante ressaltarmos um aspecto central do processo de configuração da questão agrária em Ouricuri, qual seja, a atuação dos camponeses¹⁰². A participação dos camponeses foi decisiva para a expansão da área e para o aumento da quantidade de estabelecimentos ocupados com atividades agropecuárias na década de 1960 e, em especial, na de 1970.

Conforme vimos logo acima, em meio ao processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, o processo de migração campo-campo¹⁰³ foi mais intenso nestas décadas citadas por parte, fundamentalmente, mas não somente, de famílias camponesas decididas a conquistar a terra.

¹⁰² Assim conceituamos devido às demais análises apresentadas adiante, associando os dados sobre grupos de área com as relações de produção e utilização das terras, principalmente. Ademais, as observações de campo em 2012 nos fazem compreender os sujeitos a que nos referimos como parte do campesinato.

¹⁰³ O movimento de migração interna no campo é também mencionado por Manuel Correia de Andrade (1975; 1998). Ainda que tenhamos divergências quanto à sua visão sobre o papel da agricultura no capitalismo, o autor afirma (Andrade, 1998) que, perante a expansão da agricultura capitalista, houve também intensificação do “[...] processo migratório rural-rural, das áreas de ocupação tradicional para aquelas em ocupação, nas quais os migrantes pobres se estabelecem como posseiros, cultivando lavouras comerciais – o arroz, por exemplo – e de autoconsumo, como o milho, o feijão e a mandioca” (Andrade, 1998: 224). No entanto, destaca a prevalência do processo de migração campo -cidade, o qual conceitua como “êxodo rural”: “[...] Tal desequilíbrio [entre a agricultura capitalista e as formas pré-capitalistas] provocou o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, a princípio de grande porte, e, posteriormente, as de médio e pequeno portes” (Andrade, 1998: 224).

Para alguns que podiam e se sujeitavam, a via foi adquirir a propriedade privada da terra, com menores preços, em vista de estas terras apresentarem solos piores, clima mais árido e pior localização relativa, considerando aqui a região noroeste do estado de Pernambuco. Outro processo, como vimos, consiste na própria fragmentação das terras no caso de falecimento do patriarca e repartição entre os herdeiros, ou, ainda, pela divisão das terras em prol da constituição de novos núcleos familiares, o que já havia sido constatado por Schifino (1984), quando afirma que

[...] 90% são originários da região, filhos de agricultores, antigos proprietários (muitos casos de herança) ou de trabalhadores ou ocupantes sem terra, que posteriormente adquiriram propriedades. (Schifino, 1984: 94)

Os dados censitários de 2006 relativos à origem do produtor-proprietário, independente do grupo de área ao qual faça parte, demonstram em Ouricuri o mesmo comportamento presente na microrregião de Araripina, no estado de Pernambuco e no Brasil.

Tabela 3 – Número e percentual de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras, Pernambuco, Microrregião de Araripina e Ouricuri/PE, 2006

Forma de obtenção das terras	Brasil		Nordeste		Pernambuco		Microrregião de Araripina/PE		Ouricuri/PE	
	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)	Estabelecimentos	(%)
Compra de particular	2.418.440	53,39	934.456	48,90	124.443	49,27	13.364	57,80	2.540	53,60
Compra via crédito fundiário ¹	47.492	1,05	17.965	0,94	1.406	0,56	54	0,23	11	0,23
Titulação ²	290.245	6,41	127.608	6,68	15.416	6,10	40	0,17	28	0,59
Herança	1.526.192	33,69	702.718	36,77	97.102	38,45	8.489	36,71	1.919	40,49
Doação particular	122.793	2,71	70.030	3,66	8.536	3,38	914	3,95	180	3,80
Usucapião	46.730	1,03	22.417	1,17	1.442	0,57	51	0,22	11	0,23
Outra forma	55.410	1,22	25.760	1,35	2.998	1,19	144	0,62	41	0,87
Não sabe	22.598	0,50	10.098	0,53	1.210	0,48	66	0,29	9	0,19
Total	4.529.900	100,00	1.911.052	100,00	252.553	100,00	23.122	100,00	4.739	100,00

¹ Cédula da terra, Banco da terra, etc.

² Via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

De acordo com a Tabela 3, acima, mais de 90% dos estabelecimentos com produtor proprietário em Ouricuri obtiveram suas terras via compra de outro particular ou por herança, o que também se verifica como dinâmica geral, sendo que as aquisições por compra são ligeiramente mais numerosas do que via herança.

A considerar a simultaneidade destes distintos processos, atentamos também ao fato de que, por exemplo, em 1950 havia em Ouricuri mais de 30 mil hectares de área inculca e outros 13 mil de terras improdutivas, áreas que equivaliam a 19% e 8%, na mesma ordem, do total de área agropecuária do município.

Sendo assim, ainda que em Ouricuri a propriedade privada da terra tenha prevalecido sob os demais meios, o campesinato fez-se também nas condições de posseiro, como pode ser observado no Gráfico 11 e no Gráfico 12 (p. 131-132)

A análise dos dados censitários até 1980 mostra-nos que, para além do aumento da condição de proprietário, em número de estabelecimentos e área, é justamente o produtor ocupante que paulatinamente também vai se tornando relevante, inclusive territorialmente.

Os dados dos Censos de 1970 e 1980, relativos, portanto, aos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970, revelam que os posseiros de Ouricuri ocupavam 1/3 de todos os estabelecimentos com ocupantes da microrregião e mais da metade da área total correspondente aos ocupantes. Foi nessas décadas que os posseiros avançaram em área e número de estabelecimentos ocupados no município, estando presentes em 31% dos estabelecimentos de Ouricuri, o que correspondia a 11% do total de área em 1970, e em 38% e 12%, respectivamente, em 1980.

Essa expressão de luta pela terra no município de Ouricuri aparece de forma diferenciada nos demais municípios do noroeste de Pernambuco. Historicamente, Exu destacava-se por ter a maior extensão de terras ocupadas. Eram mais de 15 mil hectares segundo o Censo de 1950, o que representava cerca de 40% do total de terras ocupadas na Zona do Sertão do Araripe¹⁰⁴, a qual, por sua vez, equivalia a 1/3 do total estadual.

¹⁰⁴ No Censo de 1950, o estado de Pernambuco era dividido geograficamente em seis zonas fisiográficas: Zona do Litoral e da Mata, Zona do Agreste, Zona do Sertão Alto, Zona do Sertão Baiano, Zona do Sertão do São Francisco, Zona do Sertão do Araripe. A Zona fisiográfica do Sertão do Araripe era

Exu também concentrava 67% do total de parceiros da Zona do Sertão do Araripe, fazendo desta a principal, seguida pela Zona do Agreste. De forma geral, a maior parte dos parceiros em Pernambuco residia no próprio estabelecimento.

Gráfico 11 – Número total de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

composta por oito municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Manissobal, Ouricuri, Parnamirim, Salgueiro e Serrita. Já no Censo de 1970, a divisão geográfica para fins de recenseamento continuou sendo as Zonas fisiográficas, porém outras foram criadas e os municípios de Parnamirim e Salgueiro passaram a constituir parte da Zona do Sertão Central. No Censo de 1980, por sua vez, a divisão regional é alterada novamente para referenciar as decisões da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas, e da recomendação nº 1, de 30 de março de 1971, da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, sendo que esta última define nova divisão geográfica em Microrregiões e Mesorregiões Homôneas.

Gráfico 12 – Área (ha) ocupada por condição do produtor, Ouricuri/PE, 1950-2006

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Semelhante a Paranamirim, o município Manissobal, atual São José do Belmonte, apresentava também concentração fundiária e alto percentual de terras arrendadas. Aliás, estes dois municípios eram os únicos em que as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 hectares, não eram predominantes. Ao contrário, a soma da área dos estabelecimentos com menos de 100 hectares não atingia nem 10% do total dos respectivos municípios, como mostra o Gráfico 13, abaixo.

Gráfico 13 – Área e número percentuais dos estabelecimentos agropecuários com 100 ou menos hectares, municípios da Zona do Sertão do Araripe, 1950

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Diversamente de Manissobal e Parnamirim, os municípios de Araripina e Ouricuri, já nesse Censo de 1950, sobressaíam-se pelo alto percentual de pequenos estabelecimentos, em número e área. Estes municípios abrangiam 46% do total de pessoal ocupado no Sertão do Araripe, excluindo os parceiros, sendo que 25% eram representados apenas por Ouricuri. Por sua vez, Araripina também se destacava dentre os demais na quantidade de empregados envolvidos na agropecuária. Entre os empregados permanentes na Zona do Sertão do Araripe, 27% estavam em Araripina, ainda que a maioria fosse de “empregado temporário”, o que provavelmente tem relação com a alta produção de mandioca e as centenas de Casas de Farinha a ela vinculadas¹⁰⁵.

Analisando os dados relativos a outros municípios do noroeste de Pernambuco, Schifino (1984) identificou que o aumento mais expressivo da quantidade de pequenos estabelecimentos tenha ocorrido, de forma geral, na década de 1950, ou seja, uma década antes do que constatamos em Ouricuri isoladamente. Sua análise foi de que

¹⁰⁵ Abordaremos mais profundamente as relações de produção no próximo subitem.

houve na “região de Ouricuri”¹⁰⁶ aumento significativo das propriedades em função do aumento de demanda dos produtos agrícolas pela crescente população urbana, “[...] justamente na época que o setor de subsistência tem seu excedente incorporado ao mercado” (Schifino, 1984: 74), sendo que no início da década de 1980 a situação agrária dessa região mostrava a

[...] mesma tendência que ressaltou Sá Júnior (1975) para a Região Nordeste, o crescimento das pequenas produções de subsistência, como resultado da não absorção do excedente de mão-de-obra e da captura do seu excedente de produção pelo mercado. (Schifino, 1984: 73)

Ainda que seja indiscutível o papel primordial que a produção camponesa, através dos mais diversos sujeitos sociais¹⁰⁷, tenha assumido quanto ao fornecimento de produtos agropecuários a toda população brasileira, parece-nos que a análise de Schifino desconsiderou a perspectiva de avanço do processo de luta pela terra.

O final da primeira metade do século passado foi marcado, para além da intensificação do processo de urbanização e industrialização, principalmente nas capitais, também pelo aumento do foro e do cambão na Zona da Mata nordestina. Por sua vez, estes estavam atrelados à expansão do cultivo da cana-de-açúcar e à expulsão dos moradores e rendeiros das terras até então ocupadas pela agricultura camponesa.

Tais fatos demonstram uma trama complexa de sujeição da renda da terra, respectivamente em dinheiro e trabalho, ao capital. No Nordeste em geral, à época, além da agroindústria canavieira, estavam em curso outras atividades envolvendo capitalistas na agricultura, dedicados à obtenção de lucro. Normalmente, elas ocorriam pela comercialização de produtos, como café e cacau, e da pecuária, para o mercado externo (Andrade, 1998).

¹⁰⁶ Para o desenvolvimento de sua dissertação “Uma abordagem das atividades agrárias: pequenos e médios proprietários rurais na ‘região de Ouricuri’, Pernambuco”, Schifino (1984) convencionou denominar de “região de Ouricuri” a área territorial equivalente aos municípios pernambucanos de Ouricuri, Trindade, Bodocó e Ipubi. À época da pesquisa, 1984, Ouricuri abrangia também os municípios de Santa Cruz e Santa Filomena. Até a década de 1960, Ipubi pertencia ao município de Ouricuri e Trindade ao de Araripina. Assim, os dados dos Censos Agropecuários (IBGE) de 1940, 1950 e 1960, apresentados a seguir, referem-se exclusivamente aos municípios de Ouricuri e Bodocó.

¹⁰⁷ Desde o agricultor familiar ultraspecializado, até pescadores e extrativistas.

Nesse sentido, o aumento significativo, em mais de 170%, dos pequenos estabelecimentos na região de Ouricuri, incluindo as posses, no período estudado por Schifino (1984), remete-nos, mais uma vez, ao processo de recriação do campesinato como expressão contraditória interna ao modo capitalista de produção. Por outro lado, a redução em número de estabelecimentos e área, ocorrida a partir da década de 1980, exige de nós novas interpretações.

Tabela 4 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo variação entre 1940-1980, região de Ouricuri

Estrato de área	Estabelecimentos		Área	
	1950-1980	1980-2006	1950-1980	1980-2006
Menos de 100	170%	-18%	117%	-51%
100 ou mais	-37%	-63%	26%	-69%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários; Schifino (1984)

Organização: Paula Camargo, 2014

Além disto, ao analisarmos a variação de número e área dos estabelecimentos agropecuários, indicados na Tabela 4, verificamos que o ritmo de aumento da área foi desproporcional. Houve redução da área média nos dois estratos, porém de forma mais acentuada para os estabelecimentos abaixo de 100 hectares, como fica explícito pelos dados da Tabela 5, abaixo.

Tabela 5 – Área média (ha) dos estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área, Ouricuri/PE, 1950-2006

Grupo de área	1950	1960	1970	1980	1995	2006
Menos de 100	25	21	20	20	20	16
Mais de 100	195	200	229	208	193	177

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Ademais, a partir dos dados dos censitários constantes no

Gráfico 8 e Gráfico 9, bem como dos percentuais expostos na Tabela 6 é perceptível que não houve, ao menos desde a década de 1950, alteração significativa da estrutura fundiária, a qual permanece concentrada.

Tabela 6 – Número e área (percentuais) dos estabelecimentos agropecuários segundo grupo de área, Ouricuri/PE, 1950-2006

Grupo de área		1950	1960	1970	1980	1995	2006
Estabelecimentos	Menos de 100	87,46	94,74	93,54	94,11	95,34	89,37
	Mais de 100	12,54	5,26	6,46	5,89	4,66	3,27
Área	Menos de 100	47,30	65,10	55,90	60,76	67,53	70,62
	Mais de 100	52,70	34,90	43,61	39,24	32,47	29,38

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Desde 1960, as propriedades acima de 100 hectares continuaram equivalendo a menos de 10% do total de estabelecimentos, mantendo, porém, a desproporcionalidade quanto à área total por eles ocupada. Por sua vez, apesar de os pequenos estabelecimentos também terem aumentado numericamente, seguiram ocupando menos de 70% do total de área, apesar de constituírem mais de 90% dos estabelecimentos – indicando que houve fragmentação.

Analisando os dados de 1975 sobre a situação da estrutura fundiária na “região de Ouricuri”, Schifino (1984) já colocava que “[...] a concentração da posse da terra na área de estudo não é tão grave quando comparada com a situação do Brasil, na região Nordeste, e do estado de Pernambuco [...]” (Schifino, 1984: 74). Os dados analisados por Schifino mostravam, para o Brasil e o Nordeste, os pequenos produtores, aqueles com área inferior a 100 hectares, representando, nesta ordem, 90% e 94% do total de estabelecimentos e somente 21% e 28% da área total. Em comparação, na “região de Ouricuri”, os pequenos estabelecimentos eram 93% do total e abrangiam 56% da área. De fato, na área estudada por Schifino a concentração era relativamente menor, o que, contudo, de modo algum significa concluir que a concentração não era “tão grave”.

A partir de Oliveira (1996; 2007; 2011), compreendemos que a permanência no campo por parte do campesinato ao longo do século XX fez-se através de processos de criação e recriação. Estes processos são indissociáveis das estratégias para sua reprodução. Elas, por sua vez, convivem com as tensões provocadas pelos diversos mecanismos, também recriados, de sujeição da renda da terra ao capital, “[...] sem,

necessariamente, ter que se apropriar de forma direta da propriedade privada da terra” (Oliveira, Faria, 2009: 1).

É exatamente nesse sentido que se configurou a estruturação fundiária em Ouricuri: o capital monopolizou o território sem, contudo, territorializar-se. Logo, diante das baixíssimas taxas de rentabilidade do capital na agricultura, especialmente em relação às produções de feijão, milho, mamona e à criação de caprinos, predominantes historicamente em nosso estudo de caso, o capital optou por sujeitar o trabalho no campo, subordinando a produção à circulação. Assim, sujeitou a renda da terra camponesa ao capital, ou seja,

O capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital. (Oliveira, 2007: 20)

Diante disso, e perante a situação no campo descrita por Aquino (1982), Schifino (1984) e Souza et alii (1985), bem como diante de nossas observações em campo e entrevistas realizadas com camponeses de Ouricuri em 2013, verificamos que, de fato e como já apontava Oliveira (1986; 1991), a renda camponesa tem sido cada vez mais comprometida, tanto pelo aumento das despesas com o consumo produtivo, quanto pela pressão por menores preços no momento da comercialização, da circulação. Isto posto, estamos diante da

[...] subordinação da produção camponesa pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais do que isso, expropria praticamente todo o excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário. (Oliveira, 1991: 11)

Estamos cientes, como também coloca Oliveira (2007: 35), de que, a depender da conjuntura- situação política, econômica e social-, e dos tipos de atividades agrícolas ele possa conseguir reduzir a taxa de transferência da renda fundiária e, assim, poderá também “permitir certa acumulação na própria unidade camponesa”.

Nesse sentido, verificamos que, sob o capitalismo, foram sendo encontradas novas formas de sujeição da renda ao capital. Dada a característica do desenvolvimento do capitalismo em meio a processos contraditórios, os resultados obtidos pela agricultura camponesa se mantêm a frente daqueles da agricultura capitalista em termos de produção colhida, pessoal ocupado e número de estabelecimentos.

Portanto, a leitura que Andrade (1998) fez sobre o campo nordestino do início dos anos 1980 parece não ter se concretizado, visto que parece apontar para a

modernização do latifúndio, ou para a “evolução” das grandes propriedades em grandes lavouras, como coloca abaixo.

Daí o florescimento constante da grande lavoura e, conseqüentemente, da grande propriedade e o estacionamento, talvez mesmo a decadência da pequena lavoura, à qual está ligada a pequena propriedade. (Andrade, 1998: 52)

Ao apontar para a “decadência” da pequena propriedade, Andrade parece sinalizar para a consideração de que as relações pré-capitalistas de produção, conforme denomina a produção camponesa, estariam em vias de extinção, interpretação essa que corrobora a primeira corrente que apresentamos no Capítulo 1. Indica, assim, a modernização do latifúndio e sua transmutação em grande empresa capitalista.

Para tal consideração sobre a questão agrária, Andrade (1998) tece a argumentação da modernização da agricultura no Brasil, destacando o favorecimento do Estado em relação às grandes lavouras, como no caso da cana-de-açúcar, café e cacau graças ao apoio recebido dos órgãos governamentais. Esse apoio pode ser traduzido pela maior facilidade de acessar o crédito, garantia de preços mínimos, comercialização mais organizada e assistência de estações experimentais. Diz ainda que a produção das lavouras “de subsistência” ou “lavouras de pobre”, como alega ser comum a referência, “são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preço entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários” (Andrade, 1998: 52).

Embora desde meados do século XX já estivessem em curso no Brasil todos esses diversos aspectos da modernização da agricultura, a sua incorporação à produção capitalista, ou mesmo camponesa, ocorreu de forma extremamente desigual, no tempo e no espaço (Camargo, 2010). Desse modo, analisando os dados censitários decenais desde 1950, inicialmente esteve envolvida apenas a menor fração dos estabelecimentos agropecuários voltados à produção açucareira localizados na atual mesorregião da Zona da Mata Pernambucana.

Na área correspondente à mesorregião do Agreste Pernambucano passou-se a empregar novas tecnologias e novos maquinários¹⁰⁸, paulatinamente, somente a partir da

¹⁰⁸ No Censo de 1970, a mesorregião do Agreste já liderava, com 47%, o consumo de inseticidas e fungicidas no estado, bem como as despesas com sementes e mudas, com 46%. Ao mesmo tempo,

década de 1960, e de forma desigual. Na mesorregião do sertão pernambucano, a área que despontou como pioneira neste aspecto da modernização da agricultura foi justamente a da atual microrregião de Petrolina, tendo ali projetos de irrigação voltados à agricultura capitalista. A microrregião de Araripina e o município de Ouricuri, especialmente, passaram a apresentar dados pouco mais significativos somente a partir do censo de 1995, porém percentualmente ainda pouco representativos. Destaca-se, contudo, o uso disseminado de agrotóxicos dentre os estabelecimentos agropecuários de Ouricuri, ainda que em quantidades comparativamente mais baixas aos demais municípios pernambucanos.

De modo a compreender as transformações históricas por que passou a agricultura em Ouricuri e aproximarmos da situação agrária mais recente neste município em que realizamos nosso estudo de caso, seguiremos analisando outros aspectos que consideramos relevantes, tais como relações de produção, utilização das terras, emprego de tecnologias e maquinários, as despesas efetuadas e o acesso a crédito segundo atividades e grupos de área.

Neste sentido, na medida em que foi relevante, realizamos análises comparativas que explicitam o processo de apropriação desigual no tempo, tomando, fundamentalmente, os censos agropecuários de 1950 e 2006, e no espaço, em que comparamos microrregiões, mesorregiões e, por vezes, estendemos nosso olhar trazendo também o Estado de Pernambuco, diante das generalizações estatísticas que pudemos efetuar em relação ao Nordeste ou mesmo para o território nacional. Importante destacar que à época do Censo de 1950, a regionalização geográfica utilizada pelo então Conselho Nacional de Estatística foi a de as zonas fisiográficas, o que, com pequenas alterações, permaneceu até 1970, quando foi implantada a regionalização em micro e macrorregiões.

continuava utilizando majoritariamente veículos de tração animal, dos quais 50% estavam concentrados nesta mesorregião.

2.2.1. Relações de produção

Iniciamos nossa análise pelo envolvimento de força de trabalho não familiar, neste caso, em especial, o assalariamento presente na agricultura capitalista, de modo geral. Ao focarmos o estado de Pernambuco, a zona que mais se destacava no Censo de 1950 era a Zona do Litoral e da Mata. Nela estavam 46% do total de empregados do estado, sendo 90 mil empregados permanentes, ou 74% da quantidade estadual, constando como a única zona em que este segmento se mostrava superior ao do trabalho temporário. Era nesta região também que havia o maior percentual de terras de terceiros.

A Zona do Agreste, por sua vez, concentrava o trabalhador do campo, possuindo quase o dobro em relação à zona do Litoral e da Mata, a segunda maior zona no estado. Diferentemente da zona destacada pela agroindústria canavieira, a diversidade produtiva no Agreste era reflexo também da condição legal das propriedades e, principalmente, das relações de trabalho: 78% do total do pessoal ali ocupado tinham relações familiares de produção.

Em 1950, o trabalho familiar representava 58%, 64% e 74% do total da força de trabalho no estado de Pernambuco, no sertão do Araripe e no município de Ouricuri, respectivamente. Dentre o total de empregados no estado, 65% eram trabalhadores temporários no estado de Pernambuco, sendo que na zona do Sertão do Araripe esse montante subia para 90% do total de empregados nas atividades agropecuárias e, em Ouricuri, para 95%.

Em Ouricuri, com o passar das décadas, o envolvimento de trabalho externo à família continuou sendo relativamente baixo. Em 1970, apenas dez estabelecimentos tinham envolvido serviços de empreitada para trabalhos diversos, diferentes de plantio ou colheita. Havia 191 estabelecimentos com trabalhadores temporários e 70 estabelecimentos com trabalhadores permanentes, os quais envolviam, respectivamente, 449 e 113 pessoas. Os parceiros e demais condições de ocupação eram bem pouco representativos: os primeiros presentes em somente dois, e os demais em 22 estabelecimentos, respectivamente. Já as pessoas com relações familiares eram 97% sobre o total ocupado em Ouricuri, equivalente a 22.331 pessoas.

Em 1980, muito pouco mudou. Havia 45 estabelecimentos utilizando o serviço de empreitada e 88 que haviam contratado trabalho temporário, envolvendo pouco mais de cerca de 350 pessoas; 120 que utilizavam trabalho permanente de 294 pessoas; além da existência de 10 parceiros e 17 pessoas em outras condições, como morador de condição, conhecido também por agregado. Diante do total de pessoal ocupado (29.528 pessoas) no ano de 1980 em Ouricuri, novamente fica nítida a pouca expressividade do trabalho extrafamiliar na agropecuária, o que destacava o município perante os demais municípios da microrregião de Araripina.

A maior parte da força de trabalho temporária permanecia concentrada nos estabelecimentos com área acima de 50 hectares, voltados principalmente à pecuária. No caso de envolver trabalhos agrícolas, este era intensificado no período da colheita, entre os meses de março e julho.

No estudo dos 32 estabelecimentos selecionados por Schifino na “região de Ouricuri”, a qual envolvia outros municípios adjacentes, o pesquisador identificou forte presença da força de trabalho extrafamiliar e assim a definiu:

Essa força de trabalho é utilizada em 90% das propriedades, com intensidade variada, desde o emprego eventual, uma pessoa durante uma ou duas semanas por ano, em tarefas no período de pique de trabalho (plantio, capina, colheita etc.), até o emprego sistemático durante determinadas fases do ano agrícola, em número que atinge até 20 pessoas de uma única vez. A contratação de temporários pode ser feita diretamente pelos proprietários, mas normalmente, dependendo do número, são contratados através de empreiteiros, surgindo a figura do intermediário, forma comum em outras áreas do país, cada vez mais utilizada na região, inaugurando relações até então desconhecidas. A forma de pagamento é em dinheiro [...]. (Schifino, 1984: 96)

O uso do trabalho assalariado ou por empreitada estava muito relacionado à idade dos membros da família, condições de saúde etc. Assim, a depender dos recursos disponíveis da família, recorria-se à contratação de serviços de modo a compensar o membro não mais disponível. Porém, nem sempre os produtores tinham, tampouco continuando tendo, recursos para remunerar pessoas extrafamiliares, tendo que, por vezes, recorrer à venda de animais de seu rebanho.

Como observamos anteriormente, a diferenciação dos produtores não se dá através dos avanços técnicos, mas pelo arranjo dos fatores de produção e emprego de recursos econômicos. (Schifino, 1984: 146)

O entendimento da relação entre a força de trabalho familiar, segundo suas possibilidades de idade e sexo, para então envolver outras relações de trabalho, ou mesmo constar a necessidade de alterar o sistema produtivo em função da nova condição de trabalho “coletivo”, convergia com o entendimento da unidade camponesa de Chayanov (1974).

Por outro lado, ainda que seja importante ao entendimento das relações de produção compreender o trabalho extrafamiliar, temos que precisamente no município de Ouricuri as relações de trabalho familiar preponderaram e envolviam mais de 95% do pessoal ocupado no ano de 1980.

A partir dos dados do Censo de 1995, foi possível observar transformações significativas nas condições dos produtores e do pessoal ocupado na microrregião de Araripina. Havia, em termos absolutos e relativos, menos produtores-proprietários e mais produtores-ocupantes, que chegaram a 21% do total, e, continuavam a constar em menor número os arrendatários e parceiros, conforme a tabela e o gráfico abaixo.

Tabela 7 – Pessoal ocupado por condição do produtor segundo municípios e total da microrregião de Araripina, 1995/1996

Municípios	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Total (número)	Total (percentual)
Araripina	15.072	658	417	5.405	21.552	24,85
Bodocó	8.131	482	351	1.932	10.896	12,57
Exu	5.178	1.780	245	2.901	10.104	11,65
Granito	2.110	134	86	537	2.867	3,31
Ipubi	5.083	813	602	2.330	8.828	10,18
Moreilândia	6.209	221	15	873	7.318	8,44
Ouricuri	12.844	98	36	3.117	16.095	18,56
Santa Cruz	4.740	8	22	1.001	5.771	6,66
Trindade	2.594	41	264	383	3.282	3,78
Total (número)	61.961	4.235	2.038	18.479	86.713	100,00
Total (percentual)	71,46	4,88	2,35	21,31	100,00	-

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 14 – Número de pessoal ocupado por condição do produtor segundo municípios da microrregião de Araripina, 1995/1996

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Organização: Paula Camargo, 2014

O município Araripina tornou-se o município com a maior quantidade de pessoal ocupado (5.405), seguida por Ouricuri (3.117). Especificamente, Araripina é o município com maior número absoluto de ocupantes, apresentando mais de 25% do total de pessoal ocupado nesta condição. Relacionado aos não proprietários, os municípios de Ipubi e Exu também apresentam altos percentuais relativos ao total do pessoal ocupado nos municípios: 26 e 29%, nesta ordem. Exu, historicamente, apresenta baixos percentuais de proprietários e grande quantidade de parceiros.

A microrregião de Araripina, deste modo, continuava apresentando no ano de 1995 maior participação dos posseiros na configuração agrária do que o verificado na mesorregião do Sertão Pernambucano, ou mesmo no estado de Pernambuco e, mais distante ainda dos números percentuais para o total de pessoal ocupado no Brasil, em que 78% eram proprietários, 12% ocupantes, 5% arrendatários e 5% parceiros.

Ouricuri, por sua vez, aparecia com mais distinção das médias regionais ou nacional em função da reduzida quantidade de arrendatários (somente 98) e de parceiros (36), para além dos ocupantes (3.117 equivalente a 19%) e dos proprietários (somavam 12.844 e constituíam 80% do total de pessoal ocupado em 1995). No levantamento do Censo posterior, em 2006, a análise dos dados relativos às despesas nos estabelecimentos mostra-nos que em 9% dos 1.174 estabelecimentos havia uso do serviço de empreitada, 2% pagavam salários em dinheiro ou produto para membros da família e 21% tinham empregados temporários ou permanentes. Também consta nos dados deste censo que somente 1,7% dos estabelecimentos agropecuários, porém 6% da área, tinham na direção do estabelecimento pessoa diferente do próprio produtor titular, ou seja, um administrador, um capataz etc.

Tal realidade era muito diversa da situação encontrada de forma geral no estado de Pernambuco e no Brasil, onde os dados revelam a grande participação de terceiros na direção dos estabelecimentos, principalmente os chamados "administradores". Esses administradores respondem sozinhos por 15% do total da área agropecuária pernambucana e 27% da área brasileira. Ou seja, tais dados são sintomáticos da agricultura capitalista sob o capitalismo em sua fase monopolista: nos setores a que convém, utiliza o trabalho assalariado e a delega a "administradores" a condução da produção nas propriedades, principalmente aquelas com mais de 500 hectares. Assim, é

bastante significativo o fato destes 27% do total de área envolver somente 227.487 estabelecimentos, que representam tão somente 4% do total.

Para compreender melhor o sujeito social do camponês-proprietário, camponês-posseiro e camponês-rendeiro em meio à produção camponesa preponderante em Ouricuri, em número de estabelecimentos e quantidade de pessoal envolvido, recorreremos à caracterização que Aquino (1982) fez há trinta anos sobre o “homem do campo” em Ouricuri, pois através dela é possível identificar importantes os elementos estruturais da produção camponesa, segundo o trabalho de Tavares dos Santos (1978).

Aquino trabalha com a designação local para o camponês, “matuto”. A positivação desse termo é, na realidade, também uma forma de mostrar como o “camponês” não caberia ali, ao menos naquele contexto político ainda em período final de ditadura militar, e devido, principalmente, à atuação no poder local de partidos claramente avessos a qualquer vinculação com termos que pudessem ser associados a “comunismo”.

Salvo isso, selecionamos inicialmente dois trechos que nos parecem bastante ilustrativos das relações sociais presentes na produção camponesa em Ouricuri, ao menos até a década de 1980.

O matuto possui em geral pequena propriedade, medida em tarefas. A tarefa corresponde a 25 braças quadradas, cerca de 3030 metros quadrados. A braça é convencionada no tamanho de um homem com um braço erguido. Na propriedade, adquirida por herança ou compra, faz as roças. No verão, prepara a broca, isto é a derrubada da mata, queima e cerca com madeira retirada do próprio local ou circunvizinhança. Aguarda a chuva, para o plantio de feijão de corda, milho, mamona, algodão e mandioca. Trabalha só ou auxiliado pela família. Também se associa aos vizinhos no preparo ou limpeza da roça, chamando a isso, de adjunto. Neste caso, o dia de trabalho do matuto é pago com outro e não com dinheiro. No adjunto o dono da propriedade se encarrega da alimentação, carne de boi ou bode, feijão, toucinho, farinha, ovos, rapadura e café. A comida é preparada em local próximo ao trabalho. Há interesse na conclusão do serviço para iniciar outro. Após o almoço descansa um pouco com brincadeiras mútuas. Volta ao trabalho, agiganta-se no manuseio do machado, foice ou enxada do nascer ao pôr do sol. Infelizmente as estiagens constantes o atrapalham, forçando esperar por outro inverno para reorganizar sua propriedade, compensar-se do prejuízo para se envolver depois em nova estiagem. Um eterno começo de vida. (Aquino, 1982: 74, grifos nossos)

Da terra tira a madeira, prepara a casa e a subsistência. Pede inverno a Deus e suporta com resignação as secas. Se vai embora, ao saber das notícias da chuva, às vezes, volta, vem novamente sofrer na terra

querida. Nada se tem feito de objetivo para fixá-lo. Homem de trabalho, maneja a enxada o dia inteiro e à noite não demonstra cansaço. É uma pessoa que precisa ser ajudada. Infelizmente ainda não chegou essa ajuda. Sofre nas secas e quando há inverno, a colheita é vendida por baixo preço aos intermediários. Parece que, propositalmente, os preços caem para seus produtos e o matuto não tem onde estocá-los a espera de melhor valor. O comerciante intermediário arranca-lhe o suor da cara na mais cínica ausência de escrúpulos e o matuto continua pobre, esperando outro inverno para lavrar a terra, preparar, plantar, limpar mais uma vez com enxada, colher, separar, ensacar e finalmente vender o feijão macassar, milho, mamona, farinha, jerimum, melancia e outros produtos de sua lavoura. Sempre guarda um pouco desses produtos para alimentação. (Aquino, 1982: 76, grifo nosso)

A partir dos escritos de Aquino (1982), bem como da análise dos dados censitários que sistematizamos sobre Ouricuri, segundo as transformações temporais, e buscando identificar o processo desigual no tempo e no espaço, notamos a preponderância da produção mercantil simples (M – D – M), conforme definiu Marx (Oliveira, 2007) nas relações de produção no município.

A roça e as criações aparecem sendo utilizadas para o autoconsumo e para a comercialização. O produto, transformado em mercadoria, provê a família camponesa de algum dinheiro, utilizado para adquirir os itens necessários à reprodução da família até o próximo inverno.

Também fica explícita a pressão imposta à família camponesa no momento de comercializar suas mercadorias. A circulação comanda a produção, sujeitando ao máximo a renda da terra ao capital. Os intermediários buscam adquirir maior quantidade e qualidade dos produtos com preços cada vez mais baixos. A pressão pelos baixos preços é comum à agricultura sob o capitalismo monopolista em geral, provocando inclusive tensões entre os interesses dos capitalistas do campo e os preços praticados pelos monopólios industriais.

Além da centralidade da força de trabalho familiar, também aparece destacada nos trechos a importância da “ajuda mútua entre os camponeses”, através daquilo que em Ouricuri era chamado de “adjunto”, conhecido também como mutirão, bem como das relações de vizinhança.

Acima de tudo está a terra como o mais fundamental meio de produção e de vida: “Da terra tira a madeira, prepara a casa e a subsistência” (Aquino, 1982: 74) e para

tanto aguarda a água da chuva, elemento crucial à reprodução camponesa, pautando “Um eterno começo de vida” (Aquino, 1982: 74). A terra em Ouricuri, de diminutas proporções, é cultivada, grosso modo, pelo próprio proprietário de terra, quando não por posseiros, conforme vimos no subitem anterior.

A propriedade privada familiar da terra para os camponeses é, assim, lócus do trabalho e da reprodução da família, diferentemente da terra que serve para especulação de alta de preço ou de exploração do trabalho alheio.

No calendário anual de produção, também fica clara a flexibilização do trabalho camponês, principalmente em função da alternância dos períodos de inverno e verão, visto que no primeiro são realizados os trabalhos de reparos na propriedade, como a limpeza de açude, barreiros¹⁰⁹ e cacimbas, construção de cercas e, principalmente, os cuidados para a sobrevivência do rebanho e demais animais. No segundo período são intensificadas as atividades voltadas ao cultivo da terra e colheita da produção. Desse modo, entre os meses de novembro e janeiro, aproximadamente, é realizada a semeadura, para que entre fevereiro e abril o campo possa ser carpido e a colheita acontecer entre maio e junho. No início do semestre seguinte, começam novamente as atividades de manutenção e reparos na propriedade, o que se estende até outubro.

A diferenciação sexual do trabalho ocorre principalmente no momento de negociação, compra e venda, de tratativas nos órgãos públicos e bancos, realizados pelos homens. Na produção, em geral são os homens que realizam o manejo do gado, assim como, na maioria dos casos, são as mulheres que produzem derivados do leite.

Afora estes cinco elementos estruturantes da produção camponesa, havia ainda um sexto elemento de forma bem presente em Ouricuri, como consta também nas descrições de Aquino.

Quando chove a caatinga se transforma como por encanto, cria nova roupagem em poucos dias, [...]. O homem, alegre se movimenta em direção às roças para o plantio, [...]. Mas, se a chuva não vem, defronta-se com seu maior problema, o da seca. Luta heroicamente

¹⁰⁹ Barreiros equivalem a barragens de pequena dimensão feitas por meio de escavação e posterior compactação do solo, utilizando maquinários ou mesmo trabalho animal, através do pisoteamento pelo gado, por exemplo. Por armazenar água da chuva diretamente no solo, é considerada adequada para uso de dessedentação animal e para pequenas irrigações.

para conservar sua propriedade, quando a natureza domina sua fibra, às vezes engaja-se nas frentes provisórias de trabalho abertas pelos poderes públicos na qualidade de cassacos, vez que não tem o hábito do trabalho alugado ou operário. Outras vezes emigra, embora volte para continuar trabalhando no roçado. (Aquino, 1982: 69-70)

Aquino acaba remetendo, assim, à necessidade de se prestar temporariamente a ocupação de cassaco, o que seria o assalariamento temporário, de forma a complementar a renda da família. No trecho, procuramos destacar também as questões de este trabalho, à época, ser motivado nos momentos de estiagem, e de como o objetivo maior era utilizar a terra para o trabalho. Por isso, retornava assim que a empreitada finalizava ou, mesmo que durasse, na chegada do inverno.

Ao mesmo tempo em que tornar-se cassaco equivalia para o camponês como renda pontual e complementar, as frentes de trabalho em obras públicas tornaram-se, desde o século XIX (Assis; Sampaio, 2010), mecanismo de acumulação primitiva para a “oligarquia algodoeiro-pecuária” e de manutenção de seu poderio local (Cohn, 1978; Oliveira, Francisco, 2008). Nesse aspecto, nenhum outro órgão se fez mais atuante do que o DNOCS, há mais de um século o principal recrutador de força de trabalho nos períodos de estiagem.

[...] A ação do DNOCS revestiu, nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, *apenas depois* os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três sementeiras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-se os alimentos – farinha, feijão e a indefectível carne-seca, esta nem sempre presente; os resultados desse trabalho concretizavam-se nas *barragens feitas nas propriedades* dos grandes fazendeiros e nas estradas, *às vezes estradas privadas* no interior dos grandes latifúndios. Utilizava-se também essa mão-de-obra na construção das grandes barragens, mas alguns estudiosos críticos dos próprios quadros do DNOCS chegaram a calcular que, se essa mão-de-obra, em todas as secas de que há memória no Nordeste desde a criação da IFOCS, tivesse sido utilizada na construção das barragens públicas, a grande maioria delas estaria construída há muito tempo. Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis”, da oligarquia algodoeiro-pecuária. Chegando quase sempre atrasados os recursos fiscais que a União deveria fornecer para as “emergências”, o DNOCS utilizava o crédito junto aos grandes fazendeiros e comerciantes do Nordeste semi-árido, quase sempre as duas formas do capital reunidas

numa só pessoa, *personae* dessa forma de reprodução, para adiantamentos. O dinheiro passava imediatamente, com a chegada dos recursos às mãos desses fornecedores. Não é preciso nenhuma imaginação, antes é ela desnecessária porque mais fraca que a realidade, para adivinhar que os preços dos mantimentos fornecidos ao DNOCS para essas frentes de trabalho eram na verdade uma outra forma dos “preços na folha”: mais altos que os preços que se poderia conseguir mediante uma estrutura de compras diretas do DNOCS nas outras zonas produtoras do país. Uma estrutura de enriquecimento que a literatura de oposição à oligarquia algodoeira-pecuária chamava de ilícita. As “emergências” criaram outra forma de enriquecimento e de reforço da oligarquia: não apenas os eleitores reais dos “coronéis” tinham prioridade para engajamento nas rentes de trabalho, como os eleitores-trabalhadores- fantasmas pululavam. Obras-fantasmas e trabalhadores, “cassacos” – fantasmas, povoavam as frentes de trabalho das secas. (Oliveira, Francisco, 1981: 54-55, grifos nossos)

Na citação acima ainda fica claro que, além da acumulação primitiva por parte dos fazendeiros pecuaristas que tinham incorporado em suas terras benfeitorias e trabalho alheio sem despendar qualquer recurso, os comerciantes apresentavam lucros exorbitantes ao elevar os preços através da compra indireta de alimentos e materiais necessários às obras. A perpetuação das ações de “emergências” era ainda mais vantajosa quando comerciantes e fazendeiros compunham uma só pessoa.

O trabalho de cassaco contemporâneo na citação de Oliveira (1981), acima, foi retratado nas filmagens dirigidas por Eduardo Coutinho no ano de 1976 em Ouricuri (Coutinho, 1976). No subcapítulo 3.1, inserimos as falas que retratam a situação de fome vivenciada pelos camponeses naquele ano, o que resultou no envolvimento deles como cassacos em obras do DNOCS, em Ouricuri. Há ainda uma passagem na filmagem em que aparece um “gato”, uma pessoa responsável pela contratação de homens das áreas de seca para trabalharem na obra da barragem de Sobradinho.

Além do trabalho temporário como cassaco, outras formas de trabalho acessório, comuns à produção camponesa, são eventualmente necessárias para o complemento da renda familiar. É o caso do trabalho “alugado”, o qual se caracteriza como trabalho temporário, mencionado em praticamente todas as entrevistas com os camponeses-proprietários que realizamos em julho de 2013. Este consiste na prestação de serviço pontual em outros estabelecimentos agropecuários.

Em Ouricuri, o trabalho temporário está profundamente atrelado à diferenciação interna da classe camponesa, em que alguns camponeses com mais recursos disponíveis chegam a contratar camponeses vizinhos para a realização de serviços. Porém, o mais

comum é que os fazendeiros, em geral pecuaristas, demandam o trabalho alugado, principalmente no período de estiagem, entre julho e outubro, para reorganizar a média e a grande propriedade, com áreas que extrapolam 200 e 500 hectares respectivamente. Assim, as atividades mais comuns são a limpeza de açude e barreiros, construção e reparo de cercas, abertura de roça e preparo das áreas para o plantio. Por fim, outra forma que vem se tornando mais importante na composição da renda das famílias camponesas são os trabalhos permanentes, em estabelecimentos de comércio e serviço, os quais empregam um ou mais membros das famílias em cargos de atendente, vendedor, doméstica, professor, entre outros.

Por fim, considerando os nove aspectos da produção camponesa mencionados por Tavares dos Santos (1978), poderiam constar, ainda, as relações de parceria. Contudo, elas não se apresentaram como possibilidade concreta, relevante ou necessária para a maioria dos camponeses de Ouricuri acessar a terra, tomando tanto como base os escritos de Aquino (1982) relativos à década de 1980, quanto os dados censitários até 2006 sobre número de estabelecimento e área por condição do produtor (Gráfico 11 e Gráfico 12, p. 131).

2.2.2. Utilização das terras

No estado de Pernambuco, os principais usos da terra desde a década de 1980 têm sido o cultivo de culturas temporárias e a pastagem natural. Seguindo o comportamento verificado no Brasil como um todo, a área com pastagens supera qualquer outro tipo de uso, porém, de forma geral, inclusive para Pernambuco, o total de área vem decaindo a cada Censo Agropecuário. No Brasil, de acordo com o Gráfico 15, a tendência de redução contínua das pastagens naturais, no geral, está atrelada ao aumento do total de área das pastagens plantadas, inversão esta ocorrida entre os censos de 1985 e 1995/96.

O Gráfico 16, contudo, relativo ao estado de Pernambuco mostra que, apesar do decréscimo das pastagens naturais, o total de área por elas ocupada tem mantido a mesma relevância dentro dos usos estaduais, no caso próximo a 25% sobre o total de terras utilizadas.

Gráfico 15 – Utilização da terra agropecuária, Brasil, 1970-2006 (%)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário
 Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 16 – Utilização da terra agropecuária, Pernambuco, 1970-2006 (%)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário
 Organização: Paula Camargo, 2014

Em relação ao estado de Pernambuco, desde a década de 1980 as lavouras permanentes apresentam expressão similar às pastagens naturais, sendo que este uso se configurava até então como predominante. Assim, apesar de as pastagens naturais abarcarem, em 2006, 1.482.702 hectares, ou 27% do total de área agropecuária, desconsiderando no gráfico acima as terras improdutivas e inaproveitáveis¹¹⁰, essa área se mostrava inferior àquela indicada no Censo de 1980. Por sua vez, as pastagens plantadas destacam-se a cada Censo dentre os demais usos, como exposto no Gráfico 17, abaixo.

¹¹⁰ Enquanto o Censo de 2006 utiliza o termo “terras improdutivas” para designar terras sem uso segundo o índice de produtividade, nos Censos de 1950 e 1960 as terras improdutivas eram chamadas de incultas, e de improdutivas aquelas que hoje são nomeadas de inaproveitáveis. Assim, de acordo com o CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1956: XVII), terras improdutivas eram aquelas “[...] formadas pelas áreas imprestáveis para culturas ou pastagens e as ocupadas com estradas, construções, açudes, etc.” e terras incultas as “[...] constituídas pelas áreas não utilizadas da data do Censo, mas que tivessem condições de prestarem-se a plantações ou pastagens”.

Gráfico 17 – Área total dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra, Pernambuco, 1970-2006 (Hectares)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Outro dado proeminente refere-se à redução de terras declaradas como inproveitáveis ou incultas, ou seja, terras que são produtivas, mas não apresentaram produção.

Ao analisarmos os dados do conjunto do estado de Pernambuco através da Tabela 8, constatamos o aumento de somente 8% na área total agropecuária ao longo destes 56 anos. Assim, a expansão vertiginosa das pastagens e da lavoura, segundo os dados censitários, teria ocorrido sobre as terras consideradas em 1950 como improdutivas, ou talvez também sobre as consideradas inproveitáveis.

Tabela 8 – Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra (hectares) e variação, Pernambuco, 1970-2006 (Percentual)

Utilização	1950	%	2006	%	Variação
Terras improdutivas e	2.034.881	40,51	382.137	7,03	- 81,22
Lavouras permanentes	93.375	1,86	213.551	3,93	128,70
Lavouras temporárias	905.777	18,03	1.482.702	27,29	63,69
Pastagens naturais	934.652	18,61	1.315.139	24,20	40,71
Pastagens plantadas	88.338	1,76	660.228	12,15	647,39
Matas naturais	931.619	18,55	1.358.500	25,00	45,82
Matas plantadas	34.040	0,68	21.819	0,40	- 35,90
Total	5.022.682	100,00	5.434.076	100,00	8,19

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Contudo, de acordo com o Censo de 1950, se considerarmos o total de área agropecuária do estado de Pernambuco¹¹¹ e, portanto, incluir as terras incultas e inaproveitáveis, havia a seguinte divisão de uso das terras: 19% eram utilizadas como pastagens naturais, 18% para lavoura temporária e 4% para lavoura permanente e pastagens artificiais, somadas. Tais usos compreendiam 41% apenas do total. Afora estes usos, 19% da área estavam ocupados com matas, naturais e reflorestadas, e toda a área restante, ou seja, 40% eram terras incultas e improdutivas¹¹².

Nesse percentual alarmante de 40%, a Zona do Sertão do Araripe concentrava 29% das terras improdutivas e 37% das terras incultas, sobressaindo-se como a zona com maior quantidade de terras nessa situação, o que fica perceptível no gráfico abaixo.

¹¹¹ Se desconsiderarmos este montante representativo de 40%, teremos, segundo o Censo de 1950, 32% destinados às matas, 35% destinados às pastagens e 33% às lavouras, tanto temporárias quanto permanentes.

¹¹² Conforme antepenúltima nota.

Gráfico 18 – Utilização das terras por zonas fisiográficas, Pernambuco, 1950 (Percentual)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

O gráfico acima nos mostra também que a Zona do Sertão do Araripe se destacava ainda pelo percentual de matas e florestas, sendo que as lavouras temporárias detinham, porém, área relativa menor, de 9,52%. Esta zona fisiográfica tampouco tinha expressividade quanto à área ocupada pela atividade da pecuária, 10,13%, visto que, mesmo numa abordagem apenas regional, voltada para o sertão, era a Zona do Sertão do São Francisco que predominava nesse uso da terra.

Nesse sentido, outra possível leitura dos dados é tomar por base as três grandes regiões fisiogeográficas, Litoral e Mata, Agreste e Sertão, como nos mostra o Gráfico 19. Segundo o Censo de 1950, a lavoura permanente concentrava-se, com 54,11%, no Agreste, e já era pouco expressiva no sertão, com somente 6%. Diferente, portanto, da lavoura temporária, que era produzida em quantidade aproximada em cada uma das regiões, inclusive diante da centralidade da cultura canavieira na Zona da Mata e Litoral. A produção açucareira, principalmente, condicionou o menor uso das terras da Zona da Mata e Litoral para a pecuária. Por isso, as pastagens naturais e artificiais, hoje

chamadas de pastagem plantada, encontravam-se, e encontram-se ainda hoje, no Agreste e sertão.

Gráfico 19 – Regiões fisiográficas segundo utilização das terras, Pernambuco, 1950 (Percentual)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Analisando os municípios integrantes da Zona do Sertão do Araripe, temos que, em meados do século XX, o município de Araripina havia se tornado o principal produtor de sua zona. Destacava-se pela produção da mandioca¹¹³, a qual, sozinha, chegava a ser a mais relevante em termos de volume de produção, visto que esta ultrapassava 50% de toda a produção da Zona do Araripe. Também o valor atribuído ao cultivo era superior à soma de todos os demais produtos agrícolas dos outros municípios

¹¹³ Além da mandioca, esse município também se destacava como principal produtor de mamona e do cultivo consorciado de milho e feijão.

como Petrolina, Exu, Bodocó ou mesmo Ouricuri. Havia ali em Araripina mais de 500 estabelecimentos de Casas de Farinha.

A produção da mandioca no sertão, somando as quatro zonas fisiográficas, contudo, representava somente 14% da produção estadual, sendo que 52% concentravam-se na Zona do Agreste.

As culturas de mandioca, milho, feijão e mamona, por outro lado, estavam presentes em praticamente todos os municípios. Também o algodão era cultivo comum à época, resultando em maior produção (por tonelada) em Bodocó, Exu, Petrolina e Parnamirim, nesta ordem, o que repercutia diretamente no valor gerado pela agricultura e, por sua vez, na economia local e regional.

O sertão produzia, em 1950, 42% da produção estadual do feijão. Ouricuri tinha importante participação, atingindo 9% do total regional. Quanto à produção do algodão, principalmente por meio do cultivo simples, medida em toneladas, era pouco maior no sertão (51% da produção estadual), quando somadas as quatro zonas fisiográficas, do que no Agreste (46%). No entanto, a produção da Zona do Sertão do Araripe era baixa, em relação à produção estadual, e o município de Bodocó era o único que se distinguia por esse cultivo.

Havia também outros cultivos que apareciam nos dados de 1955 (IBGE, 1958) entre os cinco principais, a depender do município. Dentre esses cultivos estava a da cana-de-açúcar, em maior quantidade em Exu e São João da Boa Vista, ambos os municípios mais bem localizados do ponto de vista de abastecimento hídrico. Todavia, sua produção não tinha grande expressividade frente às demais, como no caso da cebola e da batata-doce em Santa Maria da Boa Vista, sendo a última seu principal produto comercializado, ou da grande variedade produtiva existente em Exu, também produtor de arroz para consumo local.

A partir do Gráfico 20 e do Gráfico 21, verificamos o destaque de Araripina em termos de produção, segundo a equivalência medida em tonelada, e valor segundo a moeda da época, o Cruzeiro (Cr\$). Consideramos os principais produtos cultivados em cada um dos municípios e que foram destacados na publicação de 1958 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), que, dentre outras informações, sintetizou as principais atividades econômicas municipais.

Gráfico 20 – Principais produtos agrícolas cultivados segundo valor da produção, municípios selecionados do Estado de Pernambuco, 1955 (Cr\$)

Fonte: IBGE (1958)

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 21 – Principais produtos agrícolas cultivados segundo volume da produção municípios selecionados do Estado de Pernambuco, 1955 (Tonelada)

Fonte: IBGE (1958)

Organização: Paula Camargo, 2014

Para além do visível destaque dado ao município de Araripina, em função da alta produção de mandioca ali verificada, a leitura dos gráficos nos permite compreender a base diversificada da produção nessa porção do sertão pernambucano, o que também mostrou Andrade quando se referiu ao “modus vivendi do trabalhador sertanejo” de meados da década de 1960.

Assim, nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, “brocar” os seus roçados em outubro, fazendo a queima em fins de dezembro, a fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do “inverno” – período chuvoso -, o chefe da família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a sementeira. Esta era iniciada pelo feijão “ligeiro”, pelo milho de “sete semanas”, o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía, com a caça do preá, o alimento cotidiano. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em setembro começavam a desfazer a mandioca, a realizar a “farinhada”, trabalho em que contavam com a ajuda dos parentes e amigos, sendo a farinha guardada em sacos sobre jiraus existentes nas pequenas casas de taipa. Essa cooperação da farinhada é comumente chamada “ajutório”. A farinha devia ser consumida com parcimônia, pois dela dependia o sustento da família até abril, quando o roçado começava a dar jerimum, melancia e as primeiras vagens de feijão. A colheita e venda do algodão permitiam ao pobre trabalhador a aquisição de roupas e outros utensílios para a família. (Andrade, 1998: 179)

No trecho acima, Andrade praticamente faz a descrição do calendário agrícola padrão do sertão, além de mencionar as próprias relações de trabalho costumeiras à época, as quais reconhecemos também em escritos de Aquino (1982) específicos a Ouricuri dos anos 1980, mencionadas no subcapítulo 2.2.1 – Relações de produção.

Verificamos nos dados censitários¹¹⁴, bem como nas descrições de Schifino (1984), a redução da participação de culturas alimentares de acordo com o aumento do estrato de área. Assim, as maiores propriedades, as quais, em termos comparativos,

¹¹⁴ Segundo o Censo de 1950, por exemplo, a agricultura e a pecuária eram predominantes nos pequenos estabelecimentos caracterizados com produção de “pequena escala”. Havia, em 1950, somente 539 estabelecimentos voltados para a produção de grande escala, dos quais 44% se voltavam exclusivamente à pecuária. Esse montante representava somente 4% do total de estabelecimentos agropecuários, mas envolvia diretamente 26% da respectiva área.

seriam aquelas com mais de 100 hectares, voltavam-se à criação de gado quando produtivas e, em parte, detinham grande fatia do comércio bovino.

Analisando especificamente o município de Ouricuri, temos que, dentre os variados cultivos agrícolas, destacavam-se os alimentos mais comuns ao abastecimento da população nordestina, ou seja, a mandioca, o feijão e o milho. Tais produtos eram cultivados em diferentes sistemas consórcios, sendo os mais comuns os que envolviam feijão, milho e algodão; milho, algodão e mamona; feijão, milho e sorgo; algodão e palma, milho e às vezes amendoim (Schifino, 1984).

Tinha-se a impressão de que o sorgo iria substituir a cultura do milho, porém isso não se verificou ao longo das décadas. O cultivo do sorgo voltou a se destacar somente em meados da década de 2000, atingindo, em 2006, o ápice em termos de produção, com 5.250 toneladas em sete mil hectares de área plantada e 3.500 toneladas de área colhida. Porém, a instabilidade do seu cultivo continuou. A produção decaiu até 2012, ano em que a seca iniciada em 2010 impactou diretamente toda a produção regional. De todo modo, o cultivo de sorgo forrageiro é considerado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA como umas das principais alternativas voltadas à alimentação animal.

Ao lado do sorgo, a palma forrageira também é identificada como uma opção adequada para a produção no semiárido. Esta foi, porém, recentemente afetada pela cochonilha do Carmim, *Dactylopius opuntiae*¹¹⁵, e novas variedades estão sendo desenvolvidas pelo IPA enquanto a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO atua na prevenção e controle da propagação desse inseto.

Ao analisar o comportamento mais recente da agricultura temporária em Ouricuri, a partir dos dados da pesquisa de PAM entre 1990 e 2012, verificamos a permanência do destaque de algumas culturas, também o cultivo baixo, porém constante de outras, e mesmo a redução drástica da quantidade produzida e da área plantada de culturas antes importantes, de acordo com os dados de 1955.

¹¹⁵ Segundo a ADAGRO, “A cochonilha do Carmim, *Dactylopius opuntiae*, é um inseto que se alimenta da seiva das plantas e além de sugar a planta, a cochonilha também pode introduzir vírus ou toxinas que deixam a planta amarela e murcha podendo destruir a palma forrageira dentro de poucos meses se não for combatida rapidamente” (ADAGRO, 2014).

Dentre as culturas que tiveram sua produção reduzida estão batata-doce, cana-de-açúcar e algodão. A primeira, batata-doce, praticamente deixou de ser produzida em Ouricuri em 1996, época em que era cultivada em dois hectares. A quantidade produzida de cana-de-açúcar também foi reduzida: passou de 1.200 toneladas, em 1990, com área plantada de aproximadamente 60 hectares, para, na última década, estabilizar próximo a 120 toneladas ao ano em menos de dez hectares. O algodão, por sua vez, apresenta muita variação, tendo chegado a 162 toneladas em 300 hectares no ano de 2008, mas não tem ultrapassado 30 hectares plantados desde então.

Segundo a PAM, entre 2006 e 2012, diversas outras culturas aparecem com total de área plantada baixo, porém relativamente constante, com aproximadamente entre 10 e 20 hectares. Por exemplo, a produção de 200 toneladas de tomate e cebola, 10 toneladas de arroz e 200 toneladas de melancia, com ressalva à variação desta última ao longo dos anos, visto que sua produção atingiu 200 toneladas em 1999.

Ao passo que as culturas acima mencionadas perderam importância, outras quatro continuam se apresentando como as mais relevantes em todos os aspectos, conforme mostram os gráficos e a tabela, adiante.

Gráfico 22 – Lavouras temporárias segundo quantidade produzida, Ouricuri, 1999-2012

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal - PAM

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 23 – Lavouras temporárias segundo área plantada, Ouricuri, 1999-2012

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal - PAM

Organização: Paula Camargo, 2014

Tabela 9 – Lavouras temporárias segundo área plantada, Ouricuri, 2003-2012

Lavouras temporárias	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	22.368	20.633	28.523	27.593	18.983	30.211	27.508	23.469	25.746	24.066
Feijão (em grão) (Toneladas)	9.030	9.030	11.700	8.000	5.500	12.000	12.500	12.500	12.000	10.000
Milho (em grão) (Toneladas)	12.000	9.000	12.600	12.000	9.500	13.000	13.000	9.000	13.000	13.000
Mamona (baga) (Toneladas)	100	100	500	200	500	250	100	100	200	300
Mandioca (Toneladas)	300	200	300	300	350	600	300	300	350	400

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal - PAM

Organização: Paula Camargo, 2014

Os dados a respeito da quantidade produzida e área plantada nos levam a afirmar que as principais culturas temporárias em Ouricuri continuam sendo milho e feijão, ao passo que a mandioca apresenta relativamente pouca importância, ainda que se sobressaia quando comparada às demais existentes em Ouricuri.

A mamona, com destacada importância em meados do século, também aparece em evidência nos anos 1990, 1991 e 1992, incidindo respectivamente em 44%, 26% e 23% sobre o total de área plantada. Porém, é notável a redução abrupta após a seca iniciada no final do ano de 1993, de modo que não teve sua produção retomada no mesmo patamar.

A agricultura em Ouricuri e nos municípios adjacentes ainda se caracteriza pela agricultura de sequeiro, dependente do inverno, ou seja, do período chuvoso, para produzir. Essa realidade se fundamenta na distribuição desigual do volume de água presente em açudes, na utilização insuficiente das águas subterrâneas, na inexpressiva quantidade de cisternas¹¹⁶ para abastecimento produtivo e animal, bem como no fato de que os projetos de canalização do Eixo Oeste ficaram parcialmente prontos somente no início do século XXI.

A leitura do Gráfico 24 nos traz indícios dos anos de seca ao observarmos as piores marcas em relação à área plantada e área colhida em Ouricuri.

¹¹⁶ Cisternas são recipientes de placa ou polietileno voltados para armazenar água da chuva captada normalmente por meio de calha. A capacidade de armazenamento é variável, porém 16 mil litros de água, correspondentes a 16m³, seriam capazes de atender famílias com cinco pessoas até seis meses.

Gráfico 24 – Lavouras temporárias segundo área plantada e colhida, Ouricuri, 1999-2012

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal - PAM

Organização: Paula Camargo, 2014

A partir dos dados do Gráfico 24 fica perceptível que, após a seca de 1993, a área plantada reduziu abruptamente, sendo atualmente três vezes menor daquela de 1992. Também é notável a queda da área colhida em 1998 e 2012, igualmente relacionada com anos de seca. Do mesmo modo, desde 2009 as taxas de precipitação foram decaindo até se configurar nova seca em 2010, o que praticamente inviabilizou a colheita da produção agrícola temporária de 2012 em Ouricuri.

Ao mesmo tempo, o movimento constante no Gráfico 24 revela a insistência do camponês em cultivar a terra. Houve, de fato, redução significativa da área plantada com lavoura temporária, a qual passou a ocupar entre 20 e 30 mil hectares a partir de 1997. Contudo, mesmo diante dos altos índices de perda da produção, como mostra o Gráfico 25, os camponeses continuaram a plantar, sendo que em 2008, diante do ano com “bom inverno”, a área colhida voltou a ser relativamente alta e a perda foi de somente 9%.

Gráfico 25 –Variação entre área plantada e área colhida, Ouricuri, 1990-2012

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal - PAM

Organização: Paula Camargo, 2014

Novamente, através destes dados fica clara a relação direta da dependência da água pluvial para a produção agrícola, visto que em 1993, 1998 e 2012 a variação entre área plantada e colhida foi de 89%, 94% e 94% negativa.

Em relação às lavouras permanentes, a Tabela 9 nos mostra como esta utilização era, e continua sendo, pouco expressiva espacialmente no estado de Pernambuco. Ademais, a leitura do Gráfico 24 (p. 156) mostra a irrelevância da participação das zonas do sertão, cujas áreas com lavouras temporárias eram inferiores a 7% sobre o total estadual. A produção ganhava relevância no município de Petrolândia, na zona do Sertão do São Francisco, e noutros três, Flores, São José do Egito e Serra Talhada, localizados na zona do Sertão Alto.

Na cultura da banana, por exemplo, comparando especificamente os dados de Ouricuri com os da zona do Sertão do Araripe, havia a concentração de 27% da produção, calculada em tonelada, no município. Era o terceiro município com maior produção do sertão, atrás de Triunfo e Manissobal. Em relação às demais culturas permanentes, havia produção de ata, caju, mamão e tangerina destinadas ao consumo local. A manga também tinha maior produção comparada às demais culturas permanentes, sendo que Ouricuri representava 30% da produção do Araripe, e o sertão como um todo participava com 15% da produção estadual.

Analisando os dados entre 1990 e 2012 do PAM, verificamos que no estado de Pernambuco houve aumento da variedade de culturas permanentes com importância

relativa às áreas destinadas à produção e área colhida, bem como em relação ao valor da produção. Assim, se em 1990 a maior parte da área produzida e do valor estavam concentrados em duas culturas, banana e uva, ao longo dos anos outras duas, manga e goiaba, ganharam realce. A área colhida e as quantidades produzidas das culturas de laranja, limão, tangerina, coco-da-baía, mamão e maracujá destacaram-se também, contudo o valor a elas atribuído manteve-se baixo.

Tais culturas também se sobressaem quando analisamos a região Nordeste. Contudo, as principais nesta região são castanha-de-caju, cacau, café, coco-da-baía, nesta ordem de importância quanto à área colhida. Os cultivos destacados no estado de Pernambuco, como a uva e a banana, em termos estaduais aparentam ser insignificantes, especialmente a uva que, ao longo de todos estes anos, não superou 1% sobre o total de área com culturas permanentes. Já a banana obteve maior área colhida, possuindo em média 8% sobre o total.

Em relação ao município de Ouricuri, a única produção mais expressiva em termos de área destinada à colheita e colhida foi a da cultura do algodão arbóreo. Esta cultura, porém, ainda que tenha atingido a média de 10 mil hectares cultivados entre 1990 e 1992 foram profundamente impactada pela seca de 1993. Sua produção entrou em declínio, voltando a ter alguma expressão em 1995, quando atingiu tão somente 800 hectares no município, e tendo sua produção completamente cessada a partir de 2001. Ainda que a produção do algodão arbóreo até então tivesse sido instável e relativamente baixa, mesmo assim detinha quase a totalidade da área total colhida com culturas permanentes em Ouricuri.

Até o ano de 2000, outras culturas, como goiaba, laranja, manga e banana apresentavam diminuta produção, sendo que a banana atingiu 15 hectares de área colhida em 1992, o que correspondeu a somente cinco toneladas. As demais, mesmo ocupando área menor do que aquela ocupada pela banana, produziram mais, entre 50 e 180 toneladas, e tiveram sua produção cessada com a seca de 1998.

Adentrando no século XXI, a banana tornou-se a única cultura produzida em Ouricuri, sendo sua produção exígua, de até 25 toneladas anuais. Até 2011, ocupava não mais que dez hectares de área destinada à colheita e efetivamente colhida. O valor da produção, proporcional à reduzida produção, manteve a média de R\$ 5 mil reais anuais.

Nos últimos anos anteriores à interrupção da produção por causa da seca de 2012, a castanha-de-caju parecia despontar como nova alternativa de produção de cultura permanente, com 20 hectares de área destinada à colheita, o que, diante da parca produção, equivalia a 80% sobre o total de área com culturas permanentes. Também se tornou mais relevante pelo valor da produção, repercutindo em R\$ 20 mil anuais.

Quanto à horticultura, esta atividade não chegou a ser mencionada na Enciclopédia dos Municípios do IBGE. Segundo apresentado por Andrade (1998) e Aquino (1982), temos que sua pouca expressividade não significa sua inexistência. A horticultura constava como produção para consumo interno em parte das unidades camponesas de meados do século passado.

No sertão, passado mais de meio século, através do Censo de 2006, continuamos a verificar o cultivo de itens da horticultura, principalmente nos pequenos estabelecimentos, em geral de até 50 hectares. Os principais alimentos da horticultura que foram produzidos em quantidade superior a 10 toneladas na microrregião de Araripina, por exemplo, foram: pimentão, tomate (estaqueado), coentro, pimenta, alface, cebolinha, batata-doce, quiabo, milho verde (espiga), berinjela e cenoura, nesta ordem de relevância quanto à quantidade produzida em tonelada. Destes alimentos, somente a pimenta apresenta maior percentual em relação ao total da produção estadual, 19% da produção de Pernambuco.

Assim, a horticultura na microrregião de Araripina se destina ao abastecimento da população dos municípios que a compõem, contudo não atende totalmente à demanda, e grande parte dos alimentos vendidos provém da microrregião do Sertão do São Francisco.

Em Ouricuri, aparecem com maior relevância alguns itens produzidos de forma especializada e mais direcionados à comercialização, tais como alface, coentro, pimentão, pimenta, cebolinha, tomate, quiabo, pepino, couve, rúcula, cenoura e milho verde. Contudo, somente os quatro primeiros chegaram a ser cultivados em mais de 50 estabelecimentos no ano de 2006. Em relação ao valor da produção, a soma relativa à venda do coentro, da alface e da pimenta representavam cerca de 60% do total específico à horticultura no município.

Não obstante o fato de que a produção, medida em toneladas, e o valor atribuído à horticultura da microrregião de Araripina são pouco expressivos em relação aos

montantes estaduais, ao analisarmos os dados relativos ao destino dessa produção, verificaremos seu caráter imprescindível à alimentação das famílias produtoras.

Ao passo que no Brasil, em termos gerais, somente cerca de 10% da produção da horticultura é consumida no próprio estabelecimento, sua importância vai aumentando significativamente em relação ao estado de Pernambuco, à microrregião de Araripina e ao município de Ouricuri, nesta ordem. Em Ouricuri, somente 20% do valor atribuído à horticultura provêm da venda de toda a produção, ao mesmo tempo em que 78% referem-se ao consumo no estabelecimento. Além disso, o pequeno valor está atrelado à produção de sementes e ao consumo animal. Ou seja, Ouricuri, de forma mais acentuada, mas também Araripina, têm na produção da horticultura parte da produção para o autoconsumo.

Logo, esta produção mostra-se fundamental para o abastecimento alimentar da população residente nos municípios que compõem a atual mesorregião do sertão pernambucano, em que pese o contexto de produção agropecuária com pouca relevância em termos percentuais de área, de número de estabelecimentos e, também, de produção – quantidade, valor e área – da maior parte dos alimentos e produtos. O Censo de 1950 mostrou, em relação à atividade pecuária, que o Agreste concentrava 40,56% do total de área com pastagem natural e 47% das áreas com pastagens artificiais.

Havia no sertão, em 1950, dominância da criação de aves (60%) e caprinos (79%), ao menos em quantidade de animais, diferenciando-se, assim, do predomínio do gado bovino verificado no Agreste e na Zona da Mata Pernambucana.

Podemos afirmar que, apesar do elevado quantitativo de boi e equino na Zona da Mata, a pecuária estava dividida entre a Zona do Agreste, com concentração no município de Pesqueira, e as zonas que compõem o sertão.

No Agreste estavam 44% dos bovinos e 32% dos equinos, além dos maiores rebanhos de suínos, 23%, e ovinos, 30% em relação ao total estadual.

Dentre as quatro zonas que compõem o sertão, a Zona do Araripe detinha a maior parte, com 49%, das aves e 67% das colmeias, 82% dos asininos, e percentuais relativamente altos de caprinos e ovinos.

Dentre os municípios do Sertão do Araripe, Parnamirim já se projetava com maiores áreas de pastagens, acima de 74 mil hectares. O uso principal das terras com

pastagens, no caso, naturais, estava vinculado à concentração de terras, conforme os dados de estrutura fundiária abordados no subitem anterior, os quais mostravam este município e o de Manissobal sobressaindo-se neste aspecto. Por outro lado, Parnamirim apresentava menor efetivo do que Ouricuri, o principal, principalmente quanto a caprinos.

Até meados de 1980, de forma geral em Ouricuri, conforme Aquino (1982) e Schifino (1984), a criação de cabra detinha grande importância para as famílias camponesas. Isto porque constituía a principal fonte de leite e seus derivados, principalmente o queijo.

A agricultura no período colonial, principalmente a alimentar, constituía-se numa produção marginal ou paralela à pecuária. No desenvolvimento da ocupação da região semi-árida, o crescimento da pequena produção familiar tornou esta atividade indispensável, mesmo com todos os riscos. Mas a pecuária permanece importante na região, porém com caráter distinto: na pequena produção significa um “seguro” no momento de crise, e na média (e grande) produção a principal atividade. (Schifino, 1984: 176)

Para além da diferenciação quanto ao “caráter”, conforme coloca Schifino, os estabelecimentos menores, com menos de 50 hectares, detinham a maior parte dos rebanhos caprinos, ovinos, suínos e também das aves. Nas propriedades acima de 100 hectares, por sua vez, o predomínio era do rebanho bovino para corte. Havia diferenças quanto à forma de criação, sendo que o gado bovino demandava uma área cercada, em geral ampla, configurando pecuária extensiva, e os demais rebanhos eram criados soltos.

Assim, ao relacionarmos que os maiores estabelecimentos são, em geral, dedicados à pecuária extensiva, e tendo que esta demanda menor força de trabalho em comparação às demais atividades, os estabelecimentos com mais de 100 hectares em Ouricuri apresentam historicamente baixa quantidade de pessoal ocupado.

Se por um lado as atividades em relação ao tamanho das propriedades permaneceram em Ouricuri, o manejo dos rebanhos passou por algumas mudanças no final do século XX. Assim, ainda que o pasto natural, ou a menor parcela existente de pasto artificial constituam a base da alimentação durante o inverno, e até mesmo as sobras das lavouras a partir de março, durante o período do verão tem ocorrido aumento do uso de concentrados industrializados e de silagem com forrageiras. Quanto a isso, temos o fato de a caatinga ter sido fortemente desmatada em todo o sertão pernambucano, inclusive por ser usada pelo gado bovino, o que reduz as possibilidades

de os rebanhos em geral se alimentarem nessas áreas. Por outro lado, como veremos adiante, é crescente o uso de crédito agrícola, o que possibilita de algum modo a compra de produtos processados. Além disso, parte da alimentação bovina é suprida pelo milho fornecido através de ação empreendida pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, como veremos no Item 0., em função das estiagens dos últimos anos.

A análise das atividades agrícolas e pecuárias nos permite compreender o que Woortman (2004) chamou de “espécie de modelo de insumo-produto” em que as sobras da produção agrícola constituem parte do planejamento de alimentação dos animais, ao mesmo tempo em que os seus dejetos são utilizados para produzir o composto destinado ao plantio da lavoura e das áreas frutíferas.

O sítio não é uma extensão uniforme de terra. Ele é organizado pelo trabalho em espaços diferenciados. [...] Essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo-produto, em que cada espaço atividade gera insumos para outros espaços-atividades. Tal modelo obedece ao princípio de “internalização dos supostos da produção”. (Woortman, 2004: 134)

Atualmente, a pecuária mantém seu papel como “seguro” ou “poupança”, sobretudo para as famílias camponesas. Contudo, considerando as observações de campo, entrevistas e os próprios dados censitários de 2006, as criações destinam-se ao corte para produção de carne, sendo que até o leite de cabra tornou-se pouco utilizado nas unidades camponesas. Durante o campo, verificamos em duas unidades a separação de leite para consumo da família e produção de queijo. No entanto, qualquer afirmação neste sentido seria apenas possível através de entrevistas com técnicos do IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco, ou de técnicos das organizações não governamentais locais que percorrem frequentemente as unidades de produção, ou mesmo um trabalho de campo mais extenso, de modo a captar informações que os dados secundários talvez não sejam capazes de elencar.

Em relação à característica “pecuária” da região, em 1942 teve início a Feira do Gado em Ouricuri, atividade que Andrade (1998) já relatava nos anos 1960 ao mencionar a importância das exposições de gado.

Os pecuaristas de bovinos, sendo em geral grandes e médios proprietários, são homens que promovem a sua atividade econômica através de exposições de animais e que têm fácil acesso ao crédito bancário. (Andrade, 1998: 71)

Nestes mais de setenta anos de existência, a Feira do Gado de Ouricuri tornou-se a terceira maior do estado de Pernambuco. Atualmente, a feira é realizada às quintas-feiras e recebe a movimentação semanal de 2.000 a 2.500 bovinos, além de centenas de galinhas, bodes, cabras e ovelhas, dentre outros animais de pequeno porte.

Os animais são expostos e comercializados, sendo cobrada uma taxa para cada cabeça de gado, paga ao atual dono da feira, o pecuarista Sebastião Ferreira, ou Seu Bastos, como prefere ser chamado. Além do controle destinado ao pagamento do uso da estrutura da feira, ainda que precária, o trânsito dos bovinos é controlado semanalmente por funcionários da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADRAGO¹¹⁷, encarregados de fiscalizar a documentação do gado, principalmente quanto ao atendimento do calendário de vacinação.

Acompanhada do agrônomo e Articulador Territorial do Território da Cidadania - TC Sertão do Araripe, Burguivol Alves de Souza, visitamos a feira na madrugada de 19 de julho de 2013. A Feira é organizada em seções, divididas por cerca feita com madeira da caatinga, segundo o tipo de animal exposto. As vozes, ou mesmo gritos, dos presentes são acompanhadas pelo som dos próprios animais, numa disputa de ofertas entre donos e vaqueiros, parte dos quais, ao mesmo tempo, vendedores e compradores.

Na seção com gado bovino, a única em que o trânsito de animais é controlado, estava um grande pecuarista da região, cercado por funcionários que trabalham como vaqueiros. Segundo ele, a estiagem que acometeu a região desde final de 2010 afetou a criação devido ao aumento do custo com alimentação e à dificuldade de acesso à água para os animais. Assim, independente do porte do rebanho, todos estavam recorrendo à compra de alimentos, como do milho da CONAB ou de comerciantes locais. Mencionou também que alguns poucos pecuaristas teriam levado seu gado para o Maranhão, contudo se depararam com as mesmas dificuldades e muitos perderam o gado por lá.

¹¹⁷ A ADRAGO é a unidade técnica vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária – SARA a qual “[...] com autonomia técnica, administrativa e financeira, poder de polícia administrativa, tem por missão integrar ações do Governo Federal, Estadual e Municipal que contribuam para promover e executar a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária” (ADAGRO, 2013). Em entrevista realizada com técnico da ADAGRO em 18 de julho de 2013, verificamos que as vacinações devem ser realizadas por veterinários particulares e custeadas pelos proprietários, exceto para os assentados rurais, quilombolas e indígenas.

Na feira, o preço médio de venda do boi estava em torno de R\$ 500,00, considerado excessivamente baixo. No entanto, alguns que ali vendiam seu gado a preço baixo decidiram pela venda para garantir ao menos o retorno do que já havia gasto na sua criação. Além disso, a cada mês tornava-se mais difícil mantê-los vivos, considerando as dificuldades de acesso a alimentos e água.

Ao lado da seção de bovinos, a outra grande seção era voltada às negociações de ovinos e caprinos. Ali, os animais ficavam mais amontoados se comparado com a disposição da seção bovina. Em geral, eram os próprios donos das criações que estavam ali comercializando e negociando os preços ofertados.

De acordo com Burguivól Alves de Souza, informação que foi reforçada pelo atual Secretário Municipal de Produção Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Pedro Paulo de Carvalho, são os caprinos e ovinos os animais que melhor conseguem sobreviver às baixas precipitações, especialmente pelo fato de se alimentarem de diversas plantas da caatinga. A contínua redução das áreas de matas naturais, diante principalmente do longo processo de ocupação territorial, bem como do uso da matéria vegetal como recurso energético ao processamento da gipsita pelas mineradoras da região.

De modo geral, verificamos que a pecuária na região se manteve predominante desde as primeiras ocupações, contudo permanecendo mais associada aos médios e grandes proprietários, sob a lógica da reprodução ampliada do capital no que se refere à criação e venda de gado bovino. Ademais, as políticas de crédito fomentadas pela SUDENE, conforme veremos no item 2.2.4, intensificaram o caráter pecuário da agricultura em Ouricuri e na própria região.

Por outro lado, a pecuária, considerando outros animais para além do gado bovino, concentra-se quase que exclusivamente nos pequenos estabelecimentos, com até 100 hectares, sendo a carne destes animais utilizada para consumo na família e comercialização dos animais vivos como forma complementar de renda familiar. No caso da venda na Feira do Gado, os camponeses em geral contratam um carroto que parte da comunidade reunindo diferentes tipos de animais, em quantidade variável, e seguem até a feira. No retorno, é comum encontrar os camponeses levando outros animais para o consumo da semana, como galinhas. Também é recorrente a venda dos animais a intermediários, que são comerciantes que adquirem a preço mais baixo no

campo e revendem na Feira do Gado. Para muitos camponeses, esta última opção apresenta-se mais atraente. Ante a necessidade de se ausentar da propriedade, do custo da viagem e da alimentação na rua, e também da concorrência com animais que possivelmente estejam em melhores condições físicas, a venda aos intermediários aparece como menos ariscada.

2.2.3. Estrutura, tecnologia e maquinário nos estabelecimentos agropecuários

A análise do acesso e da propriedade de meios de produção relacionados aos maquinários, equipamentos agrícolas, insumos, sementes e fertilizantes, reforça, juntamente com os demais aspectos anteriormente estudados, as profundas diferenciações territoriais existentes, de forma geral, entre as regiões do Sertão, do Agreste e do Litoral, e da Zona da Mata Pernambucana. Contudo, por outro lado, houve mudanças significativas na espacialização das tecnologias, por sua vez ligadas à absorção por novos setores e pela agricultura, principalmente aquela de unidade familiar e caracterizada pela produção camponesa no Agreste, bem como pela agricultura capitalista que se territorializou no São Francisco Pernambucano após 1970.

A modernização da agricultura começa a se fazer presente no Brasil a partir de meados do século XX, porém concentrados em setores produtivos e regiões (Camargo, 2010). No Nordeste, ainda que com generalizações, podemos considerar que a agroindústria canavieira na mata e no litoral nordestinos, em grande parte no estado de Pernambuco, foi o setor que concentrou inicialmente a adoção das novas tecnologias.

Nesse sentido, os dados do Censo Agropecuário de 1950 trazem a quantificação por estabelecimento agropecuário dos instrumentos, como grades, pulverizadores, arados, bem como dos maquinários, tais quais os tratores, uso de tração animal, entre outros. De fato, a somatória final dos mesmos revelava que o acesso médio a tais meios no sertão era menor em relação ao do Agreste e, por sua vez, em relação à média da Zona da Mata e do Litoral.

Assim, em 1950, na zona do Sertão do Araripe, menos de 0,5% dos estabelecimentos utilizava qualquer tipo de adubo (químico ou orgânico). Somente 1% praticava algum tipo de conservação do solo, 16% usavam defensivo animal e vegetal, e praticamente, inexistia irrigação no campo. Em relação à estrutura de armazenamento,

somente Araripina se destacava pela produção de farinha de mandioca, refletindo assim na existência de cinco silos, com relativa baixa capacidade: seis toneladas. Na época, a principal forma de tração utilizada era a animal.

Em função da diversidade agropecuária e da existência de maior pessoal ocupado, bem como em número de estabelecimentos, Ouricuri e Araripina concentravam a maior quantidade dos animais de tração. Para além dos bois, eram as mulas, os burros e jumentos os animais mais utilizados, e cuja importância era tamanha que o rebanho dos mesmos chegava a 60% do total estadual. Diferentemente, por outro lado, do boi, animal mais caro e que estava concentrado na Zona da Mata e do litoral, que concentrava 69% do total estadual.

Em relação ao uso de tração mecânica, apenas Ouricuri possuía seis carros a motor, dado praticamente insignificante perante o montante existente no Agreste ou na Mata.

Contudo, ao tratarmos de análises espaciais, é necessário evitar homogeneizações, buscando também compreender as diferenciações internas reveladoras de especificidades que podem nos apontar para processos distintos de ocupação territorial. No Censo de 1950, havia duas zonas fisiográficas que já se destacavam, são elas a do Sertão Baiano e do Sertão do São Francisco, as quais atualmente correspondem à Mesorregião do São Francisco Pernambucano.

Ainda assim, colocava-se de forma explícita a distribuição desigual posta quanto ao acesso dos meios de produção no estado de Pernambuco, relacionada, neste caso, às máquinas e instrumentos agrários.

Tais diferenciações permaneceram de forma geral, conforme mostrou Schifino (1984) ao analisar os dados de 1975 e da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980¹¹⁸. Do mesmo modo, considerando os 32 produtores estudados nas pesquisas de campo entre 1981-1982, Schifino resume da seguinte forma a situação encontrada:

¹¹⁸ Analisando a região de Ouricuri, Schifino (1984: 77-78) na década de 1970 coloca “[...] temos uma situação de baixa adoção de tecnologias, com um uso muito reduzido de implementos, seja de tração motora ou animal, [...], o que demonstra uma certa penetração de mecanização da produção, numa região, até bem pouco “imune” a modernização das relações técnicas de produção, onde o trabalho manual ainda predomina desde o minifúndio até o latifúndio, não existindo diferenças tecnológicas sensíveis entre esses

[...] notamos a ausência de práticas de preparo do solo, adubação, tratos fitossanitários e irrigação. As operações realizadas são manuais, não envolvendo praticamente nenhuma atividade mecanizada, nem à tração animal e muito menos motorizada. Todavia, essa ausência de técnicas e tecnologias, não exclui totalmente a possibilidade de encontrarmos, isoladamente, práticas que representem avanços para as condições locais, mas, em situações restritas a um número reduzido de produtores do grupo e da 'região Ouricuri'." (Schifino, 1984: 134-135)

De forma semelhante, nossa análise mostra a continuidade da desigualdade quanto à apropriação destes meios de produção, mesmo pautada nos dados do último Censo Agropecuário de 2006, que revelou o aumento dos dados absolutos em relação à estrutura de armazenamento, maquinários, equipamentos e tecnologias, e a comparação percentual entre as grandes regiões, bem como relativa às diferenciações internas.

Em 2006, por exemplo, Ouricuri concentrava 25% do total de silos e depósitos existentes na microrregião de Araripina e 22% de sua capacidade, calculada em metros cúbicos. A participação desta microrregião no estado continuava relativamente pequena, próxima a 14%. Em relação ao uso de tração, a força animal continuava sendo a principal, à frente ao uso de tração motora¹¹⁹. No que se refere aos transportes, também os animais eram mais relevantes, sendo que 24% dos estabelecimentos da microrregião de Araripina utilizavam veículos de tração animal, 9% motos e 67% não usavam qualquer tipo. No Brasil, a relevância do transporte de tração animal era menor comparativamente aos censos anteriores, continuando, porém a atingir 13% do total de estabelecimentos e sua frota ainda representa 34%.

Em relação às tecnologias utilizadas na agricultura, os dados de preparação do solo em Ouricuri nos mostram que a principal prática adotada ainda é o "cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda", envolvendo 60% do total de estabelecimentos agropecuários, percentual bastante superior aos dados relativos ao

extremos, que não praticam, no geral, nenhuma técnica de preparo do solo, adubação, uso de inseticida ou controle sistemático de pragas ou doenças". Neste trecho, afora sua consideração de que as relações familiares são um resquício anterior à modernização, é interessante observar como de fato a agricultura, independente das relações de produção ou estrato de área, pouco pôde se apropriar dos novos meios de produção então mais concentrados na região Sudeste e sul do Brasil.

¹¹⁹ Apesar do baixo número de estabelecimentos que declararam possuir maquinário e equipamentos motores, o uso muitas vezes se faz de forma mais generalizada, visto que as máquinas são utilizadas perante o seu aluguel por hora ou empreitadas.

Brasil, ou mesmo ao estado de Pernambuco, visto que, de modo geral, não há preparo para o solo, ou, ainda, chega-se a praticar o plantio direto na palha.

O uso ou não de práticas de manejo e conservação está também associado ao acesso à orientação técnica que o pessoal ocupado no campo possui. O dado geral para o Brasil mostra que somente 22% dos estabelecimentos agropecuários chegaram a receber orientação técnica, ocasional ou regularmente. Já na microrregião de Araripina e no município de Ouricuri esse valor é inferior a 3%. Em números absolutos, considerando toda a microrregião foram apenas 136 estabelecimentos em Ouricuri somente 30.

No entanto, é preciso compreender o que o recenseamento agropecuário do IBGE define como "orientação técnica", visto que nos municípios desta microrregião há mais de três décadas existem organizações governamentais e organizações não governamentais - ONG, que atuam exatamente na área da orientação e capacitação de famílias camponesas para a produção no campo, adequando-se às condições específicas do semiárido. Dentre essas organizações, destacam-se a ONG Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores; as Instituições Não Governamentais Alternativas – Caatinga¹²⁰ e o Projeto Dom Helder Câmara¹²¹, com sedes em Ouricuri¹²²; e a ONG

¹²⁰ O CAATINGA tem sua origem na Rede de Projetos Alternativos – Rede PTA, tendo se tornada autônoma em 1988. De acordo com a apresentação desta ONG escrita por Carvalho (2012: 18) “A ONG Caatinga – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, atua há mais de 25 anos junto a famílias agricultoras em comunidades rurais do território do Sertão do Araripe, no Estado de Pernambuco. Indiretamente, sua ação se estende a todo o semiárido brasileiro por meio de sua participação na Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE), na Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Desde sua criação, a entidade manteve o firme propósito de apoiar a construção de conhecimentos, tecnologias e práticas de base agroecológica juntamente com famílias agricultoras e suas organizações, como forma de fortalecer a capacidade das populações rurais para a convivência digna e sustentável com a semiaridez. Em 2006, o Caatinga assumiu a função de Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, na sigla em inglês), uma representação política atribuída e respaldada pela ASA”. Giovanne Xenofonte, Coordenador Geral do CAATINGA, entrevistado em 23 de julho de 2013, relatou que nos anos 1990 a Cooperação Internacional tinha interesse em colaborar e os recursos alocados representam 100% do total necessário pela entidade. A partir dos anos 2000, cerca de 80% dos recursos passaram a prover de fundos públicos e 20% da cooperação internacional ou empresas mistas, e destacou a atuação da PETROBRÁS e de fundações privadas, como do banco HSBC de Juazeiro do Norte. Atuam sozinhos ou em parceria com diversas outras ONGs, Dom Helder Câmara, Action Aid Brasil, ASPTA, SABIA, DIACONIA. Dentre tantos projetos, estão tentando diagnosticar a situação do abastecimento de água para consumo humano e também quanto ao saneamento básico, visto que é uma necessidade iminente no semiárido, além do fato de que muitas comunidades utilizam águas impróprias para todos os usos.

¹²¹ O Projeto Dom Helder Camara é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, possuindo, porém gestão descentralizada. Foi criado em 2001, “[...] a partir de um acordo de Empréstimo

Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe – Chapada¹²³, com sede em Araripina.

Ademais, o estado de Pernambuco, através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, através do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA¹²⁴ o qual integra a rede de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER estadual, realiza assistência técnica, extensão rural e infraestrutura hídrica (IPA, 2014). Segundo entrevistas realizadas no escritório local do IPA em Ouricuri¹²⁵, bem como a avaliação geral da agricultura no Sertão do Araripe realizada na II Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário em 24 de julho de 2013, a quantidade de técnicos é extremamente insuficiente para atender à demanda existente.

Segundo as entrevistas realizadas, das oito ações estipuladas desde 2003 como atribuições do IPA no âmbito da ATER¹²⁶, a prioridade têm sido as ações de crédito

Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF.

Na sua essência, o Projeto Dom Helder Câmara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste, embasado conceito de convivência com o semiárido, articulando às dimensões sócio-políticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas e por processos participativos de planejamento, gestão e controle social” (PROJETO DOM HELDER CAMARA, 2014).

¹²² As duas organizações localizadas em Ouricuri foram visitadas durante o campo de 2013, momento em que foram cedidos diversos materiais, acessos às bibliotecas e cedidas entrevistas.

¹²³ Atuante em municípios no Sertão do Araripe e proximidades, a ONG Chapada foi criada em 1994 por agricultores e técnicos da região e presente fomentar através de ações educativas e capacitações que tem como objetivo final contribuir para a garantia dos direitos sociais e da cidadania das famílias agricultoras, através da busca por segurança alimentar e a geração de trabalho e renda (CHAPADA, 2014).

¹²⁴ O IPA foi criado em 1935 e era um braço do estado de Pernambuco para a promoção de pesquisas, inclusive laboratoriais. Em 1960, durante a gestão de [Cid Feijó Sampaio](#), o IPA torna-se autarquia e tem suas atividades expandidas para o interior na perspectiva de ampliar a rede de estações experimentais. Em 2003 o IPA incorpora novas atribuições, para além da pesquisa e de prestação de serviços e bens, e passa realizar assistência e extensão rural. Contudo, os profissionais alocados no IPA não acompanharam tamanha mudança de competência. O escritório local de Ouricuri, por exemplo, é submetido à Gerência Regional de Araripina, sendo esta responsável pela assistência de outros oito municípios: Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Santa Cruz da Veneranda, Santa Filomena e Trindade. Atualmente, o gerente regional necessita estipular e monitorar uma meta mensal de número de atendimento a estabelecimentos rurais para cada técnico do IPA.

¹²⁵ As entrevistas foram realizadas em 17 de julho de 2003 com um funcionário que solicitou não ser identificado, e com Fernanda Correa Leal, chefe do escritório local.

¹²⁶ O IPA continua realizando a sua função inicial de desenvolvimento de pesquisa a partir de estações experimentais e estudos laboratoriais, possui diversas ações complementares às da Codevasf e do DNOCS voltadas à infraestrutura hídrica e assumiu também as ações de ATER. As ações de ATER estão organizadas em a) Ações de crédito rural, b) Ações de educação profissional, c) Desenvolvimento local sustentável, d) Divulgação tecnológica em propriedades e comunidades rurais, e) Técnicas da produção,

rural e ações complementares de combate à seca, das quais voltaremos a tratar no item 0.

Em relação ao crédito rural, o IPA local possui o cadastro de 400 produtores caprino-ovino, sendo que 150 participam do Programa Brasil Sem Miséria - PBSM e optaram pelo recebimento de recursos para criação de animais, sendo galinhas, caprinos e ovinos os principais em Ouricuri. Segundo as entrevistas, o técnico do IPA se dirige aos produtores para desenvolver um projeto a ser submetido à aprovação de concessão de crédito rural. Se aprovado, a família passa a ser acompanhada com mais regularidade e o recurso é liberado em três parcelas: a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as duas últimas de R\$ 700,00. Outra forma de assistência ocorre via doação de vacinas pelo Governo Federal aos criadores de gado do município. Assim, temos que a grande parte dos camponeses fica desassistida, ora porque a quantidade de projetos atendidos é inferior a 3%, ora porque parte das ações, como as vacinações, volta-se aos produtores de gado, os quais em geral detêm maior extensão de terras e, comparativamente, mais recursos.

A maior mudança quanto ao uso de inovações técnicas ocorreu certamente no que se refere a uso de agrotóxicos a partir de 1990. Se em 1950 o uso era insignificante em grande parte do campo brasileiro, em 2006¹²⁷ a realidade se mostrava absolutamente diferente. A maior parte dos estabelecimentos que haviam utilizado agrotóxico no ano do Censo Agropecuário, em 2006, estava na região Sul do Brasil: eram 600.865, ou 60% dos estabelecimentos. Na sequência, a região Nordeste: 458.606 estabelecimentos, ou 19% do total. À época da pesquisa, o Centro-Oeste ainda não se destacava nesse aspecto e o uso se mostrava inferior ao dado pertinente à região Norte, cuja média era inflacionada em função do uso disseminado em Rondônia, que concentrava 40% dos estabelecimentos da região.

de organização e de comercialização, f) Incentivo ao desenvolvimento de atividades nãoagrícolas, g) Sistema de extensão rural municipalizado – SERM e h) Ações complementares de combate à seca. Destas oito, das ações estipuladas desde 2003 como atribuições do IPA no âmbito da ATER, segundo as entrevistas realizadas, a prioridade têm sido as ações de crédito rural e ações complementares de combate à seca, das quais voltaremos a tratar no item 0.

¹²⁷ O Censo Agropecuário de 2006 pesquisou se os estabelecimentos tinham utilizado agrotóxico no ano de 2006, ou se costumavam utilizar apesar de não terem usado especificamente naquele ano.

Nos estados nordestinos de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe o uso de agrotóxicos estava presente em aproximadamente 35% dos estabelecimentos. No caso do Ceará, o segundo maior em quantidade de estabelecimentos no Nordeste, tal percentual equivalia a mais de 120 mil estabelecimentos. Nesse sentido, o dado percentual em relação ao total de cada estado é indicativo da expansão espacial do uso de agrotóxico. Porém, a análise dos dados absolutos evidencia, ao mesmo tempo, que as realidades são bastante distintas. Exemplo, nesse sentido, é o estado da Bahia: possuía mais do que o dobro de estabelecimentos do Ceará e, mesmo tendo apenas 14% deles utilizando agrotóxico, esse percentual equivalia ao número significativo de 107.008 estabelecimentos.

Por sua vez, no estado de Pernambuco, um quarto do total de estabelecimentos mencionou utilizar agrotóxicos em 2006, ou seja, 78.378 estabelecimentos. No Gráfico 26, além dos dados do estado, também constam os dados segundo mesorregiões, de modo a explicitar que a difusão desta prática não ocorre com a mesma intensidade, muito menos de forma homogênea.

Gráfico 26 – Número de estabelecimentos com uso de agrotóxico em Pernambuco e mesorregiões, 2006

¹ Refere-se ao número de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos no ano de 2006 ou que costumavam utilizar apesar de não ter usado especificamente naquele ano.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Analisando os dados acima, relativos ao estado de Pernambuco, verifica-se que o uso de agrotóxico está concentrado na mesorregião do Agreste, seguida pelo Sertão Pernambucano e, depois, pela região do São Francisco Pernambucano, sendo que esta última detém alto percentual (54% do total de estabelecimentos), o que provavelmente está relacionado à produção de agricultura capitalista de frutas destinadas à exportação, na microrregião de Petrolina, onde o percentual atinge quase 65%.

No Sertão Pernambucano, o uso ocorre principalmente nas microrregiões de Salgueiro e Araripina. Observando os dados atrelados à Araripina, é espantoso o alto percentual de 58% dos estabelecimentos em Ouricuri que utilizam agrotóxicos, sendo que a média, já alta, da microrregião de Araripina é de 47%.

Gráfico 27 – Número de estabelecimentos com uso de agrotóxico¹ por microrregião da mesorregião do Sertão Pernambucano, 2006

¹ Refere-se ao número de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos no ano de 2006 ou que costumavam utilizar apesar de não ter usado especificamente naquele ano.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

A incorporação da prática de uso de agrotóxico no sertão, considerando aqui tanto o Sertão Pernambucano quanto o São Francisco Pernambucano, deu-se principalmente na década de 1970, visto que já no Censo de 1980 essas regiões apareciam como responsáveis por 28% do total de estabelecimentos que utilizavam defensivo ou agrotóxico (animal e vegetal), superadas apenas pela mesorregião do Agreste, que detinha 64%. Internamente no sertão, a difusão também ocorreu de forma desigual. Assim, no Censo de 1980, a microrregião com maior número de

estabelecimentos utilizando defensivos (animal e vegetal) era a do Alto Pajeú, e não a microrregião de Petrolina, o que se inverteu a partir do Censo de 1995. Na microrregião de Araripina, o dado de 1980 também se mostrava significativo, com 23% dos estabelecimentos utilizando defensivos, o que já se configurou ao longo da década de 1970 como a principal “tecnologia” apropriada, quando comparada à adubação, uso de calcário e conservação do solo, práticas estas presentes em menos de 3% dos estabelecimentos.

A comparação dos dados estatísticos nos permite afirmar então que, de forma geral, as tecnologias e os maquinários foram se expandindo a partir da Zona da Mata e Litoral. Já no Censo de 1970, para alguns aspectos, e no de 1980 para outros, o Agreste rapidamente equiparou-se a ela ou a superou em número absoluto e percentual, visto que era ali que se concentrava a produção da maioria das culturas temporárias, exceto a da cana-de-açúcar, produzidas majoritariamente em pequenos estabelecimentos com uso da força de trabalho familiar.

Outra forma de analisarmos a distribuição espacial da incorporação de maquinários e tecnologias na produção agropecuária pode ser realizada com a discriminação das despesas efetuadas pelos estabelecimentos, conforme traz o item a seguir.

2.2.4. Despesas, dívidas e acesso ao crédito

Os dados relativos às despesas, tanto pelo Censo de 1950, o qual se pautou nas despesas efetuadas em 1949, quanto naquelas constantes no Censo de 2006, reforçam novamente a existência de profundas diferenças quanto às condições materiais atreladas à produção agropecuária, o que, por sua vez, possui atualmente relação direta com a disponibilidade de crédito segundo os setores, as atividades e os requerentes envolvidos.

Em meados do século XX, apesar de que a produção se concentrava no Agreste, em relação à área de lavouras, tanto a temporária quanto a permanente, e às pastagens, a natural ou a artificial, as despesas desta região representavam somente 19% do total estadual. A Zona da Mata e do Litoral, ao contrário, concentrava 69% das despesas, mas detinha percentual produtivo relativamente bem menor.

Isso ocorria, fundamentalmente, porque a maior fração das despesas era relativa à remuneração da força de trabalho assalariada. Assim, enquanto a força de trabalho familiar era predominante no Agreste, envolvendo 46% do total do pessoal ocupado em todo o estado de Pernambuco, a Zona da Mata e do Litoral polarizava as despesas com salários em função da concentração de pessoal assalariado, grande parte constituída por trabalhadores temporários contratados pelos engenhos e usinas açucareiras para a realização da colheita da cana-de-açúcar.

Depois dos salários, o segundo maior gasto em 1950 no estado de Pernambuco era com "outras despesas", seguido pelas despesas com adubos e fertilizantes e, posteriormente, com aluguéis e arrendamentos. O uso de inseticida e fungicida era extremamente baixo e se concentrava no cultivo da cana-de-açúcar.

No Sertão do Araripe, os principais gastos também envolviam os salários e "outras despesas". Outro gasto que se destacava era relacionado a sementes e mudas. Já os gastos com adubos e fertilizantes, diferentemente do que ocorria no Agreste, eram baixos. No município de Ouricuri, 60% do total das despesas destinavam-se aos salários de trabalhadores temporários. Neste caso, não se tratava de elevado gasto com salários, mas sim de baixo montante de despesas em geral, com pequenos gastos relativos a diversos itens, o que acaba ressaltando o percentual atribuído aos salários. .

Em 1970, portanto passadas duas décadas, as despesas no Araripe continuavam a se concentrar nos salários, com 54% sobre o total, e nos gastos com sementes e mudas. O dado novo era o destaque para os gastos com rações e tributos em geral. Assim, tornam-se mais expressivas as despesas atreladas a juros, impostos e taxas. Do mesmo modo, é no Censo de 1970 que pela primeira vez começa a ter algum relevo o dado de financiamento da produção, tendo sido apontando que 82 estabelecimentos receberam financiamento do governo. Outro dado importante, que nos auxilia a compreender o processo de apropriação dos meios produtivos na agricultura, é o fato de que em 1970 a energia elétrica ainda era raridade no campo de Ouricuri. Somente no Censo de 1980 passou a constar que 12 estabelecimentos possuíam energia fornecida em geral por terceiros, ou seja, era uma exceção.

Já o Censo de 2006 apontou que, no Brasil, a principal despesa continuava atrelada ao pagamento de salário em dinheiro ou produto para empregados, representando 17% dos gastos e envolvendo 22% do total de estabelecimentos, seguida

dos gastos com adubo, presente em 30% dos estabelecimentos e, em terceiro lugar, os gastos com agrotóxicos, realizados por 29% dos estabelecimentos. De forma geral, as despesas mais comuns dos estabelecimentos eram com energia elétrica, combustíveis, medicamentos e sal para animais, além de rações, consideradas tanto as industrializadas quanto as não industrializadas.

No Nordeste, o principal gasto, equivalente a 19% do total, referia-se também aos salários, envolvendo 22% do total de estabelecimentos, seguido dos gastos com adubo (14%) e presente em 13% dos estabelecimentos e, em terceiro lugar, os gastos com agrotóxicos realizados por 21% dos estabelecimentos, representando 15% do total de despesas. De forma geral, as outras despesas mais comuns eram semelhantes às do padrão médio brasileiro, referentes à energia elétrica, aos combustíveis, medicamentos para animais mais sal e rações. A soma destas despesas não ultrapassava 15% no Nordeste, ou mesmo no Brasil como um todo. No Nordeste, destacavam-se outros gastos, como a compra de animais, sacarias e embalagens em aproximadamente 20% dos estabelecimentos, sem, no entanto, implicar alto percentual de despesa (menos de 10%).

Ao analisarmos os dados do município de Ouricuri, verificamos que seu comportamento era bastante similar ao da microrregião de Araripina.

A distribuição percentual das despesas pode ser mais bem visualizada nos gráficos abaixo, os quais destacam as dez mais recorrentes¹²⁸ em termos de número de estabelecimento e valor atrelado.

¹²⁸ Além das dez despesas discriminadas nos Gráficos 28 e 29, há também arrendamento da terra, serviços de empreitada, salários pagos em dinheiro ou produtos para família, corretivos do solo, compra de matéria-prima para agroindústria, armazenamento da produção, transporte da produção, impostos, taxas, juros e despesas bancárias e aluguel de máquina, entre outras demais despesas não especificadas.

Gráfico 28 - Percentual de estabelecimentos agropecuários conforme despesa realizada no ano -Brasil, Nordeste, Pernambuco e Ouricuri/PE, 2006

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 29 – Valor das despesas realizadas pelo estabelecimento no ano - Brasil, Nordeste, Pernambuco e Ouricuri/PE, 2006 (Percentual)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

No município de Ouricuri, o uso de agrotóxicos estava bastante disseminado em 2006, visto que é usado em mais da metade dos estabelecimentos, o que confirma o já verificado no item sobre tecnologia e maquinários. Se nos basearmos no valor atrelado a este tipo de despesa, equivalente a 2% sobre o total, percebemos que seu uso provavelmente é realizado em baixa quantidade. Ou seja, não obstante o aumento no número de estabelecimentos utilizando agrotóxico no Nordeste e no Brasil incidir no aumento das despesas a ele associado, em Ouricuri não verificamos o acompanhamento deste tipo de despesa.

Outra especificidade do município de Ouricuri é em relação ao baixo valor percentual, 9%, destinado aos salários pagos em dinheiro ou produto para empregados. Esse dado dialoga diretamente com os dados sobre pessoal ocupado nos estabelecimentos, em que vimos o predomínio quase absoluto da força de trabalho familiar. O montante de 9% é a soma das despesas efetuadas por 21% do total de estabelecimentos que utilizam empregados e, neste caso, sabemos da predominância dos empregados temporários.

O uso de adubos na produção agropecuária também diferencia o município de Ouricuri do padrão médio estadual. Lá, este item consta entre os de menor importância, estando, em 2006, em apenas 103 estabelecimentos, e equivalente a despesa que não chegava a 1% sobre o total do município. Outros itens relevantes em termos das despesas e da quantidade de estabelecimentos são: medicamentos para animais, constando em 37% dos estabelecimentos e constituindo 2% das despesas; compra de animais, presente em 25% dos estabelecimentos e incidindo em 18% das despesas; sal e rações, em 22% dos estabelecimentos e relativo a 13% das despesas; além das sacarias e embalagens, usadas por 24% dos estabelecimentos, porém constando como apenas 1% das despesas. Afora estas, há alto percentual de estabelecimentos que utilizam energia elétrica, em comparação com o Nordeste em geral, o que, apesar disso, não implica em percentual significativo de despesa. Diferente, portanto, do alto gasto atribuído aos combustíveis, isto é, 19% sobre o total de despesas agropecuárias no município, em virtude de ser usado por 70% dos estabelecimentos.

Ao tratarmos das despesas associadas aos estabelecimentos agropecuários, podemos também tecer relações com o acesso ao crédito e, assim com dívidas e ônus reais atrelados aos mesmos. Nesse aspecto, direcionando nosso olhar ao sertão pernambucano, verificamos a existência de elevado percentual de estabelecimentos em situação de dívida, constando como a segunda mesorregião no estado de Pernambuco nesse critério. Por outro lado, ainda que haja relativamente maior percentual de estabelecimentos endividados, o valor a eles vinculado é menor, mostrando-se menos relevante em padrões estaduais, conforme nos mostra o Gráfico 30, adiante.

Gráfico 30 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, segundo as mesorregiões do estado de Pernambuco, 2006

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário
Organização: Paula Camargo, 2014

Devido à característica predominante da agricultura capitalista na microrregião da mata pernambucana, é ali que há o menor número de estabelecimentos, cerca de quatro mil, o equivalente a pouco mais de 9% do total de estabelecimentos com dívidas e ônus. Por outro lado, é esta mesorregião que detém 29% do total do valor relativo ao estado, no caso mais de R\$ 115 milhões. Em outra mesorregião, a do São Francisco Pernambucano, também se verifica alto percentual, de 27%, somente cerca de R\$ 7 milhões a menos do que a da Mata Pernambucana.

Em cada uma destas duas mesorregiões, que concentravam mais de 55% do valor de dívida e ônus no ano de 2006, destacam-se duas microrregiões. No sertão, consta a microrregião de Petrolina, localizada às margens do rio São Francisco. Há mais de quarenta anos (Schiffer, 1983; Bloch, 1996; Andrade, 1998), esta região vem passando por processos de territorialização do capital, através dos projetos de agricultura irrigada com atuação de grupos multinacionais, constituídos pela fusão de

capitais nacionais e internacionais. Na sequência, consta a microrregião da Mata Setentrional Pernambucana, pertencente à mesorregião da Mata, como a segunda em termos de valor, como atestado adiante.

Gráfico 31 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, segundo as microrregiões do Estado de Pernambuco, 2006

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Pautando-nos no Gráfico 30 e no Gráfico 31, verificamos padrão de concentração semelhante em relação às mesorregiões. Ou seja, as dívidas e ônus de duas únicas microrregiões ultrapassam a somatória de todas as demais dezessete do estado de Pernambuco.

Temos ainda que a microrregião de Petrolina desponta na terceira posição, com 6% sobre o total estadual, o que está relacionado com o fato de que possui 10% do total de estabelecimentos.

Analisando internamente a microrregião de Araripina, no município de Ouricuri, por exemplo, apenas 14% do total de estabelecimentos agropecuários no município constavam com dívidas e ônus que, juntos, somavam R\$ 4.574 mil reais em 2006, ou seja, 819 estabelecimentos dentre o total de 5.717.

Segundo a Tabela 10, a seguir, destes 819 estabelecimentos, 87% possuíam área inferior a 50 hectares, acumulando 59% das dívidas.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, por grupos de área total, Ouricuri/PE, 2006

Grupos de área (hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Valor das dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano (Percentual)
Até 50	87,3	58,81
De 50 a menos de 100	8,42	18,71
De 100 a menos de 200	3,30	17,00
De 200 a menos de 500	0,98	5,48
500 e mais	-	-
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

Tabela 11 – Número de estabelecimentos agropecuários e valor das dívidas e ônus reais no ano, por grupos de atividade, Ouricuri/PE, 2006

Atividade	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Valor das dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano (Percentual)
Lavoura	35,53	23,87
Pecuária	59,10	72,17
Demais	5,37	3,96
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Organização: Paula Camargo, 2014

A Tabela 11, acima, mostra que nos estabelecimentos relativamente maiores, cuja área era igual ou maior que 50 hectares, prevaleciam o uso dos recursos na pecuária. Em 2006, a propósito, 79% do valor total da dívida vinculada aos estabelecimentos agropecuários no município destinavam-se à pecuária. Diverso, portanto, do uso para a lavoura temporária, que estava mais concentrada nos estabelecimentos com menos de 50 hectares e envolvia somente 6% dos estabelecimentos, e 24% sobre o total de dívida do município.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 nos revelam, assim, a consolidação da tendência de dependência ao uso do crédito, apontada no estudo de Schifino (1984)¹²⁹ em relação à agricultura na “região de Ouricuri”, na década de 1970.

O principal credor tem sido, desde então, o sistema bancário e os agentes financeiros, seguidos pelas pessoas físicas e cooperativas, estas últimas com pequena expressividade. Portanto, desde aquele momento inicial já estava em curso um processo de desenvolvimento desigual, também relacionado ao acesso aos recursos¹³⁰. De forma

¹²⁹ Nesta pesquisa o autor acompanhou o processo inicial de concessão de crédito bancário no extremo ocidente de Pernambucano, na “Região Ouricuri” por ele chamada, conforme mencionado anteriormente.

¹³⁰ Em momento oportuno, seria de nosso interesse prosseguir na discussão sobre o peso do crédito e do financiamento agropecuário em Pernambuco em três momentos históricos distintos: primeiramente no período que antecedeu o Golpe Militar, durante o período de governo de Miguel Arraes, em que foi criado o Grupo Executivo da Produção de Alimentos - GEPA e havia sido reestruturada a Companhia de Revenda e Colonização – CRC, época em que a atuação dos agiotas era expressiva; um segundo momento

semelhante, Schifino (1984) também chegou a averiguar a desproporcionalidade de crédito concedido por tipo de atividade, comparando pecuária e lavoura, bem como por tamanho de propriedade.

O acesso ao crédito agrícola ganhou impulso a partir da década de 1970, com a instituição pelos governos militares de Programas Especiais, voltados também ao fomento à pesquisa, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMPRAPA, e à assistência técnica, por meio das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERs. Por conseguinte, esse período foi marcado pela estruturação das bases necessárias à difusão das novas tecnologias da “modernização agrícola”, ou seja, foram sendo criadas necessidades e consumidores para as mercadorias da Revolução Verde. Dentre tais Programas Especiais¹³¹, o Projeto Sertanejo, voltado ao semiárido, foi o que mais marcou o sertão pernambucano.

O Projeto Sertanejo ou Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste foi instituído através do Decreto nº 78.299 de 23 de agosto de 1976 (Brasil 1976). Sua atuação deveria privilegiar os pequenos e médios proprietários do semiárido nordestino, através de “prestação de serviços e assistência técnica” para o “fortalecimento” da produção agropecuária diante dos impactos da seca. Isso se daria “[...] através de soluções agronômicas (introdução de espécies resistentes à seca), econômicas (instituições de sistemas de compensação ou de seguro que garanta uma renda mínima) e técnicas (associação “cultura seca – cultura irrigada”)” (Schifino, 1984: 154). O mesmo seria proposto por técnicos do Programa, os quais deveriam encaminhar as solicitações de crédito para determinados agentes financeiros, tal qual o Banco do Brasil, ou o Banco do Nordeste do Brasil, ou ainda outro banco estadual.

De acordo com o Art. 5º deste Decreto, a implantação do Projeto Sertanejo caberia ao DNOCS e aos governos estaduais, sendo supervisionado pela SUDENE e

são os anos que antecederam o período da Ditadura Militar, estabelecendo relação com a pesquisa de Schifino (1984); e, por fim, o momento atual de prevalência em Ouricuri da atuação do Banco do Nordeste junto às linhas de financiamento, tais como a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

¹³¹ Outros Programas Especiais atuavam em todo o território nacional, como Próvarzeas.

apoiado pelas “ações de desenvolvimento rural do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE” (Brasil, 1976).

Schifino colocou-se criticamente em relação ao Projeto Sertanejo, desde sua concepção a objetivos específicos voltados à

[...] abertura de novos mercados para insumos agrícolas; aumento da oferta de alimentos básicos, assegurando a formação de estoques reguladores; difusão da utilização de crédito; aumento de renda, etc.

Em momento algum, procura-se atingir efeitos menos ambiciosos, por exemplo, estabilizar a produção de alimentos para consumo familiar. (Schifino, 1984: 155)

Desde sua formulação inicial, reproduzia, assim, a política de crédito voltada à promoção da expansão do capitalismo no campo. Ademais, os objetivos do Projeto Sertanejo coincidiam com a concepção do estado planejador da SUDENE, abordados no Capítulo 1, compreendendo o semiárido sob as novas perspectivas de divisão do trabalho da segunda metade do século XX. Assim, reforçava-se a compreensão de uma agricultura provedora de produtos alimentícios e de matéria-prima para os monopólios industriais voltados ao processamento de alimentos, bem como consumidora das mercadorias produzidas pelo setor de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Em Ouricuri, a principal entidade envolvida nesse programa foi a EMBRAPA, através do Centro de Pesquisa Agropecuária Trópico Semi-Árido – CPATSA, interessada em analisar a situação do crédito em um grupo constituído por 200 produtores, o que resultou na publicação “Considerações sobre crédito agrícola: o caso de Ouricuri, PE” em 1985 (Souza, 1985).

Dentre esses produtores, Schifino (1984) selecionou 32 para realizar sua pesquisa de campo entre 1981 e 1982. Sua conclusão foi de que, pelo Projeto Sertanejo, os pequenos produtores recebiam propostas técnicas e de financiamento idênticas às dos médios produtores.

Constatou, ainda, o favorecimento das propriedades com mais de 100 hectares e voltadas à produção animal¹³², o que muitas vezes implicou no processo de cercamento

¹³² De acordo com Schifino (1984), o Projeto Sertanejo concentrou suas ações nos estabelecimentos entre 100 e 500 hectares. Praticamente metade do crédito liberado foi para este grupo, sendo que os mesmos representavam somente 32% do total. Concentrou ainda os investimentos na produção animal, com 50,6%

das áreas de pastagem de uso comum para a intensificação da criação de gado. Enquanto isso, na maior parte dos estabelecimentos, portanto os de pequenos proprietários e posseiros, a criação de ovinos, caprinos e aves e, em menor número, também de gado bovino, continuava a correr solta.

Ademais, Schifino considerou que os maiores beneficiários do projeto possivelmente seriam os capitalistas fornecedores de insumos agrícolas, além do próprio sistema financeiro. Os camponeses rendeiros, parceiros e posseiros, bem como os trabalhadores assalariados não foram minimamente atingidos pelas ações.

O autor menciona a ocorrência de uma “pecuarização dos produtores”, visto que mais da metade dos investimentos era para a produção animal, e que os estabelecimentos entre 100 e 500 hectares tinham recebido a maior parte do montante total. Nessa perspectiva, “O Programa, que previa um projeto de viabilização da propriedade, nada mais faz do que elaborar um projeto financeiro” (Schifino, 1984: 165), de modo que gerou novas necessidades, até então desconhecidas, e acentuou a lógica da dependência do crédito.

A dependência do crédito é a evidência mais forte desse processo: há alguns anos atrás, nenhum pequeno e médio produtor deixava de plantar por falta de crédito, enquanto hoje, fica esperando crédito para plantar, aumento de muitos riscos inerentes à atividade agrícola na região. Anteriormente ao crédito institucional, ou mesmo privado, os produtores acionavam sua produção agrícola com crédito no mercado paralelo (comerciantes, agiotas, grandes proprietários, etc.). Esse endividamento representava em média 30% a 40% dos recursos necessários, enquanto, atualmente, o crédito institucional representa 70% a 80% dos seus recursos, constituindo-se num alto grau de endividamento. (Schifino, 1984: 167-168)

Logo, o Projeto Sertanejo em Ouricuri marcou a introdução do crédito via sistema bancário, isto é, do capitalismo financeiro atuante na agricultura neste município.

Além disso, por vincular o crédito às despesas de fertilizantes e agrotóxicos, o que era reforçado pela atuação dos técnicos da EMBRAPA na agricultura camponesa ou capitalista, Ouricuri passava a ser paulatinamente inserida no processo de expansão

dos recursos. Havia um gasto denominado “custeio de operacionalização”, sendo seus valores destinados à assistência e que acabava funcionando como juros disfarçados.

territorial da atuação das empresas monopolistas¹³³. Schifino (1984) afirma que, até então, os agricultores não tinham conhecimento nem necessidade dos créditos e aponta para a criação de dependência. No entanto, conforme vimos na discriminação das despesas segundo o Censo de 2006, ou mesmo no subitem anterior, “ Estrutura, tecnologia e maquinário”, o uso de implementos agrícolas, afora os agrotóxicos, está presente na minoria dos estabelecimentos, e sua apropriação acontece de forma desigual nos grupos de área e atividades produtivas.

O discurso utilizado pelo Projeto Sertanejo era o de contribuir para o fortalecimento da produção agropecuária nas regiões afetadas pela estiagem prolongada, associado a juros baixos, ao mesmo tempo em que priorizava as médias propriedades e a atividade pecuária. Assim, em muito se assemelha às proposições do Programa Amigo, também do Banco do Nordeste, que desde o Projeto Sertanejo se consolidou como a principal instituição financeira em Ouricuri.

¹³³ No contexto da agricultura mundializada, Oliveira (2012) coloca que tais empresas por vezes atuam no mercado futuro das bolsas de mercadorias, ao comercializar ou processar a produção agropecuária camponesa ou capitalista, monopolizando seus territórios.

3. REPRODUÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

A partir de diferentes aspectos abordados ao longo do Capítulo 2, buscamos apreender o processo de formação territorial e constituição da estrutura fundiária e das relações sociais de produção no campo do sertão pernambucano. Utilizamos, para tanto, referências bibliográficas e trabalhamos com dados secundários obtidos em instituições como IBGE. Desse modo, verificamos que em Ouricuri as terras foram sendo paulatinamente fragmentadas através de compra-venda e herança, possuindo alto percentual de terras ocupadas por posseiros desde o início de sua história.

A utilização das terras, assim, foi sendo caracterizada pela produção camponesa em pequenos estabelecimentos, ligada às atividades pecuária e agrícola de cultura temporária¹³⁴. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares, mais numerosos, em 1960 já ocupavam a maior parte da área total agropecuária do município. Eram os principais responsáveis pela produção de feijão, milho, algodão, mamona, entre outras culturas. Os estabelecimentos acima de 100 hectares, quando produtivos, praticamente limitavam-se à pecuária extensiva, fundamentalmente à criação de gado para corte, o que os diferenciava dos de menor estrato onde diferentes animais eram criados, ainda que focados na criação de galinhas, caprinos e ovinos.

Nessas criações em menores estratos de área, a pecuária, conforme já mencionado neste segundo capítulo, funcionava como uma poupança aos camponeses para os momentos em que a estiagem e, principalmente, as secas, implicavam em perda de produção e, assim, na impossibilidade de comercialização da produção agrícola.

Por isso, dependendo da dinâmica dos ciclos produtivos, o camponês se colocava à disposição dos médios e grandes proprietários para o “trabalho alugado” ou “trabalho adjunto”, o qual se caracterizava pela prestação de serviços de empreitada por determinados dias ou período pouco mais prolongado, sobre o qual tratamos no Item 2.2.1. O acordo era sempre verbal, podendo ser balizado por quantidade de dias, mas em

¹³⁴ No município e mesmo na microrregião de Araripina as atividades de pesca, aquicultura, produção de sementes e mudas e produção florestal apresentam pouquíssima relevância em termos de estabelecimentos ou área agropecuária.

geral considerava uma meta a ser atingida, como o conserto de uma cerca, a limpeza de um barreiro etc. A remuneração em dinheiro tornou-se predominante nessa relação de trabalho. Em nossas entrevistas, o trabalho alugado aparece em diversos momentos, sendo mencionado como um complemento de renda, ou renda suplementar, não constante e variável, ou seja, trata-se do “trabalho acessório”. Contudo, desde o início do período de estiagem, em 2010, o envolvimento em trabalhos acessórios reduziu-se significativamente.

Para além do trabalho acessório, em Ouricuri, porém de forma mais significativa em Araripina e Trindade, o campesinato se vê envolvido em trabalhos temporários assalariados, tanto em atividades em outros estabelecimentos agropecuários quanto em atividades não agrícolas. Trata-se, a depender das necessidades familiares, do envolvimento de seus membros na mineração de gipsita ou nos serviços nas unidades industriais de calcinação, de beneficiamento para agricultura e construção ou, então, de produção de pré-moldados¹³⁵.

Utilizavam também a extração de madeira nativa, principalmente das árvores jurema-preta (*Mimosa tenuiflora* Willd.) e catinheira (*Caesalpinia pyramidalis* Tui.), comercializada com as unidades industriais de calcinação da gipsita para produção de gesso em pó ensacado, bloco ou placa. Assim, durante décadas, com menor intensidade nos anos 2000, as famílias camponesas comercializaram madeiras da caatinga, vendo nessa atividade informal uma possibilidade de renda auxiliar. Tais unidades industriais são até hoje dependentes da matéria vegetal, especialmente da lenha¹³⁶, visto que o processo de calcinação demanda o uso de fornos com altíssima temperatura.

¹³⁵ Essas unidades localizam-se no chamado Arranjo Produtivo Local – APL do Polo Gesseiro da Região de Desenvolvimento – RD do Sertão do Araripe, principalmente nos municípios pernambucanos Araripina, Bodocó, Ipubi, Trindade e Ouricuri. A produção pernambucana é responsável por 97% da produção nacional, ainda que a Bahia detenha 44% do potencial de produção, estimado em 1.452.198.000 toneladas, e Pernambuco 18% (MME, 2009b; SINDUSGESSO, 2014). De acordo com dados do Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco – SINDUSGESSO (SBPC, 2014), “No Polo Gesseiro do Araripe são gerados 13,9 mil empregos diretos e 69 mil indiretos, resultantes da atuação de 42 minas de gipsita, 174 indústrias de calcinação e cerca de 750 indústrias de pré-moldados, que geram um faturamento anual na ordem de R\$ 1,4 bilhões/ano”. A maioria dos empregos está concentrada no município de Trindade, contíguo a Ouricuri. A mecanização do processo, manual até meados nos anos 2000, possibilitou o aumento da produtividade de 31 placas para 500 placas por hora.

¹³⁶ Segundo o relatório ‘Diagnóstico energético do setor industrial do polo gesseiro da meso região de Araripina-PE’ (ACETEL; ADENE, 2006), 73% da matriz energética na produção do gesso é lenha, e

Dentre as cinco unidades de calcinação existentes em Ouricuri, conseguimos entrevistar, em 29 de setembro de 2014, José Roberto de Aquino, sócio proprietário da Gesso São José, uma indústria de pequeno porte. Segundo ele, a madeira de algaroba (*Prosopis juliflora* ou *Mimosa juliflora* Sw.) passou a substituir o uso das madeiras nativas tanto devido ao aumento da fiscalização por parte do IBAMA, quanto pela pouca disponibilidade de lenha nativa com manejo e apta para ser comercializada. Ademais, o processo de desmatamento e extração da madeira nativa na região, inclusive voltada à indústria gesseira, tornou a oferta mais escassa, mesmo sendo a madeira ilegalmente extraída¹³⁷. Por outro lado, José Roberto destacou que a madeira exótica e manejada tornou-se o principal custo produtivo, acima inclusive dos gastos com a aquisição da matéria-prima, a gipsita.

Apesar de existirem lavras e unidades industriais em Ouricuri, a maior parte das reservas e da produção está concentrada nos municípios de Trindade e Araripina, adjacentes a Ouricuri. No trabalho de campo em 2013 conseguimos visitar algumas famílias em Trindade. Verificamos que é bastante comum nesse município que a população que mora no campo utilize uma área de seus estabelecimentos para a produção manufaturada de placas e blocos de gesso.

O trabalho familiar com gesso nos pequenos estabelecimentos envolve a transformação da matéria-prima, pó de gipsita entregue adquirida das mineradoras pelas indústrias, em placas ou outros produtos. O envolvimento das famílias nessa produção ocorre de acordo com a variação de demanda do mercado, pois é utilizado como complemento da produção no sistema industrial.

Segundo o entrevistado José Roberto, a demanda regional passou a decair desde 2012, o que repercutiu em demissões na empresa. Diante do fato de que na indústria é a circulação que comanda a produção, a redução da circulação monetária provocada pelas

27% são complementados por energia elétrica, óleo e coque. Ainda segundo este relatório, o percentual referente ao uso de matéria vegetal representa 93% do total consumido em todo o Polo Gessero.

¹³⁷ A intensidade do avanço do desmatamento é mostrada no Mapa de Distribuição do Desmatamento no Bioma Caatinga de 2002 a 2008 (Anexo B). Em Ouricuri (destaque nosso), a extração da mata nativa é anterior a 2002. Ao mesmo tempo, há comparativamente com os municípios adjacentes áreas remanescentes importantes em suas porções Leste e Sudeste.

estiagens a partir de 2010 repercutiu diretamente na redução da demanda regional¹³⁸. Na Gesso São José, por exemplo, houve redução de 25% do número de funcionários, passando de 16 para 12, e a produção caiu 29% em relação ao pico de 700 toneladas, permanecendo em 500 toneladas mensais.

Analisando o município de Ouricuri, tais relações de trabalho se colocam como renda complementar da produção camponesa, baseada principalmente na agricultura de sequeiro¹³⁹. Dessa forma, temos que a síntese acima da estrutura, atividades e relações de trabalho no campo, mostra-se extremamente atuais, até mesmo pela questão da continuidade da suscetibilidade da produção no campo diante da “qualidade do inverno”. Ou seja, a maior parte da produção dos estabelecimentos agropecuários de Ouricuri continua a praticar a agricultura de sequeiro e, portanto, dependente da água pluvial, principalmente pela inacessibilidade a outras fontes que possam ser usadas na produção. Diante disso, consideramos relevante o debate sobre abastecimento e acesso à de água, conforme tratamos no subcapítulo seguinte.

3.1. Água – o velho e o novo no “Nordeste”

O clima semiárido é caracterizado por fenômenos de estiagem e seca e, sendo assim, apresentam-se com regularidade. Desse modo, não deveriam ser tratados como situações anormais demandantes de ações emergenciais. Apesar de essa visão estar contida nos trabalhos acadêmicos desde meados do século XX, como em Andrade (1998), as ações mais significativas na perspectiva de “convivência com a seca”, substituindo a noção de “combate à seca”, somente vieram à tona, ainda que com ressalvas, no atual século.

¹³⁸ Isto porque, ainda que não fossem os camponeses de Ouricuri os consumidores dos produtos da Gesso São José, é a agricultura, de forma geral, a responsável pela circulação monetária e dinamização da economia também nas cidades, através do consumo realizado pela população rural nos estabelecimentos comerciais e de serviços. Assim, desde 2010 essa circulação monetária na região passou a depender quase que exclusivamente dos benefícios sociais do Governo Federal, bem com da aposentadoria e dos salários dos servidores municipais e de instituições estaduais ali instaladas.

¹³⁹ Ouricuri diferencia-se do município vizinho, Trindade/PE, pois em função da concentração de lavras de gipsita e unidades industriais, grande parte das famílias do campo deixou de realizar qualquer trabalho agrícola para se envolver e depender exclusivamente da produção manufaturada de pré-moldados ou da remuneração assalariada nas unidades industriais. A área periférica dessa cidade foi, inclusive, sendo transformada ao longo dos anos, e sua paisagem tornou-se, toda ela, “branca” pela dispersão do pó da gipsita.

Assim, as ações dos governos federal, estadual e municipal se fizeram a reboque daquelas que já vinham sendo praticadas ou propostas por organizações do terceiro setor, principalmente por parte daquelas integrantes da Articulação no Semiárido – ASA¹⁴⁰. Tais ações, que trataremos logo adiante, dividem-se em ações estruturais que visam beneficiar a curto, médio e longo prazo a população do semiárido, e ações emergenciais que atuam de forma pontual para reduzir os danos potencializados pela atual seca diante do contexto ambiental, social e econômico resultante do desenvolvimento histórico.

A luta contra a miséria e a fome tem dupla dimensão: a emergencial e a estrutural. A articulação entre as duas dimensões é complexa e cheia de astúcias. Atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo." (Betinho, *apud*. Asa, 2012)

Nesse aspecto, e como vimos no 2.2.2 - Utilização das terras, a seca ainda hoje pode ocasionar a perda total da produção agropecuária. A salvo, em parte, estão apenas aqueles poucos proprietários com condições financeiras de custear o deslocamento do gado para outras regiões mais distantes que tenham acesso à água e que podem custear a compra de ração.

Por sua vez, a maior parte dos proprietários dos menores estabelecimentos, os camponeses, tem como base de criação os ovinos e caprinos, os quais de algum modo resistem melhor às estiagens por se alimentar de espécies nativas da caatinga. Contudo, diante do grau de devastação da vegetação e a depender da extensão do fenômeno da

¹⁴⁰ A ASA é um Fórum Social, apartidário, cujo surgimento data dos anos 1970 “[...] numa tentativa de se buscar alternativas para as dificuldades encontradas nos momentos de secas prolongadas. Nesta época já se pensava em alternativas de convivência com o semi-árido, mas a discussão a nível nacional só se fortaleceu nos anos 1990, sendo a criação da ASA nacional em julho de 1999. (Marcos, 2006: 3). A mobilização naquela década foi impulsionada pelos efeitos da seca de 1993, ano em que a sede da SUDENE foi ocupada pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Constituiu-se desde então em importante articuladora regional voltada às “[...] necessidades e interesses das populações locais, especialmente os agricultores familiares, estimulando o uso sustentável e recomposição dos recursos naturais do semiárido, buscando quebrar o monopólio do acesso à terra, água e outros modos de produção” (Pontes, 2012:87). Para tanto, atua na proposição e realização de ações integradas que “[...] fortaleçam inserções políticas, técnicas e organizacionais nas entidades com atuação nos níveis locais que contribuam para a convivência no semiárido. Além disso, há uma proposta de sensibilização da sociedade civil, dos formadores de opinião e políticos para uma articulação em prol do semiárido”. Atualmente, há mais de 700 entidades filiadas de diversos segmentos, desde entidades religiosas, a ONGs ambientalistas, federações de trabalhadores rurais e seus sindicatos até, propriamente, as associações comunitárias.

seca, até mesmo o acesso a estes alimentos torna-se mais difícil, como tem ocorrido agora.

Isto posto, tomamos a seca de 1976 em Ouricuri para retratar a combinação da sua intensidade com o despreparo da então estrutura econômica-social. Para tanto, recorreremos ao retrato desta estrutura no documentário “Seis dias em Ouricuri”¹⁴¹, o qual aborda as estratégias de sobrevivência dos atingidos pela seca e das diferentes estruturas de poder ali envolvidas.

O nosso interesse aumenta ao constatar que, além de um registro histórico datado, a filmagem permite ouvir as diversas vozes, das diferentes classes sociais ali envolvidas. Há registro da fala do fazendeiro, do “gato” que busca cassaco para a obra da hidrelétrica de Sobradinho, dos camponeses que se prestam ao trabalho como cassacos também em obras privadas e públicas no município, assim como são filmadas entrevistas com técnicos das instituições públicas e com o bispo. Inicia-se da seguinte forma:

Locutor: A seca agravou esse quadro de precariedade, o gado emagreceu ou morreu, atingindo grandes e pequenos proprietários.

A falta de água tornou-se aguda. Perderam-se as colheitas. A maioria dos agricultores nem sequer conseguiu plantar suas lavouras de subsistência. (Coutinho, 1976, 1’16’’ - 2’05’’)

Em 1976, diante da perda total da produção, a população do campo viu na ação de saque nos estabelecimentos comerciais da cidade a possibilidade de obter alimento e sobreviver. Segue:

Mulher 1: Quando um trabalhador meu foi avisar, vim com ele. Fechamos em cinco minutos. Tudo fechado. rua tava cheia, 500 ou mais, nem sei, tão cheia a rua. Todo mundo gritando, com cacete, coice, saco, um verdadeiro overiço. Fui ao quartel, pedi garantia ao tendente, mandou a polícia para cá, foi quando eles saíram.

Locutor: Alguns feirantes tiveram receio de montar suas bancas. Corriam boatos de que as feiras seriam proibidas por juiz para evitar ameaças de saques. Mas tudo correu normalmente. (Coutinho, 1976,)

¹⁴¹ Dirigido por Eduardo Coutinho (COUTINHO, Eduardo. Seis dias em Ouricuri. Produtor: Hélio Cardoso. Produção: Rede Globo. Rio de Janeiro, 1976. 1 documentário (40 min), 16mm, p&b.) tornou-se uma espécie de documentário, resultante de seis dias de filmagem no município de Ouricuri/PE para um programa especial do Globo Repórter, da Rede Globo.

Buscando minimizar a situação de fome da população, havia a doação de alimentos, cuja distribuição era coordenada pela Prefeitura Municipal. Em Coutinho (1976), aparecem funcionários falando com o governo estadual via rádio para saber a previsão de chegada de novos lotes de comida, os quais já estavam atrasados. Do lado de fora da prefeitura, uma fileira de pessoas aguardava.

Homem 1: Sem dinheiro como vai fazer para comer.

Homem 2: Serviço lá não aparece. Então a gente for tudo pra cidade, pra ver se a gente escapa com a família. Se a gente vem aqui, passa um dia ou dois esperando. [...] Quem tá na cidade atrás de arranjar e quem está em casa passando fome. Panela com dois, três dias que não ferve, sem ter o que comer. Tem que procurar é no pé da conversa mesmo.

[...]

Homem 3: Desde segunda feira estou esperando aqui. Não tem nada em casa. Filhos tudo em casa passando fome. Ainda hoje não comi nada, né? Diz que vai chegar hoje. (Coutinho, 1976)

Parte da comida que chegava ao município destinava-se aos trabalhadores das frentes de trabalho em Ouricuri. Em 1976, haviam sido criadas duas frentes “coordenadas pela SUDENE e por oito órgãos estaduais, entre eles a CODECIPE – Comissão de Defesa Civil de Pernambuco, a Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco – COMAPE, e o Departamento de Poços e Açudagem – DEPA”, segundo informações em Coutinho (1976).

Porém, o alimento entregue era insuficiente aos próprios trabalhadores, acabando dias antes de chegarem novas remessas, o que ocasionava novos problemas.

Locutor: A intervenção do governo chegou na hora certa. Mas nos primeiros dias os 1,5mil trabalhadores alistados nas primeiras frentes tiveram que lidar com problemas como a falta de ferramentas, e a irregularidade do abastecimento de água e comida. Além disso, o número de trabalhadores que queria se alistar era superior às estimativas.

Homem 4: [...] falta arroz, falta farinha, falta carne, falta sal, falta querosene, falta todos os mantimentos, falta óleo, todos os mantimentos. Né? Todos fala que precisa de trabalhar, mas também que precisa de mantimentos para se alimentar. Tá entendendo. Nós aqui tá comendo esse tanto de feijão [mostra pequena quantidade de feijão a ser dividida entre os trabalhadores] e lá em casa? Pai de família com cinco, com oito com dez e não tem nenhum carvão para comer.

[...]

Locutor: O dia do santo terminou. A lua cheia domina o céu. Esperando sempre o melhor, o povo de Ouricuri continua confiando

na mudança do vento, nos sinais das árvores e dos insetos, das lendas e superstições. Mais que tudo eles confiam sempre na ajuda de Deus. A comida chega. [Uma turma de 27 homens recebe 1kg de feijão, 1kg de arroz, 2kg de farinha, 1 saco de café] Mas não tem mantimento de família.

(Coutinho, 1976)

O trecho “Todos fala que precisa de trabalhar, mas também que precisa de mantimentos para se alimentar” ilustra o conflito que se instaurava quando os trabalhadores não tinham acesso aos alimentos nem para si, muito menos para seus familiares e, assim, negavam-se a trabalhar.

O recrutamento de cassacos também se fazia para obras mais distantes, como a obra de construção da barragem e hidrelétrica de Sobradinho, na divisa de Pernambuco com Bahia. Coutinho, durante os seis dias de filmagem, acompanhou a busca por homens em Ouricuri que se prestassem aos serviços na barragem.

Locutor: Em frente ao prédio de atendimento aos flagelados, agricultores se alistam nas frentes de trabalho. Mas outras oportunidades de emprego também aparecem.

Recrutador se dirigindo aos interessados: [...] Três ou quatro vezes já andei por aqui e convidei em forma de recrutamento para trabalhar na barragem. E alguém foi e está satisfeito lá. Desta vez eu quero saber quem tem vontade e quem tem documentos. Porque a barragem, o serviço de Sobradinho, só recruta o pessoal se tiver documentado.

[As pessoas vão falando os documentos que têm]

Recrutador: A companhia não tá na possibilidade de deixar alguma coisa à família, no entanto se encarrega de pagar a passagem e qualquer despesa de viagem. Chegando lá nós colocamos, deixamos ele empregado para receber o salário mínimo da região, incluindo 3 horas de salário extra que o senhor vai fazer um total de 748 cruzeiros.

[As pessoas seguem fazendo perguntas]

Recrutador: Apareça lá no hotel para fazer anotações com documento.

(Coutinho, 1976)

No entanto, o responsável por recrutar homens em Ouricuri justifica o fato de ter conseguido somente duas pessoas: “Falta de documentos da grande maioria e o outro problema é que eles não querem deixar as famílias” (Coutinho, 1976). No final da fala, o recrutador fala explicitamente que sua próxima parada seria Irecê, na Bahia, pois ali, diante de pior situação de seca, talvez pudesse conseguir levar mais homens para Sobradinho.

Interessante observar a resistência dos entrevistados em “deixar suas famílias”. Ali, na seca, os familiares se ajudavam e procuravam se alimentar com o que restava na

terra. Assim, as raízes, como também descreveu Andrade (1998), muitas vezes acabavam se tornando a alternativa de sobrevivência nos piores anos de seca.

Em Coutinho (1976), os camponeses mencionam alimentar-se de rapadura com macambira queimada, mucunã, mandacaru, tucunã, pau velho amarga, batata de barreira, entre outros. Outro entrevistado por Coutinho (1976) diz:

Homem 5: A gente come essas coisas todas, não é porque a gente acha bom ou gosta. Come porque é a precisão que obriga. O gado não come isso aqui. Quem come isso são os porcos, mas gado não come. [...] Nenhuma destas comida é comida necessária a gente comer. A gente só come quando a fome está, como se diz, quando é obrigado. Quando não tem condições nenhuma de comer outra comida, não tem de maneira nenhuma, a gente se obriga a comer essas comidas tudinho. A necessidade obriga o sujeito comer. Comi por necessidade. Porque só tem em casa, malmente, água no pote. (Coutinho, 1976, grifo nosso)

De fato, o trecho grifado acima mostra a gravidade social do efeito cumulativo e combinado das ações que pouco se dirigiam à maioria da população, no caso camponeses que se viam sujeitados às condições climáticas até para se alimentar.

Técnico 1: Em relação ao problema da seca, até a data de hoje, 18 de janeiro, eu posso afirmar com segurança que ainda não há seca. Apenas a estiagem prolongada provocou dano à economia dos pequenos proprietários, que representam cerca de 90% da população rural do município. Existe um primeiro plantio, que vai do período de novembro, dezembro e janeiro, período do plantio do feijão. O pequeno agricultor necessita desta primeira safra. Para quando vier o inverno ele dispor, para quando vier o inverno, para alimentar durante março até julho. Como não houve essas primeiras chuvas, 90% dos agricultores do município estão passando fome. (Coutinho, 1976, grifo nosso)

Desse modo, voltamos à discussão sobre a forma de tratamento dos fenômenos das estiagens que se colocam como característica física de qualquer região semiárida no mundo.

Organizações não governamentais e movimentos sociais passaram a mobilizar a população do semiárido para que ela pudesse ter maior controle sobre a sua história, no sentido de reduzir sua dependência de soluções externas atreladas à “indústria da seca”, tal qual foi convencionado na década de 1960.

Destacaram-se inicialmente em Ouricuri a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR e Comissão Pastoral da Terra – CPT e, a partir da década de 1980, também as organizações não governamentais, como a CAATINGA, já mencionada no Item 2.2.3, a qual tem origem no Centro de Tecnologias Alternativas –

CTA de Ouricuri, ligado ao Projeto Tecnologias Alternativas – Rede PTA da FASE, implementando a primeira estação experimental deste gênero no sertão.

Tais entidades passaram a lutar para a constituição de ações que propiciassem maior autonomia aos camponeses. A CPT e o STR organizaram-se na luta dos atingidos pelo açude Algodões e na contestação das ações de indenização e desapropriação, resultando na territorialização da luta através da constituição da Agrovila Nova Esperança¹⁴²

A Agrovila Nova Esperança é o resultado da luta pela terra diante da construção da barragem Algodões, para instalação do Açude Algodões. O reassentamento das famílias atingidas iniciou-se em 1986, ano em que as terras do Sítio Várzea do Cosmo começaram a ser inundadas. O processo de luta vivenciado pelas famílias naquela época despontou nelas o interesse em continuar se organizando para a conquista de outras lutas, as lutas na terra.

Nesse período a CTA de Ouricuri já atuava no desenvolvimento de alternativas de produção adequadas às condições locais, bem como de tecnologias de armazenamento de água, voltadas prioritariamente para ingestão, cozimento e limpeza. Logo no início da década de 1990 passou a também se envolver com o Agrovila Nova Esperança. Atualmente o CAATINGA é o principal articulador externo e, dentre outras atividades, tem buscado incentivar as famílias a tornar os espaços ao redor das casas em

¹⁴² Assim, com maior “consciência política organizativa e de convivência com o semiárido” vem atuando com apoio da ONG CAATINGA no sentido de transformar os espaços ao redor das casas em quintais produtivos. Segundo Oliveira; Aguiar (2013: 1), “Historicamente, os espaços mantidos nos arredores das casas por famílias agricultoras que vivem no semiárido pernambucano são locais onde ocorrem processos educativos através da socialização das crianças e jovens a partir da transmissão de conhecimentos de pais para filhos e entre parentes e vizinhos”. Neste contexto, além do CAATINGA, também o PDHC tem realizado atividades de educação não formal no sentido de fomentar o manejo conforme os princípios da agroecologia. Atualmente, mais de quarenta assentados possuem quintais produtivos, além de sistemas agroecológicos com agroflorestal, criação de caprinos, estoque de forragens. Para tanto, os assentados recorreram a apoios de projetos via organizações não governamentais e projetos por parte do governo federal para instalação de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva, tais como a cisterna calçadão. Segundo informações obtidas na entrevista realizada no CAATINGA em julho de 2013, este assentamento destaca-se também por outros aspectos, todos interligados: possui um grupo organizado de mulheres que gera renda a partir do beneficiamento de frutas, produção da multimistura e artesanato; possui uma unidade de beneficiamento do mel da Associação de Apicultores de Ouricuri – AAPIO com sede na agrovila do assentamento, e implantou a educação contextualizada na escola municipal ali localizada.

quintais produtivos com base nos princípios agroecológicos. Segundo Oliveira; Aguiar (2013: 1)

Historicamente, os espaços mantidos nos arredores das casas por famílias agricultoras que vivem no semiárido pernambucano são locais onde ocorrem processos educativos através da socialização das crianças e jovens a partir da transmissão de conhecimentos de pais para filhos e entre parentes e vizinhos.

Neste contexto, além do CAATINGA, também o PDHC tem realizado atividades de educação não formal no sentido de fomentar o manejo conforme os princípios da agroecologia. Atualmente, mais de quarenta assentados possuem quintais produtivos, além de sistemas agroecológicos com agroflorestal, criação de caprinos, estoque de forragens. Para tanto, os assentados recorreram a apoios de projetos via organizações não governamentais e projetos por parte do governo federal para instalação de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva, tais como a cisterna calçadão. Segundo informações obtidas na entrevista realizada no CAATINGA em julho de 2013, este assentamento destaca-se também por outros aspectos, todos interligados: possui um grupo organizado de mulheres que gera renda a partir do beneficiamento de frutas, produção da multimistura e artesanato; possui uma unidade de beneficiamento do mel da Associação de Apicultores de Ouricuri – AAPIO com sede na agrovila do assentamento, e implantou a educação contextualizada na escola municipal ali localizada.

As unidades já envolvidas com os princípios agroecológicos estariam vivenciando o presente período de seca com maior diversidade de alimentos, tais como verduras, frutas e mel, e maior produtividade, construindo novas perspectivas de convivência com o semiárido, embora também estreitamente vinculadas às políticas emergenciais.

Nesse sentido, as organizações não governamentais e os movimentos sociais organizados do campo parecem olhar com mais interesse para as formas de produção que buscam se diferenciar daquelas disseminadas desde a revolução verde, inclusive com intuito de reduzir paulatinamente sua dependência em relação às empresas e produtos inseridos na cadeia de consumo dos pacotes tecnológicos, o que para além de inviabilizar a produção em termos econômicos, também torna os produtores cada vez mais reféns da lógica capitalista de produção.

Ademais, em luta pela terra ou por condições de reprodução social, parte dos camponeses e das populações tradicionais, que já se diferenciam pela relação homem e natureza, foi envolvida pelo debate estruturado sobre o “desenvolvimento sustentável” disseminado por meio de articulações locais, como as ONGs.

Direcionando suas atividades especialmente aos agricultores, as articulações ganharam espaço de atuação ao se colocarem como intermediárias no diálogo entre agricultores e agentes técnicos de extensão rural, representantes de governo, agências doadoras de recursos para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Suas ações envolvem fornecimento de crédito rotativo, fortalecimento da capacidade organizativa dos agricultores, instrução sobre novas oportunidades de acesso ao mercado e projetos nas áreas da saúde e educação.

Em teoria, buscam praticar os princípios da Rio-92, como o de promoção de processos participativos e valorização dos conhecimentos tradicionais. A partir do recebimento direto de recursos financeiros, muitas vezes enviados por instituições internacionais, conseguem implementar projetos de pesquisa e experimentação, conquistando um espaço paralelo à academia e às agências de extensão rural. Algumas delas, ao conquistarem reconhecimento por seu trabalho, por vezes passam a atuar em articulação direta com a esfera pública e a interferir ou, ao menos, opinar a respeito de projetos e propostas governamentais, como é o caso das entidades como a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA). Passam a ter papel político, econômico e tecnológico nas localidades em que atuam. Apresentam grande heterogeneidade, principalmente quanto à proposição e visão de seus trabalhos. (Camargo, 2010: 47-48)

A partir das colocações acima presentes no trabalho defendido em 2010, temos como importante ressaltar a diferenciação entre organizações que se prestaram a promover “tecnologias alternativas” na lógica que Caporal; Costabeber (2004) classificam como intensificação verde, e as outras, como aquelas que compõem a ASA, entre as quais a própria Rede PTA na qual o CAATINGA se insere, e criticam o atual modo de produção, buscando brechas que possam resistir à expansão da lógica capitalista no campo.

Para Caporal; Costabeber (2004), algumas das práticas de agricultura alternativa, como a orgânica e a biodinâmica, reproduzem a mesma lógica produtiva que caracteriza a agricultura convencional. Ou seja, tanto a agricultura convencional quanto parte das agriculturas alternativas se colocam subordinadas às empresas controladoras do mercado de insumos orgânicos importados e também às certificadoras, que impõem

regras e normas para que os produtos possam ter os selos reconhecidos pelos consumidores. Ademais, procuram intensificar a produção, promovendo monocultivos com intensivo uso de capital, necessário à substituição das sementes e insumos, e seguem normas das empresas certificadoras e dos monopólios industriais.

Assim, parte dos produtores que realizam a conversão da produção convencional para a alternativa nem sempre pretende contestar o modo capitalista de pensar. O interesse desses produtores é a conquista de um nicho de mercado novo e promissor, incorporando mais uma parcela da renda da terra à sua produção, a renda de monopólio.

Para Caporal e Costabeber (2004b:08), trata-se de “[...] vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem qualquer propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as frágeis bases que até agora lhe deram sustentação”, ingressado no que poderíamos chamar de “capitalismo verde”¹⁴³.

Em meio a esse processo de lutas, a conscientização política é inevitável e a crítica extrapola a questão tecnológica-cultural da Revolução Verde, passando a questionamentos que indireta ou diretamente tratam da apropriação e concentração privada da terra, da água, dos recursos da floresta, do conhecimento etc.

Por esse ângulo, a menção à ASA, de forma geral, ou à CAATINGA, integrante da ASA, faz-se justamente por estas agirem, desde a origem, visando a longo prazo perspectivas alternativas à lógica do “capitalismo verde”. Essas instituições trabalham com o enfrentamento político ao suposto domínio político, econômico e social por parte da ação combinada entre representantes do poder público, capitalistas e grandes proprietários. A passagem abaixo, obtida em material informativo contrário às cisternas de plástico PVC, explicita também as contradições no processo da busca por transformações concretas.

Durante muitos anos, o Semiárido foi apresentado e tratado como inviável e um entrave ao crescimento econômico e social do País. Uma região onde as pessoas não sobreviveriam sem ajuda externa e eram consideradas incapazes de assumir seus destinos.

¹⁴³ Por capitalismo verde entendemos a apropriação do alarde ambiental promulgado por pesquisadores e políticos ainda em meados do século XX voltando-se para a adequação do modo de produção capitalista, de forma a manter a racionalidade econômica, porém com uma maquiada preocupação ambiental, conforme debatemos em Camargo (2010).

Essa ideia, construção simbólica, não foi despretensiosa, nem pode ser associada à natureza ou às pessoas que vivem no Semiárido. O que se sedimentou é uma construção política, atribuindo todas as dificuldades a Deus ou à natureza. Esse pensamento sempre teve um objetivo claro: beneficiar poucos e manter o poder de dominação da elite, gerando subalternidade.

Associada à falta de água, a solução apontada pela política de combate à seca foi sempre de cunho milagroso: um grande açude, uma grande barragem, a transposição do rio São Francisco, uma grande adutora.

[...]

Essas ações ficaram nacionalmente conhecidas como as responsáveis pela famigerada Indústria da Seca.

Numa outra perspectiva, nessa mesma região, a partir do envolvimento das famílias em torno de tecnologias simples, baratas e de grande impacto, foram sendo construídas cisternas de placas. De algumas dezenas, passaram para centenas e hoje são cerca de 500 mil reservatórios. Uma revolução silenciosa, resultado de uma ação conjunta da sociedade civil organizada, dos governos federal, estaduais e municipais e de vários outros parceiros, inclusive bancos e empresas.

Assim, gradativamente foi crescendo a perspectiva da política de convivência com o Semiárido.

Hoje, o Brasil, a partir da efetivação do Programa Água para Todos, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, pode finalmente comemorar a decisão governamental de universalizar as cisternas, pôr fim à Indústria da Seca e garantir água de qualidade a todas as famílias rurais do Semiárido. (ASA, s/d)

Conforme o trecho citado, a criação de estratégias de mudanças se faz pela luta da incorporação de pleitos da população do campo às políticas públicas, combinadas ao uso de recursos financeiros de bancos e empresas.

Por outro lado, o embate posto pelas organizações que compõem a ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro problematiza a implantação de grandes projetos, diante do fato de que os maiores beneficiados não são as populações locais, conforme consta na maioria das justificativas destes projetos. Seria o caso da Transposição do Rio São Francisco, em obras, e do Canal do Sertão Pernambucano, projeto previsto no PAC2¹⁴⁴.

¹⁴⁴ O Canal do Sertão é um projeto do Ministério da Integração do início da década de 2000, cujo executor é a Codevasf, o qual está sendo implantado via Regime Diferenciado de Contratação – RDC (Brasil. Ministério do Planejamento, 2014). O Projeto Sertão Pernambuco está atrelado ao projeto de perímetro de irrigação Cruz das Almas/BA (27,74 mil hectares) e Pontal/Sobradinho (28 mil hectares).

Ademais, no relatório Conflitos no Campo Brasil 2012, da CPT, por exemplo, houve 35 conflitos em áreas atingidas pela estiagem no Nordeste, em que consta:

[...], o número total absoluto de conflitos no campo manteve-se estável por conta do aumento dos conflitos por água e das mobilizações verificadas na região Nordeste: com a estiagem prolongada ocorrida no semiárido nordestino, cresceram significativamente os protestos e bloqueios de rodovias para reivindicar políticas públicas e o cumprimento de compromissos assumidos pelos governos para o enfrentamento das condições de sobrevivência em situação de seca. Ocupações de agências do Banco do Nordeste e de prefeituras reivindicaram a liberação do seguro-safra e a renegociação de dívidas. (Acsegrad; Barros, 2013: 20)

Por sua vez, o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias de baixo custo voltadas para a segurança hídrica apresenta-se para além da segurança alimentar, pois infere diretamente sobre a soberania alimentar. Assim, junto com as famílias, essas organizações têm pretendido construir novos caminhos alternativos às tramas de corrupção que historicamente envolve o uso indevido dos recursos públicos sob a justificativa de “levar água para o sertão”. Afinal, Callado (1960) já denunciava o beneficiamento a uma minoria de proprietários, capitalistas e políticos que assumiam o poder local. Tais estratégias

[...] vêm sendo difundidas e postas em prática por diversas entidades que não compactuam com o ‘combate’ e consideram crível a convivência, tendo como protagonistas as famílias agricultoras ao invés dos antigos coronéis e latifundiários.

[...]

Segundo a Codevasf (2011) pretende disponibilizar água a partir da barragem do Sobradinho “[...] para usos múltiplos, incluindo o suprimento para agricultura irrigada, o abastecimento humano (urbano e rural), e ainda o desenvolvimento da agroindústria, da pecuária assistida (bovinocultura e caprinocultura), da mineração e da aquicultura”. No projeto inicial, válido até poucos anos atrás, o município de Ouricuri era um dos dezesseis municípios pernambucanos “beneficiados” com 23,44% (26,38 mil hectares) do total de 112 mil hectares previstos no projeto. Foi alegada, porém, inviabilidade econômica para irrigação dos municípios que estivessem acima de determinado patamar de altura geométrica. Assim, a partir de 2005 novos estudos levaram a uma configuração final do projeto que excluiu Ouricuri e diversos outros municípios, alegando que parte destes podia obter água de sistema de adutoras, previsto também no PAC, como o Sistema Terra Nova e Ramal Entremontes.

Os movimentos sociais, como a CPT Juazeiro, demonstram desconfiança quanto aos reais propósitos deste projeto, além de estarem receosos quanto à forma de implantação do mesmo, que exigirá a desapropriação das terras. Dentre os interesses escusos, está, por exemplo, a produção de etanol e geração de energia elétrica a partir da cana-de-açúcar, o que seria empreendido por um consórcio formado por Petrobras, Odebrecht, Queiroz Galvão, Toyota Tsusho e Itochu, e envolveria uma área irrigada de 60 mil hectares (Projeteq, 2013).

O paradigma da convivência também difere, historicamente, no tocante à gestão, pois apenas o Estado orientava as políticas para o semiárido, com o viés do combate. Nas últimas décadas, as organizações da sociedade civil ganharam espaço orientando-se pelo conceito da convivência e têm conseguido ganhos nas políticas públicas para o semiárido. Nas estratégias de convivência, essas organizações atuam na concepção de que assessorias técnicas, diferenciadas das estratégias de combate, devem lidar compreendendo a realidade na qual se inserem as famílias agricultoras e em sua transformação. (Pontes, 2010: 50-51)

Desse modo, a ASA concentrou suas ações em dois programas, a saber, o “Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC”, mencionado no material informativo citado acima e o “Programa uma terra e duas águas – P1+2”, voltado à construção de cisternas para produção nas áreas com famílias que já tivessem acesso à água potável.

Entre 2003 e 2007 essas duas ações da ASA foram incorporadas às políticas públicas no Programa Cisternas, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o que incluiu uma terceira linha de atuação de construção de cisternas nas escolas públicas. A partir do terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, em 2011, passou a compor o Programa Água para Todos do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM.

A discussão sobre o atendimento dessa população ganhou expressiva dimensão com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (Decreto nº 7.492/2011) e, mais especificamente, com o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água Para Todos (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011), que formalizou o compromisso do Governo Federal de universalizar o acesso à água para as populações rurais, principalmente aquelas em situação de extrema pobreza. (Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social, 2012)

Segundo dados do Observatório da Seca (Brasil, 2014), até meados de 2014 haviam sido instaladas 2.538 cisternas em Ouricuri por meio desse programa. Constatamos a existência das cisternas de placa em todas as propriedades camponesas visitadas no trabalho de campo em 2013, bem como na Escola Municipal Antônio Severiano Alencar localizada na Fazenda Estaca¹⁴⁵. Isso talvez se explique pelo fato das

¹⁴⁵ A Fazenda Estaca, situada próxima à divisa com o município de Paranamirim/PE, é formada por dezenas de pequenas posses e propriedades. A construção do prédio da escola é recente. Até então ela funcionava dentro da casa de Dona Joaquina, atualmente a pessoa mais idosa da comunidade e que se tornou professora primária e formou o primeiro grupo escolar.

organizações não governamentais terem promovido, e continuarem proporcionando, por outras vias, a construção de cisternas de placa em Ouricuri, além de serem parceiras do PBSM.

O acesso que garante a água para beber e cozinhar – obtido a partir de envolvimento e participação das famílias, principalmente nas associações comunitárias existentes em vários sítios afogadenses – leva-as ao processo de capacitação oferecido pelo PIMC e se traduz em avanço na saúde da população, reduzindo doenças diarreicas, notadamente nas crianças, assim como em outros moradores.

Pode-se dizer que, na prática, além da questão da saúde, a água acessível perto de casa durante todo o ano é outra importante conquista, minimizando as longas caminhadas, quase sempre feitas por mulheres e crianças, que os sertanejos faziam em busca de água. (Pontes, 2010: 158)

Assim, em Ouricuri, apesar das famílias continuarem dependentes das águas pluviais para a produção¹⁴⁶, a instalação de cisternas lhes possibilitou armazenar água pluvial, bem como servir de recipiente volumoso para a aquisição de água dos carros-pipa durante o verão, período de baixíssima pluviosidade. Assim, a cisterna tornou-se complementar ao uso da água obtida nos poços comunitários ou individuais (Brasil. Serviço Geológico do Brasil, 2005), quando não a única alternativa.

Além disso, as cisternas obtidas a partir da mobilização das organizações sociais possibilita às famílias maior autonomia em relação aos programas assistencialistas, tal qual a água provida pelo Exército em carros-pipa ou os programas estaduais que, por vezes, acabam por estar atrelados a vínculos locais de favorecimento, desvio de verbas e fornecimento de água inadequada. Por fim, Pontes (2010), ao pesquisar sobre o PIMC em Afogados da Ingazeira/PE, observou que em função da metodologia de programa as famílias participantes passaram a se integrar mais ativamente aos espaços de discussão e às associações comunitárias.

Recentemente, o acesso à água tornou-se possível para algumas famílias de Ouricuri por meio da Adutora do Oeste. Ainda hoje o fornecimento é restrito a poucas comunidades rurais, visto que, ao longo de toda história municipal, a infraestrutura para o abastecimento de água teve como foco a população urbana e seus diversos usos, desde

¹⁴⁶ Para a produção e criação, as chuvas no período de inverno costumam abastecer os barreiros e as cacimbas.

consumo humano até dezenas de empresas de lavagem de veículos, os “lava-rápido”, como se vê atualmente¹⁴⁷.

A Adutora do Oeste se constitui num sistema de canalização subterrânea de água projetada para transportar água do Rio São Francisco, a partir da estação de bombeamento da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, localizada no município pernambucano de Orocó, para doze outros municípios: Parnamirim, Ouricuri, Santa Maria Da Boa Vista, Exu, Bodocó, Granito, Moreilândia, Trindade, Araripina, Ipubi, Santa Cruz e Santa Filomena. A adutora é constituída por três ramais principais e diversos secundários, sendo que os dois primeiros já se encontram em operação e o terceiro passou a constar, em 2010, do PAC, no Programa Água e Luz para Todos. Até meados de 2014, porém, nem todos os trechos do terceiro ramal ou dos ramais secundários previstos estavam operando (Figura 2). Alguns ainda nem tinham sido licitados, como é o caso dos trechos que beneficiarão a população dos municípios de Santa Filomena e Santa Cruz.

¹⁴⁷ A cidade de Ouricuri passou a ser atendida por sistema canalizado de água somente na segunda metade do século XX. Utilizavam as águas do Açude Tamboril, também chamado de Engenheiro Camacho, construído pelo DNOCS e inaugurado em 1960 exatamente na área onde João Goulart teria construído um pequeno açude no século XIX. A população urbana, a partir da década de 1980, passou também a ser abastecida pelas águas do Açude Algodões e, no final do século XX, entrou em operação o trecho entre Orocó e Araripina, da Adutora do Oeste.

Figura 2 – Sistema Adutor do Oeste

Fonte: Compesa; Governo do Estado de Pernambuco; DNCOS, Ministério da Integração Nacional, s/d.

No trabalho de campo realizado em julho de 2013, verificamos haver famílias no campo com acesso à água da Adutora do Oeste, já acessando os canais recém-expandidos. O acesso à água ocorre por meio de torneiras públicas instaladas ao longo da BR-316 ou por meio de diminutas redes de distribuição em comunidades com

concentração populacional de cerca de 40 famílias. Neste último caso, é colocada apenas uma instalação de água, sendo a comunidade responsabilizada por monitorar o uso e o pagamento do serviço cobrado pela COMPESA, o que tem gerado, segundo os relatos obtidos em campo, diversos conflitos e desentendimentos entre as famílias.

Isso ocorre porque, diante do histórico desprovimento de água encanada, a população desconhecia o alto custo dos serviços de abastecimento de água, elevados mesmo considerando os descontos na tarifação destinados à população cadastrada na subcategoria de tarifa social, de acordo com a Resolução da Diretoria da COMPESA nº 011/2003, de 30 de dezembro de 2003 e instituída pelo Decreto nº 34.028, de 14 de outubro de 2009. Para acessar a água é preciso estar inscrito no grupo de proteção social do Governo Federal, possuir renda familiar comprovada de até 1,5 salários mínimos, ou renda familiar declarada, desde que também seja de até 1,5 salários mínimos, e imóvel com área igual ou inferior a 60 m².

Além do mais, as contas têm como responsáveis as associações comunitárias ou outra entidade semelhante. Os possíveis casos de inadimplência podem prejudicar o funcionamento das entidades, que então passaram a deter nova atribuição: realizar a divisão do valor da tarifa mensal de água e cobrar o pagamento por parte das famílias.

As obras da Adutora do Oeste envolvem, ainda, amplo debate a respeito da priorização do abastecimento de água à população urbana por parte da COMPESA. Segundo três entrevistas realizadas em julho de 2013, sendo uma delas com um técnico da COMPESA, outra com pessoa que detém informações privilegiadas na Secretaria de Agricultura Municipal, e a terceira com o próprio gerente da Unidade de Negócios Regional Araripe, José Ranulfo Soares Siqueira, há uma política explícita de autorizar ligações somente na área do perímetro urbano, sendo que novas ligações no campo estão suspensas desde 2011.

Assim, enquanto a população da cidade de Ouricuri é beneficiada pelas estações de abastecimento e tratamento de água proveniente do Sistema Adutor do Oeste e também do Açude Algodões, grande parte da população rural permanece sem acesso regular à água, seja via adutora ou por outros meios.

Concomitantemente, o técnico da COMPESA entrevistado afirmou que são recorrentes os casos de ligações clandestinas em propriedades que funcionam como chácaras de final de semana, cujos donos são comerciantes, funcionários públicos e

autônomos, residentes, enfim, da cidade de Ouricuri. Verificamos, inclusive, placas na rodovia federal BR-316 anunciando a venda de pequenos lotes com acesso à água potável. Ou seja, nesse contexto em que pouquíssimas comunidades rurais têm acesso à água via adutoras, tem ocorrido o processo de compra de terras localizadas próximas à rodovia para a sua fragmentação e comercialização como chácaras, beneficiando-se de contatos na COMPEA e vias ilegais para efetuar ligações clandestinas de água e driblar a fiscalização. De forma semelhante a esse beneficiamento privado, acontece no meio político partidário a “compra” de votos em troca de promessas de novas ligações de água.

No entanto, em período de seca como o atual, iniciado com estiagens no ano de 2010, até mesmo o fornecimento de água via adutora passou a operar em situação de racionamento, sendo dois dias da semana com água e quatro sem. Ademais, as pessoas que tinham suas cisternas abastecidas com água pluvial passaram a depender da entrega de água efetuada por pipeiros ¹⁴⁸, realizada via contratos governamentais coordenados pelo Exército Nacional e, portanto, gratuitos à população, ou a adquirir água mediante pagamento a particulares.

A atuação do Exército Nacional constitui a base da Operação Carro Pipa – OCP¹⁴⁹, instituída pelo Governo Federal em 2005. O funcionamento da operação conta com a contratação de pipeiros que são remunerados segundo a quantidade de viagens e distância da fonte até o local de abastecimento. Em geral, o pagamento varia entre sete e 10 mil reais para caminhões com capacidade de 7 a 10 m³, respectivamente. São destinados 20 litros/pessoa/dia de água potável, apresentando um controle aparentemente mais rígido sobre a qualidade da água ofertada.

Paralelamente e de forma complementar às ações do Exército Nacional há, em Pernambuco, a Operação Seca, executada em Ouricuri pelo IPA, o qual faz a gestão do

¹⁴⁸ Pipeiros são as empresas ou pessoas físicas que comercializam água em carros-pipa. No caso da prestação de serviço a órgãos públicos, os carros-pipa recebem por quilometragem percorrida e, no caso de particular, por m³.

¹⁴⁹ Criada pela Portaria Interministerial nº7 de 10 de agosto de 2005, através de cooperação técnica e financeira envolvendo o Ministério da Integração Nacional e Ministério da Defesa, a OCP permanece até hoje atendendo aos municípios do semiárido. Atualmente sua vigência se pauta pela Portaria Interministerial nº 1, de 25 de julho de 2012, a qual substitui a anterior e infere maior importância à gestão compartilhada entre Exército e instituições locais.

fornecimento de água via carros-pipa com recursos estaduais¹⁵⁰. Conforme entrevista com funcionário do IPA realizada em 12 de julho de 2013, a autorização de uso de carro-pipa e as respectivas verbas normalmente tardam a chegar. Naquele ano, por exemplo, os pedidos haviam sido realizados em 26 de janeiro e os carros passaram a operar somente em julho¹⁵¹. A remuneração por parte do Governo Estadual aos pipeiros é menor: R\$ 1,80 por quilômetro (km), sendo permitido a cada pipeiro percorrer, no máximo, três mil km mensais, o que corresponderia a R\$ 5.400,00 e entre 30 a 40 "carradas" por mês, ou seja, viagens entre a fonte e os locais determinados para o atendimento. Quando possível, o IPA, assim como o Exército, utiliza água tratada da COMPESA, porém a Companhia somente autoriza de 2 a 10 carros-pipa por dia. No entanto, a maioria dos pipeiros envolvidos na Operação Seca, estadual, precisa utilizar pastilha de cloro para garantir minimamente a qualidade da água¹⁵². A fonte de abastecimento a água utilizada pelos pipeiros é apenas informada ao IPA e governo estadual, porém não há controle de monitoramento da fonte de fato usada, tampouco se houve uso adequado das pastilhas de cloro. Assim, fica a cargo da “boa fé” do pipeiro a qualidade do serviço prestado à população.

Segundo os dados do Ministério da Defesa e da Integração, em 2014, considerando os 185 municípios de Pernambuco¹⁵³, 103 deles, ou 56%, contavam com atendimento de pipeiros contratados ou pelo governo estadual ou pelo federal, como mostra a tabela abaixo.

¹⁵⁰ Neste caso, o IPA centraliza os pedidos diretamente realizados pelos camponeses ou via associação comunitária. A partir desta demanda, a listagem é submetida e analisada pelo CMDRS. Os pedidos são aprovados um a um. Os pedidos aprovados passam a receber, conforme distribuição organizada pelo IPA, o fornecimento de água através de pipeiros credenciados.

¹⁵¹ Tais autorizações são elaboradas no âmbito do Governo Estadual. A Gerência Regional do IPA, sediada em Araripina, por sua vez, é responsável por listar todos os pipeiros autorizados, mencionando nome do responsável e placa do veículo. É neste momento que ocorrem esquemas de beneficiamento e favorecimento conforme a atuação dos políticos locais que buscam privilegiar carros-pipa que possam direta ou indiretamente receber o dinheiro enviado à regional do IPA. Tais informações foram obtidas em entrevista com técnico do IPA do escritório de Ouricuri e foram confirmadas em entrevista realizada com Burguivól de Souza Alves, como veremos mais adiante.

¹⁵² A recomendação do IPA é utilizar uma pastilha para cada sete mil litros de água. As pastilhas são entregues gratuitamente pelo IPA.

¹⁵³ Contabilizado aqui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Tabela 12 – Balanço geral da Operação Carro-Pipa, segundo atendimentos prestados pelo Governo Federal e Estaduais, 2014

Estado	Governo Federal				Governo Estadual				Total			
	Pipeiros contratados	%	Municípios Atendidos	%	Pipeiros Contratados	%	Municípios Atendidos	%	Pipeiros Contratados	%	Municípios Atendidos	%
AL	168	2,7	33	4,3	239	16,4	37	12,1	407	5,2	40	4,5
BA	1.619	25,6	159	20,5	463	31,9	134	43,6	2.082	26,8	214	24,1
CE	1.085	17,2	107	13,8	54	3,7	20	6,5	1.139	14,7	125	14,1
MG	110	1,7	42	5,4	0	0,0	0	0,0	110	1,4	42	4,7
PB	1.025	16,2	153	19,8	0	0,0	0	0,0	1.025	13,2	153	17,2
PE	1.183	18,7	96	12,4	614	42,3	82	26,7	1.797	23,1	103	11,6
PI	539	8,5	63	8,1	0	0,0	0	0,0	539	6,9	63	7,1
RN	497	7,9	110	14,2	45	3,1	28	9,1	542	7,0	136	15,3
SE	86	1,4	11	1,4	38	2,6	6	2,0	124	1,6	11	1,2
Total	6.312	100,0	774	100,0	1.453	100,0	307	100,0	7.765	100,0	887	100,0

Fonte: Brasil. Observatório da Seca (2014).

Conforme a tabela acima, o estado de Pernambuco se destaca pela segunda maior quantidade de contratação e abrangência de municípios, atrás somente da Bahia. Por outro lado, concentra as contratações de pipeiros, via governo estadual, com 42,3% sobre o total nesta situação. Em Ouricuri, havia 24 pipeiros contratados via governo federal na OCP e somente um pipeiro através de contrato estadual. Cenário distinto do ano anterior, 2013, quando chegaram a ser envolvidos 16 pipeiros via governo estadual em parceria com a prefeitura, e 21 pela OCP.

Como se pode deduzir, o atendimento por parte dos governos é insuficiente para a demanda de 31.699 pessoas que residem no meio rural, ou seja, 49,35% da população (IBGE – Censo Demográfico, 2010). Assim, as famílias camponesas são levadas a comprar água diretamente de pipeiros. O valor pago varia conforme a distância percorrida e a qualidade da fonte, podendo ser utilizada até água de barreiro, se houver esta disponibilidade. Neste caso, a água é utilizada para as atividades domésticas e destinada aos animais, podendo custar R\$ 50,00 no caso do abastecimento com

caminhões com sete metros cúbicos de água. Para água supostamente de melhor qualidade ou potável, os preços variam entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 por sete m³.

O uso do termo “supostamente” deve-se às denúncias de uso de tanques inadequados para o transporte de água potável, o que acabaria provocando contaminação da mesma. Pesquisando por informações nos meios de comunicação¹⁵⁴, encontram-se relatos que vão desde o uso de tanques de combustíveis desativados, até outros que mencionam o abastecimento dos carros-pipa com água de barreiro para, na sequência e sem qualquer lavagem, abastecer com água de melhor qualidade. Assim, nem sempre o preço cobrado corresponde à qualidade da água fornecida.

Os pipeiros, em geral, comercializam água tanto via contratos das operações de seca dos governos federal e estadual, descritas acima, quanto através de vendas particulares. No primeiro caso, é de conhecimento público que há esquemas de falsificação das distâncias percorridas de modo a obter maior remuneração. No segundo caso, o beneficiamento ocorre pela cobrança da água como sendo de boa qualidade, quando na realidade pode ter sido obtida numa distância menor com água de pior qualidade.

O Articulador Territorial do Território da Cidadania - TC Sertão do Araripe, Burguivol Alves de Souza, confirmou tais relatos:

[Questionado a respeito dos esquemas envolvendo pipeiros]

Burguivol: Não é exagero dizer que todos os vereadores possuem um ou mais carros pipas. Eles colocam no nome de parentes (filhas, esposas, cunhados, irmãos) ou de aderentes. Ou que não possuem (são "donos" nas condições acima), recebem de algum deputado estadual para fazer esse "serviço". E isso é independente da sigla partidária.

[Questionei se era verídica a denúncia feita pela reportagem de campo que foi transmitida no programa de TV Fantástico. Nela, é filmada uma ação do vereador Edilson Silva Oliveira, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, inscrito como pipeiro no Programa Operação Seca do governo estadual, abastecendo um carro-pipa com água imprópria que seria destinada à ingestão humana]

¹⁵⁴ Como exemplo, o Programa Fantástico da Rede Globo, em dezembro de 2013, (Rede Globo, 2013) abordou os programas governamentais que atendem o semiárido com abastecimento de água através de carros-pipa. Nele, foi destacada uma filmagem de flagrante num carro-pipa contratado pelo vereador Lela sendo abastecido com água de péssima qualidade.

Burguivol: Não aconteceu nada com ele. E esse fato continua. Eles [pipeiros] são contratados para colocar de 20 a 40 carradas. O fazem com água "boa". Porém, quando encerram essas, eles fazem um "extra" transportando água, de qualquer fonte, nos mesmos tanques. E quando voltam a colocar uma água "boa" não fazem uma limpeza do tanque. Muitas vezes a limpeza é abrir o registro do pipa e deixar a água derramar enquanto rodam.

[Questionado se era verdade que existem tanques que conduziam combustíveis antes de se tornarem carro-pipa]

Burguivol: *Sim.*¹⁵⁵

Numa tentativa de reduzir os esquemas de corrupção, desvio de verba pública e, talvez o mais importante, prejuízo à saúde da população do semiárido através da Portaria Interministerial nº 1, de 25 de junho de 2012 foi definido que a gestão dos carros-pipa seria compartilhada entre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, o IPA e a Operação Carro-Pipa- OCP do Exército Brasileiro apoiado pelo Ministério da Integração Nacional. Essa portaria foi precedida pelo Decreto Estadual de Pernambuco nº 38.178, de 16 de maio de 2012, que instituiu o Comitê Integrado de Combate à Estiagem na região do semiárido brasileiro, no estado de Pernambuco, apontando para a necessidade de desenvolver instrumentos para melhorar a fiscalização e o controle dos serviços envolvendo carros-pipa.

Em entrevista realizada no escritório regional do IPA, fomos informados da existência de um Comitê Local constituído pelo CMDRS, por sua vez ocupado por entidades como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, organizações não governamentais e órgãos públicos, além da OCP e do próprio IPA. A fim de tornar ainda mais participativa a gestão da OCP, e por exigências do Decreto nº 38.178 de 2012, seriam instalados dispositivos para georrefenciar os trajetos efetuados pelos veículos utilizados na entrega de água, de modo a reduzir a corrupção através da falsificação da quilometragem percorrida e, principalmente, garantir a procedência da água utilizada. Porém, tal sistema de rastreamento e o funcionamento do monitoramento por parte do CMDRS ainda não foram implantados¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Entrevista via Skype realizada em 25 de agosto de 2014,

¹⁵⁶ Segundo informações prestadas por Rafael Felix Soares dos Santos, do Ministério da Integração Nacional, responsável pela Operação Carro-Pipa (Informação verbal em 26 de agosto de 2014), e por Burguivol Alves de Souza, na entrevista realizada em 25 de agosto de 2014.

Concomitantemente às ações envolvendo cisternas e carros-pipas, discutidas acima, outras ações se mostraram, de acordo com as entrevistas e observações realizadas no trabalho de campo, bastante relevantes para possibilitar a permanência dos camponeses em suas terras, de forma que ao menos sua alimentação pudesse estar garantida. Assim, nas visitas às unidades camponesas, foi unânime a afirmação, feita de distintas formas, de que pela primeira vez estavam vivenciando uma seca de forma mais digna, o que a diferenciava das anteriores, tais como a registrada por Coutinho (1976), ou outra ocorrida em 1992/1993, muito mencionada nas falas. Ademais, segundo a ASA (2012) esta é considerada a pior seca dos últimos cinquenta anos.

Por isso, para finalizar este item e este capítulo, elencamos de forma breve outras ações que parecem ter contribuído significativamente para o aumento da renda familiar e acesso a alimentos ao longo da atual seca, segundo as falas dos camponeses entrevistados, bem como as entrevistas realizadas junto às instituições públicas e organizações não governamentais.¹⁵⁷

3.2. A reprodução da produção pelo Estado

Este subcapítulo foi incorporado ao trabalho diante da realidade verificada em campo que nos mostrou que as atuais condições de reprodução camponesa estão fortemente atreladas às políticas e programas do Governo Federal: Programa Bolsa Estiagem, Garantia Safra, a venda de milho para alimentação animal e a linha de crédito emergencial.

O Garantia Safra é um benefício social instituído pela Lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, destinado a municípios inseridos na área de atuação da SUDENE e municípios especificados no estado do Espírito Santo que tenham comunicado a perda de 50% ou mais da produção em função de eventos de estiagem ou excesso hídrico. Segundo apresentação do programa, seu objetivo é “[...] garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem ou excesso hídrico” (CAIXA, 2014).

¹⁵⁷ Conforme descrito na apresentação do trabalho.

Os beneficiários são agricultores inscritos no Fundo Garantia Safra que possuem renda até 1,5 salários mínimos. A Lei nº 10.420 foi posteriormente alterada pelas Leis nº 10.700 de 09 de julho de 2003, nº 11.775 de 17 de setembro de 2008 e nº 12.766, de 2012, sendo que esta última fixa o valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), quantia máxima por beneficiário/ano, paga em até seis parcelas. Com a Lei nº 11.775/2008, municípios fora da área delimitada pelo semiárido e de atribuição da SUDENE também puderam ser inseridos no Fundo Safra e os agricultores beneficiados pelo Benefício Garantia Safra.

Em função da continuidade dos efeitos de estiagem impactando as safras 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, foram concedidos por Medida Provisória – MP e Resoluções Interministeriais reajustes no benefício de Auxílio Emergencial Financeiro¹⁵⁸, no valor mínimo de R\$ 80,00 (oitenta reais), pago às famílias não atendidas pelo Programa Garantia Safra no ano posterior à safra vigente. O IPA e o IBGE são responsáveis pelas vistorias dos estabelecimentos rurais para repassar informação quanto à pertinência ou não do Garantia Safra.

Outro benefício, neste caso ligado diretamente ao semiárido sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI, é a ação Bolsa Estiagem, na quantia total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) entregue em cinco parcelas. De acordo com Brasil (2014c):

O benefício é um auxílio financeiro a agricultores familiares que vivem em municípios em situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Pela ação Bolsa Estiagem, cada produtor afetado pela seca recebe mensalmente R\$ 80,00, por meio do cartão de pagamento do Bolsa Família ou do Cartão Cidadão.

¹⁵⁹

Em 2014, dos 195 municípios de nove estados que foram excluídos do recebimento do Bolsa Estiagem, somente seis, localizados no Agreste, são do estado de Pernambuco (Brasil, 2014b).

¹⁵⁸ O Auxílio Emergencial Financeiro foi instituído pela Lei nº 10.954 de 29 de setembro de 2004.

¹⁵⁹ Obtivemos junto ao secretário municipal de Produção Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Ouricuri, Paulo Pedro de Carvalho, a Declaração Municipal de Atuação Emergencial – DMATE e a Notificação Preliminar de Desastre enviadas em março e abril de 2013, respectivamente, ao Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. As mesmas encontram-se no Anexo D – Documentos enviados Sistema Nacional de Defesa Civil em decorrência dos efeitos da seca (2013).

Em termos de injeção monetária, no entanto, o Bolsa Família se mostrou o principal programa. Foi implantado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC do MDS através da Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

Assim, ao passo que até meados de 2014 tinham sido contabilizadas 4.241 Bolsas Estiagens e 15.003 Garantia-Safra¹⁶⁰, houve cerca de 11.500 beneficiários do Bolsa Família (Brasil. Observatório da Seca, 2014; Brasil. Portal da Transparência, 2014). Contudo, o montante total de dinheiro destinado por este último programa é bastante superior aos demais, como mostra o Gráfico 32, abaixo.

¹⁶⁰ Exceto o Bolsa Família, o benefício Garantia Safra e o Bolsa Estiagens são excludentes entre si, ou seja, cada beneficiário poderá receber somente um deles por vez.

Gráfico 32 – Recursos monetários totais destinados aos favorecidos, Ouricuri/PE, 2007-2013

Fonte: Brasil – Portal da Transparência, 2014.

Organização: Paula Camargo, 2014.

Além disso, sob a justificativa da estiagem e da seca, foi aprovada em 2011 uma linha de crédito especial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Pronaf Semiárido, voltada aos “agricultores familiares” já enquadrados. Para tanto, é necessário que o município tenha declarado estado de calamidade pública ou situação de emergência. Até o período pesquisado, setembro de 2014, haviam sido realizadas 4.048 operações que totalizaram mais de R\$ 29.126.272,44.

Além dessa Linha de Crédito especial, obtivemos outras informações entrevistando Lorilândio, assistente de coordenação, e Flávio Alex, coordenador do BNB na agência Ouricuri (informação verbal¹⁶¹). Conforme anunciamos no item 2.2.4 Despesas, dívidas e acesso ao crédito, através do programa chamado Agroamigo, o BNB vem se tornando o principal financiador da produção, atingindo pessoas com perfil da Linha B do PRONAF.

¹⁶¹ Informação verbal obtida em 17 de julho de 2013. Trabalho de campo.

Por outro lado, ao longo deste capítulo vimos que é aquela minoria das pessoas que detêm propriedade rural que estão tendo acesso a crédito. Segundo a entrevista, o Agroamigo teve início em 2004, como sendo um projeto piloto, e no ano de 2006 chegou às famílias camponesas. No material informativo que propagandeia o Agroamigo, consta:

[...] maior programa de micro finança rural orientado e acompanhado do Brasil.

Crédito e orientação para o (a) agricultor (a) familiar do Grupo B do PRONAF financiar a implantação e ampliação dos seus negócios agropecuários e não agropecuários. É o Agroamigo do Banco do Nordeste melhorando, cada vez mais, a renda e a vida no meio rural. Procure seu assessor. (BNB, 2013)

O Agroamigo ampliou a cobertura, sendo necessários somente contratos de trabalho, como de arrendamento, para acessar o crédito, não mais condicionado à escritura da terra. De todo modo, é preciso possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. Seu funcionamento prevê a visita de técnicos às comunidades rurais para realizarem a “capacitação financeira” da população do campo. Estes técnicos orientam o representante da família camponesa a desenvolver um projeto produtivo vinculado à solicitação de recursos ao BNB (Informação verbal¹⁶²).

O mais relevante foi termos verificado em campo a estreita ligação entre o BNB Agência Ouricuri e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR. Tanto é que, ao longo do mês de julho de 2013, havia na sede do STR, em esquema de plantão, um atendimento específico do Agroamigo por funcionários do BNB. Entrevistamos o presidente, Antônio Ferrinho, a diretora de Crédito Agrícola, Elenilza, e o delegado sindical¹⁶³, João Henrique, os quais nos confirmaram a ênfase nas ações de facilitação do crédito aos pequenos agricultores¹⁶⁴. Ao centrarmos a conversa sobre o crédito agrícola, Elenilza coloca:

¹⁶² Informação verbal obtida em 17 de julho de 2013. Trabalho de campo.

¹⁶³ Delegado sindical é uma figura de extrema importância nas comunidades rurais, visto que centraliza as informações repassadas pelo STR e as coloca junto às famílias do campo. Do mesmo modo, realiza a comunicação inversa, ou seja, levanta as demandas e dúvidas da população e as leva até o STR para o devido encaminhamento. No campo, porém, ficou claro o papel do delegado sindical no sentido de ser um intermediário entre o BNB e o campo.

¹⁶⁴ Entrevistas gravadas nos dias 18 e 22 de julho de 2014. Trabalho de campo.

Elenilza: Qualquer problema, desde providências bancárias, qualquer dificuldade, o delegado leva para o sindicato.

Demanda por projetos de financiamento vem aumentando proporcionalmente com a seca.

Agroamigo é direcionado ao pequeno agricultor que mora na propriedade e tem contrato.

Desde 2003, com o Grito da Terra, o agricultor que não é dono da terra passou a acessar o banco. Foi uma conquista do Grito da Terra. Para quem tem terra, ficou mais fácil. Trabalham também com habitação rural via crédito fundiário.

A FETAP com a CAIXA estão construindo 50 casas em três comunidades: Fazenda Gravatá, Fazenda Solta e Fazenda Abobreira.

O AGROAMIGO faz com que o agricultor fique na terra.

Funciona da seguinte forma: um ano de carência, 13º mês 1ª parcela mais bônus de abatimento. Mais seis ou 12 meses, a combinar com o banco. Conquistaram 80% de abatimento no Grito da Terra tendo como justificativa a seca. Conseguiram enquadrar para abatimento agricultores que acessaram o crédito em 2006.

Não excluimos ninguém para acessar o crédito por não ser associado. A carteirinha custa R\$ 23,50, a mensalidade custa R\$ 13,50, ou 2% do salário mínimo. Os jovens, de 16 a 32 anos, possuem 50% em tudo. O idoso contribui igual pois são aposentados e é quem dá a sustentabilidade.¹⁶⁵

Além das medidas informadas pela declaração de Elenilza, há outras que foram instituídas pelo Governo Federal e permitem liquidação total e parcial ou renegociação das dívidas originárias de operação de crédito. Com isso, verificamos que os camponeses de Ouricuri acabam encontrando no crédito agrícola uma possibilidade de acessar o dinheiro para custear suas necessidades, mesmo que não vá aplicar conforme definido no projeto.

Outro programa de âmbito federal que foi recorrentemente citado nas entrevistas com as famílias camponesas, é o da compra de milho diretamente da CONAB. Conforme a própria apresentação presente no Observatório da Seca:

VENDA DE MILHO

Para auxiliar a alimentação dos rebanhos nas regiões atingidas pela seca, o Governo Federal autorizou a venda de milho a preço mais baixo. A comercialização é feita diretamente entre o produtor e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O valor de venda da

¹⁶⁵ Entrevista gravada em 18 de julho de 2013. Trabalho de campo.

saca varia entre R\$ 18,10 e R\$ 24,60, de acordo com o porte do produtor e a quantidade adquirida.

O programa de venda de milho a preços subsidiados foi intensificado, com ampliação do fluxo do produto colocado à disposição dos produtores. Esta ação tem sido viabilizada por meio de leilões com entrega de milho ensacado em locais pré-determinados e pela disponibilização de milho nos principais portos da região, com distribuição em parceria com os governos estaduais. (Brasil, Observatório da Seca, 2014)

Para acessar o milho da CONAB, o camponês deve se registrar no sistema gerenciado pelo IPA, levando documentos como a DAP, o Imposto Territorial Rural, o Contrato de Compra e Venda e o atestado de vacinação do gado emitida pela ADAGRO.

Por conseguinte, o milho está sendo priorizado dentre os demais alimentos nos Estoques Públicos de Alimentos e sua produção tornou-se vantajosa principalmente na região Sul, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e nos três estados do Centro-Oeste, os quais aparecem em destaque tanto em relação à área plantada, quanto à quantidade produzida de milho em grãos.

Gráfico 33 – Área plantada para produção de milho em grão, por safra, Estados e Distrito Federal, 2012 (Hectares)

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Organização: Paula Camargo, 2014

Gráfico 34 – Quantidade produzida de milho em grão, por safra, Estados e Distrito Federal, 2012 (Toneladas)

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Organização: Paula Camargo, 2014

O Gráfico 33 mostra que, em relação à área plantada na 1ª safra, destacam-se os estados de Minas Gerais (15%), Rio Grande do Sul (15%) e Paraná (13%). Já na 2ª safra, são os estados de Mato Grosso (35%), Paraná (27%) e Mato Grosso do Sul (16%) que detêm as maiores áreas plantadas. De forma geral, mesmo com a concorrência da expansão da produção no Centro-Oeste, principalmente na produção alternada com a soja que levou ao aumento da produção do milho de 2ª safra, o estado do Paraná continua detendo as maiores áreas cultivadas com milho, seguido por Mato Grosso, tendo na sequência três estados com áreas aproximadas que são Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

A proporcionalidade neste ranqueamento dos estados em relação à quantidade de milho produzida se mantém, sendo modificada apenas pelo estado de Goiás, que apresenta produção acima dos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Gráfico 34). Nem o estado do Rio Grande do Sul apresenta produção conforme a proporcionalidade da área plantada, o que mereceria verificar se houve algum prejuízo nas safras de 2012, ou trata-se apenas de menor produtividade.

Durante o trabalho de campo no município de Ouricuri, em julho de 2013, acompanhamos a entrega de milho no ponto de distribuição. Desde cedo as pessoas foram chegando por meio de diversos meios de transportes, inclusive caminhões com cobertura de lona em suas carrocerias, trazendo os passageiros do campo. Houve longo processo de conferência da documentação do solicitante, bem como de pesagem do milho adquirido.

Segundo depoimento dos camponeses entrevistados, o milho da CONAB demora a chegar, sendo insuficiente para o período que se estende até a próxima entrega de milho. Também contestaram a permissão do uso desse milho por produtores de médio e grande porte. Segundo Ferrinho, do STR, há uma discussão referente à destinação do milho da CONAB, questionando a destinação exclusiva para o gado bovino. O STR defende que seja também dada permissão para solicitação de milho destinado a outras pequenas criações. Ressalta, no entanto, a resistência a essa ampliação de uso por parte dos órgãos IPA e ADAGRO, visto que estes somente respondem e fiscalizam a criação de gado, e estender para outros animais poderia gerar novas atribuições à reduzida quantidade de funcionários destes órgãos.

Na falta do milho da CONAB e também como medida paliativa, a prefeitura fornece veículos para que pessoas de uma dada comunidade possam ir até a área de produção de milho mais próxima e realizar a colheita e carregamento do caminhão cedido com carga de milho. Este trabalho é chamado de “mutirão” por envolver o trabalho conjunto dos interessados. No entanto, Ferrinho, do STR, problematiza essa alternativa à obtenção do milho pois relata que nem sempre a auto-organização funciona, sendo frequente os atritos entre os participantes. Para exemplificar, menciona que parte das pessoas que realizam o carregamento da sua carga acaba se indispondo – após sua cota estar completa – a continuar o trabalho árduo, prejudicando aqueles que ainda necessitam obter o milho.

As ações acima descritas somam-se a outras, como o Luz para Todos, que auxiliou, dentre outros aspectos, o processamento de alimentos para forragem através da possibilidade de uso de maquinários nas propriedades atendidas. Ou também o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que, desde 2013, passou a constar como política pública em Ouricuri envolvendo duas associações: a Associação de criadores de caprinos e ovinos de Ouricuri, e o Centro de Organização dos Produtores Agroecológicos – COPAGRO. Além dessas variadas ações, a própria aposentadoria continua apresentando relevância na composição da renda familiar do campesinato no município.

Assim, de algum modo, a estiagem iniciada em 2010, que logo se transformou em seca, provocou interrupção parcial nas atividades agropecuárias, o que implicou na redução do uso de serviços e aquisição de bens na cidade. Entretanto, os mais prejudicados teriam sido os criados de gado bovino, segundo declaração do secretário municipal de Produção Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Ouricuri, Paulo Pedro de Carvalho:

Paulo Pedro de Carvalho: Tem o efeito seca na cidade. No econômico é um baque muito grande, tanto para produtores quanto para os comerciantes.

O que segura são os programas sociais. Quem é criador de bovino está sofrendo. Quem não é criador de bovino não sofre tanto.

Tem a adutora oeste com ramais, tem os carros pipas, mas comparando com a seca de 1993, que teve até saque na cidade. Quem morria de fome aqui, desde 2000, não morre mais não. Tem sociedade civil muito atuante. Atuação da ASA com a ideia de estocagem de água, não só para consumo, mas para a produção.

Por outro lado, o governo fala em Transposição. Foram 6,5 bilhões. Obras faraônicas e elefante branco.¹⁶⁶

Desse modo, verificamos a importância da combinação dessas diversas ações que contribuem direta e indiretamente para a recriação camponesa em suas frações territoriais. Desde os programas sociais do Governo Federal para a continuidade de circulação monetária mínima no município, passando pela pressão das organizações por maior acesso à água para consumo humano e também destinada à produção agrícola, chegando às iniciativas de manejo agroecológico nas unidades camponesas. Essas ações se colocam em contraposição aos “elefantes brancos” dos grandes projetos os quais envolvem quantia elevada de recursos e que pouco tem contribuído diretamente para a maioria da população do semiárido.

¹⁶⁶ Entrevista gravada em 15 de julho de 2013. Trabalho de campo.

4. CIRCULAÇÃO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: VIAS FÉRREAS E SUA RELAÇÃO COM TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS

A partir da análise da ocupação territorial com predomínio da produção camponesa em Ouricuri, realizada no Capítulo 2, pretendemos neste último capítulo problematizar de que modo a inserção de uma nova via de circulação, a Ferrovia Nova Transnordestina, tem provocado a eclosão ou o acirramento de conflitos socioterritoriais.

Para tanto, iniciamos com uma introdução sobre a circulação sob o modo capitalista de produção, a fim de pensar a ferrovia como parte desse momento em que a mais-valia é finalmente realizada, ou seja, transformada em dinheiro.

Temos que a expansão do capitalismo no campo brasileiro apresenta relação direta com a instalação das mais diversas vias de circulação, desde o início da colonização portuguesa. Afinal,

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. (Oliveira, 2007: 20)

Por sua função estratégica, a instalação, operação ou desativação de uma estrutura viária acaba por provocar mudanças nas atividades econômicas nas áreas adjacentes, influenciando, inclusive, as relações sociais de produção ali presentes. Trata-se de um meio, uma facilitação, e não fator para a circulação de ideias e informação, configurando o modo capitalista de pensar, necessário ao desenvolvimento capitalista, como aponta Martins ao tratar das primeiras ferrovias em São Paulo:

Em boa parte, nessa história, a ferrovia não é propriamente uma causa geral das mudanças. É apenas um dos episódios, mais mediação do que fator. Mas mediação incisiva porque criou necessidades sociais novas, adaptação de costumes, novas regulações da conduta, novos horizontes. [...] O modo como se disseminaram os efeitos dessa mediação e de outras que lhe foram correlatas não foi linear, evolutivo, como se poderia pensar. Em diferentes pontos de sua espacialidade produziu combinações e consequências formalmente diversas entre si. (Martins, 2004: 9)

Dentre as transformações na vida cotidiana analisada por Martins (2009), a ferrovia trazia a temporalidade da reprodução ampliada do capital, a lógica da indústria moderna,

contrapondo-se à agricultura como se esta fosse sinônimo do antigo. Tais transformações, além de atingir a elite do café, acabaram incidindo na regulação do próprio trabalho geral.

O tempo e o espaço da ferrovia, a disciplina industrial que a regulava, impunham também a necessidade de inventar a sociedade dos trabalhadores. Porque o Brasil de meados do século XIX era um Brasil que sabia que a escravidão ia acabar. A cessação do tráfico negreiro dizia isso e a Lei de Terras criava um regime fundiário que pressupunha isso. Mas o escravo continuava ali, como necessidade econômica e como força de trabalho dominante. O trabalhador livre ia sendo gestado nos desencontros entre a economia e a política, nos debates políticos sobre o fim do cativo, na invenção de um trabalhador rural caracteristicamente brasileiro, sujeito a um regime de trabalho, o colonato, que seria o grande responsável pela contraditória combinação de trabalho camponês com acumulação não capitalista de capital. (Martins, 2004: 10)

De acordo com o que Martins propõe, a ferrovia de meados do século XIX consistia em um meio que exprimia em si as mudanças de seu tempo, principalmente no que se referia às relações sociais de produção. Assim, o estudo do desenvolvimento ferroviário auxilia-nos a entender também o momento da produção ao apontar para inúmeras questões, dentre as quais: os projetos ferroviários foram/são propostos para favorecer e, ao mesmo tempo, utilizar-se da produção de quais atividades e setores econômicos? Quais sujeitos sociais produzem as mercadorias passíveis de arcarem com o frete ferroviário? Seriam tais mercadorias produto de relações não capitalistas de produção, assim como no tempo do regime do colonato, escravista ou dos foreiros?

Ademais, a depender dos objetivos da pesquisa, a análise de documentos contratuais fundiários, além de entrevistas, poderia levar a evidências sobre o interesse prévio de capitalistas e proprietários, por vezes a mesma pessoa, na definição dos traçados, de modo a beneficiá-los com o potencial de auferir maior renda da terra diferencial I¹⁶⁷.

Os capitalistas, por exemplo, sabem que os terrenos melhor localizados, ou seja, aqueles mais próximos ao mercado e/ou que dispõem de vias mais eficientes para escoamento

¹⁶⁷ Temos profundo interesse por essa temática. Porém, o aprofundamento na pesquisa exigiria longos períodos de campo no Nordeste e levantamento documental, principalmente nos cartórios de imóvel, o que se tornou inviável do ponto de vista pessoal e também financeiro.

da produção, acabam empregando menos capital com o frete¹⁶⁸. Assim, a redução do preço de produção particular, em função da redução de gasto com o frete, pode compensar o fato de eventualmente possuir pior qualidade de solo por fertilidade natural ou, em caso contrário, beneficiar-se tanto da renda diferencial pela localização em relação ao mercado, quanto por dispor de transporte mais ágil e eventualmente mais barato e de menor risco.

Ao mesmo tempo, o rentista está interessado na renda capitalista da terra, na obtenção de dinheiro através do seu arrendamento ou venda. A existência da propriedade privada da terra, sob o capitalismo, faz com que a terra seja passível de especulação, que possa ser comprada e vendida conforme o interesse do proprietário, o qual tende a aproveitar a queda da taxa de juro do mercado financeiro para que haja aumento de preço.

A renda capitalista da terra pode ser obtida através do aluguel, do arrendamento (que são evidências de que ela existe) ou de uma só vez, pela venda da terra.

É por isso que o proprietário de terra é um personagem de dentro do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra. (Oliveira, 2007: 66)

Desse modo, a considerar a fusão em uma mesma pessoa do proprietário de terra e do capitalista, o capitalismo no Brasil adquiriu caráter essencialmente rentista (Oliveira, 2007; Martins, 2010). De acordo com o exposto nos dois capítulos anteriores, desde o início da colonização - momento, portanto, em que as relações de produção estavam centradas no trabalho escravo -, a terra passou a ser objeto de disputa. Até a Lei de Terras, também a quantidade de escravos, ou a dimensão do rebanho ou do engenho, dimensionavam e

¹⁶⁸ Isto porque, como retoma Oliveira (2007), a tendência é de redução do custo por quilometragem do frete conforme o aumento das distâncias. Cita um exemplo hipotético comparando três terrenos, os quais se distanciam 200, 1.000 e 2.700 quilômetros do mercado. O custo total com transporte é resultado da multiplicação da produtividade (saca por hectares), pela distância do mercado (quilômetro) e do frete (custo em dinheiro da saca por quilômetro rodado). Assim, se o custo do frete for o mesmo por quilômetro rodado, o custo total será alterado pela produtividade e distância ao mercado. Assim, um terreno naturalmente mais fértil e próximo ao mercado obterá maior renda diferencial total.

Por outro lado, se o custo de frete seguir a tendência de diminuir conforme a quantidade de quilômetro rodado aumente, ainda que os dois primeiros terrenos continuem gastando menos com frete, já que se localizam muito mais próximos ao mercado, sua renda diferencial será reduzida. Isto pois o preço de produção particular total do pior solo diminui, implicando também na redução do preço de produção da saca. Sendo referência geral o preço da saca do pior solo, , há redução do preço de produção geral de todos os demais terrenos.

revelavam perante a sociedade o poder da família, ratificando sua distinção perante as demais classes, para falarmos do Nordeste.

A partir da regulamentação da Lei de Terras, em 1854, a terra torna-se efetivamente mercadoria, sendo a sua aquisição condicionada à compra em dinheiro. É nesse período que se iniciam as construções das primeiras estradas de ferro no Brasil, e, por isso, o desenvolvimento ferroviário no Brasil já nasce como sendo também um desenvolvimento fundiário.

Para citar somente um exemplo, o processo de expansão da fronteira agrícola no noroeste paranaense, segundo Camargo (2010), foi caracterizado por sua face violenta em meio à abertura de vias de circulação e o loteamento das terras por parte de grandes empresas colonizadoras.

Para os posseiros ou comunidades inteiras que desconheciam a Lei ou não tiveram recursos para ganhar a titularidade da terra, a ameaça de sofrer expropriações e violência por parte dos jagunços das empreiteiras tornou-se constante. [...] tais empresas eram contratadas para abrir estradas, “colonizar” áreas visadas pelos governos, construir ferrovias. (Camargo, 2010: 45)

Fosse com intuito de assegurar a ocupação territorial, fosse pela demanda por acumulação e reprodução ampliada do capital, ou ainda pela combinação destas duas finalidades, novas vias foram sendo projetadas. Dentre os projetos ferroviários, somente a menor parte começou a ser construída, e nem todos os traçados previstos foram efetivamente concluídos.

No levantamento bibliográfico realizado inicialmente para esta pesquisa, verificamos que a maior parte da produção acadêmica concentra-se na área da Engenharia de Transporte, abarcando aspectos técnicos e de planejamento, voltados à otimização da circulação. Em geral, são pesquisas que pretendem tornar o transporte de mercadorias mais eficiente, alterando a relação espaço-tempo para que a reprodução ampliada do capital se realize a melhor contento dos capitalistas envolvidos¹⁶⁹.

É possível também localizarmos a temática das ferrovias nos debates atuais sobre as grandes obras fomentadas no território brasileiro, já que a maior parte destas relaciona-se com

¹⁶⁹ Para exemplificar, podem ser citadas as pesquisas de pós-graduação em Engenharia dos Transportes de Telmo G. de Porto (1992) e Pedro V. de Camargo (2010).

incentivos ou recursos dos governos federais, como os investimentos alocados pelos Programas de Aceleração do Crescimento - PAC 1 e 2, e pelo Programa da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA¹⁷⁰.

Na Geografia, a discussão sobre grandes obras vem se inserindo em diversas áreas, cada qual com suas especificidades: Geografia Regional, Agrária, Urbana e Econômica. A temática das ferrovias aparece principalmente nas pesquisas e orientações conduzidas por Ricardo Abid Castillo – Unicamp, e Márcio Rogério Silveira – UFSC.¹⁷¹ Tais referências, apesar de também compreenderem o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista como contraditório, seguem outras perspectivas teóricas e se inserem nas áreas de concentração da Geografia Econômica, dos Transportes, e de Logística e Desenvolvimento Regional.

Castillo, por exemplo, utiliza-se do conceito de meio técnico-científico e informacional de Milton Santos para conduzir seus projetos de pesquisa voltados ao estudo das regiões competitivas agrícolas no território brasileiro, dando atenção à logística e ao transporte. Dentre os integrantes de seus projetos está Vitor Vencovsky (2006; 2011), que estudou o transporte ferroviário de produtos do agronegócio voltados à exportação.

Márcio Rogério Silveira, por sua vez, coordena o Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestrutura – GEDRI, e realiza a leitura da realidade a partir dos ciclos de acumulação capitalista, conforme a perspectiva de Ignacio Rangel (Silveira, 2003; 2006; 2012).

Estas duas perspectivas apontam que o desenvolvimento ferroviário, ao contribuir para os processos de industrialização do campo e avanço da lógica capitalista, proporcionará a alteração profunda das relações de produção e de trabalho atualmente presentes no campo. Trata-se de interpretações que compreendem que a modernização do campo se dá a partir da

¹⁷⁰ A exemplo da dissertação de Fici (2007), orientada por Armen Mamigonian, sobre a expansão ferroviária para o Centro Oeste a partir de recursos do PAC.

¹⁷¹ Foram realizadas buscas bibliográficas, pessoalmente, na Universidade de São Paulo - USP e na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e foram também realizadas buscas nos sistemas digitais na Unicamp, Universidade Federal do Ceará – UFCE e Universidade Federal do Piauí – UFPI. Além de Castillo, numa abordagem de desenvolvimento regional, foi localizada a Prof. Dr^a Ana Cristina de Almeida Fernandes da UFPE, que iniciou orientação em 2012 de um doutorado intitulado “O Papel da Integração da Logística de Transporte Ferroviário e Marítimo-Portuário na Geografia Econômica do Nordeste”.

eliminação das relações não capitalistas de produção, já que estas seriam resíduos em vias de extinção, distinguindo-se, portanto, do nosso posicionamento teórico.

Assim, no subcapítulo 4.1 – Breve histórico e abordagens do desenvolvimento ferroviário no Brasil –, buscamos tratar da relação entre desenvolvimento ferroviário e desenvolvimento capitalista a partir de uma análise crítica do pensamento rangeliano, conforme as contribuições de José de Souza Martins (2004 e 2010). Para melhor entendimento do processo histórico, recorremos a Charles Morazé (1965), o qual aborda as transformações no mundo entre 1780 e 1895, assim como a Olímpio Galvão (1996), que contextualiza as proposições de integração regional no Brasil por meio de novas vias de circulação¹⁷². Ademais, também Pierre Monbeig incitou-nos discussões ao tratar das ferrovias paulistas e da frente pioneira da cafeicultura.

Doravante, na contextualização e problematização do desenvolvimento ferroviário no Brasil, o segundo subitem, ‘4.2 – Das primeiras ferrovias no Nordeste à formação da malha nordestina e sua concessão à CFN, tratamos da formação da Malha Nordeste e da alternância entre os períodos de controle estatal e privado. Para tanto, o estudo realizado por Estevão Pinto (1949) sobre a companhia inglesa The Great Western os Brazil Railway, que deteve por mais de seis décadas a concessão de grande parte da malha ferroviária no Nordeste¹⁷³, tornou-se material relevante a esta pesquisa.

Ao final do capítulo, chega-se à concessão da Malha Nordeste à Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, atual Transnordestina Logística S.A., e à realização, ainda em curso, do antigo projeto de “integração regional” a partir da Ferrovia Nova Transnordestina. Finalmente, então, o terceiro e último subcapítulo traz as questões pertinentes ao início das obras em Ouricuri e à maneira como a fragmentação das terras extrapola o entendimento, por parte dos governos e empreendedores, de que a ferrovia constitui somente um obstáculo físico.

¹⁷² Há ainda outras referências, as quais se contrapõem às perspectivas desenvolvimentistas apresentadas por Silveira e que criticam o planejamento e desenvolvimento regional, como, por exemplo, o economista e sociólogo Carlos Bernardo Vainer. Vainer vem desenvolvendo pesquisas desde 1980 sobre os conflitos atrelados aos grandes projetos, com ênfase nas barragens hidrelétricas (Vainer, 1990). Para esta pesquisa, contudo, não foi possível incorporar seus trabalhos.

¹⁷³ Pinto (1949) utilizou principalmente fontes primárias consultando relatórios periódicos dos “chefes de divisão” e dos “engenheiros residentes” enviados a Londres, também os mapas do arquivo da companhia, além de documentos na biblioteca do Departamento Nacional de Estradas-de-Ferro em Recife.

4.1. Breve histórico e abordagens do desenvolvimento ferroviário no Brasil

O desenvolvimento ferroviário, resultante das inovações tecnológicas que caracterizaram tanto a primeira quanto a segunda “revolução industrial” iniciadas na Europa ocidental, foi fruto das necessidades impostas pelo avanço do capital comercial e industrial. O aumento da produção e da produtividade se fez simultaneamente às adequações nos meios de transporte de mercadorias e pessoas, propiciando o acesso a diversificados mercados consumidores, através da circulação. Ademais, junto com a navegação marítima, as ferrovias foram essenciais para os fluxos migratórios e para o trânsito de imigrantes entre as metrópoles e suas colônias.

Até meados do século passado, qualquer via de circulação se constituía também necessariamente em via de comunicação e vice-versa. Ambas precisavam de estruturas visíveis, cujo controle era disputado por auferir poder sem igual, pois remetia à capacidade de domínio territorial. A partir do desenvolvimento tecnológico, porém, a comunicação passou a ser dotada de característica particular, constituindo-se inclusive na invisibilidade propiciada pela informatização, alterando a relação espaço-tempo. As vias de circulação, por outro lado, ao transportar pessoas e mercadorias, são necessariamente visíveis.

O estudo do desenvolvimento ferroviário no mundo nos mostra que, se a proposição de construção de novas ferrovias dependia da conjuntura vivenciada por cada país em meio ao avanço do capitalismo, a efetiva construção e o funcionamento das estradas de ferro dependiam do próprio Estado, interessado em ampliar as redes de comunicação e circulação de mercadorias, pensando nestas como vias estratégicas de circulação de bens de guerra, mas também dependiam fundamentalmente das sociedades de ações organizadas para atuar nas vias férreas de circulação, como acompanhou e analisou Karl Marx:

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com

isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. (Marx, 1985, I. I, t. 2, cap. 23: 198¹⁷⁴ *apud*. Boechat, 2014: 158)

Na Europa, o desenvolvimento ferroviário também pretendeu alterar a relação espaço -tempo. Contudo, por ter sido lócus do início da revolução industrial, os portos ingleses tinham importante função de recepção das matérias-primas obtidas em diversos locais do mundo, para então processá-las em suas indústrias. Além de as estradas de ferro cumprir essa função de fazer circular as matérias-primas que eram importadas, serviam, também, como via de transporte de minérios e demais insumos existentes em seu próprio território.

Não somente a Inglaterra, cuja primeira estrada de ferro foi inaugurada em 1825 unindo Stockon a Darlington (Morazé, 1965), mas toda a Europa passou por intenso desenvolvimento das vias de comunicação¹⁷⁵, priorizando a construção de ferrovias, conforme a análise comparada da representação cartográfica em três momentos do século XIX (Figura 3).

¹⁷⁴ Marx, Karl. O Capital – crítica da Economia Política. Livros 1. São Paulo, Nova Cultural (Série — Os economistas!), 1985.

¹⁷⁵ Nesse período, também a rede de telégrafo era considerada estratégica para as relações econômicas nacionais e internacionais, principalmente pelos aspectos políticos e o estado latente de guerra.

Figura 3 – Estradas de ferro na Europa em três momentos (1840, 1850, 1880)

Malha Ferroviária, Europa (1840)

Malha Ferroviária, Europa (1850)

Malha Ferroviária, Europa (1880)

Fonte: Morazé, 1965: 252-253.

Afora serem utilizadas como meio de circulação de mercadorias, as ferrovias na Europa tornaram-se necessárias também para o transporte de passageiros e circulação das mercadorias, transformadas nas indústrias, pelo mercado consumidor também nascente na própria Europa. Em relação aos passageiros, tratava-se de trânsito interno no continente, em que aqueles despidos de seus meios de produção, expropriados de suas terras, buscavam se tornar trabalhadores livres e assalariados. O mapa de 1880 nos mostra as ferrovias interligando-se entre si e de forma ainda mais intensa também com as hidrovias, mostrando um quadro completamente diferente do padrão de quarenta anos antes.

A expansão da malha ferroviária na Europa deveu-se à conjuntura vivenciada pelos países durante a chamada segunda revolução industrial, isto é, às demandas vinculadas à reprodução ampliada do capital. Ela estava também associada à disputa e combinação de poder entre capitalistas, através dos industriais e das companhias ferroviárias, e os Estados. Estes, cujas fronteiras nacionais ainda passariam por profundas mudanças, estavam construindo uma concepção de desenvolvimento nacional ou mesmo de nação. A construção de estradas de ferro em seus territórios resulta, portanto, de combinações diversas entre recursos privados das companhias, e públicos dos Estados, como explícito na citação abaixo.

Dissemos que a crise de 1848 era, no continente, a consequência da insuficiência de equipamento capitalista, da fraqueza das estruturas bancárias. A partir de 1850 esta insuficiência é vencida. E por isso o equipamento ferroviário pode, depois de alguns meses de estagnação, prosseguir a sua bela e vitoriosa carreira. [...]

Capitalismo e vias férreas progrediram paralelamente. Todavia, as relações entre o Estado e as empresas ferroviárias não são aquelas que poderíamos deduzir logicamente das diversas estruturas do crédito que observámos. De novo assistimos, no que diz respeito aos caminhos de ferro, a esta geografia política da Europa de 1780 que vai do liberalismo inglês ao estatismo oriental, estrutura na qual a França desempenha o papel de dobradiça. Porque, se em Inglaterra as companhias são livres e reguladas pelo jogo da concorrência, em França constata-se um curioso regime: as companhias são livres mas procuram a ajuda do Estado que só a concede impondo o seu contrôlo; regulamentos imperiais presidiram à fusão de numerosíssimas companhias particulares em grandes redes, que, praticamente evitavam a concorrência entre si. Na realidade, o pedido de auxílio das companhias francesas ao Estado parece ter sido consolidado pela necessidade econômica e sempre pela dificuldade de obter largos créditos. Na Alemanha acontece de maneira diferente. O governo prussiano interessa-se pelos caminhos de ferro por razões militares e

constrói linhas estratégicas; interessa-se também por razões políticas e por isso compra as redes do Hannover, de Hessel-Kassel e de Hessel-Nassau. Os Estados do Sul iam procurar um porto livre no Reno internacional, a Prússia reúne o tráfego renano, tornando vãos os esforços do rei da Baviera para defender a sua própria rede. As companhias particulares, que pelo menos até cerca de 1880 parecem ter feito bons negócios, sendo a sua quilometragem então três vezes mais comprida do que a do Estado prussiano, serão em breve compradas pelo Estado alemão. (Morazé, 1965: 251; 254, grifos nossos).

Assim, segundo Morazé (1965), a partir de 1850 a propulsão aconteceu, de um lado, pela estruturação e disposição do setor bancário em associar-se às companhias - principalmente particulares -, na construção das linhas férreas; e, de outro, pelo posicionamento dos estados onde tais vias seriam alocadas, ainda que divergentes entre si, inclusive quanto ao papel e controle das novas vias de circulação e, portanto, via de comunicação.

Nesse sentido, Martins (2004) traz uma análise interessante quanto às relações de poder e dominação entre as classes sociais mediadas pela ferrovia. Para o autor, a ferrovia em São Paulo representou não somente uma geografia da economia do café, mas uma geografia do poder. Fora usada na revolta dos escravos da Fazenda São Caetano em 1863¹⁷⁶, na revolta dos colonos de São Caetano em 1878¹⁷⁷ e também na revolução de 1924, momento em que a Estação da Luz foi ocupada pelos revoltosos. As estradas de ferro traziam consigo também o temor pelos desdobramentos do mundo criado pelo capital moderno e pela máquina.

¹⁷⁶ “A ferrovia fazia imaginar, como sugere Júlio Ribeiro. Estabelecia o marco desse imaginário, que não era dela. Imaginário que vinha das transformações no mundo da fazenda, que rompiam e redefiniam a polarização de senhores e escravos, de casa-grande e senzala, para dar lugar à nova polarização de fazendeiros e colonos, de sede e colônia. De certo modo, a mediação reordenadora da ferrovia e do que ela representava com sua nova lógica do trabalho livre e da reprodução ampliada do capital se expressou em episódios de insurgência, de descontentamento, de desconforto. Como na revolta dos escravos da Fazenda de São Caetano, em 1863, no mesmo momento em que a ferrovia estava sendo implantada, seus trilhos correndo praticamente ao lado, a poucos metros, da secular casa-grande e das senzalas. A fazenda era uma fazenda industrial, produzia louça, telhas, tijolos consumidos em São Paulo. Os cativos eram escravos-operários. Não queriam mais trabalhar na fábrica dos monges de São Bento” (Martins, 2004: 12).

¹⁷⁷ “Quando da revolta dos colonos em 1878, no Núcleo Colonial de São Caetano, ela agilizou a ordem contra o progresso das justas reivindicações sociais do homem livre, transportou as tropas da repressão, que rapidamente foram levadas para a proximidade da colônia, reduziu o tempo da desordem e suas implicações, abreviou o alcance das demandas sociais, circunscreveu o descontentamento. Instituíam-se o tempo da ordem e se abreviava o tempo da desordem” (Martins, 2004: 11).

A alta densidade das ferrovias na Europa antes mesmo do final do século XIX é, portanto, reveladora de como o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz pautado no desenvolvimento desigual e combinado entre regiões e países. Desde este momento havia diferenças cruciais em relação ao desenvolvimento ferroviário que ocorria contemporaneamente no Brasil.

De forma geral, as colônias da América Latina, incluindo o Brasil, tornaram-se dependentes dos interesses das companhias inglesas, dos bancos estrangeiros e dos fazendeiros e capitalistas envolvidos na produção de café, açúcar, algodão, cacau, entre outros produtos exportáveis e atrelados à economia já mundializada.

Do mesmo modo, desde as primeiras obras ferroviárias, praticamente todo o conjunto tecnológico, equipamentos e maquinários teve que ser importado, diferenciando-se, por exemplo, de outra ex-colônia, os Estados Unidos, em cujo território eram produzidas locomotivas desde o ano de 1834 (Morazé, 1965).

No Brasil, as primeiras construções e operações de trechos ferroviários tiveram como mote o transporte dos produtos de oeste para leste, do interior para o litoral, ou seja, da área produtiva para os portos, visando exportá-los.

As primeiras leis referentes à construção de ferrovias datam de 1835, somente dez anos depois da inauguração da primeira estrada de ferro inglesa. O início da operação da primeira ferrovia no Brasil, contudo, veio a ocorrer somente em 1854, quando a Grã-Bretanha já possuía 10.500 km de linhas férreas e mesmo a Itália, com menor malha ferroviária dentre as maiores potências europeias, já alcançava os 500 km (Galvão, 1996).

Localizada no Rio de Janeiro e possuindo 14,50 km de extensão, a primeira ferrovia chamava-se Estrada de Ferro Petrópolis. Os recursos empregados foram de capital privado, no caso nacional, do Barão de Mauá¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi um empresário que havia conseguido, em 1852, a concessão por parte do Governo Imperial para a construção desta ferrovia que, mais tarde, passou a se chamar Estrada de Ferro Mauá. O trajeto alvo da concessão ligava o Porto da Estrela na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro à Raiz da Serra, na serra carioca (DNIT, 2013). Assim, o primeiro trecho construído possibilitou uma via de circulação intermodal, interligando o transporte marítimo que chegava na Baía de Guanabara ao transporte ferroviário, por sua vez dependente de estradas de terra para o

O Estado, articulando instâncias imperiais e provinciais, aprovou em 1852 a Lei Ferroviária no intuito de atrair investimentos estrangeiros¹⁷⁹. Diferentemente de outras tentativas anteriores, esta lei ampliava para noventa anos a concessão, proibia uso de trabalho escravo e concedia uma “zona privilegiada” de aproximadamente 30 quilômetros, a cada lado, em que o Império se comprometia a não autorizar outra construção férrea, reduzindo concorrência.

Ao longo da segunda metade do século XIX, foram elaborados diversos e sucessivos planos de viação com ênfase na expansão das vias férreas¹⁸⁰. Ao analisar tais planos, Galvão (1996) afirma que os mesmos se justificavam pela necessidade de rompimento do isolamento das diversas partes do território brasileiro, extraindo alguns trechos reveladores:

"Franquear os tesouros ocultos no coração do Brasil aos povos de todas as nações do globo; disseminar a civilização pelo interior de nosso país; economizar o tempo gasto em percorrer as distâncias, de harmonia com os altos interesses políticos e estratégicos", e a percepção de que "a grandeza deste país está, antes de tudo, na integridade de seu território" eram, nas palavras do engenheiro Ramos de Queiroz, em memória anexa ao seu plano ferroviário apresentado ao Senado brasileiro no ano de 1882. (Brasil¹⁸¹, 1974: 47-48 *apud* Galvão, 1996: 190)

Consideramos progressistas as colocações de Antônio Rebouças, responsável pelo Plano Rebouças de 1874 para o Brasil, ao argumentar que a implantação das estradas de ferro no Brasil deveria constar como uma política de Estado, objetivando a divisão das terras e incentivo à produção a ser escoada pelas ferrovias.

transporte dos produtos. Sua operação requereu, porém, a criação da empresa Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis.

¹⁷⁹ Lei nº 641 de 26 de junho de 1852.

¹⁸⁰ “O advento da era ferroviária, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, e, principalmente, o reconhecimento dos enormes impactos desenvolvimentistas das ferrovias nos países de colonização recente, como os Estados Unidos da América, fizeram com que esta modalidade de transporte passasse a receber prioridade dos engenheiros de transporte, de sorte que todos os planos apresentados entre o período de 1870 até 1930 foram essencialmente ferroviários. Dentre os mais notáveis desses planos, vale mencionar os de Rebouças (1874), Ramos de Queiroz (1874 e 1886), Bicalho (1881), Bulhões (1882), Rodrigo da Silva (1886), o da Comissão da República (1890), o da Viação Férrea (1912) e o de Paulo de Frontin (1927)” (Galvão, 1996: 189-190).

¹⁸¹ Brasil. Ministério dos Transportes Planos de viação: evolução histórica, 1808-1973. Rio de Janeiro: 1974.

A experiência de quase um século que hoje temos com os caminhos de ferro e [com o desenvolvimento de] seus terrenos marginais, ensinam-nos a não esperar mais pelos seus efeitos indiretos mas sim promover energicamente a subdivisão [da terra] em lotes, a abertura de caminhos vicinais, a venda [de terra] em leilões e o estabelecimento de pequenos proprietários rurais em toda a zona servida pela via férrea. (Rebouças, 1938¹⁸²: 414 *apud* Galvão, 1996: 193)

O Plano Rebouças se pautava na experiência dos Estados Unidos, onde o desenvolvimento ferroviário ocorreu associado com diversas políticas de favorecimento de acesso a pequenas parcelas de terra¹⁸³. Diferentemente do processo ocorrido no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX nos Estados Unidos as companhias ferroviárias receberam do Estado terras devolutas como forma de pagamento e tinham a obrigação de vendê-las em lotes a pequenos agricultores. Passadas algumas décadas e uma guerra civil, o Estado determinou a distribuição gratuita de terras e milhões de pequenos hectares passaram a ser ocupados, além de beneficiarem-se também das vias de circulação já existentes.

Para o Brasil, Rebouças propunha que a empresa de caminho de ferro fosse também uma empresa territorial. Na sua compreensão, os problemas brasileiros tinham raízes na problemática da questão do acesso a terra, cuja concentração e improdutividade inviabilizavam economicamente o transporte de pessoas ou mercadorias por meio das ferrovias. Dizia em seu plano:

[...] o caminho de ferro, por si só, não resolve a momentosa (sic) questão da terra. A despeito da locomotiva, a terra inculta, o baldio, o latifúndio, continua sua obra atroz de esterilização, de barbaria, de deserto e de miséria [...] os grandes senhores territoriais — os *landlords* — são fatalmente inimigos dos caminhos de ferro. (Rebouças, 1938: 414-15 *apud* Galvão, 1996: 195)

Por isso propunha:

¹⁸² Rebouças, Antônio. Diário e notas autobiográficas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

¹⁸³ Neste sentido, Oliveira (2007: 28-29) relata que “Esse processo de abertura do acesso à terra teve início com uma lei de 1820 que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32,3736 hectares) ao preço de US\$ 1,25 por acre (4 047 m²). Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim, em 1862, foi assinado o *Homestead Act*, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160 acres (64,7472 ha). Na origem, estas foram as condições concretas para o nascimento dos *farmers* americanos, camponeses produtores de mercadorias.” O *Homestead Act* é resultado da guerra civil ocorrida entre 1861-1865, a qual se constituiu uma revolução antiescravista e levou à distribuição gratuita de terra para pequenos proprietários.

- i) compra e desapropriação, por lei, de todas as terras não cultivadas situadas nas margens das ferrovias;
- ii) divisão dessas terras em pequenos lotes;
- iii) abertura de estradas vicinais, com vistas a promover a articulação dos lotes de terra com as estações ferroviárias próximas; e
- iv) venda de terras em leilões públicos, a preços acessíveis, tanto a colonos nacionais quanto a imigrantes estrangeiros, durante o período em que eram construídas as ferrovias (Rebouças, 1938¹⁸⁴: 414-415 *apud* Galvão, 1996: 194)

O aspecto da rentabilidade econômica das ferrovias era preocupação comum em todos os planos entregues ao governo. De fato, consistia assunto prioritário às companhias envolvidas na construção e operação das ferrovias. Inclusive, por isso, a maioria das poucas centenas de quilômetros de trilhos construídos envolvia as áreas produtoras de café, na época o principal produto de exportação no Brasil. Assim, foram também inaugurados trechos que interligavam o interior paulista ao Porto de Santos, disseminando mudanças drásticas na relação tempo-espaço vivenciada em meados do século XIX.

Essa lentidão foi abalada na década de 60 do século XIX quando, com surpreendente rapidez, a ferrovia saindo do porto de Santos galgou quase de supetão a serra íngreme do mar e inundou o planalto com seu tempo próprio, sua velocidade, sua nova espacialidade, a nova mentalidade que disseminava, a da pressa, a do chegar logo, a do não ter tempo, a de estar no mesmo dia em dois lugares antes separados por dias de cavalgada. O moderno que se arrastava ocultamente se tornou visível, máquina a vapor, equipamento, alterações no espaço, outra linguagem, outro modo de ver e ver-se. Tornou-se de fato o que já era sem poder ser: o tempo regulado pelo custo e pelo lucro. O homem deixava de ser o condutor da tropa para ser conduzido como tropa. (Martins, 2004: 8)

A frente pioneira seguia em busca das terras com melhor fertilidade natural. Diante da escassez de terra roxa e decadência de outras áreas por desgaste do solo, a expansão de novos trechos ferroviários apresentava-se como uma possibilidade de redução dos custos do frete incidindo sobre o preço de produção particular.

[...] Expansão aquela da cafeicultura, em linhas gerais, primeiro no rumo ao sul em direção à capital paulista e depois rumo a oeste em direção a Campinas, para então seguir para o Planalto Ocidental paulista, em diversas direções, e, por fim, para o sudoeste adentrando o Paraná, sempre em busca das melhores terras (e exaurindo as já

¹⁸⁴ Rebouças, Antônio. Diário e notas autobiográficas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

utilizadas) e estimulando e sendo estimulada pela expansão das linhas das companhias ferroviárias e pelas políticas de suprimento de mão de obra, por assim dizer. (Boechat, 2014: 18)

Nesse momento, por volta de 1870, a malha ferroviária no Brasil Imperial ainda era diminuta, com apenas 732 km de extensão de trilhos. Nessa época, conforme mostrou a ‘Figura 3 – Estradas de ferro na Europa em três momentos (1840, 1850, 1880) praticamente a totalidade do território europeu era envolvida por ferrovias, assim como o território dos Estados Unidos, ex-colônia inglesa, o qual detinha extensa malha, com cerca de 50 mil km (Galvão, 1996).

Nesse contexto, diversas companhias foram criadas para a construção e controle de operação das ferrovias. Até 1930, haviam sido construídas 18 ferrovias, incluindo trechos inferiores a 100 km que funcionavam como ramais para o transporte de carga aos principais eixos. Dentre tais companhias estavam: Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II¹⁸⁵ (1855), Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868), Companhia Ituana de Estradas de Ferro (1870), Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1875) e Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro (1875) (Silveira, 2003; Vasquez, 2008).

A maior parte da composição destas companhias referia-se a capitais ingleses, como também ingleses eram os engenheiros e grande parte dos operários que trabalharam nas obras ferroviárias. Foram atraídos pelas garantias da Lei Ferroviária de 1852, e parte de seu capital foi requerido por sociedade de ações de fazendeiros paulistas, próximos à Campinas, os quais se uniram para compor as companhias ferroviárias.

Assim, de algum modo sustentado pelo Estado e viabilizado pelo capital inglês, os cafeicultores conseguiram extravasar o momento da produção, atuando e se beneficiando, também, do momento da circulação no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital. Reproduziram, ao menos no formato, a união dos capitalistas ingleses em sociedades por ações, cuja constituição do sistema de crédito foi decisiva para dar impulso ao que viria a constituir como a extensa malha ferroviária inglesa.

¹⁸⁵ Tornou-se uma das principais ferrovias por interligar Rio de Janeiro e São Paulo, tendo seu nome sido alterado para Estrada de Ferro Central do Brasil em 1889.

É indiscutível, também, que o Estado brasileiro, ao conceder garantia de juros aos investimentos externos em ferrovias, assegurando ao capital estrangeiro rentabilidade certa em longo prazo, desempenhou um papel essencial. Em suma, o entrelaçamento do capital mercantil nacional com o capital financeiro inglês, tornado possível e estimulado pelo Estado, começa por explicar o extraordinário surto ferroviário da segunda metade dos 60. (Mello¹⁸⁶, 1982: 80-81 *apud* Boechat, 2014: 158)

A partir de tal “entrelaçamento”, a definição do traçado geralmente atendia aos interesses dos capitalistas e rentistas associados, bem como dos capitalistas da agricultura e proprietários de terra, que frequentemente eram a mesma pessoa¹⁸⁷. Monbeig (1998, *apud* Boechat, 2014) relata o fato do direcionamento dos novos trechos ferroviários apontar exatamente para a localização das terras previamente adquiridas pelos diretores das companhias em questão.

Quanto às estradas de ferro, Monbeig observa um processo de expansão regulado pela garantia da ocupação das terras ser suficiente para gerar bons fretes, no que aponta uma falta de planejamento³⁶ e, sobretudo, uma determinação dos traçados segundo os interesses particulares³⁷. Resta lembrar que essas companhias estavam também em formação e que eram, em geral, sociedades de ações dos próprios cafeicultores. (Boechat, 2014: 56, grifos nossos)

³⁶ “O desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café” (Monbeig, 1998; 175, grifos nossos)

³⁷ “As novas linhas são as ferrovias do café. Seu traçado, por vezes tão caprichoso, que mais tarde será necessário corrigir ou suportar de qualquer forma, dependeu da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café”. (Monbeig, 1998; 176, grifos nossos)

Na citação acima fica explícito que a direção dos traçados buscava atender aos interesses dos cafeicultores e capitalistas vinculados. Ademais, há estudos que mostram como os “diretores das companhias ferroviárias eram, ao mesmo tempo, fazendeiros e,

¹⁸⁶ Mello, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio – contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1982.

¹⁸⁷ Caracterizou-se como prática desde então a disputa no âmbito político e econômico para que o traçado beneficiasse determinadas terras. Por outro lado, Galvão (1996) relata que houve também resistência por parte da elite agrária que considerava demasiadamente elevados os custos atrelados às estradas de ferro. Ademais, parte desta elite, coloca (Galvão, 1996), sentia-se ameaçada pela futura ferrovia no que tangia ao domínio territorial, social e político local.

muitos deles, deputados e senadores, e mesmo coronéis” (Perissimoto, 1999¹⁸⁸ *apud* Boechat, 2014: 161).

Logo, ainda que o mote principal tenha sido o interesse na movimentação de pessoas e mercadorias de modo a gerar receita que mantivesse o funcionamento e superávit da receita destas vias férreas, também Monbeig (1998 *apud* Boechat, 2014), Martins (2010) e Boechat (2014) apontam para os interesses fundiários contidos na expansão ferroviária.

A formação de novas fazendas de café ocorreu de forma contraditória e combinada com a criação de grandes empresas colonizadoras particulares. Estas, adquiriam terras, griladas ou compradas, e se envolviam em projetos de infraestrutura de ferrovias, rodovias ou mesmo cidades, passando a comercializar os lotes com proprietários que passaram a ser chamados de “sitiantes”.

No caso do estado de São Paulo, diferentemente das companhias Paulista e Mogiana, as quais implantaram ferrovias que acessaram áreas de produção de café já consolidadas, as companhias ferroviárias Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste instalaram ferrovias em áreas de expansão, combinando a formação de novas fazendas de café e projetos de colonização. Neste caso, a inauguração das últimas estações, as mais distantes, bem como o plantio dos cafezais nas áreas circunscritas pela ferrovia, deram-se próximos à crise de 1929. Assim, a queda do preço do café foi em parte minimizada pela redução do frete e pela fertilidade ainda alta nas terras novas. De forma semelhante, a instalação das ferrovias pelas Companhias Mogiana e Paulista decerto contribuiu para que tais regiões conseguissem adotar novas culturas, como a laranja e algodão, após a queda de produção e preço do café¹⁸⁹.

¹⁸⁸ PERISSIMOTO, Renato Monseff. Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930). São Paulo, FAPESP; Campinas, Annablume, 1999.

¹⁸⁹ Independentemente se as ferrovias vieram antes ou depois dos cafezais, Monbeig (1998) considerava que as vias de circulação e comunicação definidas pelas ferrovias detinham tamanha importância que eram as companhias ferroviárias através de suas zonas tributárias que acabavam por delimitar as regiões, as quais acabavam caracterizando-se mais como regiões ferroviárias do que como regiões econômicas ou geográficas, conforme segue na citação adiante. “Terra sem passado, não viu a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apóia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras. Criam os trilhos a unidade, porque asseguram o escoamento da produção e porque o sucesso individual, tanto quanto o das empresas colonizadoras, depende da expedição fácil, contínua e regular dessa produção. A distância é sempre inimiga do pioneiro:

A crise de 1929 impactou diretamente a movimentação de mercadoria nas ferrovias brasileiras e, especialmente, nas paulistas. Contudo, importante ressaltar que a situação financeira das companhias ferroviárias já se encontrava crítica antes mesmo da virada do século¹⁹⁰. Para o governo, o transporte ferroviário começava a se tornar um problema também financeiro, visto que grande parte dos contratos previa garantias de pagamento de juros em ouro¹⁹¹.

Até o governo Getúlio Vargas, em 1930, a configuração do setor era formada por sociedades de ações constituídas por capitais nacional e, majoritariamente, estrangeiro, com destaque à atuação do inglês Percival Farquhar, o qual teria monopolizado o transporte ferroviário, chegando a controlar cerca de 40% de toda a malha brasileira até meados do século XX (Silveira, 2003). No entendimento do autor, o fato deste modal de transporte ser efetivamente controlado por interesses privados revelava a ausência de políticas de integração nacional, fossem elas voltadas ao transporte de pessoas ou de mercadorias. Os interesses eram particulares e, assim, dissociados de pretensão desenvolvimentista regional ou nacional¹⁹².

pesa sobre a economia dele, aumentando-lhe os preços de custo e diminuindo os de venda. Como ele avança sempre mais para oeste e sudoeste, cresce incessantemente a distância entre o seu desbravamento e os grandes centros consumidores e exportadores da região atlântica. Malgrado o desenvolvimento dos transportes rodoviários e a despeito da circulação aérea, de que se vale uma minoria de plantadores e ricos comerciantes, ainda é o trem o melhor auxiliar do pioneiro. Mede-se o valor de um espigão menos em função do seu solo e dos seus desbravadores, que em função da qualidade de sua ferrovia. [...] Até hoje é mais exato falar de regiões ferroviárias, que de regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira” (Monbeig, 1998: 385 *apud* Boechat, 2014: 65). É na perspectiva do papel das cidades e das vias de comunicação que Monbeig desenvolve sua tese de que as regiões do Estado de São Paulo teriam sido fundadas sobre redes ferroviárias.

¹⁹⁰ Outras, como a Estrada de Ferro D. Pedro II, já tinham seus custos cobertos pelo Governo desde o período Imperial, visto que o dinheiro proveniente do café não mais estava sendo destinado à ampliação e à manutenção das ferrovias (Cano, 1977: 24 *apud* Silveira, 2006).

¹⁹¹ Essa era a configuração geral das companhias ferroviárias. Galvão (1996), contudo, levanta que algumas delas chegavam a apresentar lucro, porém também ressalta as dificuldades financeiras: “Nas suas mensagens anuais à Nação, os primeiros presidentes republicanos [presidentes Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca], apesar de continuarem tratando as ferrovias como assunto da mais alta prioridade, lamentavam que a União tivesse de despendar quantias apreciáveis de recursos do Tesouro para a cobertura dos déficits do setor ferroviário (Brasil, 1978: *apud* Galvão, 1996: 192).

¹⁹² A perspectiva privada e sem propostas de integração pode ser percebida pela configuração da malha ferroviária. Nas regiões Sudeste e Norte o eixo de traçado prevalecente foi: “região produtora-porto-beneficiamento no exterior-mercado consumidor”. No caso da cana-de-açúcar foi: “região produtora-beneficiamento-porto-mercado consumidor”. Esta lógica segue o que Silveira (2003; 2006) denomina “risco de giz no território”, diferenciando da lógica “teia de aranha” existente na região sul do Brasil. Esta última caracteriza-se por uma linha-tronco da qual saem ramais, ligando diretamente ‘região produtora-

Em relação aos transportes, o Brasil estava totalmente despreparado, devido, sobretudo, à ocupação dispersa do seu território e à distância entre as regiões produtoras e os portos. A construção de uma rede integrada de transportes era difícil, além de antieconômica. A solução foi ligar por ferrovias e os portos aos centros interioranos próximos, como já havia sido feito com os caminhos primitivos. (Silveira, 2003: 81)

Ainda que os estudos de Silveira (2003; 2006) contribuam para a coleta de dados sobre a história das ferrovias no Brasil, a sua perspectiva nacional-desenvolvimentista acaba reproduzindo um entendimento com o qual discordamos, pois ele positiva de antemão o Estado e o planejamento¹⁹³. Neste sentido, o problema aparece como meramente político-econômico, por meio da forma como o Estado conduziu e conduz a questão, ao invés de ser compreendido na sua contradição.

Outra característica era sua malha descentralizada, decorrente principalmente do direcionamento dos traçados segundo os interesses privados, os mais diversos, conforme vimos anteriormente. Ademais, o reduzido tamanho da malha refletia a lentidão das obras ferroviárias, o alto custo construtivo e, por vezes, a movimentação de mercadorias aquém do previsto para o equilíbrio financeiro das companhias, levaram o governo já em 1920 a demandar estudos voltados à “integração nacional” através de vias de circulação rodoviária¹⁹⁴.

mercado consumidor’. A “teia de aranha” utiliza, em geral, a multimodalidade via modal rodoviário, sem necessariamente conectar a estrada de ferro a portos ou demais eixos ferroviários.

¹⁹³ Em seu trabalho de doutorado, Silveira (2003) analisa o desenvolvimento ferroviário de acordo com as etapas de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e a formação socioespacial a partir dos aportes da geografia econômica, concentrando-se no período histórico posterior a 1930. Neste estudo, após tecer considerações sobre o papel do desenvolvimento ferroviário ao redor do mundo, o autor foca a América Latina e, posteriormente, o Brasil, tomando, por fim, o estado de Santa Catarina como estudo de caso. Suas análises utilizam os ciclos de acumulação de Kondratieff e Juglarianos brasileiros para a interpretação do desenvolvimento econômico. Identifica, assim, que a construção e a manutenção de ferrovias estiveram diretamente associadas às demandas produtivas das regiões “geoeconômicas”, como denomina, pouco conectadas tanto em termos populacionais quanto economicamente. As ferrovias, segundo sua argumentação, constituíram-se em um importante elemento para o estabelecimento de fronteiras, povoamento e ao próprio desenvolvimento urbano de tais regiões. Em outro trabalho, livro publicado em 2006, Silveira chega a dedicar um capítulo exclusivo às considerações sobre as Parcerias Público-Privadas e sobre a gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal.

¹⁹⁴ Galvão (1996) faz referência a diversos planos que foram elaborados, mas que porém não obtiveram aprovação oficial do governo republicano. Destacam-se os planos: Catrambi (1926-27), o de Luis Schoor (1927), o da Comissão de Estradas de Rodagens Federais – CERF (1927), e o Plano Rodoviário do Nordeste (1930).

Circunscrito ao contexto da situação deficitária da maioria das ferrovias no Brasil, da crise afetando a produção cafeeira, associado à emergência por golpe de Getúlio Vargas ao poder (1930), diversas estradas de ferro passaram a ser estatizadas e incorporadas ao patrimônio sob a justificativa de evitar demissões, alegando também maior domínio sobre as operações, bem como melhoria dos serviços em geral (Silveira, 2003; DNIT, 2013).

As mudanças na condução da questão das vias de circulação por parte do Estado fizeram com que as ferrovias passassem a ser geridas em conjunto com as rodovias através da Inspetoria Federal de Estradas – IFE vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Pouco após, em 1941, o IFE foi subdividido em dois departamentos: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e o Departamento Nacional de Estradas de Ferro – DNEF¹⁹⁵.

Para Silveira (2003; 2006), a maior parte dos investimentos durante a Era Vargas (1930-1945), públicos ou privados, passou a ser direcionada ao modal rodoviário, acentuando a fase de estagnação do setor ferroviário. No entanto, se analisarmos o Plano de Viação de 1934, produzido durante o Governo Vargas, temos que as rodovias não foram de antemão priorizadas. Contrariando o que propõe Silveira (2003; 2006), o próprio Plano estabelecia hierarquização dos meios de transporte, apontando as ferrovias como o principal, seguido da cabotagem e da navegação fluvial e, por fim, das rodovias (Galvão, 1996).

O primeiro Plano Rodoviário Nacional viria a ser aprovado somente em 1944, após quase uma década de trâmites burocráticos¹⁹⁶, e, mesmo assim, continuava a destacar a importância das novas vias rodoviárias não serem concorrentes dos troncos ferroviários, existentes ou previstos.

As rodovias eram vistas, obviamente, como necessárias, mas a cumprirem uma função supletiva, complementar e subsidiária à rede ferroviária e aos portos. (Brasil, 1940¹⁹⁷: 87 *apud* Galvão, 1996: 196-197)

¹⁹⁵ O DNEF foi extinto em 1974 e grande parte de suas atividades passaram a compor a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, uma vez que as demais ficaram a cargo do Ministério dos Transportes.

¹⁹⁶ Em 1937 o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER elabora a primeira versão, a qual é rejeitada pelo governo federal.

¹⁹⁷ Brasil. Ministério da Fazenda. A Conferência Nacional de Economia e Administração. Rio de Janeiro: 1940.

Na sequência, os governos Dutra (1946-1950) e o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), especialmente este último, fomentaram, aí sim, quase que exclusivamente o desenvolvimento rodoviário. Houve aprovação de um novo Plano Nacional da Viação (1951) o qual fazia alusão à importância da integração dos transportes, despendendo nesse novo contexto menor relevância ao modal ferroviário frente ao rodoviário. Este último passava a ser apontado como prioritário para a atuação do Estado no controle das fronteiras nacionais e sob os discursos de “integração da economia”.

O Plano Nacional de Viação de 1951 veio, portanto, colocar um ponto final nas controvérsias sobre as prioridades de modalidades de transportes no Brasil. O texto do plano claramente especificava que as rodovias, a partir de então, passariam a assumir a "função pioneira, outrora exclusiva das estradas de ferro", e que "o desenvolvimento da rede ferroviária [seria], em grande parte, substituído por estradas de rodagem". (Brasil, 1940¹⁹⁸: 180-82 *apud* Galvão, 1996: 197)

Ou seja, o Plano de 1951 priorizou o modal rodoviário em detrimento de melhorias nos modais hidroviários ou ferroviários, e, principalmente, desviou-se das questões apontadas por Rebouças ainda no século XIX, que colocava a questão do aumento da produção e, portanto, da necessidade de romper com o predomínio dos latifúndios e das terras incultas.

Assim, apesar de na época existir somente 2 mil km de estradas de terra pavimentadas, ao passo que havia 35 mil km de ferrovias, houve a decisão política e econômica pelo investimento na indústria automobilística e na construção de rodovias ao longo do território nacional. Por outro lado, desde os anos 1920 estavam sendo realizados estudos que identificavam o impasse no setor de transportes. Entre as décadas de 1930 e 1940 tanto as ferrovias quanto a cabotagem praticamente não receberam investimentos e seu estado de conservação foi se depreciando, além de operarem com déficit.

O rodoviarismo apontava para a possibilidade de finalmente integrar as regiões de forma mais rápida. Contudo, um relatório das Nações Unidas e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), publicado em 1956, descrevia as rodovias brasileiras como sendo "pobremente conservadas, não pavimentadas e

¹⁹⁸ Brasil. Ministério da Fazenda. A Conferência Nacional de Economia e Administração. Rio de Janeiro: 1940.

frequentemente perigosas" (United Nations/CEPAL, 1956: 133 *apud* Galvão, 1996: 200).

Dessa forma, de acordo com Galvão (1996), o preterimento ao transporte rodoviário de mercadorias e pessoas ocorreu por diversas razões. Destaca a “insuficiência de recursos financeiros” para a manutenção e ampliação da malha existente¹⁹⁹ e o fato de não existir movimentação de mercadoria que justificasse os custos do modal ferroviário²⁰⁰.

Ressaltam, principalmente, as “profundas desigualdades inter-regionais de desenvolvimento”, as quais, atreladas à concentração de terra e recusa à agricultura com base no trabalho familiar explicam a ausência de um sistema complexo intermodal e a priorização do transporte rodoviário.

O autor considera como “grave simplificação” explicações que se fundamentem no aspecto das características físicas do território brasileiro, ou mesmo no fato de este priorizar a exportação de poucos produtos primários, bem como a questão da falta de unificação das tipologias de superestrutura (diversos tamanhos de bitolas) e suposta dificuldade para interligação regional²⁰¹.

Em relação às características físicas, decerto, países como Estados Unidos²⁰², Canadá e alguns da Europa, apresentam relevo ainda mais desafiador às obras de

¹⁹⁹ “A insuficiência de recursos financeiros, seja para novos investimentos, seja para a reposição de equipamentos, resultava em uma inadequada manutenção do sistema, de tal sorte que, nos anos 40 e 50, a maior parte do material rodante e dos leitos das estradas havia alcançado profundo estado de desgaste, ameaçando a própria trafegabilidade dos comboios. Os trens eram obrigados a trafegarem a velocidades muito baixas, reduzindo consequentemente a eficiência e a confiabilidade nas ferrovias como meio de transporte de cargas e passageiros e, mesmo assim, acidentes como deslizamento de barreiras, desalinhamento de trilhos e descarrilamento passaram a ser frequentes em todas as partes do país. Ademais, as restrições cambiais existentes na época para a importação de locomotivas e combustível eram consideradas como representando um sério obstáculo à expansão das ferrovias” (Galvão, 1996: 201).

²⁰⁰ Em função da concentração industrial em uma única região, principalmente no Sudeste do país, combinado à dispersão da produção agrícola, sem que esta apresentasse viabilidade econômica de usufruir e custear o transporte ferroviário. A configuração de um arquipélago de ilhas de produção desfavoreceu a expansão das ferrovias para outras regiões.

²⁰¹ O que não corresponde à maior parte da malha, dotando a maioria desta de bitolas de um metro.

²⁰² “Nos Estados Unidos, já no ano de 1837 — portanto antes do advento da era ferroviária —, cerca de 6.400 km de estradas de rodagem e 5.000 km de canais artificiais, ligando rios e os Grandes Lagos entre si e estes aos portos marítimos do Nordeste e Leste, estavam em operação, viabilizando a extraordinária expansão da produção agrícola e pecuária dos pequenos agricultores que se instalavam em vastas áreas do

engenharia e tiveram suas malhas ferroviárias de grande extensão construídas, majoritariamente, ainda no século XIX.

Por sua vez, quanto ao caráter exportador da economia brasileira, a malha ferroviária do Brasil foi construída em função da produção agrícola existente em grandes e médias propriedades (açúcar, café, cacau e algodão, principalmente) voltada à exportação. No entanto, esse caráter poderia ter sido ampliado para o mercado nacional, o que de fato ocorrera de forma secundária, mesmo que fosse para aproveitar os vagões que retornavam vagos do porto para as áreas de produção/extração, levando “grande e diversificado número de bens, desde grãos a materiais de construção a produtos manufaturados produzidos no país, como têxteis e máquinas e equipamentos agrícolas” (Galvão, 1996: 204). Tal transporte poderia ser realizado em associação com a cabotagem.

A questão que deve ser colocada, então, não é a de que os meios existentes de transporte não puderam realizar funções integracionistas, ou de que esses sistemas, por terem sido construídos com o propósito essencial de escoar produtos de exportação, eram inadequados para servirem ao mercado interno. Ou, ainda, de que o lobby da indústria automobilística tenha sido o responsável pela degradação dos sistemas alternativos de transportes de longa distância. A verdadeira questão a ser posta é por que a cabotagem e as ferrovias não puderam evoluir como um sistema eficiente de transporte, em escala nacional, e por que, assim, nunca conseguiram se tornar modalidades de transporte rentáveis, autossuficientes e confiáveis, como sucedeu em tantos outros países. (Galvão, 1996: 205)

Galvão, na citação acima, identifica claramente que a problemática ao parco desenvolvimento ferroviário e de cabotagem estava atrelada à inexistência de um efetivo mercado interno que sustentasse a “viabilidade” econômica das companhias para a ampliação e manutenção destas vias de circulação. Contudo, o que o próprio exemplo dos Estados Unidos, em que houve uma política de Estado definindo que as companhias pudessem lotear as terras com posterior aprovação do *Homestead Act*, mostra que a constituição da produção agrícola, entre outras atividades, pode ocorrer associada ao desenvolvimento ferroviário, portanto sem necessariamente dever precedê-la.

Meio-Oeste americano, e garantindo, assim, a rentabilidade desses meios de transporte” (Tindall e Shi, 1989: 281-284 *apud* Galvão, 1996: 203). TINDALL, G.B. e SHI, D.E. *America: a narrative history*. New York/London: W.W. Norton & Co., 1989. 2 ed.

Assim, caso houvesse a mesma visão similar de desenvolvimento, o governo imperial e os sucessivos governos republicanos poderiam ter encontrado nos gastos com instalação de ferrovias uma possibilidade de promover a distribuição das terras, por meio de uma política de reforma agrária capaz de romper com a concentração e improdutividade das terras, que caracterizam ainda hoje o capitalismo no campo brasileiro.

Porém, foram as rodovias, com seus traçados menos rígidos, que pareciam atender melhor aos interesses da elite agrária e do governo brasileiro, em meados do século XX. Este, assim como diversos outros governos ao redor do mundo, vinha sendo pressionado pelos interesses das empresas do setor automobilístico²⁰³. Em menos de duas décadas as rodovias passaram a concentrar o transporte de cargas no Brasil, envolvendo 73% do total movimentado em 1970 (Galvão, 1996). Marcou-se, assim, a associação dos interesses nacional-internacional direcionada a estimular o consumo de automóveis e de alocar no Sudeste do Brasil grandes montadoras mundiais.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é lançado um Plano de Metas que priorizou a industrialização nacional, especialmente aquela da indústria automobilística. Dessa forma, os investimentos maciços na infraestrutura voltada ao desenvolvimento nacional, mencionados no Plano de Metas, concentraram-se na ampliação da malha rodoviária. A construção das rodovias Cuiabá-Porto Velho e Belém-Brasília configuraram desde então as principais vias de integração para o Centro Oeste e Norte do Brasil e, de certo modo, deram sequência à “Marcha rumo ao Oeste” proposta por Getúlio Vargas durante a década de 1940. Por outro lado, também é aprovada, em 1956, a formação da RFFSA, com a responsabilidade de:

[...] administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das estradas de ferro da União a ela incorporadas, cujos trilhos atravessavam o País, servindo as regiões Nordeste, Sudeste, Centro Oeste e Sul. (DNIT, 2013)

²⁰³ Para Galvão (1996) o lobby das empresas automobilísticas pode ser apontado como um dos fatores que contribuíram para a estruturação do modal rodoviário no Brasil, porém não deveria ser mencionado como justificativa para a situação deteriorada em que se encontra a malha ferroviária no Brasil

A RFFSA consistia em uma sociedade anônima, mista, com 95% das ações de controle do Estado²⁰⁴. A malha era responsável pelo transporte de carga e passageiros, inclusive trens urbanos. Dentre as cargas destacavam-se: minério de ferro, derivados de petróleo, cimento, farelos, álcool, fertilizantes, entre outros (Silveira, 2003).

Segundo os levantamentos realizados por Silveira (2003; 2006), houve aumento na quantidade de cargas transportadas. Por outro lado, diversos quilômetros de ferrovias foram desativados, acarretando de algum modo uma “estagnação” do setor, conforme considerou o autor.

No governo seguinte, de Jânio Quadros (1961), caracterizado pela ausência de projeto de desenvolvimento nacional, o modal ferroviário vivenciou o período de estagnação em meio à recessão de toda a economia (Tavares, 1982). Na sequência, no governo de João Goulart (1961-1964), houve, por meio do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), propostas para melhoria da infraestrutura de logística brasileira, envolvendo a RFFSA²⁰⁵, na perspectiva de integrá-la a outros modais, modernizá-la e torná-la mais eficiente, inclusive no sentido de erradicação dos ramais e trechos que não ofereciam lucratividade. Ademais, as cargas industriais paulatinamente foram ganhando importância e, em 1963, chegaram a ultrapassar, em volume e valor, o montante total de cargas agrícolas no transporte ferroviário. Contudo, grande parte das proposições constantes no Plano Trienal foi cessada diante do golpe militar, em abril de 1964.

Assim, nos governos militares (1964-1984), de acordo com Silveira (2003), o modal ferroviário vivenciou grande decadência, pois os investimentos em infraestrutura de transporte foram majoritariamente direcionados ao modal rodoviário, conforme definiram os Planos Nacionais de Viação de 1964, 1967 e 1973. A compreensão comum aos três Planos era a de que a viabilização da integração territorial se daria mais rapidamente

²⁰⁴ A RFFSA foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957 por meio da Lei nº 3.115 de 16 de março.

²⁰⁵ Segundo Almeida (1964), do total de investimentos previstos aos transportes no Brasil, cerca de 40% destinavam-se ao modal rodoviário e 31% para o ferroviário.

através do apoio à indústria automobilística e de melhorias e expansão das vias rodoviárias estaduais e federais²⁰⁶.

O endividamento que marcou o período foi justificado por Silveira (2003) como “inevitável”, com empréstimos inferiores aos realizados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, justificado pelo aumento do valor do petróleo e taxas de juros. E relata:

Vale lembrar que o II PND contribuiu para a “complementação do parque industrial brasileiro e foi responsável pela realização das melhores e maiores obras de infraestrutura da história do país. Os empréstimos realizados no governo Geisel foram menores que no governo Fernando Henrique Cardoso e as realizações foram maiores. (Silveira, 2003: 145)

Deste modo, os recursos alocados nas ferrovias estiveram, principalmente, voltados à redução dos déficits da RFFSA, impedindo novos investimentos e contribuindo para que as metas de aumento de carga transportada não fossem alcançadas, numa política semelhante àquela dos governos que antecederam o período militar. Em 1969, a RFFSA organizou as ferrovias em quatro sistemas regionais:

- Sistema Regional Nordeste, com sede em Recife;
- Sistema Regional Centro, com sede no Rio de Janeiro;
- Sistema Regional Centro Sul, com sede em São Paulo; e
- Sistema Regional Sul, com sede em Porto Alegre.

Em São Paulo, o governo estadual continuava controlando as principais ferrovias, as quais, em 1971, foram, agrupadas numa única empresa, a Ferrovia Paulista S.A. – FEPASA²⁰⁷.

²⁰⁶ Também durante os governos militares foram aprovados Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND. Na perspectiva nacional-desenvolvimentista de Silveira (2003) o I e II PND “[...] ajudaram o Brasil a voltar aos períodos de euforia econômica, de proteção do mercado interno e, por conseguinte, das substituições de importações” (Silveira, 2003: 143). O I Plano Nacional de Desenvolvimento teria levantado recursos que foram utilizados para investimentos no II Plano Nacional de Desenvolvimento em setores como o de energia e da construção civil. Segundo o autor, a crise econômica internacional vivenciada no período do governo Geisel não impactou o país devido aos investimentos na produção nacional de máquinas e equipamentos. Ao contrário, o Governo ampliou a produção siderúrgica, petroquímica, de papel e celulose, de álcool - com o Proálcool - energético - inclusive nuclear - e pelos pólos de desenvolvimento regional. A “prosperidade” vivenciada nos governos militares ficou abalada no final da década de 1970, o que exigiu demandar recursos do Fundo Monetário Internacional – FMI.

²⁰⁷ A FEPASA passou a deter o controle de cerca de 5 mil km de ferrovias, as quais eram então parte da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Sorocabana, Estradas de Ferro Araraquara, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Estrada de Ferro São Paulo-Minas (DNIT, 2013).

Ao longo dos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1993) e Itamar Franco (1993-1994) praticamente nenhum investimento foi realizado no setor ferroviário, o que aprofundou sua crise. E, assim, mais uma vez na história nacional, o Estado recorreu-se à privatização²⁰⁸, como fica explícito na explicação abaixo:

De 1980 a 1992, os sistemas ferroviários pertencentes à Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e à FEPASA – Ferrovia Paulista S.A., foram afetados de forma dramática, quando os investimentos reduziram-se substancialmente, atingindo, na RFFSA em 1989, apenas 19% do valor aplicado na década de 1980. Em 1984, a RFFSA, encontrava-se impossibilitada de gerar recursos suficientes à cobertura dos serviços da dívida contraída. A empresa suportava sério desequilíbrio técnico-operacional, decorrente da degradação da infra e da superestrutura dos seus principais segmentos de bitola métrica e da postergação da manutenção de material rodante, que ocasionaram expressiva perda de mercado para o modal rodoviário.

[...]

Na impossibilidade de gerar os recursos necessários para continuar financiando os investimentos, o Governo Federal colocou em prática ações voltadas à concessão de serviços públicos de transporte de carga à iniciativa privada. (Dnit, 2013)

Desse modo, em 1992 a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização por meio do Decreto nº 473/1992, definindo a transferência da malha, por trechos, à iniciativa privada, a qual passaria a deter a concessão por 30 anos, prorrogáveis por igual período (ANTT, 2012)²⁰⁹. A legislação específica de desestatização do modal ferroviário foi aprovada em 1995 e até o final do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC²¹⁰, do PSDB, houve a dissolução, liquidação e extinção da RFFSA, cujos detalhes constam no quadro abaixo:

²⁰⁸ Neste caso foi alegada a baixa capacidade de investimento estatal, a degradação do serviço ou da infraestrutura e da perda de mercado e as perspectivas de melhoria nos serviços e bens ofertados.

²⁰⁹ Este processo foi finalizado em 7 de dezembro de 1999 e baseou-se na Resolução n. 12 de 11 de novembro de 1999 do Conselho Nacional de Desestatização e teve o intermédio do Decreto n. 3.277.

²¹⁰ Segundo Brasil. Ministério dos Transportes (2014) “O processo de desestatização da RFFSA, foi realizado com base na Lei n.º 8.987/95, (Lei das Concessões). Esta lei estabeleceu os direitos e obrigações para as partes envolvidas no processo de concessão, definindo ainda, o princípio da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro e os direitos dos usuários.”

Quadro 2 – Desestatização das malhas da RFFSA

Malhas Regionais	Data do Leilão	Concessionárias	Início da Operação	Extensão (Km)
Oeste	05/03/1996	Ferrovias Novoeste S.A.	01/07/1996	1.621
Centro Leste	14/06/1996	Ferrovias Centro Atlântica S.A.	01/09/1996	7.080
Sudeste	20/09/1996	MRS Logística S.A.	01/12/1996	1.674
Tereza Cristina	22/11/1996	Ferrovias Tereza Cristina S.A.	01/02/1997	164
Nordeste	18/07/1997	Cia. Ferroviária do Nordeste	01/01/1998	4.534
Sul	13/12/1998	Ferrovias Sul-Atlântico S.A. – atualmente – ALL-América Latina Logística S/A	01/03/1997	6.586
Paulista	10/12/1998	Ferrovias Bandeirantes S.A.	01/01/1999	4.236
Total				25.895

¹ Com o leilão da Malha Paulista (antiga FEPASA incorporada à RFFSA pelo Decreto n. 2.502, em 18/02/98), concluiu-se o processo de desestatização das malhas da RFFSA.

² O Governo Federal outorgou, em 28/06/97, à Companhia Vale do Rio Doce, no processo de sua privatização, a exploração da Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás.

Fonte: RFFSA; BNDES *apud* Brasil. Ministério dos Transportes, 2014.

As políticas econômicas adotadas foram novamente justificadas pelo contexto de desemprego e alta inflacionária, levando inclusive à criação do Plano Real em julho de 1994.

As ferrovias foram transferidas à iniciativa privada mediante contratos de concessão, porém sem um projeto para reorganizar o sistema. Apesar dos vários investimentos realizados pelo setor privado, as ferrovias servem apenas aos interesses dos próprios controladores, que utilizam as ferrovias como suporte para seus próprios negócios. (Revista Ferroviária, mar. 2002 *apud* Fici, 2007: 317)

Conforme apontado em Fici (2007), houve privatização não somente das ferrovias, mas também de diversas empresas públicas que haviam sido superinvestidas, em alguns casos por iniciativa privada estrangeira, como no setor de telefonia móvel e fixa. Ademais, subsequente às privatizações, o BNDES atuou incisivamente no financiamento de reativação e ampliação dos serviços recém-entregues à iniciativa privada. A própria desestatização da Rede Ferroviária Federal S/A foi finalizada em 07/12/1999 (ANTT, 2012), a partir do leilão e concessão das malhas regionais existentes.

O processo de desestatização teria, segundo Silveira (2006), contribuído para o aumento da fragmentação da malha nacional. Para tal afirmação, o autor menciona que as empresas concessionárias e controladoras muitas vezes eram de outros ramos de

administração e não possuíam experiência no setor. Também menciona que houve redução da malha nacional, e que a ampliação, via construções de novos trechos ou duplicações, haviam ficado até aquele momento, 2006, no plano das promessas.

Na realidade, a intenção do governo era livrar-se da malha nacional, de seus prejuízos, e favorecer um ramo da iniciativa privada sem experiência na administração em transportes, ou seja, os grandes grupos de investimentos. Não houve, portanto, preocupação com o desenvolvimento nacional. (Silveira, 2006: 138)

Ademais, Biondi (2003) critica fortemente as privatizações no Brasil. Questiona o pagamento por parte das empresas compradoras em prazos demasiadamente longos, com juros baixos e, ainda, uso de “moedas podres”, o que não ocorria somente no âmbito do setor ferroviário, mas de forma geral nas desestatizações. Também foi alvo das críticas o fato de muitas dessas empresas terem recebido empréstimo do BNDES para realizar justamente aqueles investimentos que contratualmente eram obrigadas a cumprir.

Houve vendas de longo prazo, a serem pagas em prestações, isto é, o dinheiro não entrou no caixa do governo, mas o seu valor total já foi incluído, enganosamente, nos resultados divulgados pelo governo. Houve ainda dívidas das empresas privatizadas, e que foram “engolidas” pelo Tesouro e deveriam ser pagas pelos “compradores”. E mais outras despesas que o governo esconde: investimentos antes das privatizações; demissões em massa antes das privatizações; dividendos que o governo deixou de receber, e por aí afora. (Biondi, 2003: 66)

O processo de privatização da malha ferroviária constitui, portanto, exemplo preciso das críticas apontadas por Biondi (2003). As redes ferroviárias foram vendidas com preço de entrada inferior a 20% e as empresas passaram a ter até 30 anos para finalizar o pagamento. Ademais, essas empresas requisitaram e se utilizam até hoje de empréstimos do BNDES para realizar investimentos em manutenção e para a expansão da malha. Para Biondi (2003), torna-se incongruente o Estado construir durante décadas um patrimônio e as empresas ao adquiri-lo, mesmo quando somente por concessão, demorem anos para reverter em dinheiro ao Estado a aquisição sobre a qual passam a lucrar.

Dessa forma, a concessão do serviço de transporte ferroviário à iniciativa privada desencadeou um processo de monopolização do setor em praticamente duas empresas: Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) e América Latina Logística - ALL. A manutenção

das malhas existentes e os projetos de expansão estão diretamente relacionados ao potencial lucrativo associado a estes investimentos, de curto, médio ou longo prazo.

Nesse sentido, Silveira (2003; 2006) coloca que, entre 1996 e 2001, não houve aumento da participação do transporte ferroviário no total de produção nacional, tampouco crescimento no transporte de carga entre os anos 1994 e 1998. Assim, considerando a redução de custos pelo baixo investimento realizado, as empresas teriam aumentado seu lucro.

A partir dos exemplos de concessão abordados por Silveira (2003) é possível verificar no estado de Santa Catarina, por exemplo, que as concessões levaram à redução dos gastos, gerando a obtenção de lucro para as concessionárias, mesmo nos casos em que não houve expansão das linhas. A Ferrovia Tereza Cristina - FTC²¹¹, por exemplo, vinha apresentando prejuízo e, com a concessão à iniciativa privada, teve seu quadro de trabalhadores efetivos reduzido em 85%, ou seja, neste caso passou de 940 para 138 trabalhadores efetivos.

Isto posto, os subtrechos que apresentam prejuízos, ou mesmo trechos inteiros, tendem a ser desativados e substituídos por outros modais de transporte, na maioria das vezes o rodoviário, a critério exclusivo das concessionárias. Silveira (2003; 2006; 2012) cita como exemplo a região de Presidente Prudente/SP, em especial o trecho entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio/SP, que teve seu trecho desativado por decisão da concessionária ALL, que optou pelo modal rodoviário através de sua própria transportadora, a Delara Transportes, de Curitiba.

O escoamento da produção nacional para o exterior está nos bolsões de grãos, que ainda precisam do atual traçado ferroviário para ligar aos portos. Os outros traçados, que contribuíram com o desenvolvimento regional, não interessam mais à iniciativa privada, porque a produção é limitada. (Silveira, 2012)

No discurso da instituição governamental, a compreensão sobre as consequências das concessões é outra, como fica evidente pelas apresentações sobre transporte ferroviário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Confederação Nacional dos Transportes - CNT:

Desde 1996, quando iniciou o processo de desestatização, a quantidade de carga movimentada nas ferrovias brasileiras aumentou

²¹¹ A FTC foi a primeira construída no estado de Santa Catarina para transportar produtos minerais para o porto de Laguna e também para siderúrgicas e termoeletricas regionais (Silveira, 2003).

em cerca de 26%. Os investimentos permitiram um incremento da produção de transportes em 68% entre 1996 e 2001. As melhorias decorrentes da desestatização têm contribuído para reduzir acidentes nas malhas em funcionamento. (DNIT, 2013)

Após a transferência da operação do transporte ferroviário de cargas para as concessionárias foram registrados investimentos significativos na área; foram construídos terminais intermodais; houve ganho no desempenho operacional, aumento de produtividade de pessoal, de locomotivas e vagões; além da redução do tempo de imobilização do material rodante, do número de acidentes e dos custos de produção.

O crescimento da produtividade proporcionou o ressurgimento de empresas vinculadas ao setor ferroviário.

Desde a concessão, o setor já recolheu R\$ 2,2 bilhões aos cofres da União a título de pagamentos trimestrais de concessão e arrendamento; R\$ 466 milhões referentes à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide e criou 30 mil empregos diretos e indiretos. (CNT, 2006)

Apesar de criticar a privatização e a desestatização do setor ferroviário que caracterizaram a década de 1990, Silveira (2003; 2006) explicita que o Estado não dispõe de recursos suficientes para recuperar a malha já construída ou mantê-la. Esta situação, associada ao elevado endividamento estatal e à situação de impossibilidade de aumento de impostos, justificam, segundo o autor, a necessidade de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, ainda que com a ressalva de que o Estado não pode perder o controle das concessões, ou deixar de exigir o cumprimento de metas, como vem ocorrendo nos governos de Lula e Dilma²¹².

Os últimos governos analisados por Silveira (2012) são de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010). Este governo estruturou a implantação das Parcerias Público-Privadas – PPP, no entendimento de que estas poderiam alavancar um novo crescimento, o que incluiu ampliação

²¹² Esta proposta foi formulada pelo economista Ignácio Rangel, e é incorporada por Silveira: “Nosso modelo prevê concessões de setores subinvestidos ou estrangulados, que necessitam se tornar eficientes, e que, atreladas a uma política macroeconômica desenvolvimentista, favoreçam um ‘efeito multiplicador’ em todos os setores da economia brasileira, como a indústria, a agricultura, o comércio e os serviços. [...] Vale lembrar que esta proposta só se explica conjuntamente (Silveira, 2006: 123-124).

E segue: “[...] Assim, a ‘alternativa rangeliana’ para tirar o Brasil da crise, em vez de utilizar somente investimentos estatais, pode trazer o desenvolvimento visto no Brasil antes da década de 1980 (Governo Vargas, Plano de Metas, I e II Planos Nacionais de Desenvolvimentos). [...] Mas essa proposta só se aplica aos setores estrangulados e novas construções, como a modernização e ampliação portuária e ferroviária, novas rodovias, hidroelétricas, termoeletricas etc. Todavia, setores estratégicos devem ser protegidos, como a CEF, o Banco do Brasil, a Petrobrás, os Correios etc.” (Silveira, 2006: 125).

e melhorias do modal ferroviário²¹³. Lula deu sequência à dissolução da RFFSA, com a aprovação de três decretos (nº 4.109/2002; 4.839/2003; 5.103/2004) que alteraram o que havia sido estabelecido no Decreto nº 3.277/1999²¹⁴, sem, no entanto, revogar o caráter de desestatização.

Em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e foram tomadas diversas decisões legislativas sobre o setor ferroviário. Logo, em janeiro de 2007 houve, por exemplo, a publicação da Medida Provisória - MP nº 346 em seguida à da MP 353/2007, sinalizando a finalização do longo processo de liquidação da RFFSA, iniciado ainda no governo Collor, em 1990. No entanto, no mesmo ano, houve também a anulação da MP 353/2007 e a aprovação da Lei nº 11.483/2007, a qual estabeleceu a “revitalização do setor ferroviário”, ainda que a liquidação já tivesse sido concluída.

No PAC, os investimentos em infraestrutura ferroviária eram vistos da seguinte forma:

Expansão da malha ferroviária para permitir a ligação de áreas de produção agrícola e mineral a portos, indústrias e mercado consumidor. Para isso, o governo quer a revisão do modelo regulatório, para criar um ambiente mais competitivo no transporte de cargas, incentivar a utilização da capacidade da infraestrutura ferroviária e estimular novos investimentos. Quer ainda garantir carteira de projetos para ampliar e melhorar a utilização da malha, integrando-a aos demais modais de transporte (rodovias e hidrovias). (Ministério do Planejamento, 2013)

O governo, desse modo, deu continuidade à estratégia político-econômica de alocação de recursos públicos advindos dos Fundos de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, principalmente nas obras sob a concessão privada. Ou seja, mesmo que os contratos firmados entre Estado-Empresas concessionárias tenham delegado a estas últimas a responsabilidade de investimentos em melhorias tecnológicas (que levassem ao aumento da carga transportada, de produtividade por Km percorrido), bem como de ampliação da malha, o papel de “empreendedor” tem sido

²¹³ No livro publicado em 2006, Silveira faz o que chama de “crítica política” quanto “ao atual modelo de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, a política econômica brasileira e as eleições de 2004 e 2006” (2006: 9). Ainda assim, reconhece que as PPP diferenciam-se da estratégia de concessão e privatização assumida nos governos Collor e, principalmente, FHC.

²¹⁴ O Decreto nº 3.277/1999 coloca a “[...] dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA” (BRASIL, 1999).

cumprido pelo próprio Estado. E, assim, após a primeira edição do PAC (2007-2010), foi iniciado o PAC2 (2011-2014) no governo Dilma Roussef, também do Partido dos Trabalhadores:

A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) prevê um investimento de R\$ 43,9 bilhões em ferrovias para a expansão da malha, em mais de 4,5 mil quilômetros, e para a construção de bitola larga, entre 2011 e 2014. O objetivo do governo é incentivar a construção de um moderno sistema ferroviário para integrar áreas de produção agrícola e mineral aos portos, indústrias e mercado consumidor. Outra mudança que tem sido estudada é a alteração do modelo regulatório do setor, para criar um ambiente mais competitivo e estimular novos investimentos no transporte de cargas. De acordo como o diretor executivo da Associação Nacional de Ferrovias (ANTF), Rodrigo Vilaça, é necessário dobrar a extensão da malha atual de ferrovias para comportar as demandas dos próximos dez anos. Vilaça ainda afirma que esse investimento vai aumentar a participação das ferrovias na matriz de transportes, o que contribui para diminuir os custos logísticos da movimentação de carga. (Lara, 2011 *apud* Kluck, 2011: 66)

Considerando as ações do PAC2, há, atualmente, três extensas ferrovias sendo construídas e diversas outras que passaram por Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica E Ambiental – EVTEA. Dentre tais ferrovias, a maioria consta como vinculada à VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública federal, de capital fechado, vinculada ao Ministério dos Transportes, e responsável pela administração e operação de parte da malha ferroviária nacional, bem como por sua infraestrutura. A VALEC detém total ou parcial responsabilidade sobre estas ferrovias, sendo que, a partir do ano de 1997, grande parte foi leiloada às concessionárias²¹⁵. A Figura 4 adiante traz especificamente as ferrovias atreladas a esta empresa pública.

²¹⁵ A VALEC é “[...] uma sociedade por ações, de capital fechado, com 8.090.009 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações [...] destinada a administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária, nas ferrovias a ela outorgadas; coordenar, executar, controlar, revisar, fiscalizar e administrar obras de infraestrutura ferroviária, que lhe foram outorgadas; desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária; construir, operar e explorar estradas de ferro, sistemas acessórios de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados e, ainda, instalações e sistemas de interligação de estradas de ferro com outras modalidades de transportes” (VALEC, 2014), entre outras atividades.

Figura 4 – Ferrovias vinculadas à VALEC (2014)

Fonte: Valec, 2014.

Dentre aquelas que estão em construção temos: a Nova Transnordestina, envolvida no nosso estudo²¹⁶, a EF-344 Ferrovia Oeste-Leste – FIOL, que abrange os estados de Tocantins e da Bahia²¹⁷, e a EF-151 Ferrovia Norte-Sul, que pretende ligar Barcarena/PA ao Rio Grande/RS²¹⁸.

Além destas, foram concluídos e aprovados os EVTEAs para outras ferrovias, como a EF-354 Ferrovia Centro Oeste – FICO, prevista para possuir 4.600 km² de extensão, e a EF-267 Ferrovia do Pantanal, com 758 km². Outras ferrovias também constam no PAC2, porém estão desvinculadas da VALEC, tais como a Ferrovia do Frango, de Itajaí/SC a Chapecó/SC e os trens de alta velocidade no Sudeste. Outra ação no sentido de ampliação da malha ferroviária foi a conclusão do EVTEA para a EF-232, a qual consiste na ligação da Ferrovia Norte-Sul, em Porto Franco/MA, com a Ferrovia Transnordestina, no município de Eliseu Martins/PI.

A partir deste histórico e comparando os traçados presentes na Figura 5 (p. 268), referente ao ano de 1870, e na Figura 6 (p. 269), específica ao ano de 2011, podemos notar que houve ampliação significativa da malha ferroviária no Brasil.

²¹⁶ A Nova Transnordestina passou a ser mencionada na malha da VALEC pois esta empresa pública detém 25% do total de ações preferenciais da TLSA e aportou, em dezembro de 2013, R\$ 400 milhões a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Ademais, participa com 3,04% do valor total da obra, além de deter a concessão para a construção do ramal previsto para interligar a Nova Transnordestina a partir do porto seco em Eliseu Martins/PI à EF 151-Ferrovia Norte-Sul, em Porto Franco/MA (VALEC, 2014).

²¹⁷ Esta ferrovia é constituída por três trechos: Ilhéus/BA – Caetité/BA, Caetité/BA – Barreiras/BA e Barreiras/BA – Fiquelândia/TO, os quais somam 1.572 km².

²¹⁸ Desde a década de 1980, quando a EF-344 começou a ser planejada, houve diversas proposições de traçados e trechos. O traçado atual, se implantado, compreenderá 4.201Km² envolvendo os seguintes trechos: Barcarena/PA - Açailândia/MA, Açailândia/MA - Palmas/TO, Palmas/TO - Uruaçu/GO - Anápolis/GO, Ouro Verde/GO - Estrela d'Oeste/SP, Estrela d'Oeste/SP - Panorama/SP, Panorama/SP - Chapecó/SC e Chapecó/SC - Rio Grande/RS. Deste total, 1.574 km² ligando Palmas/TO a Anápolis/GO já foram construídos.

Figura 5 – Malha ferroviária no Brasil (1870)

Brasil. Ministério dos Transportes. Banco de Informações dos Transportes 2000. Brasília, 2000. CD-ROM e Campos, Flávio; Dolhnikoff, Miriam. *apud*. Silveira, 2003: 85.

Figura 6 – Malha ferroviária no Brasil (2011)

ANTF, 2012.

Analisar, contudo, estes dois momentos sem o seu processo histórico pode ocultar o fato de que, após contínua expansão, a partir de 1960 quase 20 mil km de estradas de ferro foram desativados, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 35 – Extensão da malha ferroviária nacional, 1854-2004 (km)

Fonte: DNIT. In: TCU, 2007.

O presente cenário revela que a densidade atual da malha ferroviária no Brasil é de somente 0,0035 km/km², índice baixo se comparado com outros países de dimensões continentais, como a China, Índia, Canadá ou EUA (FIESP, 2013). Ademais, continuam vigorando no território nacional as “ferrovias especializadas” voltadas à circulação de mercadorias de grandes grupos industriais, como a Vale e a CSN, seguindo disposição latitudinal.

Hoje são reguladas pela ANTT doze operadoras de ferrovia, sendo que a TLSA detém 14,66% da extensão total da malha (ANTT, 2012). De todas estas concessionárias, somente a Estrada de Ferro Carajás - EFC e a Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM são direcionadas ao transporte de passageiros em trechos de longa distância, o que evidencia a não priorização dos interesses da população e a arbitrariedade das decisões tomadas pelas concessionárias.

Tanto as instituições como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, até intelectuais de esquerda, como Márcio Silveira, passando pelo governo, que aloca recursos públicos para a ampliação da malha, trechos estatais e sob a concessão privada, todos reconhecem que a situação dos transportes voltados à circulação de

mercadorias é deficiente, em que pese a permanência de trechos e modais fragmentados, com destaque à situação do modal ferroviário. Apesar das diferentes posições sobre concepção de desenvolvimento e suas estratégias, há concordância entre estes de que a situação atual prejudica tanto interesses privados, quanto públicos²¹⁹.

Nesse sentido, as ferrovias em construção ou projetadas nessa última década pauta-se no entendimento macroeconômico de que é preciso ampliar continuamente a quantidade e os valores exportados. Assim, o que se pretende é o equilíbrio da balança comercial através do estreitamento de parcerias econômicas com empresas mundializadas interessadas na aquisição das matérias primas produzidas em território nacional, principalmente minérios e produtos agrícolas. Dentre tantos exemplos, o trecho abaixo destaca a alegação usada para a EF-232, a qual se refere ao novo trecho aprovado para ligar a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Transnordestina.

A interligação de Porto Franco/MA a Eliseu Martins/PI, com 620 km de extensão, permitirá a ligação da FNS com a ferrovia Transnordestina. Essa ligação mudará a logística de escoamento da produção agrícola e mineral da região e permitirá o acesso a portos de grandes calados, mais eficientes e de menores custos, do norte e Nordeste do país.

A região onde se desenvolve essa ferrovia é formada por cerrados adequados ao plantio de soja, cana de açúcar, para produção de álcool, e milho, mas sofre de carência de infraestrutura de transportes.

A implantação da ferrovia, além de fazer a integração regional entre o Nordeste, o Centro Oeste e o Norte do país, proporcionará uma logística de transporte que viabilizará o aumento da produção agrícola

²¹⁹ Anualmente a FIESP elabora um relatório chamado Custo-Brasil que analisa a competitividade econômica da indústria brasileira frente a países agrupados em emergentes (México, Índia e México), desenvolvidos (da União Européia, EUA, Canadá e Japão) e parceiros (Argentina, Chile, EUA, Canadá, Índia, China e União Européia). São considerados os seguintes fatores: a) tributação, b) custo de capital de giro, c) custo de energia e matérias-primas, d) custo da infraestrutura logística, e) custos extras de serviços a funcionários, f) Custos de serviços *non tradables*. São excluídos dos cálculos o custo de mão-de-obra e “outras ineficiências sistêmicas”. Na publicação de 2013, referente ao ano de 2012, a FIESP coloca: “O Brasil possui sérias deficiências na infraestrutura de distribuição de bens e serviços. A densidade das malhas rodoviária e ferroviária está bem abaixo dos países parceiros, dos desenvolvidos e até mesmo dos emergentes” (FIESP, 2013: 55).

Também o Centro de Excelência em Logística e Cadeias de Abastecimento da Fundação Getúlio Vargas realizou um estudo ‘Competitividade Brasileira nas Exportações’ em 2008, no qual consta que os “[...] gargalos logísticos são os principais entraves para as exportações no Brasil. Dentre doze gargalos elencados, conforme nível de criticidade, três estão relacionados com infraestruturas modais de transporte: o mais crítico é o elevado custo de transporte; o sexto mais crítico é a baixa eficiência dos portos; e o décimo mais crítico é a situação das ferrovias” (BNB, et alii, 2012: 113).

e o desenvolvimento de províncias minerais da região. (VALEC, 2014)

No caso da EF-232, o discurso do fomento às exportações é atrelado às perspectivas de avanço do agronegócio. Nesse aspecto, nestes quase vinte anos de desestatização, as empresas concessionárias e as parcerias público-privadas não têm apresentado qualquer sinalização no sentido de melhoria da infraestrutura ferroviária para benefício da população brasileira, em termos de segurança alimentar e, muito menos, de soberania alimentar.

Nesse sentido, Vencovsky (2006) traz a discussão sobre a estreita associação entre o complexo da soja e o transporte ferroviário no Brasil. Menciona que, em 2004, 85% do total de produtos agrícolas transportados pelo modal ferroviário eram de soja e farelo de soja, enquanto o milho e o trigo representavam menos de 10%. Esse predomínio da soja, segundo o autor, condiciona a monofuncionalidade, concluindo que

O território fica organizado de tal maneira que apenas os agentes participantes do circuito espacial produtivo da soja, principalmente, são beneficiados. As demais regiões, atividades produtivas e a própria sociedade, são marginalizadas. (Vencovsky, 2006: 109-110)

O aumento da produção da soja associado aos investimentos em unidades de beneficiamento, infraestrutura produtiva (energia/comunicação) e de circulação (portos e vias rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e marítimas) devem ser compreendidos no âmbito do capital mundializado, em que os grupos monopolistas disputam a aquisição de mercadorias, especialmente matérias primas vegetais e minerais.

A soja é uma das culturas cuja produção é obtida tanto no processo de territorialização do capital quanto de monopolização do território. Para além do evidente avanço na última década nas regiões Centro Oeste e Norte do Brasil, adentrando-se em áreas até pouco tempo cobertas pelo cerrado e pela floresta amazônica, também no sul piauiense (Alves, 2000; 2007) e Maranhão a produção da soja começa a se fazer presente.

Especificamente em relação à Amazônia, Oliveira (2006) analisa a alteração do “desenho geográfico da agricultura brasileira” provocada pela soja. Para além das alterações no uso do solo pelo predomínio desta cultura em relação às demais, assinala para a implantação de novas vias de transporte, passando a dotar inclusive de novas e mais bem equipadas unidades de armazenagem e processamento da produção agrícola.

A expansão da soja em direção ao ecossistema do cerrado na região Centro Oeste e Nordeste do país, gerou uma nova logística de

transportes e a implantação de unidades de empresas multinacionais de comercialização e industrialização de grãos, que alterou profundamente o desenho geográfico da agricultura brasileira. Novas rotas, novas estratégias de transportes compõem a infraestrutura que articula sistemas modais articulados de hidrovias, ferrovias, rodovias e portos. (Oliveira, 2006: 1-2)

Assim, diversos projetos ferroviários estão previstos para dar o suporte ao “agronegócio” pujante na Amazônia, Centro Oeste e porção ocidental do Nordeste. Além da ferrovia EF-151 Norte-Sul, mencionada acima, há outro projeto considerado ainda mais estratégico do ponto de vista político que é a EF-354 Ferrovia Transcontinental. Tal ferrovia é

[...] planejada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru. (VALEC, 2014)

A partir do exposto neste subitem, analisamos que o Estado continua atuando em suporte às empresas privadas ou de capital misto, reproduzindo práticas já adotadas desde o período colonial a respeito das vias de comunicação. Desde financiamentos via BNDES até a atuação junto às desapropriações, como é o caso de que trataremos a seguir, com a Nova Transnordestina, as ferrovias continuam desviando-se dos interesses da maior parte da população.

As vias constituem, elas mesmas, um negócio, e seguem cumprindo as necessidades exclusivamente impostas pela acumulação do capital, distanciando-se, no que se refere à agricultura, de quaisquer propósitos de segurança e soberania alimentar. Temos, pois, discordâncias em relação ao pensamento de Silveira (2003, 2006, 2012) quando este coloca em pauta um “projeto nacional” de caráter nacional-desenvolvimentista, voltado à macroeconomia, em defesa da dinamização da economia em busca do pleno emprego e aumento da renda per capita e da poupança, para o aquecimento dos setores comercial e industrial, defendendo assim a ampliação da malha de modo a realizar o que, ao menos em teoria, sempre foi previsto como finalidade do transporte ferroviário.

Deste modo, problematizamos: para quem serviu, tem servido e servirá o desenvolvimento ferroviário? De que modo a associação entre agricultura capitalista e infraestruturas de transporte impactou e continua implicando sobre a questão agrária brasileira? Assim, quais conflitos emergiram ao longo do processo de ocupação de áreas menos adensadas em função da expansão das vias de circulação?

4.2. Das primeiras ferrovias no Nordeste à formação da malha nordestina e sua concessão à CFN

O objetivo deste subitem é apresentar, de forma concisa, o processo de formação da Malha Nordeste até seu projeto atual de ampliação. Inserimo-nos na atualidade das discussões sobre o processo de concessões à iniciativa privada, no caso à Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN²²⁰, hoje Transnordestina Logística S.A. – TLSA e do uso dos recursos públicos para financiar a expansão da malha ferroviária, o que contratualmente era previsto como responsabilidade da concessionária. Para tanto, abordaremos a Ferrovia Nova Transnordestina com ênfase em um dos trechos, entre Trindade/PE e Salgueiro/PE para analisarmos as interferências que se colocam em localidades do município de Ouricuri.

As estradas de ferro no Nordeste, assim como as estradas e os caminhos de terra, concentraram-se próximas ao litoral. As razões para tanto se pautam nas discussões do subitem anterior a respeito da necessidade de proporcionar viabilidade econômica às vias férreas. Por isso, a construção de ferrovias se fez naquelas áreas com concentração populacional e da produção de açúcar, visto que esta se constituiu até meados do século XX, na principal mercadoria da região.

A respeito do debate sobre entre investimentos em estradas ordinárias ou em estradas de ferro em meados do século XIX, trazemos uma citação do francês Louis Léger Vauthier, engenheiro que administrou por seis anos diversas obras públicas no Nordeste²²¹.

Sem sairmos da esfera das obras que têm por fim a criação ou aperfeiçoamento dos meios de comunicação, mostrei no meu relatório de 1843 que, nas circunstâncias topográficas, hidrográficas e financeiras da província, são as estradas originárias as que, neste sentido, devem mais especificamente e quase exclusivamente atrair a

²²⁰ Segundo ANTT (2012): “A Transnordestina Logística S/A, antiga Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, obteve a concessão da Malha Nordeste - SR1 (Recife), SR11 (Fortaleza) e SR12 (São Luís) pertencentes à Rede Ferroviária Federal S.A. - no leilão realizado em 18/07/97. A outorga dessa concessão foi efetivada pelo Decreto Presidencial de 30/12/97, publicado no Diário Oficial da União de 31/12/97”.

²²¹ Os argumentos utilizados por Vauthier acabam por sintetizar, de algum modo, as justificativas e condicionantes para a realização de obras ferroviárias, na mesma linha das discussões que travamos no subcapítulo anterior.

atenção do governo; e que a empresa de canais e de caminhos-de-ferro se deve aprazar para um futuro mais ou menos longínquo. Com efeito, se, de um lado, os canais e os caminhos-de-ferro são vias de comunicação em que as despesas de transporte são geralmente menores do que nas estradas ordinárias, por outro lado as despesas de construção são muito maiores; isto posto, concebe-se com facilidade que, quando a massa dos objetos que se devem tornar vantajoso gastar-se mais para construir a via de comunicação, a fim de poupar-se nas despesas de tração, e isto é o que acontece quando se trata de ligar um centro considerável de população com um centro de consumo também considerável ou com um grande porto de exportação.

Entretanto, dum lado, nesta província, nem as circunstâncias são favoráveis à construção de canais, pois dos rios que possuímos um só, o rio Una, conserva a água no verão, e o leito de todos tem muito pendor e numerosas cachoeiras, nem as circunstâncias orográficas são muito favoráveis à construção de caminhos-de-ferro, pois no interior da província é muito montanhoso, e até na beira-mar há pequenas planícies; e por outro lado, se temos um centro de exportação considerável, os centros de produção se acham muito espalhados. Deste modo não há direção alguma em que um canal ou uma estrada-de-ferro não fosse de um preço de construção muito elevado, e em que a massa dos objetos que se devem transportar fosse tal, que a economia nas despesas de tração aqui ponderasse o imenso excesso da despesa da obra. Portanto, se é talvez a desejar que alguma companhia empreenda alguma parte mui curta de caminho-de-ferro, como seja por exemplo do Recife à cidade de Olinda, o que teria para mim a vantagem de oferecer uma miragem material de movimento rápido, ao passo que a despesa poderia ser recuperada pelo transporte de pessoas, creio por outra parte que o governo não deve por ora deixar-se arrastar a empresa alguma neste sentido, e que deve continuar a concentrar todos os seus esforços na criação de estradas ordinárias. (Vauthier²²², 1846: 37-38 *apud* Pinto, 1949: 27-28)

Tratava-se de uma época de pouca penetração para o interior do Nordeste em geral. Em Pernambuco, as dispersas povoações do interior estavam acostumadas a escoar suas mercadorias pela bacia do São Francisco na Bahia e Alagoas. Houve interesse em melhoria das rodovias a partir de um plano de 1840. As estradas mais utilizadas transportavam rapadura, açúcar, algodão e farinha de mandioca²²³.

²²² Vauthier, Louis Léger. Relatório do Engenheiro em Chefe da Província de Pernambuco em Setembro de 1846.

²²³ Destacava-se inclusive Ouricuri, visto que algumas décadas depois, mais para o final do século XIX, tornou-se o município em Pernambuco com maior número de engenhos de rapadura, 125, em decorrência da incorporação dos engenhos pelas Usinas na Zona da Mata e Litoral (Pinto, 1949). Contudo, de acordo com o Relatório da Repartição das Obras Públicas de 1862, a situação das quatro principais estradas era precária.

Foi também um período em que planos produzidos sob a encomenda do Império e Províncias alertavam para a importância de construção de estradas-troncos, já sinalizando estradas de ferro em alguns casos, como vimos na citação acima de Vauthier. Ao mesmo tempo, o funcionamento destas estradas-tronco ocasionou a centralização da movimentação de pessoas e mercadorias, tornando pouco utilizadas antigas estradas reais e caminhos que outrora contribuíram para a formação de assentamentos populacionais.

[...] O progresso, porém, das estradas-troncos, - mais tarde, em grande parte, providas de trilhos – deixou em segundo plano quase todas as povoações, vilas ou cidades daquela zona [litoral]. (Pinto, 1949: 35)

Para o autor, a construção de estradas-tronco seria esse um dos grandes motivos para a decadência de parte dos engenhos do litoral e para o que chamou de “cidades decadentes e arruinadas”²²⁴.

Voltando ao contexto nordestino ainda de meados do século XIX e no contexto precedente à implantação da primeira estrada de ferro do Nordeste, na província de Pernambuco, especialmente Recife e Olinda, foi determinante o fato do capital inglês ter se feito presente nos mais diversos serviços públicos e privados²²⁵. Além disso, à época a Inglaterra estava profundamente interessada no algodão para suprir a demanda de suas indústrias de tecelagem e o Brasil constava dentre os principais fornecedores. Dessa

²²⁴ Em comparação a tal processo, que ao mesmo tempo provoca povoamentos nas vias mais importantes e despovoamentos nas vias que se tornam secundárias, Pinto (1949) faz referência ao artigo “Da trilha ao trilho” de E. Backheuser²²⁴, em que este analisa a introdução da estrada de ferro na baixada fluminense e o impacto nas localidades, como Estrela, Pilar, Iguassu e Mangaratiba, “quando a locomotiva começa a fumer nas alturas verdejantes de cafezais e matas virgens”. Se tais localidades foram impactadas pela construção e operação de estradas de ferro, também aquelas que se tornaram cidades por seu crescimento econômico e aumento populacional foram, no final do século XIX e início do século XX, afetadas pela expansão dos cafezais para oeste em São Paulo e Paraná e, principalmente, com a redução da produção após 1930.

²²⁵ Destacam-se sua atuação na exportação de açúcar e algodão, em estabelecimentos bancário (London & Brazilian Bank), em vias de comunicação de telégrafo (Brazilian Submarine Telegraph), nos serviços de cabotagem interestadual, nos maioria dos serviços no porto do Recife, na construção de galerias de água, no controle do serviço de galerias de esgoto (Recife Drainage Co.), no controle do abastecimento de água potável (Beberibe Water Company), na proposição de iluminação a gás, bem como na instalação de indústrias (como Fundições Star Bowman, fósforo (Perman) e vidro (Jugman)).

forma, a influência inglesa deixou marcas na arquitetura das casas, nos móveis e nas vestimentas e nos costumes²²⁶.

Os ingleses foram também atraídos pelas condições mais favoráveis da Lei nº 641 de 26 de junho de 1852, a Lei Ferroviária. Através dessa adquiriam o direito de construção da segunda estrada de ferro do Brasil, construída com recursos ingleses e inaugurada no dia 8 de fevereiro de 1858: a Recife and São Francisco Railway²²⁷.

Criada no mercado de ações, o Brasil dispunha de ¼ do total. Porém, em função do aumento dos gastos durante as obras, decorrente de seguidos equívocos de engenharia e construção, foi aprovada uma lei que [...] facultou a troca dos novos títulos por apólices da dívida pública interna. Além disso, tratou-se, desde logo, de garantir empréstimos à estrada-de-ferro. (Pinto, 1949: 63)

Ao final da construção do trecho inicial²²⁸, de Recife a Una (atual município de Palmares), os diretores da Companhia inglesa requisitaram garantias adicionais ao governo imperial.

Mesmo sem alcançar o rio São Francisco, esta primeira ferrovia caracterizou-se como um dos principais troncos da 'The Great Western of Brazil Railway Company Limited', futura concessionária da Malha Nordeste. Dentre inúmeros projetos de vias férreas propostas, somente alguns foram efetivamente construídos.

[...] Verdade é que essa tendência foi superada, logo de começo, pela necessidade de defesa do litoral e frustrada pelos obstáculos encontrados no acesso ao sertão, desviando o impulso colonizador

²²⁶ Contribuiu para reduzir, ainda que de forma incipiente, o patriarcado, trazendo a noção, por exemplo, de que a mulher poderia e deveria aparecer aos estranhos, visto que na Europa burguesa era a mulher quem presidia e participava da conversa nas salas das residências.

²²⁷ O empreendimento tinha por detrás os irmãos Edward de Mornay e Alfred de Mornay, anglo-brasileiros, que obtiveram a concessão por 90 anos para a construção de uma estrada de ferro partindo de Recife e seguindo até o povoado de Água Preta, para então, estender-se até Garanhuns, aproximando-se de local de importante navegação do rio São Francisco. Posteriormente os irmãos se associaram à recém-criada Recife and São Francisco Railway Company, cuja sede era em Londres. Em 1853 firmaram o contrato definitivo com o governo imperial no Brasil.

²²⁸ Este primeiro trecho da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco foi construído em bitola de 1,6m e contava inicialmente com 124 quilômetros, um túnel e algumas pontes. Suas locomotivas e trilhos, de ferro ou aço, foram fabricados na Inglaterra, sendo estes últimos transportados em carros-de-boi durante a construção. Em cinco anos houve a inauguração da Estrada de Ferro Recife ao São Francisco, prazo que se estendeu daquele inicialmente previsto. A justificativa para tanto foram as epidemias de cólera-morbo e febre-amarela que vitimaram cerca de 40 mil vítimas, somente em Pernambuco, incluindo engenheiros e outros membros da companhia ferroviária.

para outros rumos – motivo pelo qual os produtos da zona sanfranciscana se esgueiravam para Minas e para a Bahia e a conquista do sertão de Pernambuco veio a ser um movimento operado mais de dentro para fora do que de fora para dentro. (Pinto, 1949: 68-69)

Aos poucos novos estudos eram realizados e outros trechos construídos, conforme a mostra a Figura 7 adiante.

Figura 7 – Mapa ferroviário do Nordeste, segundo período de inauguração dos trechos (1858-1946)

Fonte: Pinto, 1949: 149

Para nosso estudo, vale destacar o projeto de J. M. Silva Coutinho que, em 1874, propôs o prolongamento da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco, partindo de Palmares (antigo povoado Una) e seguindo a oeste, passando por Garanhuns, Águas Belas, Ema, Cabrobó até atingir Boa Vista, num traçado que percorreria de forma paralela e mais ao sul a futura Estrada de Ferro Central de Pernambuco, às margens do submédio São Francisco, conforme a reprodução ilustrada adiante.

PROVINCIA DE PERNAMBUCO

PROVINCIA DA BAHIA

PROVINCIA DAS ALAGOAS

PROJETO DO ENG. J. M. DA SILVA COUTINHO 1874

Somente foi executado o trecho de Palmares e Garanhuns, sob a revisão do eng. J. E. W. Bank da Câmara (conser-
vou-se a nomenclatura do autor do pro-
jeto)

279

Esse projeto, na época não implantado, destacava-se por ser o primeiro a propor um traçado alcançando áreas tão distantes do litoral, já no sertão pernambucano. As ferrovias efetivamente construídas tinham como objetivo interligar os engenhos de produção de açúcar e rapadura aos mercados consumidores²²⁹. Segundo Pinto (1949) foram determinantes tanto para a “ruína” de povoações, vilas ou cidades das áreas circunvizinhas aos antigos caminhos do litoral, quanto para a “prosperidade e progresso” das áreas que atendia, como relata o próprio autor:

O “fazedor de desertos” é também, por um flagrante contraste, o criador ou fundador de cidades. Cabo já em 1877 é elevada à categoria de cidade; alguns anos antes o mesmo tinha acontecido a Escada (1873). (Pinto, 1949: 70)

Por volta de 1870 o governo imperial passou a divulgar interesse na construção de uma estrada de ferro com bitola de 1,0m que ligasse a vila de Limoeiro no Agreste, importante centro comercial ao porto em Recife²³⁰. Neste contexto, rendeiros e capitalistas ingleses criaram a The Great Western of Brazil Railway Company Limited, solicitaram autorização de funcionamento no Brasil e adquiriram a concessão de construção do novo traçado.

O primeiro mapa produzido pelos ingleses para a Estrada-de-Ferro do Limoeiro (Figura 9) indicava que o traçado seguiria no sentido noroeste a partir de Recife e especificava os engenhos-de-açúcar que poderiam ser favorecidos pela via férrea.

²²⁹ Outros produtos, como algodão e farinha de mandioca também eram transportados, ainda que em menor quantidade.

²³⁰ Limoeiro sobressaía à época por possuir numerosos engenhos, fazendas de gado e realizar famosas feiras de gado, além de comercializar algodão, cereais, queijos e possuir indústria de trançado que produzia chapéus com palhas diversas da região, como carnaúba e caroá.

Figura 9 – Carta da ferrovia do Limoeiro com destaque à listagem dos engenhos de açúcar dos municípios atravessados

Fonte: Pinto, 1949: 87

Novamente entre as cláusulas da concessão estava a questão de gratuidade das terras devolutas e nacionais, a isenção das taxas para importação de peças e materiais necessário à construção, e ainda permitia aos ingleses o uso das madeiras e a livre exploração das lavras de minas existentes ao longo do traçado.

Como obrigação, o governo exigia o transporte de passageiros, vinte carros de 1ª classe, cinquenta de 2ª classe, associado ao transporte de mercadorias, com duzentos carros²³¹. Estipulava ainda que o transporte de sementes e plantas que eram distribuídas gratuitamente aos agricultores deveria ter abatimento no preço dos serviços.

Em 1882, após somente quatro anos do início das obras, o trecho Recife-Pau-d'Alho-Limoeiro, com 82 km, e um ramal para Nazaré, possuindo 12 km, foram inaugurados. Os três principais produtos transportados até 1900 foram o algodão, a madeira e o açúcar. A movimentação das duas primeiras mercadorias, segundo análise de Pinto (1949), apresentou-se mais constante, enquanto que o açúcar mostrou-se bastante instável ao longo das safras.

De todo modo, Pinto analisa que somente dois anos financeiros mostraram-se deficitários, apresentando dados também de que a ferrovia chegou ao final do século XIX transportando 18% do total de mercadorias em Pernambuco²³². Pinto menciona, ainda, um relatório da The Great Western de 1891 em que o presidente faz a seguinte declaração “Não há dúvida que a nossa estradazinha, com seu pretensioso título, pelo qual não me cabe responsabilidade, vai indo pouco a pouco para adiante, num progresso, de certo tempo a esta parte, certo e firme” (The Great Western, 1891 *apud* Pinto, 1949: 99).

Fica claro aqui que apesar da The Great Western se destacar dentre as ferrovias no Brasil, para os ingleses as estradas de ferro aqui construída não eram nada mais que “estradazinhas” perante as extensas e densas malha ferroviária existentes na Inglaterra,

²³¹ “Os gêneros transportados do interior para o Recife, na ordem mais ou menos decrescente do seu valor, foram o açúcar, o algodão, o caroço de algodão, os cereais, as madeiras, a aguardente; do Recife para o interior foram eles o charque, o bacalhau, os maquinismos, as ferragens, a farinha ou o sal, as especiarias, as fazendas, o querosene, os vinhos (inclusive o vinagre)” (Pinto, 1949: 97)

²³² O restante era transportado pela Ferrovia Recife and São Francisco Railway (36%), por barcas (37%), navios (0,5%) e pessoas que conduziam carga, chamadas de almocreves (8,5%).

ou mesmo em suas colônias no continente africano e asiático. Ademais, Pinto (1949) levantou junto a charges (Figura 10) e folhetins referências a “erros e lacunas” das linhas férreas da Great Western, conforme segue:

[...] eram tão elevadas que não se podia mandar de Pau-d’-Alho para Recife um jerimum ou mesmo uma alface; por isso, a rodovia do Limoeiro sempre estava tão cheia de comboios de animais, carregando os produtos do interior, enquanto os trens da “Great Western” corriam, ao seu lado, vazios. “Famílias inteiras de ingleses” (acrescentava o referido Van Ufel) viajavam durante meses, sucessivamente, em carros de 1ª classe, entre Pau-d’-Alho e o Recife, sem ao menos usarem dos competentes passes. Como se a estrada-de-ferro fosse propriedade particular dessas famílias. Ainda mais: os trens paravam nas portas das casas, onde residiam os súditos britânicos, com flagrante abuso dos regulamentos. Ou acontecia ver-se obstruída a linha por algum trem especial, destinado a transportar as “notabilidades inglesas”. (Pinto, 1949: 99-100)

Figura 10 – Charge de meados do século XIX retrata a Estrada de Ferro Central de Pernambuco

Fonte: Pinto, 1949: 107.

A Estrada de Ferro Central de Pernambuco – EFCP, acima ilustrada, iniciou a ser construída em 1885 sob a pressão de agricultores que demandavam melhores vias de circulação de mercadoria e comunicação. Seu traçado tinha como ponto inicial Recife, passando por Vitória, Gravatá até chegar a Bezerro, Caruaru. O primeiro trecho inaugurado em 1887, contudo, atingia somente o município vizinho de Jaboatão.

Este traçado percorria áreas propícias para a criação de gado, onde também eram cultivados cana-de-açúcar, mandioca, tabaco, algodão e algumas frutas e hortaliças e

algodão, na área mais próxima a Caruaru. A sua operação provocou mudanças nas culturas produzidas, mesmo porque o frete implicava em alto custo na composição do preço final das mercadorias.

O Governo republicano pretendia ampliar a malha ferroviária no Nordeste, já existente em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1900, o decidiu resgatar a Estrada de Ferro Recife ao São Francisco e outros trechos, visto que a Lei de 1852 previa esta possibilidade após o período de trinta anos. A maior parte das ferrovias encontrava-se em regime deficitário ou tinham suas despesas equivalentes às receitas, o que fazia com que o governo tivesse que arcar com a garantia de juros, pago em ouro, o que não havia como sustentar mais financeiramente. Passou então a arrendá-las a empresas particulares, sendo que o Estado receberia quotas da renda bruta.

As concessionárias teriam também o compromisso de realizar prolongamentos, ainda que alguns custeados pela União e exigência de pagar 10 a 15% sob a renda bruta de arrendamento ao governo republicano. A ideia seria de proporcionar mais “surto econômico e comercial causado pelo desenvolvimento da viação férrea” do que lucrar diretamente. Toda a malha arrendada nesse contexto de 1900 retornaria à União em 1960. Deste modo, as ferrovias arrendadas na época foram: Estrada de Ferro Sul de Pernambuco (193,90 km), Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz (120,60 km), Estrada de Ferro Recife ao São Francisco (124,70 km), Estrada de Ferro Central de Alagoas (150,00 km), Estrada de Ferro Paulo Afonso (115,80 KM) e Estrada de Ferro Conde d’Eu (165,00 km). É neste momento que a The Great Western of Brazil Railway Company Limited sofre uma expansão vertiginosa, em mais de 500%²³³.

Isso, posto, temos que a formação da Malha Nordeste²³⁴ assentou-se desde o início no capital inglês, principalmente a partir da atuação da ‘The Great Western’,

²³³ As extensões ferroviárias, por ela implantada, foram também favorecidas pela aprovação de um decreto em 1903 que atraiu interessados em realizar planos, orçamentos e obras ferroviárias, resultando em mais de dez mil quilômetros de novas vias férreas no Brasil até 1910.

²³⁴ Para esta pesquisa centramo-nos nas primeiras ferrovias e na composição dos capitais que levaram à criação da The Great Western, e, portanto, deixamos de abordar de forma particular diversos trechos ferroviários implantados desde a segunda metade do século XIX no Nordeste.

No Ceará, o primeiro trecho de via férrea foi inaugurado em 1872 na Estrada de Ferro de Baturité – EFB. Formou-se a Rede de Viação Cearense seguindo a partir de Fortaleza e sendo lentamente prolongada. Em

momento em que capitalistas ingleses se consorciaram para empreender a linha férrea entre Recife e Limoeiro, região que se destacava por seus algodões e feiras de gado. Na época, outras ferrovias já tinham sido inauguradas no Nordeste, como a Estrada de Ferro Paulo Afonso e própria Estrada de Ferro Recife ao São Francisco, sendo esta a primeira inaugurada no Nordeste e a segunda do Brasil.

Em meados do século XX a The Great Western continuava assumindo o funcionamento, a manutenção e ampliação de uma rede com 1,6 mil km de ferrovia, ou seja, cerca de 30% da Malha Nordeste²³⁵. As ferrovias teriam sido, ao menos na perspectiva de Pinto (1949), essenciais à economia nordestina, visto que transportaram seus produtos mais relevantes à época, tais como: açúcar, algodão, café, fumo, álcool, mandioca, milho e produtos florestais. Os documentos da companhia indicavam também que a existência e o crescimento da quantidade de usinas, fábricas, destilarias e do aumento da movimentação de mercadorias nos portos, o que teria ligação indireta com a existência das vias férreas.

As atividades foram cessadas em 1950²³⁶ e a operação da malha foi encampada pela Rede Ferroviária do Nordeste – RFN, a qual, juntamente com outras malhas, foi

1926, atingiu a cidade do Crato, no sul do Ceará. Em 1957, torna-se subsidiária da RFFSA, que passa a operá-la a partir de 1975. Em 1996 é arrendada juntamente com a malha ferroviária do Nordeste.

Na Bahia, as principais ferrovias são a Estrada de Ferro Bahia a Juazeiro e Estrada de Ferro Central da Bahia. “As duas ligações principais com o Vale do São Francisco eram a primeira e a última das estradas descritas acima. A Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, inicialmente constituída e concedida a um engenheiro, se chamava Estrada de Ferro Calçada à Juazeiro. Depois passou a um grupo inglês e, por fim, foi retomada ao “patrimônio brasileiro”, tornando-se a Viação Férrea Leste Brasileiro, até ser incorporada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1957. A outra, Estrada de Ferro Central da Bahia ligava as cidades de Cachoeira e São Félix, na bacia do rio Paraguaçu (de onde se tinha o acesso por barco até Salvador), primeiramente à Monte Azul-MG (bacia do rio São Francisco) e depois à Pirapora-MG que, como vimos, tratava-se de um porto terminal da “hidrovia” São Francisco. Essa estrada de ferro, em 1957 foi incorporada também pela RFFSA.

Atualmente ambas as estradas citadas foram concedidas (por 30 anos prorrogáveis por mais 30), mediante leilão, de acordo com o plano de desestatização, à Ferrovia Centro Atlântica (FCA) que as administra hoje. Esta, por sua vez, em 2003, passou a ter seu controle acionário e de investimentos em poder da empresa VALE (antiga Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997): com logística focada, principalmente, em grãos como a soja, derivados de petróleo e álcool combustível. (FCA, 20/04/2011)” (Kluck, 2011: 64).

²³⁵ Em meados do século passado, a malha Nordeste representava cerca de 11% da malha nacional.

²³⁶ A partir das referências bibliográficas consultadas não foi possível compreender os motivos que levaram à interrupção das atividades da companhia

incorporada à RFFSA no ano de 1957. A partir de então houve ampliação de poucos novos trechos, porém vale destacar a extensão da EFCP, chamada de Linha Oeste, até o município de Salgueiro, cuja estação foi inaugurada em 1963²³⁷. Nesta linha, o transporte de mercadorias e passageiros chegou a funcionar até 1983, quando foi suspensa a atividade, restringindo-se a operação ao trecho com trens de subúrbio entre Recife e Jaboatão (ARCADIS Tetraplan 2006, 2008; ANTT, 2012; DNIT, 2013).

De forma geral temos, portanto, que a operação das ferrovias no Nordeste esteve intimamente associada aos grandes capitais, aos detentores dos meios de produção, concentrados numa elite proprietária de terra. Entender a formação desta malha remete, assim, à constituição da Estrada de Ferro Central do Pernambuco – EFCP, atualmente desativada, cujo traçado é previsto ser substituído pelos trilhos da Nova Transnordestina.

A partir do processo de privatização da malha ferroviária no Brasil, iniciado em 1990 com a criação do Plano Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/1990) e finalizado com a Lei nº 11.483/2007, conforme tratamos anteriormente, é realizada a privatização desta malha, processo que incorporou a EFCP e demais ferrovias. Assim, o antigo projeto inicial de prolongamento da ferrovia a partir de Salgueiro, para unificar o traçado à antiga EF Baturité, foi incorporado nos planos de expansão da nova concessionária.²³⁸

²³⁷ Apesar da extensão da Linha Oeste, EFCP, ter ocorrido somente na década de 1960, quando já era operada pela empresa pública RFFSA, seu prolongamento em direção ao interior era esperado há décadas na perspectiva de integração regional: “[...] Como se sabe, a finalidade desse prolongamento é a cidade de Salgueiro, notável empório comercial do alto sertão, de posição geográfica estratégica. Em Salgueiro cruzam-se a Transnordestina (Salvador-Fortaleza) e a rodagem central de Pernambuco em demanda do sul de Piauí. [...] Devido a sua configuração geográfica, em Pernambuco, ainda hoje, centros como esse e como Triunfo, Serra Talhada, Leopoldina, etc., permanecem quase que insulados da rola marítima” (Pinto, 1949: 219-220). Esta extensão até Salgueiro permitiria, também, com a ampliação de mais um traçado, interligar a ferrovia até a antiga Estrada de Ferro Baturité – EFB, no Ceará. Porém, o projeto não foi considerado economicamente viável. Tanto para a companhia The Great Western ou mesmo para o governo federal, a partir de meados do século XX, a manutenção ou ampliação de algumas ferrovias da malha Nordeste mostravam-se um investimento de risco, tal era a dependência dos produtos de exportação para auferir lucro. Os vagões retornavam ao interior com pouca carga. Assim, justificavam que a “economia pouco diversificada” e “população com baixo poder de compra” eram impeditivos para a aplicação de recursos privados ou públicos.

²³⁸ Constam nos contratos de concessão das malhas ferroviárias as perspectivas de expansão da malha por parte do Estado brasileiro. Assim, não apenas o atendimento às cláusulas de manutenção das vias, mas também a expansão é parte condicionante dos contratos. No entanto, conforme vimos anteriormente, os projetos de expansão concentram-se, contudo, nas ferrovias vinculadas à VALEC.

Segundo o contrato de concessão a CFN²³⁹ assumiu, em 1998, a “exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste” (Brasil, 1998). O documento (Anexo C) contemplava também o direito desta concessionária de explorar novos trechos e destacava dois projetos específicos: a Ferrovia Nova Transnordestina e a ferrovia de acesso ao Complexo Portuário do Pecém (Brasil, 1998). Contudo, o projeto inicial de construção de uma ferrovia “Oeste-Leste” data do século XIX (Pinto, 1949).

A concessionária CFN passou a controlar 4.207 km de extensão ferroviária, das quais 99,5% são de bitola métrica e somente 0,5% de bitola mista (1,00 e 1,60 m). Ficam excluídas da concessão à CFN as ferrovias Estrada de Ferro Carajás – EFC, voltada quase que exclusivamente ao transporte do minério de ferro das jazidas exploradas pela Vale no Pará ao Porto Itaqui em São Luís/MA, e a Ferrovia Centro Atlântica – FCA, com extensa malha que compreende os estados de Bahia e Sergipe no Nordeste, além de todo o sudeste e parte significativa do Centro Oeste²⁴⁰ (BNB et alii, 2012), como sintetiza o quadro abaixo.

²³⁹ Formada pelo consórcio da Manor Taquari Participações, com 40,0% das ações, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, com 20,0% e pela Companhia Vale do Rio Doce, com 20,0%, e a ABS Emp. Part. e Serviços S. A., também com 20,0%. Em 2012, a CSN detinha 76,13% de participação no capital social e o BNDES era o segundo maior acionista (CNS, 2012). No ano seguinte a Resolução n. 4042 de 22 de fevereiro de 2013 da ANTT autoriza a cisão da Concessão da Malha Nordeste e a cisão da própria Transnordestina Logística S.A e a formação de duas companhias abertas. A Companhia Malha I detém o direito da malha compreendida pelos trechos São Luiz – Mucuripe, Arrojado – Cabedelo e Macau – Recife. A Companhia II detém o direito de construção e operação da expansão da malha Nordeste, exatamente o traçado correspondente à Nova Transnordestina. As malhas passam a ser controladas, respectivamente, por: Malha I – CSN e Taquari Participações S.A. e Malha II CSN, Valec, FDNE e BNDES.

²⁴⁰ O traçado destas duas ferrovias consta na Figura 6 – Malha ferroviária no Brasil (2011), p. 269.

Quadro 3 – Principais características da malha sob a concessão da Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

Área de influência	Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte	
Extensão da Malha	Km	Bitola (m)
	4.189	1,0
	18	1,00 / 1,60
Pontos de ligação com Ferrovias	EFC	Ramal ITAQUEI (Pombinho/MA)
	FCA	Propriá/SE
Pontos de Ligação com Portos	Maceió (AL)	Recife (PE)
	Pecém (CE)	Natal (RN)
	Itaqui (MA)	Suape (PE)
	Mucuripe (CE)	Cabedelo (PB)

Fonte: CNT, 2007.

Atualmente os principais produtos transportados na Malha Nordeste são: cimento, derivados de petróleo, alumínio, calcário e coque. A média de carga transportada entre 2003 e 2011 foi de 1.493.000 de Tonelada Útil - TU, volume bem abaixo das demais concessionárias, o que se repete também para o cálculo de Tonelada por Quilômetro Útil - TKU²⁴¹ (ANTT, 2012). Apesar das quantidades de locomotivas e vagões terem sido reduzidas em 13% e 19% entre 2006 e 2012, respectivamente, o volume de carga transportada manteve-se equilibrado.

Por outro lado, entre as empresas concessionárias, a TLSA se destaca no montante de investimentos alocados em sua malha ferroviária. Entre 2008 e 2012, por exemplo, permaneceu entre as quatro com maior investimento realizado. Tomando o ano de 2011, foram aplicados R\$ 4.926.000 em doze empresas concessionárias, dentre os quais 27,79%

²⁴¹ “TU” é o total de carga movimentada no transporte remunerado e TKU equivale ao transporte de uma tonelada útil a distância de um quilômetro (DNIT, 2011).

foram na TLSA (cujo maior acionista é a CSN²⁴²), 21,71% na EFC (da Vale), e 21,39% na MRS (também tem a CSN como importante acionista). Ou seja, os investimentos estiveram concentrados em três únicas ferrovias que possuem diversos acionistas em comum, com destaque à própria CSN.

Segundo os Relatórios de Desempenho Anual organizados e publicados pela ANTT, entre 2006 e 2012, os recursos aplicados foram majoritariamente direcionados à infraestrutura²⁴³, à superestrutura²⁴⁴ e ao material rodante²⁴⁵, principalmente a partir de 2008, o que, provavelmente, deve ter relação direta com o início do PAC1 em 2007. O estudo mais detalhado da Malha Nordeste e da atuação da empresa Transnordestina S.A., por conta da implantação da Ferrovia Nova Transnordestina, permite-nos tomar conhecimento de que os recursos aplicados provêm de diversas fontes e, neste caso, a minoria é da própria concessionária.

Deste modo, temos que a manutenção e a ampliação de sua malha tem se dado no contexto de dependência de recursos externos à iniciativa privada, tendo que a maioria é recurso público e provêm do MI por meio de recursos do BNDES e fundos ligados à SUDENE, como o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, e ao Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, o qual é gerido pelo BNB para

²⁴² A CSN, principal acionista até hoje, também detém em sua história recente a marca de processo de privatizações da década de 1990. Segundo Biondi (2003), assim como ocorreu em outros casos por ele analisados, a venda da CSN não só envolveu o uso de “moedas podres”, como tampouco beneficiou no curto prazo o governo. Ao contrário, a população acabou assumindo dívidas e o ônus da lógica de redução de pessoal encarecimento das tarifas. “A CSN foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em ‘moedas podres’. Assim foi feita a privatização brasileira: o governo financiava a compra no leilão, vendia ‘moedas podres’ a longo prazo, financiava os investimentos que os ‘compradores’ precisavam fazer. E para aumentar os lucros dos futuros compradores o governo “engolia” dívidas bilionárias, demitia funcionários e aumentava as tarifas antes da privatização” (Biondi, 2003: 8).

²⁴³ O termo infraestrutura no setor ferroviário se refere à “Parte inferior da estrutura. Nas pontes e viadutos, são os encontros e os pilares, considerando-se o vigamento como superestrutura. Na via permanente, a infra-estrutura é tudo que fica da plataforma para baixo, formando o trilho, dormente e lastro a superestrutura. Conjunto de obras destinadas a formar a plataforma da ferrovia e suportar a superestrutura da via permanente.” (DNIT, 2011: 21).

²⁴⁴ No setor ferroviário é considerada “superestrutura” a “Parte superior da estrutura da via que suporta diretamente os esforços dos veículos e os transmite à infra-estrutura” (DNIT, 2011: 39).

²⁴⁵ O DNIT define “material rodante” como sendo “material de tração, carros de passageiros, vagões para mercadorias, animais, bagagens, etc. Abrange o conjunto: via permanente, estações, edifícios, oficinas, linhas de manobra, depósitos de carros e locomotivas, reservatórios de líquidos e combustíveis, etc.” (DNIT, 2011: 28).

investimentos em áreas de atuação da SUDENE. Assim, o projeto de integração do Nordeste através da ferrovia, que desde o final do século XIX era tido somente como proposição, passa por inúmeras alterações acordadas entre a concessionária CFN (atual Transnordestina S.A.) e o Estado, para que, em 2006, se houvesse o início das obras no Trecho Missão Velha/CE a Salgueiro/PE.

4.2.1. O Projeto Nova Transnordestina: acirrando contradições

A construção de um via férrea que atravessasse o estado de Pernambuco sentido Leste-Oeste consta, conforme vimos no subitem anterior, nos planejamentos de Estado desde o século XIX. No entanto, em função do transporte ferroviário se mostrar útil, pois economicamente viável, apenas a alguns setores, como o de produção de açúcar, as ferrovias em Pernambuco concentraram-se nas áreas atualmente delimitadas pelas mesorregiões Agreste, Zona da Mata Pernambucana e Metropolitana de Recife.

A cada novo traçado, a cada nova extensão de trecho, tanto o Estado quanto as companhias responsáveis remetiam à ferrovia o propósito de combinar integração regional com “desenvolvimento econômico”. A própria concepção de desenvolvimento ferroviário, independentemente da ideologia de Estado em cada governo, traz consigo a noção de alteração das relações de produção.

Nesse sentido, a postergação até os dias atuais do projeto da Ferrovia Nova Transnordestina nos releva, talvez, o desinteresse na “interiorização” em função da inexistência de uma configuração econômica que justificasse a instalação dos trilhos. A decisão para que o projeto fosse finalmente efetivado resultou, assim, não do interesse das concessionárias, no caso da CFN à época, mas de deliberação contida no Leilão realizado em 18 de julho de 1997 de desestatização da Malha Nordeste²⁴⁶, conforme segue:

Cláusula primeira – do objeto

O presente contrato tem por objeto a CONCESSÃO para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da MALHA NORDESTE, constituída pelas atuais Superintendências

²⁴⁶ Conforme apontamos no subitem 4.1 ‘Breve histórico e abordagens do desenvolvimento ferroviário no Brasil’, o leilão foi realizado com base na Lei n. 8.031 de 1990, a qual definiu o Programa Nacional de Desestatização e levou à privatização da malha ferroviária da RFFSA.

Regionais de Recife (SR-1), Fortaleza (SR-11) e São Luís (SR-12), da Rede Ferroviária S.A. – RFFSA, à CONCESSIONÁRIA, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1197, conforme descrição constante do anexo I deste contrato.

Parágrafo 1º - Os trechos que ligam Souza (PB) e Mossoró (RN) e Ribeirão a Barreiros, no Estado de Pernambuco, que estão com o tráfego suspenso, serão automaticamente excluídos da CONCESSÃO se, no prazo de até 8 (oito) meses, contado da data de assinatura deste contrato, a CONCESSIONÁRIA não manifestar, por escrito, à CONCEDENTE, seu interesse em restabelecer a operação destes trechos. Em se verificando a manifestação do interesse da CONCESSIONÁRIA na operação dos referidos trechos, a CONCEDENTE autorizará a RFFSA a, no prazo de 30 (trinta) dias, incluir no Contrato de Arrendamento, através de aditivo, os bens operacionais de tais trechos, sem qualquer acréscimo ao valor do arrendamento.

Parágrafo 2º A CONCESSÃO compreende também o direito de a CONCESSIONÁRIA explorar o TRANSPORTE FERROVIÁRIO nos trechos a serem construídos pela CONCEDENTE, que constituem os projetos denominados Ferrovia Transnordestina e Acesso Ferroviário ao Complexo Portuário do Pecém, e que se destinam a complementar a MALHA NORDESTE.

(Brasil. Ministérios dos Transportes; CFN, 1997)

No trecho acima, extraído do contrato, a construção da Transnordestina consta logo na Cláusula Primeira, Parágrafo 2º, como direito da concessionária, porém sujeito à desistência. Além disso, a análise do documento nos revela que o processo de desestatização e concessão por meio de leilão desta malha contém exatamente os principais pontos críticos sobre o processo de privatização que abordamos a partir de Biondi (2003). Segundo o contrato (Anexo C – Cláusula Quarta), a concessão também foi marcada por sua baixa quantia (R\$ 15,8 milhões), preço inexpressivo pago à vista (R\$ 351.560,00), longo prazo de pagamento (27 anos) do valor restante (cerca de R\$ 15,5 milhões).

A Companhia Ferroviária do Nordeste, atual Transnordestina Logística S.A., demonstrou desde o início interesse em assumir a ampliação da malha. Contudo, a relação entre Estado e concessionária nos parece extremamente nebulosa até hoje. Isso pois as interferências por parte do governo por meio do DNIT extrapolaram as atribuições previamente definidas no Contrato de Concessão até meados da década de 2000. A realização e supervisão pelo DNIT dos estudos ambientais e projetos de engenharia entre 2003 e 2008 evidenciam a problemática desta gestão público-privada e o interesse por parte do primeiro mandato do Governo Lula em consolidar sua atuação política no Nordeste.

O projeto inicial proposto pelo DNIT previa um traçado de ferrovia diferente do atual, em vista à prioridade de ligação da Transnordestina ao terminal fluvial no município de Petrolina/PE, excluindo a reconstrução de nova via férrea entre Salgueiro/PE e o Porto Suape/PE ou mesmo a extensão até o Piauí (Figura 11).

Figura 11 – Projeto de traçado para a Ferrovia Nova Transnordestina (2004)

Fonte: DNIT, 2004.

O projeto acima representado obteve, inclusive, as licenças necessárias – as licenças prévias (LPs) – para continuidade dos estudos mais específicos. No entanto, o projeto foi sendo alterado e novos estudos foram exigidos pelo IBAMA.

Outros estudos foram sendo realizados e, em junho de 2006, ainda sem a aprovação de qualquer um deles pelo IBAMA, as obras no trecho chamado Missão Velha/CE a Salgueiro/PE foram iniciadas. Essa intervenção direta ocorreu até 2008 quando o DNIT encaminhou à CFN um Termo de Compromisso com a nova divisão de responsabilidades no licenciamento ambiental.

Assim, a CFN passou a gerir a contratação das empreiteiras responsáveis pela obra e consultorias designadas aos estudos de engenharia e socioambientais. O Governo Federal, por sua vez – por meio do Ministério da Integração, Ministério dos Transportes, inclusive o DNIT – definiu que todas as etapas relacionadas às

desapropriações seriam atribuições dos governos estaduais, exceto no estado do Ceará onde o DNIT continuaria responsável²⁴⁷. Desse modo, a condução dos processos para a “liberação da faixa de domínio” foi delegada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDEC/PE e à Secretaria Estadual de Transportes – SETRANS/PI, apoiadas pelo trabalho dos respectivos poderes judiciário, através do Tribunal de Justiça.

Houve a determinação também de que o processo de licenciamento ambiental do projeto Nova Transnordestina ocorresse de forma fragmentada, segundo os trechos componentes, independentemente de quais fossem. A fragmentação do processo de licenciamento ambiental para a obtenção das autorizações exigidas pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 01/1986²⁴⁸ reproduz uma estratégia amplamente utilizada pelos empreendedores que não desejam que os “impactos ambientais” e “impactos sociais” sejam analisados na escala total do projeto. Caso semelhante à Ferrovia Nova Transnordestina ocorreu com a construção do Rodoanel na Região Metropolitana de São Paulo, cujo projeto foi todo fracionado, fato que permite minimizar a visão dos reais impactos do projeto no seu conjunto.

No entanto, de acordo com a Analista Ambiental Clarice do IBAMA, essa decisão foi “política”, visto que existe uma resolução CONAMA que determina que não se fragmente a LP, ainda que o empreendimento seja subdividido em trechos durante a construção (informação verbal²⁴⁹). A EF-344 Ferrovia Oeste-Leste – FIOL, por exemplo, possui uma única LP e LI, apesar das obras ocorrem por trecho.

No caso da Nova Transnordestina, porém, a análise do processo referente ao Trecho Trindade/PE a Salgueiro/PE revela a pressão sofrida pelo IBAMA para a emissão dos documentos que autorizassem o início das obras. Levantamos as correspondências enviadas

²⁴⁷ O acordo entre o Governo Federal, governos estaduais e a concessionária data de 2008, ano que as obras sob a coordenação do DNIT no trecho Salgueiro a Missão Velha já completava dois anos e grande parte das desapropriações tinham sido realizadas.

²⁴⁸ Constam nessa Resolução “[...] as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental” (Brasil, 1986)

²⁴⁹ Clarice é analista ambiental responsável pelo acompanhamento das questões relativas ao meio socioeconômico na Coordenação de Transportes da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA. Informação verbal obtida em 4 de agosto de 2014. Trabalho de campo.

pelo Ministério da Integração e Casa Civil ao empreendedor e ao IBAMA, mostrando que a cobrança já vinha ocorrendo antes mesmo do recebimento do EIA/RIMA pelo órgão licenciador²⁵⁰. Dessa forma, os estudos foram sendo realizados e aprovados separadamente. A composição atual do projeto estabelece o município de Salgueiro como entroncamento dos sentidos Oeste-Leste e Norte-Sul da ferrovia (Mapa 1 – Traçado da Ferrovia Nova Transnordestina, p. 22) e contém cinco trechos (Tabela 13).

Tabela 13 – Projeto Nova Transnordestina segundo a extensão (km) dos trechos componentes

Trecho	Extensão (km)
Missão Velha/CE ao Porto Pecém/CE	513
Missão Velha/CE a Salgueiro/PE	96
Salgueiro ao Porto Suape/PE	522
Eliseu Martins/PI a Trindade/PE	420
Trindade/PE a Salgueiro/PE	176
Total	1728

Fonte: Transnordestina Ambiental (2012)

Dentre esses cinco trechos, três deles – Eliseu Martins/PI a Trindade/PE, Trindade/PE a Salgueiro/PE e Salgueiro/PE a Missão Velha/CE – são considerados pelo empreendedor trechos totalmente novos. Isto porque o traçado dos outros dois trechos – Salgueiro/PE a Porto Suape/PE e Missão Velha a Pecém - encontra-se próximos aos traçados que já existiram, mas que foram desativados há quase trinta anos (CSN, 2007).

Apesar de o empreendedor dizer que há 600 km de “adequação” ou “substituição” da ferrovia desativada²⁵¹, os traçados não necessariamente incidem sobre as mesmas áreas, tanto é que o processo de desapropriação e indenização ocorreu normalmente, pautado na lei que define desapropriação por utilidade pública²⁵².

²⁵⁰ Processo n. 02001.000302/07-88 de 2007, disponibilizado mediante solicitação formal de cópia ao IBAMA em 23 de julho de 2014.

²⁵¹ Os trechos são relativos à EFCP, ou Linha Oeste, entre Salgueiro/PE e Recife/PE, e à antiga ferrovia Baturité, entre Missão Velha/CE e Fortaleza/CE.

²⁵² Caso a Nova Transnordestina sobrepuasse o antigo traçado da EFCP, a Linha Oeste, seria desnecessário qualquer processo de desapropriação nesta parte do traçado. Nesse caso, a partir do processo de privatização e do contrato estabelecido entre o Ministério dos Transportes e a CNF para a

O projeto Nova Transnordestina contempla também a construção de novos sub-ramais e a instalação de dois terminais portuários privativos, um no Porto Pecém/CE e outro no Porto de Suape/PE, capazes de receber navios de maior calado que farão a exportação das matérias primas industriais (CFN, 2011; CSN, 2011).

A expectativa do Governo Federal e da concessionária é promover interligações com outras redes ferroviárias, como a Ferrovia Centro Atlântica – FCA, através dos terminais em Juazeiro/BA e Propriá/SE, a qual segue em direção ao Sudeste do país, bem como com a EF 151 – Ferrovia Norte-Sul, que também se encontra em construção e cujo terminal comum seria em Eliseu Martins/PI. Exceto o trecho de ligação com a FCA, todos os demais estão identificados na Figura 6 – Malha ferroviária no Brasil (2011), apresentando na p. 269.

Cada um desses trechos foi sendo aprovado individualmente pelo IBAMA, órgão responsável pelo acompanhamento de todo o processo de licenciamento ambiental. Esse processo se inicia com estudos de viabilidade seguidos por estudos de impacto ambiental – EIA. No Brasil, “impacto ambiental” refere a:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

IV – a qualidade dos recursos ambientais (Brasil, 1986)

Esse conceito varia conforme seu emprego

SÁNCHEZ (2008), ao criticar essa definição legal, mostra que os termos “matéria ou energia” empregados na legislação foram pautados sob a perspectiva de um aspecto ambiental específico, a poluição. Considerando-a inadequada, utiliza sua própria definição de impacto ambiental: “[...] alteração da qualidade ambiental que

concessão da Malha Nordeste (Anexo C), a CFN passou a ter direito de uso e exploração dos bens e equipamentos, incluindo as áreas relativas às faixas de domínio das ferrovias ativas e inativas, as quais passaram a ser controladas pela concessionária. Em função do longo período em que os bens públicos ficaram praticamente abandonados, cerca de trinta anos, houve ocupação das faixas de domínio. Mesmo assim, o processo ocorreria de forma diferenciada, sendo provavelmente utilizado o recurso judicial de reintegração de posse.

resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ações humanas” (Sánchez, 1998).

Contudo, é recorrente que na avaliação de impacto e na proposição de índices de desempenho ambiental, o emprego do conceito de impacto ambiental trate essencialmente de aspectos dos meios físico e biótico, desconsiderando as alterações quanto aos aspectos sociais e econômicos. No artigo de Sánchez; Costa (2010), por exemplo, ao abordar os impactos ambientais provocados pelas rodovias estaduais de São Paulo, são feitas considerações sobre os meios físico e biótico, exclusivamente, e não há qualquer ressalva no texto de que, ainda que não fosse o foco, há processos sociais que também deveriam ser considerados.

A aprovação do EIA/RIMA²⁵³ concede ao empreendedor a Licença Prévia – LP do empreendimento em questão. Essa licença costuma conter alguns indicativos de ações necessárias e que condicionam a continuidade do licenciamento. Assim, antes de poder iniciar as obras, será preciso desenvolver um Plano Básico Ambiental – PBA²⁵⁴. Este documento detém importância por nele conter todos os programas que deverão ser realizados durante as obras – momento denominado de implantação – e durante o funcionamento, ou operação, do empreendimento.

Desse modo, cabe à consultoria ambiental, contratada pelo empreendedor, propor quais as ações necessárias para, conforme os termos padrões, “minimizar”, “compensar” e “potencializar” os impactos – negativos e positivos. Estes programas condicionam, portanto, a obtenção da Licença de Instalação – LI. No caso do projeto Nova Transnordestina, considerando a fragmentação do licenciamento ambiental, a

²⁵³ Essa aprovação é realizada somente pelos órgãos competentes e, para tanto, é exigida a realização de consultas prévias à população. Estas consultas, as Audiências Públicas, são extremamente questionadas quanto ao fato de constituírem-se, efetivamente, em espaços democráticos de participação. Os EIA/RIMAs em geral são elaborados com linguagem extremamente técnica e constituem documentos extensos, o que dificulta o entendimento por parte dos interessados. Ademais, os documentos que informam sobre os impactos das obras em análise podem ser divulgados até 15 dias antes da data da consulta popular. Ou seja, de diferentes formas, o acesso à informação é dificultado, prejudicando a participação no principal espaço definido para esclarecimentos e questionamentos. Contudo, o mais recorrente é que a audiência pública seja um espaço de divulgação por parte da consultoria ambiental contratada pelo empreendedor dos benefícios que o dado empreendimento poderia proporcionar, cabendo a ela a decisão de quais impactos negativos irá expor a público nessa reunião.

²⁵⁴ Há também outras denominações para este documento, o qual precede a autorização para o início das obras.

Transnordestina Logística S.A. obteve cinco LPs e LIs, específicos a cada trecho. A emissão dessas LIs foi acompanhada por pareceres técnicos que definiram as condicionantes para o início e continuidade das obras e exigiram a apresentação de relatórios semestrais que expusessem o atendimento dessas condicionantes.

Para o IBAMA, os relatórios semestrais tornaram-se o principal instrumento de acompanhamento da execução ou não das ações exigidas. De forma complementar, o IBAMA permite a realização de visitas técnicas ao local do empreendimento, e há também a possibilidade de qualquer pessoa física ou jurídica protocolar críticas e denúncias. Durante o período que acompanhamos as obras no Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE, entre 2010-2014, nenhuma visita técnica para tratar especificamente das questões sociais foi realizada.

Avaliando cada uma das licenças envolvidas no projeto Nova Transnordestina, verificamos que há distinção entre os programas propostos e, principalmente, em relação às condicionantes definidas pelo IBAMA. Por outro lado, a análise comparativa dos relatórios semestrais²⁵⁵ nos permite afirmar que, independentemente das licenças vinculadas, as ações são bastante similares por terem sido realizadas até meados de 2014 pela mesma consultoria ambiental²⁵⁶.

Dos cinco trechos licenciados, somente dois deles, o de Missão Velha/CE à Salgueiro/PE e Trindade/PE à Salgueiro/PE, estão em estágio avançado das obras (etapa da superestrutura). O trecho Missão Velha/CE a Porto Pecém/CE, por sua vez, é o considerado mais atrasado, visto que as obras foram iniciadas em apenas 10% do traçado total. O município de Ouricuri, por sua vez, está inserido no Trecho Trindade/PE a Salgueiro/PE (IBAMA, 2008). A soma dos imóveis diretamente afetados nos seis municípios

²⁵⁵ Desde 2010 tivemos contato com os relatórios ambientais enviados ao IBAMA relativos a cada um dos trechos que estão em obras. Nosso foco, contudo, manteve-se no trecho Trindade/PE a Salgueiro/PE, onde está situado o município de Ouricuri/PE, onde concentramos nossas pesquisas de campo. Em julho de 2014 visitamos a sede do IBAMA, em Brasília, ocasião em que tivemos acesso a todos os relatórios enviados ao órgão pelo empreendedor. Tivemos acesso, inclusive, a todo o processo, o que inclui pareceres técnicos de avaliação dos programas.

²⁵⁶ Desde meados de 2014 foi rescindido o contrato entre a Transnordestina Logística S.A. e a consultoria ARCADIS Logos. O gerenciamento das obras e dos programas exigidos pela LI está sendo realizado pelo próprio empreendedor, o que não é permitido segundo a Resolução Conama 01/1986, constituindo-se pois em irregularidade.

por ele interceptados chega a 429, segundo a SDEC/PE²⁵⁷. A implantação da ferrovia ocorreu concomitantemente ao processo de desapropriação, quando não posteriormente à entrada das máquinas e trabalhadores no “trecho”, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 12 – Casas de moradores junto às obras para a construção da Ferrovia Nova Transnordestina, Trecho Missão Velha/CE a Salgueiro/PE (2007)

Fonte: COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE S/A, 2011.

O processo de desapropriação fora conduzido pela SDEC/PE segundo o Método de Quantificação do Custo utilizado pelo estado de Pernambuco²⁵⁸. O processo incluiu as etapas de levantamentos cartoriais e de campo, bem como de elaboração e validação dos laudos de avaliação da terra e benfeitorias. A cada laudo produzido e validado era aberto um processo judicial, o qual era encaminhado às comarcas do estado de Pernambuco e suas respectivas

²⁵⁷ Os seis municípios são: Trindade, Ouricuri, Parnamirim, Bodocó, Terra Nova e Salgueiro, todos localizados no Sertão Pernambucano.

²⁵⁸ O Método de Quantificação do Custo é descrito brevemente na norma brasileira - NRB nº 14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2001). Utiliza-se para tal a média dos valores pesquisados em fontes como o BNB e entidades sindicais locais.

varas²⁵⁹. Baseado nos laudos, o governo estadual realizava os depósitos e dava imissão provisória. Na sequência, em audiência de conciliação, era necessária a apresentação dos documentos da propriedade ao juiz. Somente assim era dada a emissão do alvará que permitia ao desapropriado recolher o valor no banco. A partir do trabalho de campo e mesmo durante o período em que tivemos acesso direto aos processos de desapropriação²⁶⁰, verificamos que os valores foram ínfimos, justificados pelo preço da terra bruta e pela depreciação das construções.

Para exemplificar, tomamos o processo da ação de desapropriação que envolveu a família Barbosa da Silva na Fazenda Nova, em Ouricuri, no qual consta:

Conforme descrição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, que pode ser comprovada através de planta individual do imóvel, contida no Laudo de n.º 127 (em anexo), a área que constitui objeto do pedido de desapropriação é um terreno de formato irregular, com uma área de 1,18 há (Um vírgula dezoito hectares), localizado entre as estavas 2273+1,80 a 2282+16,70 da Estrada Federal 116/PE. [...] Inserem-se ainda no bojo da presente desapropriação, as benfeitorias referentes a: 61,25m de cerca de estaca de madeira a cada um metro e meio com três fios; 69,23m de cerca de estaca de madeira a cada um metro e meio com cinco fios; 44,86m de cerca de faxina; 72,86m² referente a um imóvel residencial em taipa, piso cimentado e com instalações elétricas e hidráulicas; 15,25m³ referente a cisterna circular semi enterrada; 4,34m² referente a um banheiro externo; 4,18m³ referente a uma fossa de alvenaria; um umbuzeiro; 1,79m² de um fogão a lenha; 1.030m² de plantação de capim (consorciado); 1.030,00m² de plantação de milho (consorciado) e 1.030,00m² de plantação de feijão de corda (consorciado). (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, 2009: 4, grifos do autor)

A numerosa quantidade de bens contidos nessa desapropriação benfeitorias – envolvendo desde moradia principal, cisterna, produção agrícola, cercas e até mesmo o umbuzeiro – resultou na seguinte avaliação:

Destarte, por meio do laudo técnico, chegou ao valor de R\$ 16.424,34 (Dezesseis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos). Apesar de se chegar a um preço justo, não restou frutífera a composição na esfera administrativa, não restando alternativa senão o uso da via judicial, dada a urgência na imissão na posse do imóvel

²⁵⁹ O Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE coordenou os trabalhos junto às seções judiciárias estaduais (varas federais).

²⁶⁰ Nesse caso durante o envolvimento direto com os Programas Sociais sob a responsabilidade da consultoria contratada.

para a realização das obras de construção da Ferrovia Transnordestina. (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, 2009: 4, grifos do autor)

É emblemático o uso termo “preço justo”, numa situação de clara “injustiça”, principalmente quando é a própria Procuradoria Geral do Estado que atua defendendo os interesses do DNIT/concessionária e, neste caso, prejudicando as condições de vida e produção da família desapropriada.

O caso envolvendo a família Barbosa da Silva é somente um exemplo de como as ações promovidas pela SDEC descumpriram os procedimentos previstos nas licenças de instalação n. 548/2008 e LI n. 646/2009, respectivas aos trechos Trindade/PE a Salgueiro/PE e Salgueiro/PE a Porto Suape/PE. Essas licenças estão pautadas nos respectivos EIAs e PBAs e contém ressalvas e condicionantes que até o momento continuam sem ser atendidas²⁶¹.

Ademais, a emissão da LI ocorreu sem ao menos existirem levantamentos precisos de campo que validassem os estudos. Acumulou-se desde o EIA desconhecimento sobre quem morava e utilizava as terras afetadas pela ferrovia. O PBA, por exemplo, apresenta um mapa para identificar as “comunidades” do trecho (Figura 13). Utiliza, para tanto, somente as fontes do IBGE relacionadas a localidades, vilas, povoados e núcleos populacionais.

Com o avanço das obras, contudo, “descobriu-se” a existência de 103 comunidades²⁶², somente para mencionar as diretamente afetadas, ou seja, aquelas comunidades que tiveram ao menos uma das propriedades atravessada pela ferrovia.

²⁶¹ Conforme explicado acima, o EIA deveria conter os estudos dos chamados meios “físico”, “biótico” e “social” para que a partir deles fossem propostas, no PBA, ações de “mitigação” e “compensação” dos impactos negativos. O PBA é a condição para a autorização do início das obras, que ocorre através da LI. No caso da Ferrovia Nova Transnordestina, pelo porte e por envolver três estados da federação, o processo de licenciamento ambiental é realizado pelo IBAMA em Brasília. No momento de emissão da LI, o órgão federal deve também divulgar o parecer técnico de avaliação do PBA, o qual normalmente contém medidas obrigatórias complementares àquelas apresentadas pela consultoria/empreendedor.

²⁶² Identificadas nos relatórios semestrais protocolados no IBAMA. Trabalho de campo.

Figura 13 – Mapa das comunidades do Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE apresentado no PBA (2008)

Fonte: ARCADIS Tetraplan, 2008.

Outro exemplo de fragilidade dos estudos ambientais e do próprio processo de licenciamento ambiental está no fato das condicionantes n. 2.11 a 2.13 da LI, também do Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE, explicitarem o desconhecimento por parte do empreendedor e do órgão ambiental da existência de comunidades quilombolas, povos indígenas e projetos de assentamento rural nas áreas de influência da ferrovia (Anexo E). A LI exigia a apresentação desses levantamentos em 90 dias, prazo que também não fora atendido pelo empreendedor e. As obras foram iniciadas independentemente disso, evidenciando a insuficiente estrutura do órgão ambiental, IBAMA, para fiscalização em campo dos empreendimentos sob a sua responsabilidade²⁶³.

Por último, em relação aos documentos legais que atestariam, segundo previsto pela legislação brasileira, o cumprimento das normas ambientais, a LI do trecho tampouco fez qualquer menção ao Programa Social de Desapropriação e Reassentamento – PDR proposto para esse trecho, evidenciando mais uma vez certo descaso com a questão²⁶⁴.

A análise dos relatórios semestrais mostra que todos os meses dezenas de impactados contestavam o processo de desapropriação. Os motivos eram diversos: discordância quanto à avaliação das benfeitorias e da produção; discordância quanto ao valor da indenização; discordância quanto às medições; dificuldade de apresentação dos documentos exigidos para a retirada do valor da desapropriação no banco; dificuldade de acesso ao Fórum – inclusive por falta de dinheiro para locomoção –, e, não raro, desconhecimento ou inexistência do laudo de desapropriação. Também era recorrente que um único advogado assumisse todos os processos de uma dada comunidade. Em geral, as famílias atingidas tinham pouco ou nenhum acesso ao processo. Nas visitas realizadas, soubemos de casos de espera de três anos para o recebimento das indenizações. Ou seja, durante todo esse período não houve por parte do Estado recomposição de bens perdidos com a obra – casas, produção, bueiros, cercas etc. –, restando às famílias aguardar a deliberação judicial.

²⁶³ Para além do nosso conhecimento adquirido ao longo de nossas vivências profissionais a respeito desse assunto, a Coordenadora de Transportes da Divisão de Licenciamento Ambiental do IBAMA também sinalizou essas limitações estruturais.

²⁶⁴ Apesar do nome, conforme mencionado anteriormente, o projeto Nova Transnordestina não envolveu nenhum processo de reassentamento.

SOBRE OS PROPÓSITOS DO PROJETO NOVA TRANSNORDESTINA

Em relação ao caráter geral do empreendimento, os órgãos de governo e a empresa Transnordestina S.A. divulgaram nos meios de comunicação e também nos documentos oficiais justificativas gerais e imprecisas (Transnordestina S.A., SDEC, 2010; Companhia Ferroviária do Nordeste, 2011; Ministério Integração, 2013). Apontam que a Nova Transnordestina se faz necessária pela importância da integração regional pelo modal ferroviário visando o transporte de grãos do cerrado nordestino, do gesso oriundo da extração da gipsita em Pernambuco (BNDES, 2006; MME, 2009b; ANTF, 2012) e do biodiesel produzido pelo beneficiamento de oleaginosas (Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2009; TSLA, 2012)²⁶⁵. Dentre tais produtos, destacam a soja produzida no cerrado brasileiro, no sul do Estado do Piauí e a perspectiva de sua expansão para as áreas de caatinga, avançando sobre o noroeste baiano e os estados do Piauí e Pernambuco, o que, de fato, pode ser apontado como tendência ao observarmos as áreas nas quais houve expansão do cultivo da soja a partir de 2000, conforme consta na Figura 14, adiante:

²⁶⁵ Como vimos no Capítulo 2, a gipsita concentra-se nacionalmente na Bahia e na Bacia Sedimentar do Araripe, na divisa dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, sendo que no Araripe estão 84% das minas ativas no Brasil, exatamente por onde percorre a Nova Transnordestina. Consultamos um relatório técnico produzido pelo consultor Marcelo Soares Bezerra para o Ministério de Minas e Energia em que é recomendada a implantação da malha ferroviária para a circulação da gipsita a partir do Pólo Gessero do Araripe, como é mais conhecido (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009b).

Figura 14 – Território e territorialização da produção da soja (2006)

Fonte: Girardi, 2008.

Adaptação (Ferrovia Nova Transnordestina): Paula Camargo, 2014.

No entanto, ao sobrepormos a Figura 14, acima, à Figura 6 – Malha ferroviária no Brasil (2011)²⁶⁶ fica evidente como a EF-151 – Norte-Sul e a EF-364 FIOL já atenderiam grande parte da produção do agronegócio nas regiões Centro-Oeste e Norte, da área da MAPITOBA, na fronteira entre os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e

²⁶⁶ Apresentado na p. 269 dessa dissertação.

Bahia. Na Figura 15, abaixo, a MAPITOBA consiste na maior área delimitada na cor roxa, evidenciando que a Ferrovia Nova Transnordestina de imediato serviria, no máximo, aos interesses da produção agrícola irrigada de fruticultura na mesorregião do São Francisco Pernambucano e à especulação de terra resultante da expectativa de expansão territorial das áreas de cultivo da soja, do milho e da cana e exploração minerária²⁶⁷.

Figura 15 – Localização indicativa de grandes polos geradores de carga

Fonte: BNB et alii, 2012: 43.

²⁶⁷ Tal qual a territorialização da produção canavieira que apontamos no Capítulo 3, a qual está sendo promovida por empresas como Petrobras, Odebrecht, Queiroz Galvão, Toyota Tsucho e Itochu, portanto capitalistas de outros setores econômicos.

A consideração que a ferrovia motivaria a intensificação do uso do solo pelo agronegócio justificou o estabelecimento do porto seco no município de Eliseu Martins, no Piauí. Segundo a TLSA (2011) ²⁶⁸, para se chegar até a concepção do traçado atual da nova ferrovia foram realizadas diversas consultorias em pesquisas agrícolas e minerais para identificar as cargas potenciais que pudessem fundamentar o projeto de expansão da ferrovia. Entre as conclusões das pesquisas, foi destacado o crescimento da produção agrícola no cerrado nordestino e as previsões das dificuldades futuras para escoar toda a produção, o que poderia retardar o crescimento regional.

Segundo o EIA/RIMA da Nova Transnordestina (2008), caso o início da operação ferroviária fosse 2011, haveria uma movimentação de grãos, álcool e minério de ferro no montante de 14,8 milhões de toneladas; para o ano-cenário 2027 a movimentação seria de 18,5 milhões de toneladas (BNB, et alii, 2012).

No entanto, até recentemente, a principal justificativa era ocultada dos discursos inflados por parte do governo federal. Segundo levantamento que realizamos junto ao Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE²⁶⁹, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, houve aumento repentino nos últimos cinco anos de requerimento de pesquisa minerária no raio de 200 km no entorno da Nova Transnordestina. Destacam-se os pedidos de fosfato e calcário (minérios não metálicos) e ferro (minério metálico). Em relação às jazidas de ferro, estas têm sido descobertas no Estado do Piauí ²⁷⁰.

²⁶⁸ TLSA – Transnordestina Logística S/A. Disponível em <<http://www.csn.com.br/irj/portal/anonymous>>. Acesso em 08.06.2011.

²⁶⁹ “O Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE, desenvolvido pela Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/CGTIG, tem como objetivo ser um sistema de referência na busca de informações atualizadas relativas às áreas dos processos minerários cadastrados no DNPM, associadas a outras informações geográficas de interesse para o setor, produzidas por órgãos públicos, proporcionando ao usuário uma consulta aos dados e análises relacionais de caráter espacial. [...] Todas as informações disponibilizadas no SIGMINE pelo DNPM e pelos órgãos públicos são oficiais e atualizadas conforme a periodicidade disponibilizada por cada instituição, sendo que, pelo fato da base do DNPM ser dinâmica, os dados dos processos minerários são atualizados diariamente às 24h, apresentando em sua visualização a defasagem de um dia” (DNPM, 2014)

²⁷⁰ Tampouco é destacada a existência de jazidas de gás natural, como aquela explorada pelo Grupo EBX no Maranhão, em evidência na Figura ‘Localização indicativa de grandes polos geradores de carga’. Apesar de o produto ser transportado por gasodutos, segundo o relatório BNB (et alii, 2012), insere-se no “arranjo produtivo” local, atraindo empresas e indústrias que poderiam criar novas demandas de carga para a Nova Transnordestina.

Já outra fonte¹ informa que a Transnordestina terá sua maior carga no minério de ferro produzido nos arredores de Paulistana, ao sul do Piauí, podendo atingir 68% da carga transportada em 2016, prevista como 22 milhões de toneladas. A mina ainda não produz o minério de ferro; no entanto, conforme previsões feitas com base no potencial de extração da jazida, esse volume pode atingir mais de 15 milhões de toneladas por ano.

¹ Segundo Marcello Marques, diretor de negócios da TLISA, em declaração ao Jornal do Commercio de Pernambuco, de 28/07/2011.

(BNB et ali, 2012: 54)

A construção da Ferrovia Nova Transnordestina somente é economicamente viabilizada pelos recursos alocados por diversos fundos de investimento e financiamentos, que viabilizam 75% do total de R\$ 5,39 bilhões estimados até 2013 para custeio de toda a obra, a qual por sua vez consta do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC desde sua primeira edição, em 2007 (CSN, 2007; SDEC/PROJETEC, 2010; BRASIL. Ministério dos Transportes, 2014), como mostra a Tabela 14.

Tabela 14 – Ferrovia Nova Transnordestina – Recursos financeiros segundo a fonte provedora

Fonte	Recurso (R\$)	Recurso (%)
FNDE	2.700.000.000,00	50,07%
BNDES, através do BNDES Fimen	225.000.000,00	4,17%
BNB	180.000.000,00	3,34%
FINOR	823.000.000,00	15,26%
VALEC	164.000.000,00	3,04%
Subtotal	4.092.000.000,00	75,89%
TLISA/CSN	1.300.000.000,00	24,11%
Total	5.392.000.000,00	100,00%

Fonte: CSN, 2007; SDEC/PROJETEC, 2010; BRASIL. Ministério dos Transportes, 2014.

Recentemente, em 2014, a TLISA solicitou ao governo federal reajuste na ordem de R\$ 1,3 bilhão no valor do projeto, o que implicaria a revisão dos recursos financiados pela União²⁷¹.

²⁷¹ Este aumento do custo do projeto é justificado pelos empreendedores pela dilatação do tempo de obra. Até mesmo as desapropriações foram utilizadas como justificativas ao atraso do prazo inicialmente previsto, 2010. O prazo fora estendido para 2012, depois para o final de 2014 e, no momento, é apontado o ano de 2016 para a inauguração da ferrovia. Acompanhando as obras em campo, verificamos a alta rotatividade das empreiteiras, muitas delas subcontratadas de grandes grupos como a Construtora Norberto Odebrecht – CNO. Assim, as questões financeiras acabavam tendo implicações diretas na

Para o momento da operação, a sustentação econômica dos novos trechos tem sido contestada. Porém, segundo o relatório *Caracterização e Análise dos Sistemas Produtivos e Macrologístico na Região Nordeste enquanto Suporte à Localização de Empreendimentos: Foco no Papel da Ferrovia Transnordestina* produzido pelo BNB, UFC e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura:

No caso da *Transnordestina Logística S.A.* – TLSA, concessionária da malha ferroviária Nordeste, espera-se uma atuação eficiente em mercados competitivos – notadamente o mercado de carga geral em fluxos de importação – já que existe um volume de cargas cativas (grãos agrícolas, fertilizantes, minérios, açúcar, combustíveis etc.) que viabilizam as operações a preços competitivos (preço igual ao custo marginal, neste caso, igual ao custo variável). Os custos fixos serão, naturalmente, suportados pelo mercado cativo da ferrovia. (BNB et alii, 2012: 15, grifos do autor)

A ferrovia acaba se constituindo, assim, em parte integrante do direcionamento nacional de desenvolvimento assentado no crescimento econômico pautado na geração de divisas a partir da exportação de *commodities* agrícolas, minerárias e de agrocombustíveis. Importante frisar que a manutenção desta perspectiva de desenvolvimento se fez, e até mesmo se acentuou, desde o primeiro mandato do Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores – PT, em 2003. Dos investimentos através

economia das cidades com obras, sendo comum o relato de comerciantes quanto à inadimplência das construtoras, independentemente do porte destas.

Tais questões ganharam maior publicidade com a cisão de contrato da TLSA com a CNO. Como os contratos entre as partes previam o pagamento conforme a extensão de obra implantada, assistimos a expansão das obras sem que tivesse ocorrido a finalização adequada dos trechos iniciados. Para exemplificar uma situação dentre tantas com as quais nos deparamos, a construção de aterros necessários para manter a declividade adequada ao funcionamento da ferrovia era realizada, em inúmeros casos, sem qualquer sistema de drenagem ou prevenção de processos erosivos. Com isso, passados alguns meses, era necessário realizar obras de contenção de erosões e até mesmo de reconstrução dos aterros. Assim, por trecho, inúmeras empresas acabavam sendo pagas duplamente pelo mesmo serviço, sob o pretexto de “mau planejamento”. Ademais, diversas greves (no Ceará em dezembro de 2011, em Pernambuco em julho e novembro de 2012 e setembro de 2013 e no Piauí em agosto de 2014) ocorreram ao longo de todos os trechos, quase sempre motivadas pelo atraso e/ou falta de pagamento dos direitos trabalhistas. Em Pernambuco as reivindicações são centralizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral – SINTEPAV, existente nos estados de Pernambuco e Ceará, e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral do Estado do Piauí – SINTSEP. Nas quatro greves que acompanhamos via meios de comunicação de massa, houve sentença favorável aos trabalhadores. Algumas destas mobilizações resultaram também em processos e acordos judiciais envolvendo o Ministério Público do Trabalho. Em um deles, datado do início de 2012, a CNO foi condenada a construir uma escola no município de São José do Belmonte no valor de R\$ 400 mil, dentre outras medidas relacionadas à melhoria das condições de trabalho nas frentes de obra.

do PAC (1 e 2) no Nordeste, 17% do total, ou R\$ 48 bilhões, destinam-se a obras de logística (BNB et alii, 2012).

Se por um lado a crise vivenciada mundialmente a partir de 2008 vem provocando decréscimo do consumo das matérias primas exportadas pelo Brasil, principalmente em função do menor ritmo de crescimento da economia chinesa, por outro lado, é também avaliado que países como o Brasil deveriam investir ainda mais na infraestrutura (setores de transportes, armazenagem, energia e comunicação de dados), no sentido de atrair investimentos de grupos multinacionais, como consta no estudo encomendado pelo BNB:

No bojo da atual conjuntura, a crise econômica dos países desenvolvidos, notadamente no âmbito dos EUA e da Europa, tem favorecido a migração de investimentos, de larga escala e origem nacional e estrangeira, para a implantação de plantas de produção de matérias-primas e produtos acabados na região em estudo, sinalizando a estruturação e consolidação de diversas cadeias produtivas que necessitam de adequado sistema macrologístico para suportá-las. (BNB, et alii, 2012: 124)

A considerar o montante de investimento e os objetivos, claros ou obscuros, temos que a Nova Transnordestina traduz os anseios dos interesses de capitalistas da agricultura e da indústria. Aprofundando nossos estudos, poderíamos buscar compreender de que modo também os médios e grandes proprietários de terra tem se colocado diante de tal projeto e das especulações quanto às transformações de uso da terra e produção agrícola e extração mineral.

Neste viés, dos 1.728 km da malha ferroviária da Nova Transnordestina, 600 km, ou seja, 34% estão sendo construídos paralelamente aos antigos traçados da ECCP e EFB. Estes trechos teriam sido desativados sob a justificativa de que geravam dívidas ao apresentar maior montante de despesas do que de receitas (CFN, 2010; 2011). Qualquer explicação, contudo, deveria volta-se ao histórico dessa malha ferroviária, de modo a perceber como buscamos abordar no subcapítulo anterior a complexidade da questão e dos interesses envolvidos.

Por fim, porém não menos importante, cabe destacar que o monopólio da renda da terra, personificado pelo proprietário e capitalista, permite que num processo de desapropriação, ou mais precisamente, de escolha do traçado da ferrovia, exista um jogo

político de forças que pode favorecer um determinado grupo em detrimento de outros, de acordo com interesses políticos e econômicos²⁷².

No subcapítulo que segue pretendemos problematizar o fato de que a introdução dos trilhos, juntamente com sua faixa de domínio, constitui mais que um obstáculo físico. Afora a limitação da locomoção, os conflitos referem-se à situação de famílias camponesas terem uma obra ocorrendo a poucos metros da entrada da sua casa durante três ou mais anos, cercas mal feitas que provoquem a perda do rebanho, seguindo até a questão da fragmentação das propriedades, dificuldade de acesso para sua nova parcela situada do “outro lado da ferrovia”, inviabilizando, por vezes, o acesso aos principais meios de produção, água e terra.

Neste sentido, verificamos em campo que as obras para a construção da ferrovia e a desapropriação compulsória parcial das terras²⁷³ ao longo do traçado no sertão pernambucano vêm fragmentando os diferentes tipos de territorialização, principalmente de terras caracterizadas pela agricultura camponesa. Para essa são duas as principais consequências, a saber: a expropriação de parte de seus meios de produção e a necessidade de recriação das estratégias para a sua reprodução como camponeses.

Ao nos depararmos com a questão da desapropriação parcial atrelada à Ferrovia Nova Transnordestina nas visitas aos sertões pernambucano e cearense em 2010, nosso pensamento foi condicionado a formular a hipótese de que a instalação desta via de circulação representava, desde o momento dos estudos preliminares da obra, a centralidade dos conflitos socioterritoriais.

²⁷² Este estudo demandaria analisar os documentos de desapropriação e os títulos de terra emitidos para cada uma das parcelas decorrentes da fragmentação das propriedades. Conforme vimos em Monbeig (1998) e também na pesquisa realizado por Boechat (2014) a definição do traçado frequentemente tem relação direta com os interesses imediatos de aumento da renda diferencial, bem como em relação ao caráter rentista da terra, de modo que há tendência ao aumento dos preços das terras próximas às ferrovias, o que pode ser transformado em dinheiro, ou capital se aplicado no processo produtivo, mediante sua venda.

²⁷³ A ferrovia do Projeto Nova Transnordestina, sendo uma infraestrutura linear, não chegou a desapropriar nenhuma propriedade por completo. Isto, pois, as áreas de faixa de domínio consistem na largura média de 60 metros e de comprimento variável, conforme a interseção da propriedade com o traçado. O respaldo legal das desapropriações no trecho Trindade/PE a Salgueiro/PE se deu pela Portaria do DNIT n. 465 de 5 de maio de 2008 a qual contém a declaração de utilizada pública.

Assim pensamos: se o desenvolvimento ferroviário no modo capitalista de produção representa a expansão do capital, e a travessia das terras pelos trilhos tende a provocar o aumento da renda da terra, consideramos que a renda camponesa se tornaria, assim, ainda mais subordinada ao capital. Como fruto desse processo de aumento da exploração da produção camponesa, a recriação poderia vir a ocorrer em terras mais distantes, e como posseiro, por exemplo, negaria o pagamento da renda a terra, possibilitando sua reprodução.

Contudo, a realização de outros trabalhos de campo, com destaque ao de julho de 2013 em Ouricuri/PE, levou-nos a novas considerações sobre a questão agrária na área estudada. Deparamo-nos com a articulação dos diferentes elementos estruturais da unidade camponesa, previamente existente à chegada da ferrovia. Estas novas “velhas” questões se revelaram igualmente importantes, dentre as quais se destacam: as diminutas áreas de produção camponesa, a profunda dependência das políticas públicas governamentais para a reprodução da família camponesa e, também, o aspecto da institucionalização das associações comunitárias como forma de mediação político-social, em grande parte mediada pelo STR de Ouricuri-PE.

Dessa forma, os conflitos tratados de forma mais detida neste subcapítulo aparecem para os camponeses de distintas formas. Variam principalmente conforme a estrutura produtiva (terra, recursos disponíveis e trabalho) previamente existente nas unidades camponesas e da sua relação com a comunidade. Verificamos, em campo, que também podem intervir na reprodução camponesa relações mais próximas com a estrutura político-partidária, com entidades sindicais, organizações não governamentais e movimentos sociais.

Sendo assim, passamos a compreender que, de imediato, a nova via de circulação somente acirra e transforma relações sociais já existentes, portanto não chega a “inaugurar” relações antagônicas de classe, pois estas têm sido vivenciadas pelos

camponeses de nosso estudo de caso desde a formação da primeira fazenda por Brígida de Alencar e, principalmente, pela família Goulart em meados do século XIX²⁷⁴.

Conforme vimos no Capítulo 2, o campesinato em Ouricuri aparece como “morador”. Cultivava a terra e criava seus pequenos animais, ao mesmo tempo em que realizava trabalho na sede da fazenda e no trato do gado do fazendeiro. Com os processos de herança e o desinteresse de parentes que seguiram carreiras autônomas nos médios e grandes centros urbanos, a terra foi sendo paulatinamente fracionada²⁷⁵. De diferentes formas, por posse, compra e herança, os estabelecimentos em Ouricuri foram se caracterizando pela sua diminuta área destinada à produção agropecuária.

Para a sua reprodução ao longo da segunda metade do século XX, o campesinato em Ouricuri teve no trabalho assessorio importante elemento constitutivo. Ou seja, falamos aqui do mecanismo de recriação da família camponesa através do incremento da renda familiar decorrente da contribuição em dinheiro, provida por um ou mais membros familiares, por meio de trabalho fora da propriedade, em geral trabalho assalariado, temporário ou não.

Para tanto, até meados dos anos 2000, era recorrente o “trabalho alugado” através da prestação de serviços de empreitada aos fazendeiros, ou então o “trabalho temporário assalariado” nos projetos de irrigação em Petrolina ou ainda como trabalhador superexplorado nos canaviais paulistas e nas centralidades regionais nordestinas e sulistas.

Contudo, as mudanças conjunturais neste início de século favoreceram a introdução de complementações monetárias através dos programas sociais, principalmente o Bolsa Família e maior acesso ao crédito produtivo. Mais recentemente, também, há a possibilidade de acessar crédito para infraestrutura através das linhas do PRONAF -cujo acesso é bastante centralizado na atuação do STR de Ouricuri.

²⁷⁴ As relações antagônicas de classe se dão, ao mesmo tempo, pelo confronto e pela dependência. Os interesses de cada classe se chocam aos interesses da classe antagônica, como do proletário ao capitalista, mas ao mesmo tempo um depende fundamentalmente do outro para existir.

²⁷⁵ Esse processo, relacionado à migração aos centros urbanos para dar sequência aos estudos e profissionalização, é descrito por Aquino (1982) quando apresenta o estudo genealógico da estrutura política e econômica de Ouricuri.

Ademais, com o período de seca, tornaram-se quase parte integrante da renda familiar o recurso de garantia-safra, para uns, e a bolsa estiagem, para outros²⁷⁶. Esses recursos integram a composição da renda familiar, a qual, em muitos casos, compreende também a aposentadoria rural.

Além do mais, a partir das entrevistas foi possível observar que outro aspecto que se tornou frequente na realidade das famílias camponesas é o aumento da escolarização, inclusive com filhos que passam a cursar o ensino superior²⁷⁷. Com isso, cresce o número de membros das famílias, sobretudo os mais jovens, que passa a procurar emprego nos estabelecimentos de comércio e serviço de Ouricuri e outros municípios próximos.

Por outro lado, os pais destes jovens, junto com a população mais idosa, continuam no trabalho na terra. Comentam, com certo alívio, que estão sofrendo menos na atual seca, pela segurança de terem recursos mínimos para adquirirem as mercadorias necessárias à sua sobrevivência. De mais a mais, conseguem manter quantidade mínima, mas fundamental, à sua alimentação, de pequenos animais, como ovinos e galinhas, em seus quintais. Conforme apontamos no Capítulo 3, nossas entrevistas com camponeses, representantes de instituições públicas, sindicatos e organizações não governamentais relevaram que esse período de seca está sendo extremamente rigoroso em termos climáticos, porém menos impactante no que se refere aos aspectos sociais. O entendimento a respeito dessa melhor “convivência com a seca” aponta para a atuação combinada de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e programas sociais do governo²⁷⁸.

²⁷⁶ Aspectos esses que foram trabalhados no Capítulo 2.

²⁷⁷ Em 2010 foi inaugurado o campus “Sertão Pernambucano” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Sertão PE em Ouricuri. Além deste há também o Núcleo de Ensino Superior de Ouricuri Deputado Felipe Coelho, voltado para a educação à distância, mas que funciona no regime de alternância. No município adjacente funcionam também quatro faculdades ligadas à prefeitura de Araripina: Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina – FACIAGRA, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina – FACISA, Faculdade de Formação de Professores de Araripina – FAFOPA e Instituto Educacional Vitória – INEVI.

²⁷⁸ Buscamos no Capítulo 3 tratar da diferenciação entre as condições de reprodução da população na atual seca em comparação com as anteriores.

Por outro lado, o mesmo Estado que define as políticas públicas que, direta e indiretamente, favorecem a reprodução da produção camponesa (Capítulo 3), é aquele que atua favorecendo os interesses de acumulação e reprodução do capital ao apoiar o desenvolvimento ferroviário conforme as necessidades da agricultura mundializada e da mineração. Além disso, é necessário criticar a atuação desse Estado em relação aos sujeitos sociais Sem-Terra frente à priorização do uso de fundos como FDNE e FINOR para as grandes obras.

O segundo mandato do Governo Lula não elaborou o III PNRA e o governo da presidenta Dilma não fala em Reforma Agrária. O que se ouve nas superintendências do INCRA de todo o Brasil é que não há recursos para aquisição de terras, para construção de novos assentamentos, para a Reforma Agrária.

No entanto, se somarmos apenas os aditivos das obras da Transposição do Rio São Francisco, da Transnordestina e da Usina Hidrelétrica de Jirau, que representa aproximadamente R\$ 10 bilhões, seria possível realizar quatro vezes o II PNRA. (Silva Junior, 2013: 147)

Trata-se de uma decisão política dos últimos três governos federais institucionalizada no PAC 1 e 2, com alto percentual de investimentos alocados em infraestrutura de armazenagem da produção do agronegócio, energética e de circulação em geral²⁷⁹.

Ademais, os efeitos adversos da obra concentram-se na questão da desapropriação parcial, realizada pelo Estado por intermédio dos governos estaduais, o que é confirmado pela Coordenadora de Transportes do DILIC:

Tatiana Veil de Souza: A questão do impacto socioeconômico, assim, o principal, a gente tem uma série de impactos sociais, mas o que o lineares [empreendimentos extensos linearmente como rodovias, ferrovias e dutovias], assim como em vários outros licenciamentos, é a questão da desapropriação. Então isso gera incertezas, desde até antes do processo ser aberto de licenciamento, até durante a fase própria da instalação, que isso vai definir a questão do tempo em que as desapropriações serão feitas. Então no início tem toda essa especulação, gente entrando para o levantamento das informações, então a população fica com essas incertezas se serão desapropriadas ou não, se vão receber dinheiro ou não. Então neste primeiro momento de instauração dos processos, falo até externo ao IBAMA, estes conflitos começam a surgir, principalmente sobre essa questão.

²⁷⁹ No caso da circulação, também hidrovias e investimentos significativos em rodovias.

No que se instaura o processo, a gente tem a elaboração do EIA, e continua sendo o principal impacto, a questão destas expectativas dessa população sobre o que vai acontecer, se vai passar aqui ou não. O projeto ainda está sendo estudado, a viabilidade, a diretriz do projeto ainda está sendo estudada, e talvez se mantenha o impacto principal nesta fase de licenciamento.

Com as análises de viabilidade, [...] que é aprovado o projeto, são aprovados os programas ambientais, de mitigação dos impactos, e a gente passa para a próxima fase, então se consolida esse impacto maior, que é a questão de desapropriação e vêm as particularidades.

Se a gente estiver numa travessia urbana, as dificuldades, ali principalmente nas ferrovias. Na rodovia a gente consegue ter os acessos facilitados, rodovia é até utilizada pela população, a ferrovia, não, ela realmente é um corte, ela secciona às vezes alguma comunidade, e a ligação, que a gente fala, a conexão dessa população ela pode ser afetada, certamente ela é afetada, se o traçado não tiver outra alternativa for o mesmo. Laços podem ser... Não falo destruídos neste montante, a gente não chega ao caso de inviabilizar, ainda não teve o caso de inviabilizar uma comunidade²⁸⁰.

Importante destacar que Tatiana relaciona o corte do território às perdas dos laços comunitários. Destaca, assim, uma forma não capitalista de apropriação, a qual ainda é reconhecida na análise dos processos de desapropriação. Para o sistema judiciário, a questão da desapropriação se restringe a desapossar, retirar a propriedade, os bens.

Pode parecer aos mais afoitos que a desapropriação seja um meio de se negar o direito de propriedade. Mas não é. Ao contrário, é a confissão de respeito ao direito de propriedade, pelo reconhecimento de que o Poder Público só pode subtrair a propriedade ao particular obedecendo a regras jurídicas precisas. [...] O instituto da desapropriação não atinge o direito de propriedade em sua característica mais avultada, que é o valor econômico. Há apenas uma permuta de valores: substitui-se um bem – o objeto do direito de propriedade – por outro bem – o seu preço em dinheiro ou equivalente. (Borges²⁸¹, 1983: 95 *apud* Ribeiro, 1993: 188)

Borges sintetiza a lógica judicial contida no Decreto nº 3.365 de 21 de junho de 1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública²⁸² e baliza as ações

²⁸⁰ Entrevista gravada em 6 de agosto de 2014. Trabalho de campo.

²⁸¹ Borges, Paulo Tormin.. Institutos básicos do direito agrário. São Paulo: Saraiva, 1983.

²⁸² A aprovação desse decreto pelo Governo Getúlio Vargas ocorre no contexto das ações afirmativas por parte desse governo para impulsionar as obras rodoviárias e demais obras de infraestrutura logística de cunho desenvolvimentista. Não por coincidência, o decreto data do mesmo ano da subdivisão do antigo

promovidas no território brasileiro, seja pelo Estado ou por outro requerente, tal qual ocorreu no caso do Projeto Nova Transnordestina. Além disso, na linguagem jurídica a palavra “desapropriação” é compreendida como sinônimo de “expropriação”, pois essa última seria: “Expropriar. Tirar a propriedade e a posse de alguma coisa de alguém por conveniência ou necessidade. Desapropriar” (Malta; Lefebvre, 1987: 381²⁸³ *apud* Ribeiro, 1993: 187).

Há, contudo, outras compreensões do que seria “expropriação”, principalmente se a conceituamos segundo a perspectiva de Marx presente em *O Capital*. Sua análise nos mostra a acumulação primitiva do capital contida na expropriação dos camponeses da Europa a partir do século XVII. Nesse processo as terras pertencentes ao “povo”, aos camponeses foram roubadas, usurpadas, por meios coercitivos, muitos dos quais à margem do aparato jurídico e pautados no uso da violência²⁸⁴.

Exemplo do uso contemporâneo do conceito de expropriação está, por exemplo, em Maria Aparecida de Moraes Silva em *Errantes do fim do século*. Silva (1999), ao estudar o processo de acumulação primitiva a partir da expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais e dos colonos do café, em São Paulo. Também em *A luta pela terra: experiência e memória* (Silva, 2004), autora sintetiza da seguinte forma a questão da expropriação via métodos violentos utilizados pela grilagem de terra:

Esses grileiros – provenientes do estado de São Paulo – *compravam* as terras dos camponeses a preços simbólicos, e, em seguida, revendiam-nas às empresas. Os métodos utilizados por eles iam da falsificação de escrituras até a retificação de área – dispositivo legal que comprovava o roubo das terras. Funcionava assim: no momento da *compra*, pelo fato dos camponeses não possuírem a escritura das terras, havia a

órgão responsável pelas vias de circulação, o IFE, e de criação do DNER e DNEF, responsável pelas vias rodoviárias e ferroviárias, conforme vimos no subcapítulo 4.1.

²⁸³ Malta, Christovão Piragibe Tostes; Lefèvre, Julia Brotero. Dicionário Jurídico. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas. 5ª ed. 1987.

²⁸⁴ “Historicamente, esse processo foi analisado por Karl Marx, que tomou como exemplo a Inglaterra, a partir dos séculos XVI e XVII; esse período foi marcado por extrema violência, cujo objetivo era transformar os camponeses em operários. Os métodos empregados eram a tomada de terras, dos instrumentos de trabalho, a destruição das casas e a implantação de leis severas que obrigavam os espoliados a vender a força de trabalho, na condição de proletários, para os donos das manufaturas e indústrias” (Silva, 2004: 27-28).

necessidade de legalizá-las, mediante a definição da área, limites naturais como córregos e árvores centenárias, já que eles não conheciam o uso da cerca. Assim, a área medida pelo agrimensor era definida pelas descrições orais dos camponeses, os quais, ao serem inquiridos sobre a quantidade de hectares, declaravam uma soma infinitamente menor que a existente na realidade, porque também desconheciam essa medida agrária. De posse destas informações era registrada a escritura e, imediatamente, o *comprador* requeria a retificação de área, após a venda ter sido legalizada em cartório. (Silva, 2004: 26)

E segue:

Em síntese, o Estado autoritário, ao lançar mão da lei para promover a modernização agrícola desta região, legitimou a tomada das terras dos pobres do campo, mediante os mecanismos acima analisados. Os *compradores* agiram dentro da lei e da ordem, ordem que representava a manutenção do *status quo*, ou seja, o conservadorismo social e político da região. (Silva, 2004: 27, grifos nossos)

Temos dúvidas quanto à pertinência do uso do conceito de expropriação para o entendimento de nosso objeto de estudo, a Ferrovia Nova Transnordestina. De um lado temos também aqui um projeto de desenvolvimento que beneficia os grandes proprietários dos meios de produção intentados à reprodução ampliada do capital. O instrumento legal, o Decreto de 1941, legitima a divisão do território e a tomada das terras. Ou seja, tanto as famílias cujas terras foram atingidas diretamente quanto as demais famílias que estão nas comunidades afetadas estão passando por um processo de perda de bens que não foram considerados ou que não há retribuição correspondente. A única participação prevista em lei é a uma singela contestação de quantias e bens perante o Juiz. Até mesmo esta última forma de atuação para muitos camponeses foi inviabilizada pelo simples fato de que não dispunham de recursos de viagem para comparecerem ao Fórum, muitas vezes em Petrolina/PE, distante 211 km de Ouricuri/PE. Esse processo, assim posto, poderia *quiçá* ser compreendido como expropriação.

Por outro lado, a desapropriação das terras foi parcial. Assim, os camponeses continuam tendo a terra, seu principal meio de produção. E, ao menos na área estudada, não há pressão para a venda das parcelas restantes por outros que almejam concentrar

terra, como ocorre em alguns trechos ao longo do projeto de Transposição do Rio São Francisco²⁸⁵.

No entanto, a questão que gostaríamos de ressaltar é aquela relativa às mudanças nas condições para a reprodução camponesa. Em outras palavras e tratando principalmente do aspecto produtivo: quais as novas condições de reprodução diante da fragmentação, redução da área e perda também de bens materiais os quais, não necessariamente, a indenização foi suficiente para repor?

Observações e relatos mais precisos sobre o impacto na produção infelizmente não foram possíveis uma vez que iniciamos os trabalhos de campo em 2010, período em que se iniciava uma longa seca, afetando drasticamente a produção. Nas propriedades visitadas encontramos, no máximo, pequenas roças de menos de um hectare.

De todo modo, as falas acima podem ser interpretadas de distintas formas. Na área de licenciamento ambiental, o Estado, a partir da Resolução CONAMA 01/1986 denominaria a existência de “impactos ambientais” no meio socioeconômico. Esse conceito é utilizado pelas consultorias ambientais que avaliam os impactos segundo indicadores de magnitude pautados em modelos matemáticos (Sánchez, 2008).

Os setores ligados à defesa dos Direitos Humanos, por sua vez, provavelmente as interpretariam como direitos infringidos, tal qual foi utilizado no Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2011). A respeito do conceito de “atingido” Vainer (2011) coloca:

[...] nas lutas que travam os atingidos por barragens no Brasil, sobretudo desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, de modo geral, sempre surgiram dois embates importantes e centrais. Quando não se conseguia parar estes grandes projetos, dois grandes embates se colocavam: um dizia respeito a determinar “quem é que foi atingido por este projeto?”; o outro tinha por foco o modo “como reparar aqueles que foram atingidos?” Evidentemente, uma coisa tem relação com outra, mas são diferentes. Ser atingido, ser reconhecido como atingido, significa ser reconhecido como tendo um direito à

²⁸⁵ O acompanhamento das obras até o Porto de Suape/PE nos permitiria compreender se esse aparente “desinteresse” por terras no entorno da ferrovia se restringe às áreas com piores solos e com menor densidade de atividades industriais. O avanço das obras a Leste, passando o município de Arcoverde, na divisa entre as mesorregiões do Sertão Pernambuco e do Agreste Pernambucano, onde o preço da terra é historicamente maior, poderá revelar novas dinâmicas e conflitos fundiários.

reparação. Outra coisa é a discussão acerca de qual seria a justa reparação. (SPM, 2011: 33)

As organizações eclesiais e movimentos sociais colocam os termos em direção semelhante aos desses últimos. Segundo a CPT, “conflitos” são:

[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT, 2012)

Ao considerar central que a ocorrência dos conflitos constantes nesse trabalho envolve a luta de classe, buscamos nortear nossos estudos sob a perspectiva dos conflitos no campo. Desse modo, voltamos nossa atenção aos relatórios da CPT publicados após o início das obras, em 2006²⁸⁶. Nosso levantamento mostra que foram registrados somente sete conflitos vinculados à Ferrovia Nova Transnordestina (Quadro 4).

Os dados organizados pela CPT são extremamente relevantes ao entendimento dos conflitos no campo e contribuem na compreensão dos processos de luta pela terra e na terra no Brasil. Contudo, o uso exclusivo desses dados para o caso da Nova Transnordestina pode-nos levar ao entendimento de que não houve conflito nos estados de Ceará ou Piauí, ou que os conflitos em Pernambuco se concentram nas proximidades do Porto de Suape.

²⁸⁶ A CPT reúne informações desde 1985 sobre os casos envolvendo a luta na e pela terra, trabalho escravo e conflitos trabalhistas. Mais recentemente passou a catalogar também as informações sobre conflitos pela água (desde 2005), relacionados à seca e em áreas de garimpo. Também registra ainda ocorrência de violências, como agressões ou assassinatos. Todas as informações são avaliadas e, se confirmadas, passam a compor o banco de dados, sendo a base para a produção anual do Relatório de Conflitos no Campo.

Quadro 4 – Conflitos relacionados à Ferrovia Nova Transnordestina segundo Relatório Conflitos no Campo Brasil / CPT, 2006-2013

Município	Estado	Nome do Conflito	Data	Família	Categoria
Escada	PE	Área da Ferrovia Transnordestina	28/08/2011	63	Trabalhador Rural
Serra Talhada	PE	Com. Varzinha/Transnordestina/Odebrecht	13/10/2011	200	Trabalhador Rural
Afogados da Ingazeira	PE	Com. Gangorra/Macambira/Borges/Transnordestina	14/12/2011	29	Posseiros
Escada	PE	Área da Ferrovia Transnordestina/PAC	08/02/2012	100	Trabalhador Rural
Cabo de Santo Agostinho	PE	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	22/05/2012	40	Posseiros
Palmares	PE	Áreas Impactadas pela Transnordestina/PAC	27/06/2013	50	Pequenos proprietários
Cabo de Santo Agostinho	PE	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	07/09/2013	40	Posseiros

Fonte: CPT – Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2006 a 2013

Organização: Paula Camargo

Por outro lado, no primeiro texto do Relatório Conflitos no Campo 2012, consta:

Na região Nordeste, líder em número de conflitos por terra levantados no país, com várias ocorrências associadas a dois grandes projetos – a Transnordestina e o Complexo Suape - destaca-se, entre os demais estados, Pernambuco, pelo maior número de famílias despejadas no ano de 2012 [...] (CPT, 2013: 20)²⁸⁷

De qualquer forma, consideramos que catalogar os conflitos que identificamos em campo na Nova Transnordestina possa nos levar a equívocos, pois cada um deles parece sinalizar para dois ou mais conflitos simultaneamente.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaquais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

Conflitos em tempos de seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

[...]

²⁸⁷ Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (CPT, 2014: 10-11)

É necessário problematizar as situações identificadas em campo para que consigamos apreender melhor quais as implicações do Projeto Nova Transnordestina nas famílias afetadas e quanto à reprodução camponesa. Porém, considerando a impossibilidade de realizar tais reflexões no momento, em função da necessidade de término dessa pesquisa, apresentamos a transcrição das anotações do Caderno de Campo I²⁸⁸ (abaixo) e o relatório fotográfico do trabalho de campo que realizamos em Ouricuri em julho de 2013 (Anexo F).

Os registros aqui transcritos expressam semelhanças e diferenças entre as unidades camponesas quanto às formas de reprodução e organização familiar e, principalmente, em relação à percepção à ferrovia e aos conflitos com os quais tomamos conhecimento em campo.

Quanto às menções sobre a “percepção à ferrovia”, são relatados: o processo de indenização e desapropriação parcial de terras vivenciado pelas famílias, afetando a saúde e os projetos familiares; e a simbologia da ferrovia e as expectativas das mudanças econômicas e sociais a partir de seu funcionamento. Os conflitos, em geral, estão atrelados à demora ou não recebimento das indenizações, bem como às alterações espaciais provocadas nas comunidades atingidas pela obra.

Registro: Dia 11/7/2013 às 10h30. Fazenda Nova, Ouricuri. Rosa e Luiz.

Rosa: As medições começaram em 2005. Seu terreno foi dividido ao meio.

Marido adoeceu por causa da ferrovia, devido à insegurança diante da possibilidade de terem que deixar sua terra.

Passaram por muitas dificuldades financeiras vinculadas ao tratamento médico particular em Ouricuri. Foram três anos de tratamento por pressão alta decorrente da insegurança em receber a

²⁸⁸ Caderno de Campo I (diário digitado) Ouricuri/Trindade, julho, 2013.

indenização referente ao açude, curral, duas casas, terra, cisterna e cerca.

Possuem pouco gado, vão até Parnamirim para buscar sorgo para moer e dar ao gado. Para acesso à água, usam adutora de Petrolina.

As obras continuam e com elas as detonações provocaram rachaduras na casa nova.

Considera que a ferrovia vá melhorar sua situação, pois a ferrovia vai permitir circular mercadoria, poderão vender e comprar coisas na cidade.

Recentemente começaram a ter medo de assalto.

Luiz: “Talvez, com o tempo, mude nossa situação”. Pode ser que leve carga para os agricultores. Por exemplo, o milho para os bichos. “Pode vir ração para os bichos”.

Esta BR é de 1947. Em 1960 passava só um carro por dia. A partir de 1966 abriu rodagem, o PFL desenvolveu o país. 1970 Estrada entre Petrolina e Ouricuri. Pista de asfalto. Em 1990 o líder do PT, Antônio Fernandes fez abaixo assinado para água.

A linha do trem mudou. Tinha Telemar, energia não dava para manter a linha. Já tinha muita casa.

R\$2.000,00 a tarefa, hoje, mas o pagamento do governo foi de R\$300,00.

“Se fizer acordo, passa. Se não fizer, passa também”

Quando é federal, não pode impedir, quando é estadual e municipal pode.

Sua indenização saiu em 2010. Foram em Petrolina em 20/1 na audiência e em agosto liberaram os recursos.

Terreno: tudo que planta, dá.

A casa nova é maior. Mede 10x16,30m

Registro: Dia 11/7/2013 às 13h00. Fazenda Nova, Ouricuri. João Vieira da Silva

“Sobre o processo, eu creio que vai dar tudo certo, o governo não faz nada errado.”

Faz parte da Associação Amigos do Gravatá. ITERPE forneceu título da terra.

R\$ 6.424,34 indenização (?) R\$ 3.330,00 para advogado 20% - Dr. Rinaldo. Processo correu na 8ª Vara Federal de Pernambuco – Seção Judiciária do Estado de Pernambuco

Em 2009, com recursos próprios, começaram a construção de nova casa, bem próxima à antiga.

Em 2011 derrubaram a casa “miudinha” que estava na área da ferrovia. Agora tem água encanada.

ONG Caatinga cadastrou moradores para receberem cisterna de placa.

Venderam as criações pois não nasce pasto. Faltou chuva e não plantou.

Trabalhou a vida toda “tirando pedra” em toda a região para as prefeituras. Ganhava por milheiro.

“A obra foi bom. Problema é os caminhos.” Atravessa todos os dias para a casa dos filhos.

Fizeram cerca nova de 9 fios. Quando fazem as detonações “tudo junto”, abala muito. Mas quando estoura um por um é melhor.

Registro: Dia 12/7/2013 às 8h00. Sítio Gravatá, Ouricuri. Ana, Marcléo, Danilna, Danilo e David

“Bolsa família é nossa sorte”

Onde moravam a terra foi atingida.

Aí venderam para ir para mais longe em terra de sogro (pai do Marcléo, que mora na Fazenda Nova)

Tinha capim próximo ao riacho.

Ficou mais longe para ir para via (estrada). Ficou ruim.

Quem tem gado também não gostou.

Muitos venderam com a seca.

Receberam R\$ 400,00 pela terra e pagaram R\$ 100,00 ao advogado da Associação da Estaca que tratou tudo em Petrolina (avaliaram que compensava pagar a ele do que ir a Petrolina)

Tem a questão da água que passa por debaixo do canteiro de obras. Quando vier a ferrovia, terão que mudar. É a população que tem que fazer isso. Mas quando chegaram na terra, já tinha o acesso á água.

O açude secou.

Não conhecem ninguém que teve que ir embora por causa da ferrovia.

Reclamam da poeira da obra. Tem que limpar a casa todos os dias.

A obra acontece dia e noite (com iluminação). Mas não atrapalha.

As detonações acontecem, mas não avisam eles.

A ferrovia é para carregar gesso, minério.

Registro: Dia 13/7/2013 às 14h00. Sítio Gravatá, Ouricuri. Irene, irmã de Manuel da Silva Santos, casado com Maria das Graças

Pararam com roça e criação devido a seca.

Querem pau, mas o IBAMA não deixa. Tem que pegar autorização, mas como vai passar para lá da ferrovia?

Terá uma passagem daqui a 3km em plano.

Sua história é que em 1974 Manuel Barbosa da Silva e Francisca da Silva chegaram por ali. Foram para Bodocó. Lá terras alheias e aqui era “terra ausente”. Depois o dono (Burrego) veio, mas já tinha gente e deixaram ficar.”

Em 1988, o governo veio e em 1992 entregaram um título em nome de Manuel.

Receberam R\$ 5.856,99. Advogado ficou com 20%.

É o advogado presidente da Associação da Estaca. A indenização ocorreu há dois anos e a obra havia começado ali há 4 anos (em 2009).

“Os bichos estão jogados para lado de lá e não tem como vir para cá”.

Na beira da estrada querem comprar para fazer chácara. Mas aqui é o lugar que a gente quer ficar. Tem água.

A renda vem da aposentadoria e do bolsa família. Estão há dois anos na seca.

Pagam ITR, mas não tinham escritura. Agora o governo vai dar o título.

Registro: Dia 15/7/2013 às 14h00. Sítio Estaca, Ouricuri. Vizenza, Inocinea, Dinho Oros, João Henrique

Vizenza chegou em Ouricuri em 1996, 10 anos depois de João Henrique. Terra era de Zé Bezerra que vendeu para Vanda (homem) que vende para eles.

Primeiro foi para a terra do irmão. Passou ano e foi para terra onde estão e fizeram casa em 1999.

A estrada foi feita por eles, trabalhando de aluguel e dinheiro. Agora não dá mais para trabalhar de alugado. Tudo vizinho.

Trabalhava para João Araújo, que é de Bodocó e possui terra por lá. Último trabalho foi há 3anos (em 2010).

Recebi R\$ 20,00 por tarefa e R\$ 10,00 qualquer terra. Fazia 1,5 a 2 tarefas. Mulheres também trabalhavam.

Trabalhavam 3 dias alugado e dois para eles.

A casa é nova. Foi feita há um ano (2012). Fizeram com R\$ 3.000,00 da ferrovia.

Faz cerca, capim, só mexe com gado de filhos da vizinhança. Contrato vaqueiro. Fazia queijo.

Em Bodocó para Parmalat. Entregava na quinta em Ouricuri e na segunda em Bodocó. “Ficou mais ruim”.

Se vier a chuva, cria batata. Benefício do Bolsa-Família e Garantia Safra R\$ 140,00

Tem também o Chapéu de Palha que é para quem não foi coberto pelo garantia safra.

“A ferrovia só fez prejudicar. Não vai beneficiar muito. Se fosse o canal do sertão se beneficiava”

A poeira é muito grande. Às vezes não consegue dormir. Mesmo aguando.

Foram desapropriamos 2,5 ha para cada lado e 1,2 há de faixa da ferrovia

A igreja católica fez a cisterna.

Sobre Petrolina: (filho GILMAR) Foi para “Projetos”, tinha indicação de ir para 18 e foi para 25.

“Tudo trabalha nos projetos de uva e banana”.

Usam aqui só veneno, os abastados para mata- mata. Usam ferramentas como Xibanca, Alavanca, Machado.

Na época da COIVARA, tudinho ia. Homem e mulher. Começava na terra deles e depois na dos outros. Empreitada. Trabalhava muito para comprar só farinha

Possuem cisterna de 12mil L, custa duas vezes R\$ 70,00 para encher (dois carros pipas)

Registro: Dia 16/7/2013 às 14h00. Sítio Estaca, Ouricuri. Maria Pereira Henrique

1986 Cida e Maria Pereira. Foram construindo a casa aos poucos. Dava uma chuvinha e ia construindo.

Marido morreu e vive com o dinheiro da pensão.

Tinha 4 filhos em 1986e ganhei 6 aqui. Só um em hospital. Não tinha parteira. Tinha o filho sozinha.

“mulher em casa”

Em 1992 tinha muito inverno. De lá para cá veio enfracando.

Já trabalhou muito de alugado. Trabalhava na roça de Valdo.

Alugado empeleita uma roça com diária de R\$ 15,00. Ou um mês 150 a 200 reais.

Agora não tem mais alugado porque adoeceu. Aumenta a pressão. Há três anos (desde 2010)

Marido e irmão morreram. “Dá queda de nervo”

Moraram de morador em Bodocó. Juntaram dinheiro com venda de máquina de costura e mais dinheiro de alugado. Dez conto.

Antônio, João Henrique, Antônio Vicente Henrique

Tirava lenha da própria mata para vender para fábrica de gesso.

Bezerra antigo dono. De vanda João José X Divaldo Araújo

Antigamente lavava roupa no açude de Benedito e pegava água para beber. Hoje tem água encanada da Adutora São Francisco.

COMPESA cortou água tudinho.

Ligaram clandestino, sem pagar, sem político.

Água da adutora vai para cisterna e para caixa d'água.

Fogão de carvão tem melhor gosto, prefere do fogão à gás, maior o gasto.

A escola fica em Tabuleiro. A Lidiana é professora contratada. Tem Damião, outro filho de Cida que está para Petrolina.

Ferrovia pegou 3 tarefas de 20 e sobrou 17 tarefas.

Tinha roça ali.

“Não podia fazer nada. Se aceitava, passava. Se não aceitava, passava. É coisa de governo.”

Trancaram a estrada para ver se vão fazer passagem.

Zé, filho de Cida. Pai de duas meninas. Mora de morador. Há 4 anos trabalha para fazenda de 10mil tarefas em Ouricuri. Recebe R\$ 4,00 /braça (2,2m)

Depende se tem muita pedra, mais tempo, produz menos. Ganha igual, com ou sem pedra, para fazer ou para reformar.

Saiu pagando R\$ 300,00 há para comprar e hoje R\$ 2.500,00.

*Estaca Registro: Dia 16/7/2013 às 17hh00. Sítio Estaca, Ouricuri.
Joana Eleonides*

Nasceu em 1939

Avós eram de Ingazeira. Pai e mãe casaram e vieram para Estaca. Tiveram 10 filhos e 5 morreram. Tem 3 ainda vivos, Joana, Virgínio e Clotilde.

Quando vieram para cá, compraram de _____.

Plantava feijão e milho quando chovia.

Iam a cavalo, jegue, de pé.

Hoje usam carros dos vizinhos. De Zé Pequeno.

Tem bode, gado, ovelha, galinha, peru e porco.

Pai e família trabalhavam. Homem limpava roça.

Mulher pilava milho e arroz no pilão. Mulher serviço de casa (varrer, espanar, varrer terreiro).

Homem tirava leite de gado. Mulher de cabra.

Tinga gado, bode e porco.

A gente trabalhava demais. Deitava às 22h ou 23h e acordava às 4h.

Fazia roupa para família e para vender. Costurava. Ia para Parnamirim. Comprava tecido em Ouricuri. Chegaram a ter 3 lojas.

Na terra deles tinha um ferreiro.

Há uns 30 anos, com a morte dos pais, a terra foi dividida para 10 filhos e venderam.

Ensina desde 1980's. Depois fizeram o grupo escolar. Já era da Prefeitura. 1º e 2º de manhã e 3º e 4º a tarde.

Irmãos casaram e foram para a cidade. Foram “simbora”. Recife, Parnamirim e Maranhão.

As festas de casamento duravam 2 ou 3 dias.

A ferrovia cortou a terra no meio. Venderam a criação, mas não a terra. Receberam R\$ 1.600,00.

Iam buscar água em Pajeu. Cavava cacimba até achar água. Quando chegou água da adutora deixou as cacimbas. Ninguém quer mais saber de riachos.

Plantava para as despesas. Feijão colocava em tubo. Farinha colocava em caxão. Milho em tubo.

Registro: Dia 18/7/2013 às 7h30. STR, Ouricuri. Augustinha

Participou como membra da diretoria entre 2004 e 2008 como delegada da Passagem das Pedras, próximo a Algodões. Uns 8km

Em 1983 foi a pior seca pois o povo não estava organizado. Muita migração para os projetos de Petrolina e para São Paulo. Fizeram ação de luta para educação no campo. Existiam 52 grupos escolares com professor leigo da comunidade.

“Tinha escola até debaixo das árvores. Se os trabalhadores da roça não produzir, como vão comer.”

Na seca de 1993 houve muita mobilização com a atuação conjunta do PT, STR, CPT e Caatinga. Morreu gente de fome.

Na seca de 2011-2013 ninguém se queixa que tá com fome. Ninguém vem falar de fome de gente, só de animais. Tem tido migração para Santa Catarina e São Paulo. Ação dos gatos, “faz medo”, maioria é jovem que não está organizada, tá iludido.

BARRAGENS – Passagem das Pedras (onde tem água potável, fica em Santa Cruz, Santa Filomena, Ouricuri); Algodões (água salgada, não é para consumo humano); Tamboril (água salgada, usada para produção e consumo humano); Entremontes (água salgada usada para produção)

A igreja afastou um pouco. Aqui não tem muito problema com terra. Ela (a igreja) atua no São Francisco com coragem.

Registro: Dia 22/7/2013 às 10h30. Sítio Abóboras, Trindade. Damião

Possuía 12ha e a ferrovia atingiu 5,9ha

Tem maracujá, mamão, macaxeira, melancia de cavalo (melancia forrageira).

A água arrastra a areia da obra para a plantação (capim).

Damião e seus irmãos possuem área de 6 a 7ha. Usam a terra de forma compartilhada. Compraram terra do tio. Tem um silo para a família.

Possuem cisterna com capacidade para 16mil L.

O custo é de R\$ 25,00 para 7,5mil L que dura entre 20 a 30 dias (quando a cisterna é comunitária)

Ou R\$ 60,00 para 9mil L com carro de Trindade.

Usam, em geral, bomba elétrica (que requer gasto com fio de energia), ou gerador movido a combustível, ou bomba manual, ou bomba popular BPN, ou bomba cata-vento.

Vinha do gesso e de Petrolina, trabalhou nos projeto 4 (2006, 2007, 2008)

Projeto de uva. Começou roçando, capinando. Não tinha experiência e não tinha que fazer os outros serviços.

No segundo mês foi para irrigação. Depois, no segundo ano, virou “apontador”, fiscal, e ganhava um pouco mais.

Conseguiu sair bem do trabalho falando que iria estudar. Demoraram a pagar os encargos, só pagaram agora em maio de 2012 o restante.

Queria mudar de ideia, mas ao fazer aula com Buga, desistiu.

Ganhar 1 salário aqui é melhor do que 2 ou 3 salários lá fora.

Acessou o PRONAF C pelo BB com uso do dinheiro conseguiu construir cisterna, cerca e carroça, motor a gasolina e sucção 8m.

Sua renda vem da roça e do gesso. Trabalha com ovinocultura . 33, mas já chegou a ter 60 (dúvida, ouvir o áudio)

Chegou a trabalhar registrado na fábrica. Mas quis produzir ele próprio as placas. Comprava gesso, misturava com água e vendia. Mas com a chegada da ferrovia, as placas começaram a ficar amareladas com a poeira da obra. Trabalhou de 1994 até pouco tempo. 17 anos.

Ainda sobre a ferrovia, pararam estes dias (julho), pois não indenizaram as casas. E Fizeram queixa (BO) em Trindade.

Levaram irmã e cunhado para delegacia. (Roseli e Jaco). Depois foram à Serra Talhada para denunciar.

A situação deles é que somente indenizariam as casas que estivessem até 10m do eixo. E a deles está a 10,5m.

Ações no Ministério Público somente pode se for um bem comunitário.

Os vizinhos que trabalham com gado estão pedindo R\$ 400,00 a R\$ 500,00 para atravessador (que vende para matadouro e açougueiro). No inverno o mesmo gado pode chegar a R\$ 800,00

Ignora o GTA nesse processo. Tem que dar baixa nos animais.

Quer estabilizar 80 matrizes, ter 10 produzindo todo o dia.

Participa do Fórum da Caprinocultura.

É presidente da Associações dos Criadores de Bode.

Vende burrego, que possui entre 6 meses a 1 ano.

O PNAE ainda não chegou em Trindade.

Tem o PPA (este chegou)?

Seus irmãos são empregados na placa. Entram às 5h e saem às 12h, horário de plaqueiro.

Chega na roça às 15h e fica até às 17h.

Quem está desempregado, trabalha pela manhã na roça de sequeiro.

Comprou 15 sacos de milho na CONAB. Fez inscrição em Agosto de 2012 e chegou em maio de 2013.

A demora é questão de política. CONAB geriu muito mal. Compraram milho e não tinha frete. Sem caminhoneiro. Quando chegou não houve distribuição igualitária. Critério. Dos 11 municípios, somente 4 receberam.

Antigamente, não tinha gesso ou emprego. Tirando as mulheres e aposentados, só agricultura. Antes quando apertava ia para São Paulo (construção civil) e Petrolina (projetos)

Ferrovias TLSA

Souberam 2007/2008. Avaliaram em R\$600,00/há, mas quando passaram aqui em 2010 tava valendo R\$ 1000,00 a tarefa. Hoje, 2013, vale R\$ 6.500,00.

A correção do valor é do dia que o juiz assinou até o dia da retirada. Não do dia da avaliação.

Depois ouvir AUDIO do barulho, da detonação e da passagem.

VAREDA – termo pejorativo para estrada.

Começou o povo da cidade tá indo para o campo para fugir do gesso.

Quando chegava na mata, fazia os trilhos.

Chegavam falando que o trem vai passar e que ia sair, que as casas iam sair.

Em 2010 veio a quebradeira da mata. Arregaçaram a roça e deixaram tudo aberto.

Registro: Dia 18/7/2013 às 13h30. Sítio Estaca, Ouricuri. João Henrique.

Chegaram na região João mais dois irmãos (Antônio e outro que faleceu)

Aqui somente mata.

Zé da Ingazeira mais família da Joanelinha.

Até 1986 vivia por Bodocó. Trabalhou de aligado, de arrendatário e de alugado. Muito sofrido. Tinha que pagar meia.

Tinha grande amigo por lá e não tinha condição de comprar. Venderam antes da safra, pegaram o dinheiro e compraram. Mas a safra não deu e ficou devendo ½ para amigo. Pagaram 3 anos depois.

Ocuparam casa abandonada. Tinham dificuldade da água. Havia três casas de taipa, parede de folha e papelão.

Trabalhavam diária para Zé da Ingazeira. Era diferente pois aqui ganhava 1 diária e lá ½.

Agora sobraram 7 cabeças e não vai vender tudo, pois é difícil comprar de novo.

Pessoal mais jovem tem pretensão de viver na cidade. Jovem poderia ficar aqui pelo acesso à família, conseguir algo através da agricultura.

É Delegado de Base pela Comunidade da Estaca.

Atrai gente para compor por conta dos benefícios.

Fundaram a Associação da Estaca com o irmão que faleceu (Antônio).

João assumiu no lugar deles. O papel é buscar benefício para a comunidade.

Facilita para escavação de poços e barragem, por exemplo.

Ainda tem gente que não tem água. Vizinho vai na terra de quem tem água. “Ocupando o vizinho”.

Querem manter ofício para COMPESA para pedir água.

A COMPESA instala encanamento na entrada da comunidade. A comunidade é quem tem que fiscalizar cano estourado, comprar relógio e é uma conta única.

Fica responsabilidade de tirar conta dos outros relógios, que vai pegar e instalar.

Água chegou em 2012 com obra do último projeto.

A luz chegou há uns 10 anos. (2003, aprox.)

Faz muita diferença.

Tinha dificuldade muito grande. Usava TV pequena, preto e branca ligada na bateria.

Antes não tinha geladeira.

Alimentos eram comprados para usar em uma semana.

Sobre transporte, nos anos 1980 usavam bicicleta, carro de linha particular. Custava R\$10,00 ida e volta. Nos sábados saía às 8h (ida) e 14h (volta)

Ou carro de linha na BR.

Na família só tem moto, não possuem carro.

Produz capim para os animais. Tem bolsa estiagem R\$80,00 até nova safra (março ou abril)

Ferrovia

As passagens já estavam marcadas.

Quiseram reduzir para duas.

Receberam apoio da STR e FETAP.

Fizeram duas reuniões. Prefeito e vereador levaram solução favorável à firma.

FUNDEP – ligado ao movimento sindical.

“Melhor para o povo, quem tem conhecimento, é nós aqui.” Pegar AUDIO

Foram na casa do presidente do STR, Ferrinho, e ele articulou com a FETAP.

Negaram reunião, pois agora querem a prática. A forma que vão fazer a passagem.

Aqui tem entorno de 300 famílias.

João os chamou para ver a passagem.

15 dias depois vieram dizer que a passagens ia continuar. Não deram nenhum documento, apesar de terem pedido.

Disseram que a outra passagem vai voltar 500m para ficar junto a atual estrada

A obra começou em junho de 2009. Muitos problemas no início.

Foram desapropriados e não receberam indenização. Tiveram que recorrer e receberam em 2011. Documentos estão na 8ª Vara de Petrolina. A comunidade entrou na justiça através do Advogado Dr. Edvaldo Pereira de Souza. Nº 25730.

Em 2012, todos já tinham recebido. Desde a Estaca até a Chapada do Tamboril.

João foi quem pegou todos os processos.

Na propriedade dele, o traçado parou em cima do pomar, da casa, da terra. Perguntaram se já tinha casa. Pediram para confiar que iriam indenizar. Acreditaram nas promessas, mas abriram a passagem e não colocaram cerca e os animais não podiam ficar livres....

Demoraram seis meses para providenciar a cerca.

Mudou-se em maio ou junho de 2009.

Tem o exemplo de Luiz Francisco dos Santos, Luado 123

“Direitos são iguais (...) passar por cima do direito nosso....

A diferença de cultura e de informações

VER AUDIO – confuso

João recebeu R\$ 16.500,00

Tem o exemplo da Inocência que teve problema de saúde com a obra, devido às detonações e à poeira. É casada com Francisco de Auremo. Tinha que sair de casa por conta do barulho, problema com dinamite.

Registro: Dia 19/7/2013 às 8h00. Sítio Estaca, Ouricuri. Próximo ao Rio Gravatá. Grupo Escolar.

Antônio Vicente Henrique, Maria Aparecida, Veranilde (filha) com a filha Raiane, José Pereira, Ueverton (filho de Leilane) e Vitória Régia (Veranilda)

José Pereira vendeu a parte que sobrou com o corte da ferrovia para o vizinho.

Veranilda vendeu para rapaz com 12 filhos, sendo 7 deficientes, que não tinham onde morar.

Se irritam com tudo relacionado à obra.

Ao lado do grupo escolar, mora a Joanninha, pessoa mais idosa da comunidade.

Na mobilização para reivindicar mudança do local da passagem, chamaram o STR, a FETAP, veio rádio e jornal do município. Tavam preparando para fechar ferrovia.

Quanto teve mobilização, ameaçaram chamar a polícia. Mas sabiam que estavam pedindo a passagem.....

A passagem proposta aumentava em 1,5km + 1,5km.

Na Associação de Moradores da Estaca, João Henrique é presidente. Veranilda é também parte da associação.

Recomendaram falar com José Rodrigues – casa branca.

A firma coloca o prejuízo da redução da velocidade.

X E a população que não pode andar mais, ficar sem acesso. O prejuízo é para a população.

Firma queria passar por cima.

Tem 300 a 400 pessoas organizadas.

A estrada é centenária, tão velha que ninguém sabe quando foi feita.

Mulheres com 70, 80, 97 anos, e a estrada existia antes delas.

É uma estrada importante que liga o Caldeirãozinho com a Fazenda Lopes e Tabuleiro.

Tem água canalizada.

Tem bastante gente que não tem e vive de caminhão pipa do IPA com exército, da prefeitura com o Vereador Dida.

Vereador DIDA – Tentar entrevista-lo para saber sobre a questão da água via caminhão pipa e sobre ferrovia.

No Tabuleiro e no Caldeirão parte não tem água. Estão mantendo criações com ração da CONAB.

Venderam tudo e sobraram duas novilhas. Venderam na Feira do Gado em Ouricuri. Preferiu, pela ração cara, vender por menos.

Prefeitura faz movimento para venderem para pessoas do município, não fora dele, para manter o gado no município.

Deram selagem, mas pouca, para associação.

Vão sorteando, mas ainda não foi contemplado.

Consegue vender para dentro.

Só viram gado morto. Não viram cabra nem bode.

A melhor coisa para criar é bode. Come tudo.

Ainda tem 25 ou 30 cabeças.

Buscam mandacaru na terra de amigos.

Jovens saíram na seca para Petrolina e Ouricuri.

Levam gado para o Maranhão, pessoas mais sucedidas. Pessoas da região ou de fora que tem propriedade. Aqui é gado de leite.

No MA é gado de corte. Quando levaram para lá, não deram mais leite.

Campi daqui parece melhor.

De dez anos para cá, planta só para consumo (milho, feijão, sorgo) Tem queijo, ovo e leite para vender.

Antes disso, a chuva era mais organizada. Por isso não conseguiram mais ter boa colheita. A chuva está mais descontrolada.

Em 2002 foi guando mais choveu.

Em 93 teve seca. Não tinha emprego, não tinha nada, nem tinham benefícios do governo. Na seca receberam farinha, fubá, rapadura, feijão preto, arroz com casca.

Atualmente tem o Bolsa Família R\$ 280,00; Bolsa estiagem R\$ 80,00 e o Garantia Safra. Em 1993 se mobilizaram para fechar o comércio. Foram para atacar feira em Ouricuri.

Pessoal procura emprego, mas não tem.

História

Bodocó tinha o latifundiário Dr. Araújo.

Tinha casa de palha, no chão.

Trabalhavam com meia (milho, mamona, fava)

Todos trabalhavam.

Depois passaram para arrendar. Comprou a terra e foi pagando. Comprou de José Bezerra Lopes era dono do Sítio Estaca. Estão há 35 anos aqui.

Pagava um saco por tarefa. Quantidade dependia do produto.

Por isso, não conseguem mais

Ele trabalhava no alugado. E ela na roça mais meninos.

O trabalho de alugado era por empreitada.

Quanto trabalha para patrão é como trabalhar alugado. O cara tá alugado. Chegou a trabalhar só um dia, ou dois, ou a semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa debruçou-se sobre os aspectos concernentes à reprodução camponesa no momento atual, em uma área do município de Ouricuri-PE. Apesar de esse recorte parecer pontual, foram importantes a observação e o entendimento sobre os processos históricos constitutivos desse campesinato na sua relação com a totalidade do desenvolvimento desigual e combinado.

O processo histórico, longe de configurar a história singular, revelou como se imbricava aquele campesinato nas políticas estatais de cada momento e o que isso significava para quem as vivenciava.

As políticas desenvolvimentistas, vinculadas aos interesses do capital financeiro, industrial e comercial, impulsionaram e ainda impulsionam as transformações relativas à propriedade da terra em diferentes regiões do Brasil. Entre elas, as que se voltaram para constituição de um aparato infraestrutural dos transportes foram alvos de grande repercussão nos debates sobre qual o modal a ser privilegiado no suposto rumo ao progresso e à integração nacionais.

A ferrovia, que no século XIX despontava como a mais moderna das formas de circulação, passou por um longo período de estagnação e só agora foi retomada, não de forma isolada, mas como um dos componentes do sistema macrologístico a ser incentivado. É nesse sentido que tomamos como estudo de caso a obra da Ferrovia Nova Transnordestina, inserida na Malha Nordeste.

Após anos sem investimentos ou melhorias significativas em sua malha, a concessionária adquiriu, via financiamentos e fundos públicos, 75% dos recursos necessários para a construção de quatro novos trechos que compõem uma nova ferrovia, a Nova Transnordestina.

Os trechos foram licenciados individualmente no órgão responsável, IBAMA, mesmo compondo uma única ferrovia. A justificativa para a construção da mesma, por parte dos governos federais Lula e Dilma, e da Transnordestina Logística S.A., empresa concessionária, é a necessidade de integração de áreas do sertão nordestino aos portos de escoamento da produção. Mencionam o potencial dos produtos do agronegócio do cerrado nordestino, destacando a soja, e a possibilidade de extensão da ferrovia ao

sertão baiano, tanto via ferrovia quanto através da futura hidrovía do rio São Francisco, com seus 180 km.

Todos os produtos com um só fim: o mercado externo. Tamanho investimento assenta-se no viés de desenvolvimento que prioriza investimentos em infraestrutura logística, justificados nos discursos oficiais pela necessidade de aumentar as exportações para equilibrar a balança comercial.

O Estado e os capitalistas excluem, assim, qualquer prática concreta que envolva diretamente “a população”, a mesma população que em seus discursos seria o alvo dos investimentos públicos, através do chamado “planejamento” para o “desenvolvimento regional”. Contudo, por se tratar de um sistema cujo desenvolvimento é feito através de processos desiguais e combinados, esse “retrato” se constrói de forma coerente à lógica de produção – e reprodução – capitalista. Isto, porém, não significa que inexistam formas de resistências, embates, conflitos que podem resultar em processos contraditórios, como o de recriação camponesa.

Desse modo, ao mesmo tempo em que está sendo construída uma ferrovia, cujas pretensões na relação capitalista–grandes proprietários, que muitas vezes se fundem e atuam na esfera política, são de territorialização do monopólio e monopolização do território pelo capital, também podem estar sendo geradas pelo campesinato novas estratégias de permanência na terra e de resistência à consolidação desses processos.

Nesse sentido, nossa hipótese é de que, em médio prazo, a implantação da ferrovia poderá provocar a alteração das relações de produção e de trabalho nas áreas próximas aos terminais, também tidas por muitos como estagnadas. Como se trata de processos futuros, nossa análise se “restringiu” à recriação da produção camponesa na atualidade. Esta resiste à lógica que se pretende homogeneizante, apesar de não poder sê-la, visto que o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista depende da relação combinada de relações de produção capitalistas e não capitalistas (Oliveira, 1986). Ao considerar nossas observações em campo, entre 2010 e 2013, nossos estudos bibliográficos e a análise documental que realizamos, buscamos identificar e compreender as contradições entremeadas aos conflitos entre as frações de territórios camponeses e a implantação desta nova via de circulação de mercadorias.

A ocorrência de conflitos diretamente associados ao projeto Nova Transnordestina exigiu-nos o estudo das transformações socioterritoriais no sertão pernambucano, por meio das pesquisas de campo e levantamento bibliográfico referente à formação territorial e desenvolvimento ferroviário, para além das discussões no âmbito da geografia agrária.

Os relatos dos camponeses, obtidos em campo e através das fichas de registro de queixas relativas à obra e à desapropriação, presentes nos Relatórios Semestrais, evidenciam que o acesso aos seus meios de produção, principalmente à terra e à água, está sendo diretamente dificultado. O mesmo ocorre com o acesso às estradas e caminhos antes utilizados e que foram interrompidos pela via férrea. A própria análise documental do processo indenizatório das famílias já evidenciou o quanto o direito de posse e as especificidades da produção camponesa foram desconsiderados pelo poder público.

Nos trabalhos de campo foram observadas formas variadas, encontradas pelos camponeses, de lidar com a fragmentação da terra. Em muitos casos, estavam relacionadas às condições de reprodução da produção camponesa de cada unidade, por sua vez atrelada à combinação dos elementos estruturais, conforme coloca Tavares dos Santos (1978).

A relevância das questões que afligem os camponeses em relação à obra não deve ocultar os aspectos que têm marcado a reprodução camponesa em Ouricuri. Destacam-se, como vimos, a questão da parcelarização da terra, alta suscetibilidade aos efeitos da seca, além da continuidade, ainda que em novos formatos, do uso político e de enriquecimento desse fator climático. Nesse sentido, a ferrovia, de forma direta e indireta, contribui para o acirramento das contradições, podendo agravar as condições de reprodução da produção camponesa.

Portanto, diferentes aspectos se imbricam na análise da reprodução do campesinato, muitos dos quais contribuindo de diferentes formas à sua reprodução ou recriação. Alguns consideram oportuna a venda da parcela com menor uso para outros camponeses. Há casos de camponeses da mesma comunidade que compraram terras do desapropriado, e houve também posseiros adquirindo terra para se tornarem proprietários. Deparamo-nos também com um caso em que a terra foi cedida para uma

família numerosa. Nessas três situações, estamos diante de processos que permitem a recriação camponesa.

A recriação camponesa tem ocorrido em contexto de mudança do antigo coronelismo, em que novas interfaces aparecem mediando a relação com o Estado, inclusive por meio da relevante atuação das organizações da sociedade civil organizada, conforme presenciamos na II Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Ouricuri. Por outro lado, os atuais espaços de participação estão em disputa e, por ora, aparentam legitimar antigas práticas de privilégios políticos, sociais e econômicos.

Todo esse percurso foi apresentado em quatro capítulos, dos quais retomamos alguns dos argumentos para encerrar nossas considerações.

No Capítulo 1, *Ocupação territorial e desequilíbrios regionais*, tratamos da formação territorial do Nordeste, destacando os principais momentos políticos e sociais, cuja combinação de ações, e em meio à luta de classes, acabaram por provocar mudanças nas relações de produção, na ocupação fundiária e, assim, nos processos de territorialização do latifúndio e do campesinato.

É comum no âmbito da política pública, bem como no meio acadêmico e nas conversas com os moradores do sertão, encontrar discursos que continuam atrelando a seca e a falta de iniciativas estatais aos “problemas regionais”.

Nossas indagações não caminharam no sentido de reconhecer as especificidades físicas do sertão. Tampouco consideramos que o desenvolvimento das forças produtivas, as quais têm no caso estudado imbricado ações do Estado, possam reduzir as desigualdades sociais ou portar soluções para os “problemas” do Nordeste.

Partimos da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, em que se entende que a permanência de situações suscetíveis aos longos períodos de estiagem está atrelada à forma como o modo de produção capitalista se estruturou no território nacional. Assim, a constatação da permanência de uma região em que a principal característica continua sendo o aspecto da “seca”, levou-nos ao tratamento da questão a partir de outro problema historicamente produzido no Brasil: o problema da “cerca”.

Problematizamos a atuação do Estado e os interesses privados interessados em configurar o Nordeste como uma “região problema”, justificadas as condições

socioeconômicas pela existência do semiárido. Bem como, diante disso, o planejamento ter passado a ser utilizado como meio para a resolução de problemas, mas cujos diagnósticos insistiam, e ainda hoje insistem, em excluir a questão fundiária e de concentração dos meios de produção. As principais referências bibliográficas utilizadas para a interpretação dessa realidade foram: Andrade (1976; 1998), Cohn (1976), Goldenstein e Seabra (1982), Martins (2010), Oliveira (1984, 1987, 2007) e Oliveira, Francisco (2008).

O Capítulo 2, *Criação e recriação do campesinato e do latifúndio em Ouricuri/PE, no sertão pernambucano*, seguiu um caminho semelhante ao transcorrido no capítulo anterior, porém com enfoque no município de Ouricuri, no sertão pernambucano. Nosso interesse foi buscar compreender o longo processo de fragmentação das terras ocupadas predominantemente pelo campesinato. Em seguida, recorremos aos censos agropecuários para analisar as mudanças atreladas à agricultura dessa região desde meados do século XX. Para tanto, estudamos as relações de produção, a utilização das terras, a estrutura produtiva (quanto à tecnologia e maquinários) e os recursos monetários utilizados no emprego na atividade agropecuária. Três autores contribuíram enormemente para com nossos estudos e para a elaboração desse capítulo: Aquino (1982); Oliveira (2007) e Schifino (1982).

O Capítulo 3, *Reprodução e recriação camponesa no semiárido pernambucano*, surgiu da necessidade de articularmos a descrição à caracterização histórica desse campesinato em Ouricuri (PE) com os aspectos atuais observados nos trabalhos de campo. Os instrumentos de pesquisa foram, portanto, as entrevistas com camponeses e representantes de instituições públicas e de organizações não governamentais.

Por fim, o Capítulo 4, *Circulação no modo capitalista de produção: vias férreas e sua relação com transformações e conflitos socioterritoriais*, traz a discussão sobre a associação entre desenvolvimento capitalista e desenvolvimento ferroviário no Brasil, a qual, porém, busca olhar para o aspecto da transformação socioterritorial nela implícita. Criticamos a apropriação dessas vias pelos grandes grupos monopolistas do capital comercial e industrial.

Ademais, nossa abordagem realçou o histórico dos projetos e ferrovias no Nordeste, que passaram a ser agrupadas na chamada “Malha Nordeste”, analisando o processo de concessão ao setor privado da década de 1990, época em que a Companhia

Siderúrgica Nacional – CSN passou a ter controle majoritário das ações. A análise do projeto e da construção da Ferrovia Nova Transnordestina explicitou o distanciamento do discurso do desenvolvimento regional em relação à realidade.

Ainda neste capítulo, recorreremos tanto à pesquisa documental sobre o histórico ferroviário e, principalmente, a respeito do projeto Nova Transnordestina, quanto ao estudo bibliográfico, com destaque para Biondi (2003), Boeachat (2014), Galvão (1996), Martins (2004), Pinto (1949) e Silveira (2003; 2006).

Por fim, centramos o estudo do Trecho Salgueiro/PE a Trindade/PE e na realidade que tem sido vivenciada pelos camponeses cujas terras foram atravessadas pela ferrovia. A partir de trabalhos de campo realizados desde 2010 e das considerações do Capítulo 3, sobre recriação e reprodução camponesa, buscamos identificar e compreender o quanto a ferrovia estava levando a processos de recriação camponesa, no sentido de se “refazer” no mesmo território.

Nossa análise pautou-se também nos relatórios encaminhados pelo empreendedor, Transnordestina Logística Ltda., ao órgão licenciador sediado em Brasília/DF, IBAMA. Nestes, constam registradas as declarações das famílias afetadas pela ferrovia. As evidências que foram documentadas revelam o inadequado tratamento dado às famílias, cujas terras foram parcialmente desapropriadas, e os conflitos gerados pela fragmentação de suas propriedades.

Esta pesquisa se encerra com inúmeras questões concernentes à reprodução camponesa, à estreita relação com o governo e com o Estado como componentes da reprodução, à maior difusão das tecnologias sociais, e à participação ativa das organizações de sociedade civil nas políticas públicas e na relação com as comunidades rurais.

Pesquisas futuras poderão identificar outros sujeitos sociais envolvidos na reprodução camponesa, visto que esta análise foi parcialmente comprometida pelo período de seca prolongada (desde 2010). Também será oportuno o acompanhamento das famílias no momento de início da operação da ferrovia, o que não pudemos realizar diante da extensão dos prazos previstos de inauguração.

Por ora, consideramos relevante pontuar uma das questões que nos afligem: a respeito da reprodução camponesa, de que modo os movimentos sociais, como o MPA atuante no sertão pernambucano, pretendem extrapolar as políticas afirmativas de convivência com o

semiárido? Quais os debates sobre as próximas gerações diante da parcelarização contínua das terras? As proposições para a luta na terra podem ser descoladas das ações da luta pela terra?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

AB' SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n.36, p. 7-59, 1999.

_____. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Ateliê Editorial, 2012.

ACETEL; ADENE. Associação Técnica Científica Enersto Luiz de Oliveira Júnior; Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Diagnóstico energético do setor industrial do polo gesso da meso região de Araripina-PE. ACETEL: Campina Grande, 2006. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/2F6F3AECA42AE2558325735A006800FC/\\$File/NT000360FA.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/2F6F3AECA42AE2558325735A006800FC/$File/NT000360FA.pdf). Acesso em: janeiro 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. *Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias*. Edições 2002 a 2010. Brasília: ANTT, 2002-2010

_____. *Evolução do transporte ferroviário*. Brasília, ANTT: 2012.

ALMEIDA, Djalma de Sá. Biografia de Brígida de Alencar. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/biografia-de-brigida-de-alencar/30155/>. Acesso em: ago 2012.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Formação Territorial Sul Piauiense: Modernização Agropecuária e Resistência Camponesa*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMADOR, Maria Betânia Moreira. *A política de reflorestamento e seus reflexos na estruturação do espaço agrário semi-árido nordestino: o caso do reflorestamento com algaroba no município de Custódia-PE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. Hucitec, 1976.

_____. *Tradição e mudança*. A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. A construção de grandes represas e os impactos ecológicos e sociais provocados. In. ROSA, L. Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: Aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. São Paulo: AIE/COPPE; Marco Zero; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1998.

_____. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6. ed. Editora Universitária da UPFE: Recife, 1998.

_____. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 7. ed. Editora Cortez: Recife, 2008. AQUINO, Raul. *Ouricuri: história e genealogia*. Recife: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, 1982.

ARCADIS Logos. *Informações sobre a Transnordestina S.A. e a Nova Transnordestina*. Disponível em: <http://www.csn.com.br> Acesso em: maio de 2011.

ARCADIS Tetraplan. *Plano Básico Ambiental*. Gestão Ambiental e Implementação de Programas Socioambientais no âmbito das obras da Ferrovia Transnordestina. Trecho: Missão Velha/CE – Salgueiro/PE. São Paulo: ARCADIS, 2006.

_____. *Plano Básico Ambiental*. Gestão Ambiental e Implementação de Programas Socioambientais no âmbito das obras da Ferrovia Transnordestina. Trecho: Salgueiro/PE – Trindade/PE. São Paulo: ARCADIS, 2008.

_____. *Análise do atendimento das condicionantes e implantação dos programas ambientais relativos ao meio socioeconômico, 2011*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>. Acesso em: junho de 2012.

ACSELRAD; BARROS. Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”. In: *Conflitos no campo - Brasil 2012*. Goiânia: CPT, 2013, p. 18-24.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José L. F. Formação Territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 139-157, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/issue/view/1223>. Acesso em: Out. 2013.

_____. Pensamento Geográfico das Secas, dos Trilhos e dos Braços: Ferrovia Baturité (1870-1889). *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 77-86, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/issue/view/RM%2019>. Acesso em: Out. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira NBR nº 14653*. Avaliação de bens: Parte 3: Imóveis rurais. ABNT: Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS. *Informações sobre a Transnordestina Logística S.A. e o Projeto Nova Transnordestina*. Disponível em: www.antf.org.br. Acesso em: Jan. 2013.

_____. *Mapa da malha ferroviária no Brasil em 2011*. Disponível em: www.antf.org.br. Acesso em: Jan. 2013.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. *Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no nordeste*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

BNB; UFC; FCPC. Banco do Nordeste do Brasil, Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura. *Caracterização e Análise dos Sistemas Produtivo e Macrologístico na Região Nordeste enquanto Suporte à Localização de Empreendimentos: Foco no Papel da Ferrovia Transnordestina*. Relatório final. Tomo I. 2012.

BOECHAT, Cassio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; FERNANDES, Bernardo Mançano; SUZUKI, Júlio César (Org.). *Geografia Agrária - Teoria e Poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 315-337.

_____. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/140>. Acesso em: Dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.365 de 1941. Dispõe sobre Desapropriações por Utilidade Pública. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 18, jul. 1941.

_____. Lei nº 3.115 de 16 de março de 1957. Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedades por ações, autoriza a constituição da Rede Ferroviária S.A., e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 20, mar. 1957.

_____. Ministério dos Transportes. *Transportes no Brasil*. Rio de Janeiro, 1969. Ministério do Interior. Sudene. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1967

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente - IBAMA. Resolução CONAMA 01/1986. Dispõe sobre o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: set. 2012. _____. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo. Brasília, DF, 18, abr. 1990.

_____. Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 11, set. 1997.

_____. Decreto nº 3.277 de 7 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 8, dez. 1999.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN Brasil*. Brasília, 2005.

_____. Ministério de Minas e Energia. *Potencial do incremento do setor mineral do nordeste*. Perfil do setor mineral do nordeste e análise das possibilidades de incremento da atividade mineral na região. SGM/ BANCO MUNDIAL/ BIRD. Brasília: MME, 2009a.

_____. *Perfil da Gipsita*. Brasília: MME, 2009b.

_____. Decreto nº 7.342 de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Poder executivo, Brasília, DF, 27, out. 2010.

_____. Ministério dos Transportes. *Relatório de Gestão*. Edições ano 2005 a 2011.

_____. Portaria Interministerial nº 340 de 2012. Dispõe as competências e os procedimentos para a execução do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Poder executivo, Brasília, DF, 04, jun. 2012.

_____. Decreto Interministerial nº 340 de 1 de junho de 2012. Dispõe sobre o Cadastro Socioeconômico para fins de identificação, quantificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, nos termos previstos no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 4, jun. 2012. Seção 1, p. 100.

_____. Ministério da Integração. *Apresentação Ferrovia Transnordestina*. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/projeto_transnordestina. Acesso em: Jan. 2013.

_____. Ministério do Planejamento. Informações sobre PAC1 e PAC2. Disponível em: <http://www.pac.gov.br>. Acesso em: Jan. 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Acesso aos processos n. 02001.000302/07-88 de 2007, 02001.000302/2007-88; 02001.004158/2007-59 e 02001.004159/2007-01

disponibilizado mediante solicitação formal de cópia ao IBAMA em 23 de julho de 2014.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008

CABRAL, R. *Impactos Sócio-Ambientais causados pela Transnordestina no município de Brejo Santo-CE*. Disponível em: <http://sociologosbr.blogspot.com.br/2010/08/impactos-socio-ambientais-da.html>. Acesso em julho de 2012.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CAMARGO, Aspácia. História das Ligas. Memorial das Ligas Camponesas. Disponível em: <http://ligascamponesas.blogspot.com.br/p/historia-das-ligas.html>. Acesso em: dez 2013.

CAMARGO, Paula. *A organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. Trabalho de Conclusão Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAMARGO, Pedro Veiga de. *Análise de um sistema de transporte ferroviário de granéis agrícolas através de uma abordagem integrada simulação-otimização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Paulo Pedro. A convivência com o semiárido como estratégia para o combate à desertificação: uma experiência no Sertão do Araripe . Alternativas, v. 9, n. 3, dezembro 2012. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2012.

CHAPADA. Consulta à apresentação institucional, projetos e ações. Disponível em: <http://www.chapadararape.org.br>. Acesso em: agosto de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatórios de Conflitos no Campo Brasil. Disponíveis em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/8-conflitos-/21-acompanhamento-dos-conflitos-no-campo>. Acesso entre 2012 e 2014.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. *Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”* Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília: CDDPH, 2011.

CEARÁ. Coordenadoria de Desenvolvimento Integração Regional - Projeto Cidades do Ceará I. *Anexo 5: Marco conceitual da política de reassentamento involuntário*. Fortaleza: SEPLAG, 2008.

CODEVASF Material de divulgação das ações. Material impresso. 2014.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

COMISSÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Comissão Episcopal de Pastoral. *Pastoral da Terra: posse e conflitos*. Ed. Paulinas: São Paulo, 1976.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo no Brasil*, Goiânia, Ano 1985 a 2013. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso entre Mai. 2011 e Abr. 2014.

_____. *Cadernos de Conflitos - Brasil 2007*. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2008. p. 143-148.

COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE S/A. *Apresentação Transnordestina*. Disponível em: <http://www.revistaferroviaria.com.br/nt2007/palestras/24-Out/CFN%20-%20Transnordestina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. *Informações sobre a Transnordestina S.A. e a Nova Transnordestina*. Disponível em: <http://www.csn.com.br> Acesso em: maio de 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Pesquisa Ferroviária CNT 2006. Brasília: Confederação Nacional do Transporte, 2007. Disponível em: <http://www.sistemacnt.org.br/pesquisacntferrovias/2006>. Acesso em: out. de 2011.

_____. *Informações sobre transporte ferroviário*. Disponível em: <http://www.cnt.org.br>. Acesso em: set de 2011.

COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

COUTINHO, Eduardo. Seis dias em Ouricuri. Produtor: Hélio Cardoso. Produção: Rede Globo. Rio de Janeiro, 1976. 1 documentário (40 min), 16mm, p&b. Disponível em: <http://docu.larevolucioneshora.com/>. Acesso em: 26 de mar. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985.

_____. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf. Acesso em mai. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Consulta aos processos minerários cadastrados no DNPM. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>. Acesso em: set. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Transnordestina. Brasília, DNIT: 2004.

_____. *Glossário do setor ferroviário*. Brasília, DNIT: 2011.

_____. *Informações sobre transportes no Brasil, especial o ferroviário*. Disponível em: www.dnit.gov.br. Acesso em janeiro de 2013.

DRUMOND, Marcos Antônio. *Licuri Syagrus coronata* (Mart.) - Documentos, 199. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2007. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/SDC199.pdf. Acesso em: dezembro de 2013.

EMPREITEIRO, Revista. *Transnordestina*: Logística própria para construir ferrovia no interior de PE. Disponível em: www.oempreiteiro.com.br. p.321-327. Acesso em: ago de 2011.

ENGERCOPS et al. *Elaboração do Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-árida*. Brasília: ANA;SPR, 2005. Relatório Técnico nº 1: Revisão 0/C – Maio/2005: 557-ANA ASA- RT-001.

ESTADO DE PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Caracterização histórica, social e econômica do município de Ouricuri. Disponível em: http://www2.transparencia.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=98754&folderId=285611&name=DLFE-16131.pdf. Acesso em? jan 2014.

ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 112-141, 1999. .

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Sujeição e Resistência* - Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

FECHINE, José Alegnberto Leite. *Análise estatística dos impactos das mudanças climáticas na bacia hidrográfica do rio Brígida* – PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório 2012 “Custo Brasil” e taxa de câmbio na competitividade da indústria de transformação brasileira*. São Paulo: FIESP, 2013.

FEITOSA, Cid Olival. *Economia sergipana: origem e desenvolvimento*. Biblioteca Virtual Eumed.com. s/d. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/index.htm>. Acesso em: fev. 2014.

FERRAZ, João Marcelo de Melo. *A nova ferrovia transnordestina e os arranjos produtivos locais do seu entorno em Pernambuco*. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

FICI, Ricardo Petrilho. *As ferrovias brasileiras e a expansão recente para o centro-oeste*.. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIDEPE. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. Ouricuri. Série Monografias Municipais. Recife, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - U.S.P., 1969.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. *O nordeste e a saga da Sudene : 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional o Brasil - Uma perspectiva histórica. *Revista Planejamento e Políticas Públicas* - PPP, nº 13, jun. IPEA, 1996. p. 184-214. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/about>. Acesso em fev. 2013.A142

GEREON, Pe. G. Transtornos e Caos na Transnordestina S.A. São Francisco de Assis do Piauí, 2010. In. *Sul do PI: Padre critica Governo sobre desapropriações na Transnordestina*. Portal Sul do Piauí. Disponível em:<http://www.suldopiaui.com/portal/noticias/piaui/12,4151,sul-do-pi-padre-critica-governo-sobre-desapropriacoes-na-transnordestina.html#.UJEWelI1-4I>. Acesso em: maio 2012.

GERMANI, Guiomar. *Os expropriados de Itaipu: o conflito, Itaipu x colonos*. Porto Alegre : Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manuel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n.1, p. 21-47, 1982.

HADDAD, P. R. (Org.) *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: Estudos de clusters*. CNPQ/ Embrapa, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Ferrovias do Brasil*. 1946/IBGE, Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. Transportes no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, São Paulo, 1964, jan./mar, p. 101-123.

_____. *Mapa Distribuição espacial da atividade canavieira nos Biomas Brasileiros* 2005. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Escala 1:5.000.000

_____. *Mapa Evolução da população escrava 1872*. IBGE: Rio de Janeiro, 2011. Escala 1:15.000.000

_____. *Censos Agropecuários*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Diversos acessos: set 2011; julho de 2012; janeiro 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. *Retificação da Licença de Instalação do Trecho Salgueiro a Trindade*. Disponível em: <http://transnordestinaambiental.com.br/site/wp-content/fotos/LI-548.08-Retificada.pdf>. Acesso em juho de 2012.

_____. Licença de Instalação do Trecho Salgueiro a Trindade da Ferrovia Nova Transnordestina, 2008.

_____. Licença de Instalação do Trecho Eliseu Martins a Trindade da Ferrovia Nova Transnordestina, 2009

_____. Licença de Instalação do Trecho Salgueiro a Porto Suape da Ferrovia Nova Transnordestina, 2009.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *O trabalho vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da modernização*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KUHRAU, Timotheus; COSTA, F. B. *Cabras, ovelhas e agricultores familiares - viabilizando a estabilidade de sistemas de criação animal no semi-árido*. Ouricuri: Caatinga, 2003.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições*, Pernambuco, 1962-1987. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Série Os economistas)

MARCOS, Valéria de. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. In: *Revista Nera*, Ano 8, n. 7, Presidente Prudente, 2005.

_____. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2006, Rio Branco. Anais... Comunicação Coordenada. Rio Branco: AGB, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. Anais...João Pessoa: AGB, 2002.

_____. Campesinato sertanejo e sua relação com a terra ao longo do tempo em Ribeira-PB. In. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AGB, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Expropriação e violência*. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. *Revista USP*, São Paulo, n. 63, p. 6-15, 2004.

_____. *O Cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. O Capital. *Col. Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAWAKDIYE, A. O nordeste nos trilhos do destino: Ferrovia promete transformar economia do interior nordestino. *Revista Problemas Brasileiros*. São Paulo, n. 420, mar/abr, 2012.

MME. Estudos para elaboração do Plano Duodecenal (2010 - 2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. MME: Brasília, 2009.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998. 2ª Ed.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAZÉ, Charles. Os burgueses à conquista do mundo 1780-1895. Coleção Rumos do Mundo. Editora Cosmos: Rio de Janeiro, 1965.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil. A gestação do conflito*. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processo de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Modo Capitalista de Pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*, São Paulo, n.3, p 21- 36, 1984.

_____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *A Geografia das Lutas no Campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia Revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005. p. 67-183.

_____. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. *Revista Terra Livre*, Goiânia, v. 26, p. 13-43, 2006.

_____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007.

_____. Acumulação e Expropriação: a geografia da violência no campo brasileiro 2008. In: *Conflitos no campo - Brasil 2008*. Goiânia: CPT, 2009, p. 101-109.

_____. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra - CPT. (Org.). *Conflitos no Campo Brasil 2010*. 1a.ed.Goiânia: CPT, 2011, v. 1, p. 55-62.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. ^a ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideo: Universidad de La República, 2009. v. 1. p. 01-15.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n.43, p.255-266, 2001.

_____. Camponês. *Revista Orientação*, São Paulo, n.8, p.102-104, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da Revolução: Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORRICO FILHO, R.; ARAGÃO, Joaquim. Infra-estrutura de transportes e desenvolvimento. Elementos para um modelo de gestão e mobilização da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005. p. 461-494.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PERNAMBUCO. *Pernambuco em dados: ano 2010*. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 2010.

PINTO, Estevão. *História de uma estrada-de-ferro no Nordeste*. Contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da Empresa "The Great Western of Brazil Railway Company Limited" e de suas relações com a economia do nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. *Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino*, o caso do Programa Um Milhão de Cisternas

no Município de Afogados da Ingazeira - PE. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHUVA, L. A oligarquia fazendo justiça com as próprias mãos - a Geografia da violência no campo brasileiro - 2007. In: COMISSÃO PRADO JÚNIOR, Caio. *Historia econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *A questão agrária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. Ação de desapropriação n. 2009.83.08.000563-1. Fazenda Nova, 100, Ouricuri. Desapropriação por utilidade pública decretada no âmbito da construção da Ferrovia Nova Transnordestina, 2009.

PROJETEC. Informações sobre os projetos da empresa, com destaque aos estudos de viabilidades voltado a empreendimentos de grande porte no Nordeste. Disponível em: <http://www.projetecnet.com.br/index.php?i=23>. Acesso em: jul. 2013.

PROJETO DOM HELDER CAMARA. Consulta à apresentação institucional, projetos e ações. Disponível em: <http://www.projetodomhelder.gov.br/site>. Acesso em: agosto de 2013.

RAZERA, A.; CAIXETA-FILHO, José Vicente. Perspectivas da ferrovia Transnordestina como elemento integrador do sistema de transporte da região nordeste. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9, 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2001. p. 157.

RENÉE, Pereira. R\$ 1 bi mais cara, Transnordestina, enfim, avança. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 Dez. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,r-1-bi-mais-cara-transnordestina-enfim-avanca,658241,0.htm>. Acesso em: 22 Set. 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Campesinato: resistência e mudança. O caso dos atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFMG, Belo Horizonte, 1993.

RIGGER. *Obra Transnordestina*. Disponível em: <<http://www.rigger.com.br/?p=193>>. Acesso em: 22 set. 2011.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. *Sertão no plural: da linguagem geográfica ao território da diferença*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RUFINO, Márcio Ulisses de Lima et al. Conhecimento e uso do ouricuri (*Syagrus coronata*) e do babaçu (*Orbignya phalerata*) em Buíque, PE, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*. V. 2, N. 4, pp. 1141-1149. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v22n4/a25v22n4.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

SÁ JUNIOR, Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 3, 1973.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental. Conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. SANTOS FILHO, José dos Reis. *Espaço e imaginário social a luta: a luta pela terra em Tucuruí*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, Roberto Diniz dos; MENEZES, Socrates Oliveira; SOUZA, Suzane Torta. *Novas configurações do espaço agrário nordestino: expansão do capital versus movimento e organizações sociais de luta pela terra e pelo trabalho*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

SÃO PAULO (Estado); SECRETARIA DOS TRANSPORTES; DER. *Política de reassentamento involuntário para obras rodoviárias: diretrizes básicas*. São Paulo: DER, 2008.

SCHIFINO, Antônio Carlos. *Uma abordagem das atividades agrárias: pequenos e médios proprietários rurais na "região de Ouricuri"*, Pernambuco. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

SDEC; PROJETEC. *Apresentação Ferrovia Ferrovia Transnordestina*. Recife: SDEC, 2010.

SHANIN, Teodor. *Chayanov e a questão do campesinato*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.

_____. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista*. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, 2005.

SILVA JUNIOR, José Plácido da. Falta de sintonia com o campesinato e afinidade com o agronegócio. In: *Conflitos no campo - Brasil 2012*. Goiânia: CPT, 2013, p. 141-147.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. *Luta pela terra, A Experiência e memória*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003.

_____. *Desenvolvimento Econômico e Transporte Ferroviário: Abordagem para o caso catarinense*. Ourinhos: Editora da UNESP, 2006.

SINDUGESSO. Dados sobre o setor de mineração de gipsita e indústrias de gesso. Disponível em: www.sindusgesso.org.br . Acesso em: mai. 2014..

SOUSA SOBRINHO, Jose de. *Brejos da Barra-BA: comunidades camponesas no processo de des-envolvimento no Vale do São Francisco*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade da terra*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Renival Alves de. *Considerações sobre crédito agrícola: o caso de Ouricuri, PE*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1985.

STÉDILE, João Pedro; SÉRGIO, Frei. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da classe operária inglesa I - A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 4ª edição

TRANSNORDESTINA AMBIENTAL. Informações sobre processo de licenciamento ambiental e programas socioambientais previstos no Plano Básico Ambiental. Disponível em: <http://www.transnordestinaambiental.com.br/>. Acesso em jul. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Desenvolvimento de infra-estrutura de transportes no Brasil. Perspectivas e desafios*. Edições 2006; 2007. Brasília: TCU, 2006; 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Juiz vai coordenar agilização de andamento processual. Notícia de maio de 2010. Disponível em: www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/imprimirNoticia.asp?id=6793. Acesso em março de 2013.

_____. Transnordestina - TJPE promove reunião entre os três poderes. Notícia de maio de 2010. Disponível em: www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/imprimirNoticia.asp?id=6713. Acesso em março de 2013.

_____. *Convocação: Seminário sobre a Ferrovia Transnordestina*. Notícia de julho de 2010. Disponível em: www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/imprimirNoticia.asp?id=6065. Acesso em março de 2013.

_____. TJPE participa de seminário sobre Ferrovia Transnordestina. Notícia de julho de 2010. Disponível em: www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/imprimirNoticia.asp?id=6070. Acesso em março de 2013.

_____. TJPE julga 95% das ações de desapropriação referentes à Ferrovia Transnordestina. Notícia de agosto de 2011. Disponível em: www.tjpe.jus.br/noticias_ascomSY/imprimirNoticia.asp?id=7619. Acesso em março de 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, Sérgio (Org.). *Meio-Ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: IPEA/PNUD, 1990, p. 179-211.

VALEC. Informações sobre ações e ferrovias associadas à VALEC, com destaque ao documento sobre a situação financeira da empresa pública. Disponível em: <http://www.valec.gov.br> e link de documento em http://www.valec.gov.br/documentos/demonstracao_financeira_2014/VALEC_Notas_Explicativas_2%C2%BA_2014.pdf. Acesso em: setembro de 2014.

VASQUEZ, Pedro. *Caminhos do Trem: apogeu, decadência e retomada da ferrovia no Brasil*. São Paulo: Duetto Editorial, 2008. Edições nº 1 a nº 6.

VENCOVSKY, Vitor Pires. *Sistema ferroviário e o uso do território brasileiro: uma análise do movimento de produtos agrícolas*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. *Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: Avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro*. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Instituto de Geociências, 2011.

VERDE, Rosiane Lima. *Acervo lítico e cerâmico da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil*. Nova Olinda: Memorial do Homem Kariri, 2006. Disponível em http://www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf. Acesso em janeiro de 2013.

VILLAR, L. B.; MARCHETTI, D. S. *Dimensionamento do Potencial de Investimentos do Setor Ferroviário*. BNDES, 2007. p.262-290. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2409.pdf. Acesso em setembro de 2011.

VILLEN, Antônio Carlos. *Imissão provisória na posse e depósito prévio na desapropriação por utilidade pública*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazaretn Braudel. *Capital e propriedade fundiária, suas articulações na economia de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Entrevistas gravadas realizadas em trabalho de campo – Julho de 2013

Antônio Ferrinho Rosa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR)

Elenilza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR)

Giovane Xenofonte (Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – CAATINGA)

João Henrique (Camponês, Delegado Sindical)

Paulo Pedro de Carvalho (Secretaria Municipal de Produção Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Ouricuri)

Entrevistas realizadas sem gravação em trabalho de campo – Julho de 2013

Elvio Galdino (Instituto Federal Sertão – Sede em Ouricuri – IF Sertão-PE)

Fernanda (Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA)

João Carlos Alves Siqueira (Agência de Defesa e Fiscalização de Pernambuco– ADAGRO)

João Willian (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE)

José Geovan Lima de Siqueira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

José Ranufo (Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA)

Lorilândio e Flávio Alex (Banco do Nordeste – BNB)

Material compilado em trabalho de campo

Caderno de Campo I (diário digitado), Ouricuri/Trindade, julho, 2013.

Caderno de Campo II (diário digitado), Petrolina, junho, 2014.

ANEXO A – MAPA ÁREA ABRANGIDA PELO SEMIÁRIDO, BRASIL, 2005

Semi-Árido Brasileiro - 2007 -

ANEXO B – MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO NO BIOMA CAATINGA
DE 2002 À 2008

Mapa de Distribuição do Desmatamento no Bioma Caatinga de 2002 à 2008

ANEXO C – CONTRATO DE CONCESSÃO DA MALHA NORDESTE À COMPANHIA
FERROVIÁRIA DO NORDESTE (1997)

CONTRATO DE CONCESSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, E A COMPANHIA FERROVIÁRIA DO
NORDESTE, PARA A EXPLORAÇÃO E DESEN-
VOLVIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE
FERROVIÁRIO DE CARGA NA MALHA NORDESTE.

A UNIÃO, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, por intermédio do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, inscrito no CGC/MF sob o nº 37.115.342/0001-67, sito na Esplanada dos Ministérios, bloco "R", neste ato representado por seu Ministro de Estado, Eliseu Lemos Padilha, e do outro lado a COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.281.836/0001-37, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Lauro Müller nº 116 - 36º andar, parte, no Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. Jorge Luiz de Mello, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 3394612-IFP/RJ e do CPF nº 510.709.017-68, residente e domiciliado em Volta Redonda/RJ, e seu Diretor, o Sr. Mario Brígido Junior, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 3204-SSP/CE e do CPF nº 041.617.263-68, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, cujos poderes decorrem do artigo 24 do seu Estatuto Social, e, na qualidade de titulares das ações representativas do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, os Srs. Jorge Luiz de Mello, já qualificado e Wagner Bittencourt de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 26.689-D CREA/RJ e do CPF nº 337.026.597-49, residente e domiciliado no Rio de Janeiro/RJ, procuradores da TAQUARI PARTICIPAÇÕES S.A., da COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e da COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, doravante denominadas simplesmente INTERVENIENTES, celebram o presente contrato, em decorrência do resultado da licitação pública, sob a modalidade de Leilão, realizada através do Edital nº PND/A-02/97/RFFSA, em 18 de julho de 1997, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, regido pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e suas alterações, dentro do processo de desestatização do referido serviço público prestado, até a presente data, pela Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

DO FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente contrato decorre de licitação sob a modalidade de leilão, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e reger-se-á pelas Leis ns. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 07 de julho de 1995, pelo Decreto nº 1.832, de 04 de março de 1996, pelas normas regulamentares pertinentes e pelo edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONCESSÃO para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da MALHA NORDESTE, constituída pelas atuais Superintendências Regionais de Recife (SR-1), Fortaleza (SR-11) e São Luís (SR-12), da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, à CONCESSIONÁRIA, outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997, conforme descrição constante do Anexo I deste Contrato.

Parágrafo 1º - Os trechos que ligam Souza (PB) a Mossoró (RN) e Ribeirão a Barreiros, no Estado de Pernambuco, que estão com o tráfego suspenso, serão automaticamente excluídos da CONCESSÃO se, no prazo de até 8 (oito) meses, contado da data de assinatura deste contrato, a CONCESSIONÁRIA não manifestar, por escrito, à CONCEDENTE, seu interesse em restabelecer a operação destes trechos. Em se verificando a manifestação do interesse da CONCESSIONÁRIA na operação dos referidos trechos, a CONCEDENTE autorizará a RFFSA a, no prazo de 30 (trinta) dias, incluir no Contrato de Arrendamento, através de aditivo, os bens operacionais de tais trechos, sem qualquer acréscimo ao valor do arrendamento.

Parágrafo 2º - A CONCESSÃO compreende também o direito de a CONCESSIONÁRIA explorar o TRANSPORTE FERROVIÁRIO nos trechos a serem construídos pela CONCEDENTE, que constituem os projetos denominados Ferrovia Transnordestina e Acesso Ferroviário ao Complexo Portuário do Pecém, e que se destinam a complementar a MALHA NORDESTE.

A CONCESSÃO do serviço público de TRANSPORTE FERROVIÁRIO na Ferrovia Transnordestina e no Acesso Ferroviário ao Complexo Portuário do Pecém será outorgada, desde logo, à CONCESSIONÁRIA da MALHA NORDESTE e sob condição suspensiva cumulada com opção. A condição suspensiva é a construção, pela UNIÃO, e sem responsabilidade da CONCESSIONÁRIA da MALHA NORDESTE, de trechos que constam destes projetos. A opção é a faculdade outorgada à CONCESSIONÁRIA da MALHA NORDESTE de poder desistir, sem qualquer ônus, da CONCESSÃO de trechos da Ferrovia Transnordestina e do Acesso Ferroviário ao Complexo Portuário do Pecém, na medida em que sejam concluídos, quando notificada pela CONCEDENTE sobre o preço mínimo para receber e operar os respectivos conjuntos de bens operacionais.

Parágrafo 3° - Para esse fim, serão transferidos à CONCESSIONÁRIA, por parte da RFFSA, os bens operacionais de sua propriedade afetos à atual prestação do serviço concedido, através de contrato de arrendamento que ficará vinculado a este instrumento, de tal forma que nele se refletirão todas as alterações que a CONCESSÃO vier a sofrer.

Parágrafo 4° - A CONCESSIONÁRIA terá como objeto social a exploração do transporte ferroviário de carga, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, inclusive operações financeiras com seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta, salvo aquelas atividades que estiverem associadas à prestação do serviço público, seu objeto social, ou projetos associados, desde que sejam contabilizadas em separado em contas específicas, sempre com prévia autorização da CONCEDENTE, tais como:

- a) utilização da faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- b) exploração comercial, inclusive para propaganda, de espaços disponíveis nos imóveis operacionais;
- c) prestação de serviços de consultoria técnica;
- d) instalação e exploração de terminais intermodais;
- e) exploração de projetos imobiliários com aproveitamento de imóveis operacionais.

Parágrafo 5° - A CONCEDENTE poderá, em cada caso, fixar um valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA, entre 3% (três por cento) e 10% (dez por cento) da receita líquida de atividade autorizada, nos termos do Parágrafo Quarto desta Cláusula, distribuído da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para a UNIÃO e 95% (noventa e cinco por cento) para a RFFSA. O valor a ser pago será fixado pela CONCEDENTE, em cada caso, em função da natureza e da rentabilidade da atividade.

Parágrafo 6° - Quando a solicitação para exploração das atividades ressalvadas no Parágrafo 4° desta cláusula envolver o uso de bem arrendado da RFFSA, esta participará das negociações entre a CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DURAÇÃO DA CONCESSÃO

A presente CONCESSÃO terá duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da publicação do presente contrato, nos termos da Cláusula Vigésima Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

Em havendo interesse manifesto de ambas as partes, o presente contrato poderá ser prorrogado até o limite máximo total de 30 anos, a exclusivo critério da CONCEDENTE.

Parágrafo 1º - Até 60 (sessenta) meses antes do termo final do prazo contratual, a CONCESSIONÁRIA deverá manifestar seu interesse na prorrogação contratual, encaminhando pedido à CONCEDENTE que decidirá, impreterivelmente, sobre o pedido até 36 (trinta e seis) meses antes do término deste contrato.

Parágrafo 2º - A CONCESSIONÁRIA poderá pleitear a prorrogação da CONCESSÃO desde que não tenha sido reincidente em condenação administrativa ou judicial por abuso de poder econômico e tenha atingido e mantido a prestação de serviço adequado.

Parágrafo 3º - A partir da manifestação de interesse da CONCESSIONÁRIA, verificada sua conveniência e oportunidade pela CONCEDENTE, esta definirá as condições técnico-administrativas e econômico-financeiras necessárias à prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

A CONCESSIONÁRIA pagará pela CONCESSÃO a importância de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), equivalente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor do leilão, conforme estabelecido no Edital nº PND/A-02/97/RFFSA, efetivando os respectivos pagamentos de acordo com as instruções recebidas da CONCEDENTE.

4.1 - DA PRIMEIRA PARCELA

A CONCEDENTE declara já ter recebido o valor de R\$ 331.560,00 (trezentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais), equivalente a 5% (cinco por cento) da primeira parcela do lance vencedor do leilão, paga à vista quando da liquidação financeira do leilão, que conferiu e achou certa, da qual dá à CONCESSIONÁRIA plena e irrevogável quitação.

4.2 - DAS PARCELAS TRIMESTRAIS

O saldo não liquidado do lance vencedor do leilão será pago em 108 (cento e oito) parcelas trimestrais no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada uma.

As parcelas sofrerão reajuste, de acordo com a legislação aplicável, pela variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, e, no caso de sua extinção, pelo índice que a CONCEDENTE indicar para o reajuste das tarifas, tomada como data base a do vencimento da primeira parcela.

O vencimento da segunda parcela será no dia 15 (quinze) do mês seguinte ao encerramento do período de carência de 3 (três) anos, contados da data do vencimento da primeira parcela, e o de cada uma das 107 (cento e sete) parcelas restantes, sucessivamente, no dia 15 (quinze) do primeiro mês de cada trimestre contados da data do vencimento da segunda parcela.

CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIDADE DO SERVIÇO

5.1 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A CONCESSIONÁRIA deverá atingir, nos cinco primeiros anos, os níveis mínimos de produção anual abaixo discriminados, devendo prover os investimentos necessários ao atingimento de tais metas:

- 0,9 bilhões de toneladas.kilômetro úteis no primeiro ano;
- 1,2 bilhões de toneladas.kilômetro úteis no 2º ano;
- 1,5 bilhões de toneladas.kilômetro úteis no 3º ano;
- 1,7 bilhões de toneladas.kilômetro úteis no 4º ano; e
- 1,8 bilhões de toneladas.kilômetro úteis no 5º ano.

Parágrafo Único - A CONCEDENTE estabelecerá novas metas anuais de produção de transporte que deverão ser pactuadas com a CONCESSIONÁRIA para cada quinquênio subsequente. Para servir de subsídio ao estabelecimento de tais metas, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CONCEDENTE as projeções de demanda de transporte ferroviário, devidamente consubstanciadas por estudos específicos de mercado.

5.2 - DA SEGURANÇA DO SERVIÇO

A CONCESSIONÁRIA obedecerá às normas de segurança vigentes para a prestação do serviço objeto da CONCESSÃO e para a operação e a manutenção dos ativos a ela vinculados.

A segurança do serviço oferecido será avaliada precipuamente pela frequência da ocorrência de acidentes, medida pelo seguinte índice: número de acidentes/milhão de trens.quilômetro.

Parágrafo 1º - Para apuração do índice de segurança, serão considerados:

- número total anual de acidentes apurado de acordo com as normas NDSE 004 e NDSE 005, da RFFSA, conceituados e classificados de acordo com a norma NDSE 001, também da RFFSA; e
- o total de trens.quilômetro, por ano, de todos os tipos (carga, mistos, serviço e passageiros).

Parágrafo 2º - A CONCESSIONÁRIA deverá atingir as seguintes metas mínimas de redução do número de acidentes, tendo como referência o índice de 170 acidentes/milhão de trens.quilômetro registrado na **MALHA NORDESTE** em 1996, de acordo com o critério estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula, devendo prover os investimentos necessários ao atingimento de tais metas:

- 5% até ao final do 1º ano;
- 15% no 2º ano;
- 25% no 3º ano;
- 35% no 4º ano; e
- 40% no 5º ano.

Parágrafo 3º - A CONCEDENTE estabelecerá novas metas anuais, pactuadas com a CONCESSIONÁRIA, relativas à segurança do serviço por ela oferecido, para cada quinquênio subsequente.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO CONCEDIDO

A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer regularmente à CONCEDENTE as informações de caráter estatístico relativas ao seu desempenho. As informações e as respectivas periodicidades estão definidas no Anexo II deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS TARIFAS

A tarifa é o valor cobrado pelo transporte ferroviário de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino.

Parágrafo 1º - A CONCESSIONÁRIA poderá cobrar, pela prestação do serviço, as tarifas de seu interesse comercial, respeitados os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela CONCEDENTE, conforme tabela constante do Anexo III deste contrato. O limite mínimo das tarifas não poderá ser inferior aos custos variáveis de longo prazo.

Parágrafo 2º - As operações acessórias necessárias à prestação do serviço, tais como carga, descarga, transbordo, guarda de produto, serão remuneradas pela cobrança ao usuário de taxas adicionais, estabelecidas pela CONCESSIONÁRIA, que não constituirão fonte de receita alternativa.

Parágrafo 3º - Os valores das tarifas de referência constantes do anexo citado são reconhecidos pela CONCESSIONÁRIA como suficientes para a adequada prestação do serviço concedido e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

Parágrafo 4º - A tarifa para o usuário com elevado grau de dependência do transporte ferroviário será estabelecida através de contrato voluntário; caso não haja acordo, o usuário poderá solicitar à CONCEDENTE a fixação de tarifa específica, que leve em consideração os custos operacionais envolvidos.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E REVISÃO DAS TARIFAS

8.1 - DO REAJUSTE

A CONCEDENTE reajustará o valor das tarifas de referência, considerada a data base de 31 de março de 1997, na forma da lei, pela variação do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas e, no caso de sua extinção, pelo índice que a CONCEDENTE indicar para o reajuste das tarifas, com a finalidade de restaurar o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, sempre que o mesmo venha a ser quebrado em razão da alteração do poder aquisitivo da moeda.

8.2 - DA REVISÃO

Sem prejuízo do reajuste referido em 8.1, as tarifas de referência poderão ser revistas, para mais ou para menos, caso ocorra alteração justificada de mercado e/ou de custos, de caráter permanente, que modifique o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, por solicitação da CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo, ou por determinação da CONCEDENTE, a cada 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

9.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

- I) Manter em dia o inventário e registro dos bens vinculados à CONCESSÃO;
- II) Prestar contas da gestão do serviço à CONCEDENTE e aos usuários, nos termos do item XV desta Cláusula e da Cláusula Décima Segunda;
- III) Manter programas de treinamento de pessoal e de busca permanente de qualidade na prestação do serviço adequado;
- IV) Manter pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e em número suficiente para a prestação do serviço adequado;
- V) Adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar ou corrigir danos ao meio ambiente causados pelo empreendimento, observada a legislação aplicável e as recomendações da CONCEDENTE específicas para o setor de transporte ferroviário;
- VI) Recolher aos cofres públicos todos os tributos e contribuições incidentes sobre suas atividades e sobre os bens a elas vinculados;
- VII) Usar o Sistema de Gerenciamento Operacional (SIGO), desenvolvido e utilizado pela RFFSA, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, mediante condições operacionais a serem avençadas entre as partes, visando assegurar a integração do Sistema Ferroviário Nacional;
- VIII) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sem qualquer tipo de discriminação e sem incorrer em abuso de poder econômico, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

- IX) Cumprir e fazer cumprir as normas aplicáveis à ferrovia;
- X) Promover a reposição de bens e equipamentos vinculados à CONCESSÃO, bem como a aquisição de novos bens, de forma a assegurar prestação de serviço adequado;
- XI) Pagar as indenizações decorrentes da execução de obras, serviços e atividades necessárias à exploração da CONCESSÃO;
- XII) Participar, quando solicitada, do planejamento setorial visando à elaboração dos planos de expansão do Sistema Nacional de Viação;
- XIII) Manter os seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, compatíveis com suas responsabilidades para com a CONCEDENTE, os usuários e para com terceiros;
- XIV) Zelar pela integridade dos bens vinculados à CONCESSÃO, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em perfeitas condições de funcionamento e conservação, até a sua transferência à CONCEDENTE ou à nova CONCESSIONÁRIA;
- XV) Apresentar relatório anual, com as demonstrações financeiras, prestando contas do serviço concedido, bem como fornecer informações aos órgãos governamentais competentes nos prazos estabelecidos;
- XVI) Dar, anualmente, conhecimento prévio à CONCEDENTE de plano trienal de investimentos para atingimento dos parâmetros de segurança da operação da ferrovia e das demais metas de desempenho estabelecidas na cláusula quinta, a contar da data de assinatura deste contrato. Esses planos deverão indicar os projetos, seus custos e o cronograma de implantação, demonstrando os investimentos realizados no ano anterior. O primeiro plano deverá ser apresentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura deste contrato;
- XVII) Averbar no Livro de Registro de Ações Nominativas, à margem dos registros das ações vinculadas à composição do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, de propriedade dos INTERVENIENTES e dos seus sucessores, o seguinte termo: "Estas ações não podem ser oneradas, cedidas ou transferidas, a qualquer título, sem a prévia concordância por escrito da CONCEDENTE";
- XVIII) Promover as desapropriações necessárias e constituir servidões autorizadas pela CONCEDENTE;

- XIX) Prestar todo o apoio necessário aos encarregados da fiscalização da CONCEDENTE, garantindo-lhes livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO, bem assim o exame de todos os assentamentos gráficos, registros e documentos contábeis, demais documentos e sistemas de informações, concernentes à prestação dos serviços concedidos;
- XX) Assegurar, a qualquer operador ferroviário, durante a vigência do presente contrato, a passagem de até 2 (dois) pares de trens de passageiros, por dia, em trechos com densidade anual de tráfego mínima de 1.500.000 TKU/km;
- XXI) Cumprir e fazer cumprir os tratados, acordos e demais atos internacionais vigentes, no tocante ao transporte ferroviário;
- XXII) Garantir tráfego mútuo ou, no caso de sua impossibilidade, permitir o direito de passagem a outros operadores de transporte ferroviário, mediante a celebração de contrato, dando conhecimento de tais acordos à CONCEDENTE no prazo de 30 (trinta) dias. Serão definitivas as exigências que a CONCEDENTE venha a fazer com relação às cláusulas de tais contratos referentes ao controle do abuso de poder econômico e à segurança do tráfego ferroviário;
- XXIII) Manter as condições de segurança operacional da ferrovia de acordo com as normas em vigor;
- XXIV) Manter a continuidade do serviço concedido, salvo interrupção emergencial causada por caso fortuito ou força maior, comunicando imediatamente a ocorrência de tais fatos à CONCEDENTE;
- XXV) Submeter previamente à CONCEDENTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, bem como os contratos concernentes à aquisição e incorporação de empresas, que possam influir na composição do controle acionário;
- XXVI) Sub-rogar-se nos direitos e obrigações, aí incluídos os certificados de crédito de fretes futuros, decorrentes dos contratos relacionados no Anexo IV deste contrato e dos contratos referidos no parágrafo quarto da Cláusula Primeira do Contrato Regulador da Transição;
- XXVII) Submeter à aprovação prévia da CONCEDENTE qualquer acordo de acionistas e suas alterações, bem como a efetivação de qualquer modificação na composição de seu controle acionário;

- XXVIII) Abster-se de efetuar em seus livros sociais quaisquer registros que importem na oneração, na cessão ou transferência, a qualquer título, das ações vinculadas à composição do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, de propriedade dos INTERVENIENTES e seus sucessores, sem a prévia concordância por escrito da CONCEDENTE, enquanto não for extinta a CONCESSÃO;
- XXIX) Cumprir todas as obrigações estabelecidas no Contrato de Arrendamento;
- XXX) Prover todos os recursos necessários à exploração da CONCESSÃO por sua conta e risco exclusivos;
- XXXI) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento dos Transportes Ferroviários - RTF, aprovado pelo Decreto nº 1.832, de 04 de março de 1996.

9.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- I) Regulamentar os serviços concedidos e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- III) Intervir para garantir a prestação do serviço adequado;
- IV) Extinguir a CONCESSÃO nos casos previstos neste contrato;
- V) Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas;
- VI) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do presente contrato;
- VII) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos usuários;
- VIII) Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens que venham a ser necessários à CONCESSÃO;
- IX) Estimular a formação de associações de usuários para a defesa de interesses relativos aos serviços; e
- X) Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.

9.3 - DAS OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES

- I) Os INTERVENIENTES declaram que estão de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, que se obrigam a cumprir e fazer cumprir, bem como as normas legais e regulamentares pertinentes à prestação do serviço público de transporte ferroviário concedido, obrigando-se também a prover todos os recursos financeiros indispensáveis para que a empresa realize os investimentos necessários à manutenção e ao aperfeiçoamento deste serviço, sempre visando o atendimento adequado aos usuários.
- II) Os INTERVENIENTES se obrigam a celebrar acordo de acionistas, nos termos da lei, vedando a transferência, a cessão ou a alienação por qualquer forma ou título, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, total ou parcial, das suas ações vinculadas à composição do controle acionário da CONCESSIONÁRIA e/ou direitos de subscrição e/ou bonificação distribuída a qualquer título, sem a prévia e expressa concordância da CONCEDENTE.
- III) Na hipótese de transferência de ação integrante do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, o novo titular da ação firmará, no ato de assinatura do Termo de Transferência, declaração, em duas vias, de que conhece e se obriga a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato, ficando uma via com a CONCEDENTE e a outra com a CONCESSIONÁRIA, que a averbará no Livro de Registro de Ações Nominativas, à margem do respectivo registro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

São direitos da CONCESSIONÁRIA:

- I) Construir ramais, variantes, pátios, estações, oficinas e demais instalações, bem como proceder a retificações de traçados para a melhoria e/ou expansão dos serviços da malha objeto deste contrato, sempre com prévia autorização da CONCEDENTE, que se manifestará a respeito no prazo de 90 (noventa) dias;
- II) Ampliar a prestação do serviço concedido mediante a participação em projetos públicos ou privados que visem promover o desenvolvimento sócio-econômico da área onde se situa a malha objeto desta CONCESSÃO;
- III) Dar, em garantia de eventuais contratos de financiamento destinados a prover a recuperação, a conservação, a ampliação ou a modernização da ferrovia, bens de sua propriedade vinculados ao transporte ferroviário, bem como os direitos emergentes da CONCESSÃO até o limite que não comprometa a continuidade da prestação do serviço, com autorização prévia da CONCEDENTE;

- IV) Receber dos usuários, inclusive das administrações públicas federal, estadual ou municipal, direta e indireta, o pagamento de todos os serviços que lhe forem requisitados, obedecidas as tarifas de referência homologadas, com exceção, tão somente, do transporte gratuito dos prepostos da CONCEDENTE, quando em fiscalização do serviço concedido ou na realização de perícia em qualquer item do conjunto ferroviário e demais casos previstos em lei;
- V) Ter preservado o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato de CONCESSÃO;
- VI) Sem prejuízo de sua responsabilidade, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido;
- VII) Desenvolver sistema próprio de gerenciamento operacional que permita a integração do Sistema Ferroviário Nacional, a ser aprovado pela CONCEDENTE, hipótese em que poderá ser revisto o prazo previsto no inciso VII, do item 9.1, da Cláusula Nona. Os *softwares* implantados durante o período de CONCESSÃO serão de propriedade intelectual da CONCEDENTE; e
- VIII) Ser indenizada pela CONCEDENTE, quando da extinção da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula Décima Sexta deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São direitos e obrigações dos usuários:

- I) Receber serviço adequado;
- II) Receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para defesa de interesses individuais e coletivos;
- III) Obter e utilizar o serviço, observadas as normas da CONCEDENTE;
- IV) Levar ao conhecimento da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham ciência, referentes ao serviço prestado;
- V) Comunicar à CONCEDENTE os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços; e
- VI) Zelar pelo serviço público que lhe é prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico da CONCEDENTE ou por entidade com ela conveniada. Periodicamente, de acordo com norma regulamentar a ser estabelecida, será efetuada fiscalização por comissão composta de representantes da CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e dos usuários.

Parágrafo 1º - A ação de fiscalização da CONCEDENTE abrangerá também os contratos e acordos firmados pela CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo 2º - Para efeito do disposto nesta cláusula, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- I) Remeter, até 28 de fevereiro de cada ano, os dados estatísticos correspondentes ao ano anterior relativos à exploração do transporte ferroviário;
- II) Fornecer dentro dos prazos que lhe forem assinalados, quaisquer informações requisitadas; e
- III) Atender aos regulamentos e instruções relacionados à fiscalização técnica, comercial, contábil e econômico-financeira.

Parágrafo 3º - Sem prejuízo das sanções previstas, a CONCEDENTE poderá determinar reparações, melhoramentos, substituições e modificações, bem como a execução de medidas de emergência ou providências necessárias à normalização do serviço, estabelecendo prazos para sua realização.

Parágrafo 4º - A CONCESSIONÁRIA adotará, por um período mínimo de três exercícios, o Plano de Contas em vigor na RFFSA, devendo registrar e apurar, separadamente, os investimentos, os custos e os resultados decorrentes da exploração do serviço concedido.

Parágrafo 5º - A CONCESSIONÁRIA deverá manter regularmente escriturados, em moeda nacional, os seus registros e arquivos, de maneira a possibilitar a inspeção permanente da CONCEDENTE.

Parágrafo 6º - A CONCESSIONÁRIA encaminhará à CONCEDENTE, até 30 de abril de cada ano, suas demonstrações financeiras publicadas, acompanhadas de relatório circunstanciado sobre a prestação do serviço concedido durante o ano anterior e do relatório dos auditores independentes.

Parágrafo 7º - Anualmente, até 30 de junho, a CONCEDENTE comunicará à CONCESSIONÁRIA o resultado de sua análise da prestação do serviço no ano anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

A CONCESSIONÁRIA se obriga a atender às determinações da CONCEDENTE ou dos prepostos conveniados quanto ao fornecimento de meios para que os usuários efetuem suas reclamações. Esses meios, representados por documentos e procedimentos, serão aprovados pela CONCEDENTE.

Parágrafo 1º - Quando verificada pela fiscalização qualquer infração cometida pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas deste contrato, será lavrado auto de infração em duas vias, conforme modelo a ser estipulado pela CONCEDENTE, no qual será tipificada a falta cometida. A primeira via será retida pela CONCEDENTE e a segunda via entregue à CONCESSIONÁRIA ou remetida por via postal, na modalidade de aviso de recebimento, endereçando-a ao seu representante legalmente constituído.

Parágrafo 2º - A CONCEDENTE, com base no auto de infração, advertirá ou multará a CONCESSIONÁRIA, de acordo com a natureza da infração, fazendo-o diretamente ou remetendo o documento por via postal na modalidade de aviso de recebimento.

Parágrafo 3º - A CONCESSIONÁRIA terá 15 (quinze) dias úteis para pagar as multas, excluído o dia do recebimento da autuação e incluído o último dia.

Parágrafo 4º - O não pagamento de multas no prazo implicará o adicional de 10% (dez por cento) do seu valor acrescido de juros de mora de 1% ao mês.

Parágrafo 5º - A reiteração da infração dentro de um período de 120 dias implicará a duplicação do valor da multa.

Parágrafo 6º - O pagamento de multa não desobriga a CONCESSIONÁRIA de corrigir as faltas que lhes deram origem.

Parágrafo 7º - A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.

- Parágrafo 8º - A inadimplência reiterada das obrigações contratuais por parte da CONCESSIONÁRIA, reveladora de negligência contumaz, independente de sua gravidade, também será causa determinante da caducidade da concessão.
- Parágrafo 9º - A CONCEDENTE baixará normas complementares dos procedimentos necessários à efetivação do pagamento das multas.
- Parágrafo 10º - Contra as multas aplicadas, a CONCESSIONÁRIA terá direito a pedido de reconsideração, após o pagamento da respectiva multa, observado um prazo máximo de até 30 dias a contar do recebimento da autuação.
- Parágrafo 11º - Caso a CONCEDENTE não se manifeste no prazo de 60 dias, o valor da multa será devolvido à CONCESSIONÁRIA.
- Parágrafo 12º - Caberá, ainda, recurso à instância superior.
- Parágrafo 13º - A CONCESSIONÁRIA sofrerá advertência quando infringir qualquer das obrigações do Grupo I, descrito a seguir:
- Incisos I, II e III do Item 9.1 da Cláusula Nona.
- Parágrafo 14º - A CONCESSIONÁRIA sofrerá advertência ou será multada quando infringir qualquer das obrigações do Grupo II, descrito a seguir:
- Incisos IV a VII e IX a XVIII do Item 9.1 da Cláusula Nona.
- Parágrafo 15º - A CONCESSIONÁRIA será multada quando infringir qualquer das obrigações do Grupo III, descrito a seguir:
- Incisos XIX a XXI e XXIV a XXVI do Item 9.1 da Cláusula Nona.
- Parágrafo 16º - No caso de reincidência ou não solução de infração cometida, classificada no Grupo I, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à multa estabelecida para o Grupo II.
- Parágrafo 17º - No caso de reincidência ou não solução de infração cometida, classificada nos Grupos II e III, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à multa estabelecida para o Grupo III, aplicada em dobro.

Parágrafo 18º - O valor básico unitário da multa será equivalente ao da maior parcela fixa dentre as tarifas de referência homologadas para a malha, expressa em reais por tonelada. Ficam estabelecidos os seguintes valores de multas:

- Grupo II: 10.000 (dez mil) vezes o valor básico unitário
- Grupo III: 30.000 (trinta mil) vezes o valor básico unitário.

Parágrafo 19º - Por infringência do inciso XXXI do item 9.1 da Cláusula Nona deste contrato serão aplicadas as penalidades prescritas no capítulo V do RTF.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA INTERVENÇÃO

A CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO para assegurar a prestação do serviço concedido, bem assim para fazer cumprir as cláusulas contratuais, normas regulamentares e legais.

Parágrafo 1º - A intervenção far-se-á por decreto da CONCEDENTE, que designará um interventor, o prazo da intervenção, os objetivos e limites da medida.

Parágrafo 2º - A intervenção deverá ser concluída no prazo de até 180 dias.

Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a administração do serviço deverá ser devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo interventor.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A CONCESSÃO se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos:

- A) TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL
- B) ENCAMPAÇÃO
- C) CADUCIDADE
- D) RESCISÃO
- E) ANULAÇÃO
- F) FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

Parágrafo 1º - Dar-se-á a encampação sempre que, durante o prazo da CONCESSÃO, o interesse público determinar a retomada da prestação do serviço pela CONCEDENTE, mediante determinação legal específica e com o pagamento prévio da indenização que for devida.

Parágrafo 2º - A caducidade ocorrerá nos casos previstos no Artigo 38 e seus parágrafos, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na hipótese de inadimplemento financeiro do contrato de arrendamento.

Parágrafo 3º - A rescisão ocorrerá por decisão condenatória irrecorrível proferida em processo judicial de iniciativa da CONCESSIONÁRIA, com fundamento em descumprimento das normas contratuais pela CONCEDENTE.

Parágrafo 4º - A anulação da licitação, decidida em processo administrativo ou judicial, será determinante da extinção da CONCESSÃO, com apuração dos débitos e indenizações recíprocas que forem devidas, sua compensação e liquidação do saldo.

Parágrafo 5º - Em qualquer dos casos de extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA manterá a continuidade da prestação dos serviços nas condições estipuladas neste contrato até a assunção dos mesmos pela CONCEDENTE.

Parágrafo 6º - Em quaisquer das hipóteses de extinção da CONCESSÃO de que trata esta cláusula, a CONCEDENTE estipulará os procedimentos e os meios para a assunção da prestação do serviço sem quebra de sua continuidade.

Parágrafo 7º - O ato que extinguir a CONCESSÃO será determinante do encerramento da relação jurídica nascida do presente contrato, mas os bens operacionais continuarão vinculados à prestação do serviço concedido, sem prejuízo dos direitos da RFFSA, a qual agirá de comum acordo com a CONCEDENTE visando a continuidade da prestação do serviço.

Parágrafo 8º - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, no mesmo procedimento para licitação de nova CONCESSÃO, será feita a licitação do arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço e que não sejam de propriedade da CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA REVERSÃO E DA INDENIZAÇÃO

Com a extinção da CONCESSÃO, qualquer que seja a sua causa:

- I) Retornarão à CONCEDENTE todos os direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, junto com os bens de propriedade da CONCESSIONÁRIA e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CONCEDENTE por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido;
- II) Haverá a imediata assunção do serviço pela CONCEDENTE, que providenciará a ocupação das instalações e a utilização, por seus agentes, de todos os bens reversíveis e dos bens arrendados pela CONCESSIONÁRIA;
- III) Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CONCEDENTE pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da CONCESSIONÁRIA, depois de deduzidas as depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes de reavaliação. Tal custo estará sujeito a avaliação técnica e financeira por parte da CONCEDENTE. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente, descrita no Anexo V, não será considerada investimento para os fins deste contrato;
- IV) A CONCEDENTE procederá aos levantamentos e apurações dos valores residuais indenizáveis dos bens declarados reversíveis, fará as retenções e compensações cabíveis e as liquidações devidas, tudo nos termos da lei e do estabelecido neste contrato;
- V) Do valor da indenização que for devida à CONCESSIONÁRIA, a CONCEDENTE reterá todos os valores devidos pela CONCESSIONÁRIA à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e RFFSA, a qualquer título, inclusive os débitos referentes a penalidades por infrações contratuais, legais e regulamentares, tributos e contribuições, para liquidação de tais débitos de acordo com os processos em andamento ou a serem instaurados;
- VI) A CONCEDENTE, a seu critério, poderá assumir contratos da CONCESSIONÁRIA que julgar convenientes à continuidade da prestação do serviço adequado, fazendo as compensações que forem cabíveis;

VII) A CONCEDENTE, nos levantamentos de que trata o inciso IV acima, incluirá os inventários físicos dos bens reversíveis e dos bens arrendados da RFFSA, registrando seu estado de conservação, e reterá os valores necessários para a recuperação da degradação apresentada pelos referidos bens em decorrência de negligência da CONCESSIONÁRIA na sua manutenção.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

As partes deverão avençar, por escrito, as rotinas e procedimentos necessários para a administração da execução do presente contrato.

As partes declaram que todos os assuntos pertinentes à execução do presente contrato serão conduzidos pelos executores a seguir nomeados, os quais poderão designar executores auxiliares, com especificações das tarefas da competência estrita de cada um, fazendo as necessárias comunicações prévias, por escrito:

- a) pela CONCEDENTE - o titular do órgão competente da União para assuntos de transporte ferroviário;
- b) pela CONCESSIONÁRIA - os seus diretores;
- c) pelos INTERVENIENTES - os procuradores da Taquari Participações S.A., da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I) A CONCESSÃO tem caráter de exclusividade da exploração e do desenvolvimento do transporte ferroviário de carga pela CONCESSIONÁRIA na faixa de domínio da MALHA NORDESTE. A exclusividade não impedirá a travessia da faixa de domínio por outras vias, respeitadas as normas legais e as condições de operação da CONCESSIONÁRIA.
- II) A CONCEDENTE dará conhecimento à RFFSA, em tempo hábil, das alterações deste contrato, bem como de todos os fatos relevantes ligados ao seu andamento e execução que sejam de interesse da RFFSA, para a correspondente administração e execução do contrato de arrendamento.
- III) A CONCESSIONÁRIA somente poderá apresentar qualquer pleito se estiver em dia com todas as suas obrigações contratuais.

IV) Compõem este contrato os seguintes anexos:

- ANEXO I - Descrição da MALHA NORDESTE
- ANEXO II - Informações para o acompanhamento do serviço concedido
- ANEXO III - Tarifas de referência homologadas
- ANEXO IV - Relação de Contratos
- ANEXO V - Descrição dos bens que integram a superestrutura da via permanente.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DO MODO AMIGÁVEL PARA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

Na hipótese de divergência na interpretação de qualquer disposição do presente contrato, a CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA formarão, em cada caso, uma comissão de três membros, com a missão de solucionar o conflito de modo amigável, no prazo que lhe for assinado, obrigando-se, desde logo, a acatar a solução. Para esse fim, a CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA indicarão, cada uma, um membro e, de comum acordo, um terceiro membro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá sofrer alterações nos termos previstos nos artigos 57, 58 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 1998, ou da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, prevalecendo entre esses dois eventos o que por último ocorrer, com as despesas às expensas da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem de comum acordo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para conhecer e dirimir as controvérsias que possam surgir da execução do presente contrato.

221
ms

(Fls. 22 do Contrato de Concessão da Malha Nordeste)

E, por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato em 4 vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 31 de dezembro de 1997.

CONCEDENTE

ELISEU PADILHA
Ministro dos Transportes

CONCESSIONÁRIA

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste

MARIO BRÍGIDO JUNIOR
Diretor da Companhia Ferroviária do Nordeste

INTERVENIENTES

JORGE LUIZ DE MELLO
Procurador das Intervenientes

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
Procurador das Intervenientes

TESTEMUNHAS:

Nome: CESAR AUGUSTO MOTA E SILVA
CIC: 005.991.667-20

Nome: ARIOTTO
CIC: 062.469.237-04

ANEXO D – DOCUMENTOS ENVIADOS SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL EM
DECORRÊNCIA DOS EFEITOS DA SECA (2013)

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – S I N D E C

DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO AMERGENCIAL - DMATE

Município:

UF:

1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:	SIM	NÃO
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal	X	
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal ficou e está	X	
Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre	X	
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados	X	

Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:

- Perdas / quebra de safra – próximo dos 100%;
- Perdas dos rebanhos próximo dos 50%, por morte e vendas a preços muito baixos. Devido à grande escassez de alimentos e água. Impacto negativo direto sobre a economia familiar e do município;
- Significativo comprometimento do abastecimentos de água para consumo humano. Causando riscos à saúde a elevação dos gastos públicos;
- Comprometimento da segurança alimentar e nutricional das pessoas mais empobrecidas, especialmente as crianças e idosos que mais vulneráveis.

2. Informações Relevantes sobre o desastre

HISTÓRICO DE DESASTRE	SIM	NÃO
Este tipo de evento já ocorreu anteriormente	X	
Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente	X	

Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial:

A estiagem normal ocorre todo ano durante 6 a 8 meses. As grandes secas são periódicas, com o histórico mostrando uma grande seca a cada 7 ou 8 anos. Do ano 1.500 até hoje já foram registradas 72 grandes secas, portanto, é um evento perfeitamente previsível. O caráter emergencial ainda prevalece devido à insuficiência nas ações e políticas estruturantes para uma convivência digna e sustentável com semiaridez. As ações estruturantes dizem respeito a estoques e gestão de água e alimentos, infraestrutura produtiva e social, assistência técnica e extensão rural adequada e sistêmica, educação formal escolar e profissionalizante contextualizada e adequada às especificidades da região.

3. Informações sobre capacidade gerencial do Município

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	SIM	NÃO
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município	X	
O município possui COMDEC ou órgão correspondente	X	
Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido		X
Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município		X
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual		X
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA		X
Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal	X	

Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre:

- Faltam recursos financeiros e humanos suficientes e qualificados;
- A problemática ainda é tratada de forma emergencial e extraordinária, mesmo sendo perfeitamente previsível;
- A maiores dificuldades atuais são: abastecimentos de água para o consumo humano e para a dessedentação dos animais; escassez de alimentos para os rebanhos; população ociosa; êxodo rural; aumento problemas de saúde da população.

4. Medidas e Ações em curso: Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.

4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS	S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública	S	X	20
Avaliação de Danos	N	X	-

Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)	S	X	100
assistência médica	S	X	10
Busca, resgate e salvamento	N	-	-
Segurança pública	S	X	20
Ajuda humanitária	S	X	20
promoção, assistência e comunicação social	S	X	10
Outros	-	-	-

Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados:

- Equipes para escavação, instalação e recuperação de poços e aguadas;
- Equipes das Secretarias Municipais de: Saúde, Educação, Ação Social e Obras
- Equipe de apoio nas ações manutenção e recuperação dos rebanhos.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO	S/N	NA	QUANT.
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte	S	X	20
Equipamentos e Máquinas	S	X	10
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos	S	X	Estimável
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	S	X	Estimável
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores	S	X	Estimável
Outros	-	-	-

Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados:

- Veículos para deslocamento de pessoal de campo – escavação, instalação e recuperação de poços; assistência técnica às famílias; transporte de água e alimentos para as pessoas e animais no meio rural (carros pipas);
- Perfuratriz de poços;
- Retroescavadeiras;
- Tratores esteiras;
- Cloro, filtros de água;
- Medicamentos e vacinas para as pessoas e animais.

4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal	S	X	Estimável
Oriundos de Fonte Extra-ornamentaria Municipal	S	X	Estimável
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG	S	X	Estimável
Oriundos de Outras fontes	S	X	Estimável

Descrever e/ou detalhar:

- Recursos para abastecimento de água: pipas, poços, adutoras, limpeza barreiros e outras aguadas;
- Recursos de fonte extraordinária: Governo Estadual (SARA/IPA – poços, ração para os animais, etc) , CODEVASF (poços, máquinas pesadas, barragens, cisternas), MDA (Garantia-safra, Crédito Estiagem), MAPA (milho da CONAB).

5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO	Assinatura
(Órgão municipal de Proteção e Defesa Civil) Nome: Paulo Pedro de Carvalho Telefone: (87) 3874 1258 Celular: (87) 9995 6936 Fax: (87) 3874 1258 E-mail: paulop1364@gmail.com	<div> </div> Antônio César Rodrigues Araújo Prefeito Municipal
Local e Data : Ouricuri/PE , 18 de Março de 2013

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR DE DESASTRE

1 - Tipificação

Código

Denominação

NE-SES

12401

ESTIAGEM

2- Data de Ocorrência

Dia Mês Ano
Horário

02

04

2013

--

3- Localização: UF: PE

Município: OURICURI

4 - Área Afetada: EM TODA ZONA RURAL E URBANA

5 - Causas do Desastre - Descrição do Evento e suas Características

A escassez aliada a má distribuição das precipitações pluviométricas em toda da Zona Rural e Urbana do território municipal, que vem causando déficit hídrico crescente para abastecimento humano, dessedentação animal e manutenção dos cultivos no período normal de plantio, comprometendo o desenvolvimento vegetativo / produtivo das culturas de grãos cereais em regime de sequeiro, acarretando perda da produção/produtividade. A redução e má distribuição significativas das precipitações pluviométricas que assolam toda área do município, vem caracterizando-se em níveis consideravelmente inferiores aos da normal climatológica, ocasionando colapso nas reservas hídricas de superfície e, como consequência deste desastre, resultam sérios danos humanos quanto ao abastecimento de água e, por sua vez, danos à saúde humana pela dificuldade de acesso à água potável e alimentação adequada que garanta a segurança alimentar e nutricional, assim como outros prejuízos econômicos e sociais derivados da quebra de produção e dificuldade de acesso às condições básicas de vida.

6 - Estimativa de Danos

Danos Humanos

Número de Pessoas

Danos Materiais

Número de Edificações
Danificadas

Destruidas

Desalojadas

--

Desabrigadas

--

Deslocadas

--

Desaparecidas

--

Mortas

--

Enfermas

--

Levemente Feridas

--

Gravemente Feridas

--

Afetadas

64.358

Residenciais

--

--

Públicas

--

--

Comunitárias

--

--

Particulares

--

--

Serviços Essenciais

Intensidade do Dano
Danificadas Destruidas

Abastecimento de Água

X

O

Abastecimento de Energia

O

O

Sistema de Transporte

O

O

Sistema de

O

O

Comunicações

7 - Instituição Informante

Nome do Informante

Cargo

Assinatura / Carimbo

Telefone

Dia Data
Mês Ano

Paulo Pedro de Carvalho

Secretário Mul. de Produção
Rural, Recursos Hídricos e
Meio Ambiente

02

04

2013

8 - Instituições Informadas

Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC

X

Coordenadoria Regional de Defesa Civil - CORDEC

O

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL – SEDEC

Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 6º Andar

Brasília/DF

70067-901

Telefones - (061) 223 – 4717

(061) 414 – 5802

(061) 414 – 5806

Telefax - (061) 226 – 7588

AVALIAÇÃO DE DANOS

1 - Tipificação

Código

Denominação

NE-SES

12401

ESTIAGEM

2- Data de Ocorrência

Dia Mês Ano Horário

02

04

2013

--

3- Localização

UF: PE

Município: OURICURI

4 - Área Afetada

Tipo de Ocupação

Não existe/
Não afetada

Urbana

Rural

Urbana e
Rural

Residencial

X

O

O

O

Comercial

O

X

X

X

Industrial

X

O

O

O

Agrícola

O

O

X

O

Pecuária

O

O

X

O

Extrativismo Vegetal

X

O

O

O

Reserva Florestal ou APA

X

O

O

O

Mineração

X

O

O

O

Turismo e outras

O

O

O

O

X

O

O

Descrição da Área Afetada:

EM TODA ZONA RURAL E URBANA

5 - Causas do Desastre - Descrição do Evento e suas Características

Heterogeneidade da distribuição das precipitações pluviométricas em toda Zona Rural e Urbana do território municipal que causou déficit hídrico no período de plantio, vegetativo / produtivo das culturas de grãos e cereais, acarretando perda da produção/produtividade e redução das precipitações pluviométricas que assolam o município, levando-o para níveis sensivelmente inferiores aos da normal climatológica, ocasionando a queda intensificada das reservas hídricas de superfície e como consequência deste desastre, resultam os danos humanos e prejuízos econômicos e sociais.

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL – SEDEC

Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 6º Andar

Brasília/DF

70067-901

Telefones - (061) 3223 - 4717

(061) 3414 - 5802

(061) 3414 - 5806

Telefax - (061) 3226 - 7588

6 - Danos Humanos Número de Pessoas	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Desalojadas	--	--	--	--	--
Desabrigadas	--	--	--	--	--
Deslocadas	--	--	--	--	--
Desaparecidas	--	--	--	--	--
Levemente Feridas	--	--	--	--	--
Gravemente Feridas	--	--	--	--	--
Enfermas	--	--	--	--	--
Mortas	--	--	--	--	--
Afetadas	20.566	38.196	4.715	881	64.358

7 - Danos Materiais Edificações	Danificadas		Destruidas		Total
	Quantidade	Mil R\$	Quantidade	Mil R\$	Mil R\$
Residenciais Populares	--	--	--	--	--
Residenciais - Outras	--	--	--	--	--
Públicas de Saúde	--	--	--	--	--
Públicas de Ensino	--	--	--	--	--
Infra-Estrutura Pública					
Obras de Arte	--	--	--	--	--
Estradas (Km)	--	--	--	--	--
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)	--	--	--	--	--
Outras	--	--	--	--	--
Comunitárias	--	--	--	--	--
Particulares de Saúde	--	--	--	--	--
Particulares de Ensino	--	--	--	--	--
Rurais	--	--	--	--	--
Industriais	--	--	--	--	--
Comerciais	--	--	--	--	--

8 - Danos Ambientais Recursos Naturais	Intensidade do Dano					Valor Mil R\$
Água	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Esgotos Sanitários	X	o	o	o	o	--
Efluentes Industriais	X	o	o	o	o	--
Resíduos Químicos	X	o	o	o	o	--
Outros	X	o	o	o	o	--
Solo	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Erosão	X	o	o	o	o	--
Deslizamento	X	o	o	o	o	--
Contaminação	X	o	o	o	o	--
Outros	X	o	o	o	o	--
Ar	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Gases Tóxicos	X	o	o	o	o	--
Partículas em suspensão	X	o	o	o	o	--
Radioatividade	X	o	o	o	o	--
Outros	X	o	o	o	o	--
Flora	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Desmatamento	X	o	o	o	o	--
Queimada	X	o	o	o	o	--
Outros	X	o	o	o	o	--
Fauna	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	--
Caça Predatória	X	o	o	o	o	--
Outros	X	o	o	o	o	--

9 - Prejuízos Econômicos			
Setores da Economia	Quantidade		Valor
Agricultura	produção		Mil R\$
Grãos/cereais/leguminosas	5.060	T	4.257,00
Fruticultura	--	T	--
Horticultura	--	T	--
Silvicultura/Extrativismo	--	T	--
Comercial	--	T	--
Outras	--	T	--
Pecuária	cabeças		Mil R\$
Grande porte	26.540	Unid	21.232,60
Pequeno porte	35.729	Unid	3.930,19
Avicultura	3.492	Unid	87,30
Piscicultura	--	mil unid	--
Outros	--	Unid	--
Indústria	produção		Mil R\$
Extração Mineral	--	T	--
Transformação	--	Unid	--
Construção	--	Unid	--
Outros	--	Unid	--
Serviços	Prest. de Serviço		Mil R\$
Comércio	--	Unid	--
Instituição Financeira	--	Unid	--
Outros	--	Unid	--

Descrição dos Prejuízos Econômicos

Os prejuízos referentes à agricultura correspondem a quebra de safra de 97% de milho, 95% de feijão, 100% de mamona, 75% de mandioca e 80% de sorgo. Totalizando perdas neste item na ordem de 5.060 toneladas, num valor aproximado de **R\$ 4.257.000,00**. Em consequência da grande escassez de chuva no período de plantio destas culturas.

Na pecuária os prejuízos são ainda mais vultosos, tendo em vista a aptidão e cultura territorial pela pecuária de grande e pequeno porte. Registrando prejuízos econômicos na ordem dos **R\$ 25.250.090,00**, sendo R\$ 21.232.600,00 de perdas de animais de grande porte (bovinos), R\$ 3.930.190,00 de animais de pequeno porte (caprinos, ovinos e suínos) e, ainda, R\$ 87.300,00 de aves. As perdas têm se dado em consequência de mortandade, principalmente, por escassez de alimentos e água, mas também pela venda forçada de animais a preços bem abaixo dos valores de mercado, pra não ver os animais morrerem em consequência da seca, que se prolongando desde o ano 2012.

10 - Prejuízos Sociais

Serviços Essenciais

Quantidade

Valor

Abastecimento d'Água

Mil R\$

Rede de Distribuição

--

m

--

Estação de Tratamento (ETA)

--

unid

--

Manancial

377.500.000

m³

755.000,00

Energia Elétrica

Mil R\$

Rede de Distribuição

--

m

--

Consumidor sem energia

--

consumidor

--

Transporte

Mil R\$

Vias

--

km

--

Terminais

--

unid

--

Meios

--

unid

--

Comunicações

Mil R\$

Rede de Comunicação

--

km

--

Estação Retransmissora

--

unid

--

Esgoto

Mil R\$

Rede Coletora

--

m

--

Estação de Tratamento (ETE)

--

unid

--

Gás

Mil R\$

Geração

--

m³

--

Distribuição

--

m³

--

Lixo

Mil R\$

Coleta

--

T

--

Tratamento

--

T

--

Saúde

Mil R\$

Assistência Médica

--

p.dia

--

Prevenção

--

p.dia

--

Educação

Mil R\$

Alunos sem dia de aula

--

aluno/dap

--

Alimentos Básicos

Mil R\$

Estabelecimentos. armazenadores

--

t

--

Estabelecimentos comerciais

--

estabelec.

--

Descrição dos Prejuízos Sociais Os prejuízos sociais perdas de água dos principais mananciais que abastecem, principalmente, as comunidades rurais. Devido a alta taxa e evaporação causada pelas altas temperaturas e baixa umidade do ar. Totalizando algo em torno dos 80.000.000 m³ de água de reservatórios para atendimento aos residentes e domiciliados nas comunidades da zona rural e urbana do município.					
11 – Informações sobre o Município					
Ano Atual			Ano Anterior		
População (hab): 64.358	Orçamento (Mil R\$): 120.000,00	PIB (Mil R\$): 380.000,00	Arrecadação (Mil R\$): 100.000,00		
12 - Avaliação Conclusiva sobre a Intensidade do Desastre (Ponderação)					
Critérios Preponderantes					
Intensidade dos Danos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Humanos	☐	☐	☒	☐	
Materiais	☒	☐	☐	☐	
Ambientais	☒	☐	☐	☐	
Vulto dos Prejuízos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Econômicos	☐	☐	☒	☐	
Sociais	☐	☐	☒	☐	
Necessidade de Recursos Suplementares	Pouco Vultosos	Mediamente Vultosos ou Significativos	Vultosos porém Disponíveis	Muito Vultosos e Não Disponíveis no SINDEC	
	☐	☐	☒	☐	
Critérios Agravantes	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Importância dos Desastres Secundários	☒	☐	☐	☐	
Despreparo da Defesa Civil Local	☐	☐	☒	☐	
Grau de Vulnerabilidade do Cenário	☐	☐	☒	☐	
Grau de Vulnerabilidade da Comunidade	☐	☐	☒	☐	
Padrão Evolutivo do Desastre	Gradual e Previsível	Gradual e Imprevisível	Súbito e Previsível	Súbito e Imprevisível	
	☒	☐	☐	☐	
Tendência para agravamento	Não			Sim	
	☐			☒	
Conclusão					
Nível de Intensidade do Desastre	☐ I	☐ II	☒ III	☐ IV	
Porte do Desastre	Pequeno ou Acidente	Médio	Grande	Muito Grande	
			☒		
13 - Instituição Informante					
Nome da Instituição COMDEC DE OURICURI - PE			Responsável Paulo Pedro de Carvalho		
Cargo	Assinatura	Telefone	Dia	Mês	Ano
Presidente		87 – 9995-6936	02	04	2013
14 - Instituições Informadas					
Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC		☒			
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil		☒			
Coordenadoria Regional de Defesa Civil		☐			
15 - Informações Complementares					
Moeda utilizada no preenchimento: Real			Taxa de conversão para o Dólar Americano: 2,128		

ANEXO E – LICENÇA DE INSTALAÇÃO N. 548/2008 – RETIFICAÇÃO – TRECHO
SALGUEIRO/PE A TRINDADE/PE (2008)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 548 /2008
(RETIFICAÇÃO)**

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente, nº. 151 de 4 de Maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2010, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no D.O.U de 27 de abril de 2007, o art. 8º, *caput*, e o art. 95, item VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U de 21 de junho de 2002; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação à:

EMPRESA: Transnordestina Logística S.A.

CNPJ: 02.281.836/0001-37

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL/IBAMA: 571125

ENDEREÇO: Av Francisco Sá, 4829

CEP: 60310-002

CIDADE: Fortaleza

UF: CE

TELEFONE: (85) 4008-2771

Fax (85) 4008-2620

REGISTRO NO IBAMA: Processo Nº 02001.005362/2006-14

Relativa a implantação do Trecho da Ferrovia Transnordestina, entre os municípios de Salgueiro/PE e Trindade/PE, conforme projeto executivo aprovado pela Resolução ANTT nº 2872/2008, sendo composto por dois lotes: Lote 02, com 63,82 quilômetros de extensão, percorrendo os municípios de Salgueiro, Terra Nova e Parnamirim, no estado de Pernambuco; e Lote 03, com 112,6 quilômetros de extensão, percorrendo os municípios de Parnamirim, Bodocó, Ouricuri e Trindade, no estado de Pernambuco.

Esta contemplada nesta licença a construção do Ramal Ferroviário do Canteiro Industrial, localizado no município de Salgueiro, com extensão de 3.400 m.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 04 (quatro) anos, a partir desta data, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

Brasília/DF,

14 OUT, 2008

Américo Ribeiro Tunes
Presidente do IBAMA
Substituto

**CONDIÇÕES DESTA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 548 / 2008
(RETIFICAÇÃO)**

1 – Condições Gerais:

- 1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA;
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde;
- 1.3. Qualquer alteração das especificações do projeto, ou da finalidade do empreendimento deverá ser precedida de anuência do IBAMA;
- 1.4. A renovação desta Licença deverá ser requerida num prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término da sua validade;
- 1.5. Esta Licença de Instalação não autoriza supressão de vegetação nativa nem qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente.

2 – Condições Específicas:

- 2.1. Comunicar, imediatamente, o início e o fim das obras ao IBAMA-Sede e SUPES do IBAMA no estado de Pernambuco;
- 2.2. Implementar, concomitantemente ao início das obras e após as adequações recomendadas no Parecer Técnico nº 111/2008–COTRA/CGTMO/DILIC e aprovação do IBAMA, encaminhando relatórios semestrais de acompanhamento, os Programas Ambientais apresentados, a saber:
 - Programa de Gestão Ambiental – PGA
 - Programa Ambiental para a Construção – PAC
 - Programa de Controle de Supressão da Vegetação – PCSV
 - Programa de Monitoramento da Fauna e Flora – PMFF
 - Programa de Monitoramento da Qualidade da Água – PMQAG
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
 - Programa de Controle e Monitoramento dos Processos Erosivos – PCMPE
 - Programas de Comunicação Social – PCS
 - Programa de Educação Ambiental – PEA
 - Programa de Controle da Saúde Pública – PCSP
 - Programa Social de Desapropriação e Reassentamento – PDR
 - Programa de Conscientização e Desenvolvimento Ambiental – PCDA
 - Programa de Ordenamento Territorial – POT
 - Programa de Adequação do Sistema Viário e Passagem de Fauna – PASVPF
 - Programa de Compensação Ambiental – PCAUC;
- 2.3. Para as obras de construção do Ramal Ferroviário do Canteiro Industrial, deverão ser implantados os Programas descritos na Nota Técnica nº 23/2011 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA, bem como estendidos os Programas citados na condicionante 2.2, no que couber.
- 2.4. Apresentar, em até 45 dias após o final das obras, o Relatório Final de obras, consolidando todas as informações apresentadas nos relatórios anteriores;
- 2.5. Complementar, antes do início das obras, e conforme as observações do Parecer Técnico nº 111/2008 – COTRA/CGTMO/DILIC, o Programa de Adequação do Sistema Viário e Passagem de Fauna - PASVPF com as seguintes inclusões: 1) indicações dos locais onde deverão ser instaladas as passagens de fauna, com justificativas; 2) solução ou justificativa para os 28 pontos de cruzamento que estão previstos para serem desativados sem solução alternativa; 3) detalhamento de intervenções fora da faixa de domínio para o deslocamento dos acessos existentes para as passagens previstas;
- 2.6. Apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência – PGR/PAE, baseado em Estudo de Análise de Risco que considere todos os tipos de cargas a serem transportadas pela ferrovia

CONDIÇÕES DESTA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 548 / 2008
(RETIFICAÇÃO)

(inertes e perigosos), as características de projeto e áreas sensíveis no traçado da ferrovia;

- 2.7. Apresentar Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna, para a fase de operação, com previsão para consolidação dos dados coletados, com estudo para identificação de pontos críticos e soluções a serem aplicadas;
- 2.8. Apresentar, antes do início das obras, a manifestação do IPHAN sobre o Programa de Identificação e Salvamento Arqueológico - PISA, bem como cópias das Portarias que autorizam a pesquisa e o salvamento;
- 2.9. As ações de salvamento arqueológico, bem como de demais atendimentos à legislação específica do patrimônio histórico, artístico e natural, devem preceder a execução das obras autorizadas por esta licença. Há necessidade de encaminhar ao IBAMA relatórios semestrais comprovando o atendimento às exigências do IPHAN;
- 2.10. Firmar, em 120 (cento e vinte) dias, junto a Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental, termo de compromisso para o cumprimento das medidas compensatórias, previstas no Art. 36, da Lei Nº 9.985/00, decorrente do significativo impacto ambiental identificado no processo de licenciamento, sob pena da suspensão dos efeitos desta licença;
- 2.11. Apresentar, em até 90 dias, manifestação do INCRA atestando a inexistência de Comunidades Quilombolas na Área de Influência Direta deste trecho, conforme indica o EIA/RIMA;
- 2.12. Apresentar, em até 90 dias, manifestação da FUNAI atestando a inexistência de Comunidades Indígenas na Área de Influência Direta deste trecho, conforme indica o EIA/RIMA;
- 2.13. Apresentar, em até 90 dias, manifestação do INCRA quanto à existência de Projetos de Assentamento ao longo do traçado da ferrovia;
- 2.14. As jazidas e caixas de empréstimo indicadas no projeto executivo estão contempladas nesta Licença de Instalação. No caso destas estarem localizadas fora da faixa de domínio, há necessidade do empreendedor requerer a Licença de Operação objetivando a sua exploração. Para as jazidas não contempladas no projeto executivo, o empreendedor deverá seguir os procedimentos do licenciamento ambiental ordinário, por meio de emissão de LP e LO;
- 2.15. Para as áreas de bota fora e os canteiros de obra, deverão ser observados os procedimentos de licenciamento ambiental ordinário, por meio de emissão de LI e LO;
- 2.16. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras, contendo a descrição do andamento das obras e previsão para o próximo semestre, documentação fotográfica comprobatória, e detalhamento das ocorrências ambientais registradas no período, bem como as medidas tomadas no seu atendimento;
- 2.17. Apresentar termos de compromissos com as Prefeituras Municipais que tenham seus limites jurisdicionais inseridos na área de influência direta do empreendimento ou atividade, que não possuam planos diretores e que sejam obrigadas a elaborá-los devido à realização do empreendimento ou atividade, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei nº 10.257/2001, comprometendo-se a prover os Municípios com os recursos técnicos e financeiros necessários para a elaboração dos referidos planos, conforme dispõe o § 1º do art. 41, respeitando-se o conteúdo mínimo previsto nos incisos I, II e III do art. 42 da Lei;
- 2.18. É expressamente proibida a deposição de material excedente de cortes e aterros, ainda que provisoriamente, em Áreas de Preservação Permanente, áreas úmidas e outras áreas ecologicamente sensíveis;
- 2.19. As áreas que sofrerem intervenções para a execução das obras deverão ser recuperadas logo após a conclusão dos serviços de terraplanagem, evitando que fiquem expostas ao intemperismo por tempo desnecessário. Os processos de revegetação deverão utilizar, preferencialmente, espécies autóctones;
- 2.20. Utilizar, preferencialmente, mão-de-obra oriunda dos municípios da região onde se inserem as obras.

ANEXO F – REGISTRO FOTOGRÁFICO DO TRABALHO DE CAMPO I

Figura 1 – Família na Fazenda Gravatá, Ouricuri (Julho de 2013)	3
Figura 2 – Obras para instalação da Ferrovia Nova Transnordestina - Fazenda Gravatá, Ouricuri (Julho de 2013)	3
Figura 3 – Propriedade de Elenilza – Plantio de palma forrageira para alimentar o gado bovino e caprino, Ouricuri (Julho de 2013)	3
Figura 4 – Doença que tem provocado a destruição dos cultivos de palma, Ouricuri (Julho de 2013)	3
Figura 5 – Propriedade de Elenilza – Família alimentando caprinos, Ouricuri (Julho de 2013)	3
Figura 6 – Sítio Abóboras, Trindade/PE, julho de 2013. Casas próximas à ferrovia em obras. Há processo Cível (Tutela Coletiva) sendo julgado em função dos impactos provocados pela Nova Transnordestina, envolvendo danos à saúde, ao sossego e à segurança da comunidade. Ademais, a SDEC avaliou que os proprietários não deveriam receber indenização pelas casas que não incidem na faixa de domínio, mesmo algumas delas estando a 1 metro distante do limite da mesma.	4
Figura 7 – Sítio Abóboras, Trindade/PE. A ferrovia separa as moradias de parte da área com produção agrícola.	4
Figura 8 – Feira semanal em Ouricuri (PE) ocorre aos sábados no centro da cidade. São comercializados principalmente alimentos, roupas, eletrônicos (como celulares) e utensílios domésticos. Nos demais dias da semana, há também barracas que comercializam alimentos, roupas e utensílios domésticos.	5
Figura 9 – Barraca de produtos agroecológicos na feira semanal em Ouricuri. Os produzidos foram produzidos Fazenda Tamboril, Ouricuri.	5
Figura 10 – Comercialização de produtos produzidos em Petrolina (PE). Caminhoneiro relata receio de violência e assaltos para roubo da carga e do caminhão.	5
Figura 11 – Sacas de feijão comercializado na feira semanal em Ouricuri. Feijão é adquirido na Bahia e revendido na feira.	5
Figura 12 – Frutas, como a laranja, são compradas nos projetos de irrigação em Petrolina e revendidas na feira semanal em Ouricuri.	5
Figura 13 – Casas localizadas próximas à ferrovia na Fazenda Nova, Ouricuri.	
Figura 14 - Durante as obras, os moradores continuam a utilizar as antigas vias. Porém, há incertezas para o momento de operação da ferrovia.	6
Figura 15 – A comunidade Fazenda Nova é uma das impactadas pela ferrovia. Destaque para ausência de acesso entre as duas partes que ficaram separadas.	6
Figura 16 – Ônibus alugado para transporte das sacas de milho adquiridas pelo da CONAB. Os camponeses utilizam diversos meios de transporte para transportar o milho da CONAB da Central de Distribuição Localizada em Ouricuri (PE) até suas comunidades. Em geral, os camponeses se articulam para alugar veículos coletivos.	7
Figura 17 – Ônibus alugado para transporte das sacas de milho adquiridas pelo da CONAB. Os camponeses utilizam diversos meios de transporte para transportar o milho da CONAB da Central de Distribuição Localizada em Ouricuri (PE) até suas comunidades. Em geral, os camponeses se articulam para alugar veículos coletivos.	7
Figura 18 – Próximo à BR-316 as terras têm sido parceladas e vendidas como “chácaras” para pessoas que residem na cidade de Ouricuri (PE) e desejam ter uma “casa de campo”.	7
Figura 19 – Dona Vicenza é uma das moradoras que mora na Fazenda Nova há mais tempo e é a responsável pela criação de um grupo escolar na comunidade. Nos primeiros anos, a escola funcionava em sua própria residência. .	8
Figura 20 – Mesmo com a seca, as famílias camponesas buscam manter uma quantidade mínima de animais de corte.	
Figura 21 – Galinhas, caprinos e ovinos são os animais mais comuns nas unidades camponesas.	8
Figura 22 – Residência da Vicenza na Fazenda Nova. Na maioria das unidades camponesas visitadas, o curral para os pequenos animais e a horta estavam localizados no entorno das casas. As cisternas para acondicionamento de água para consumo humano também se tornaram comum nessas unidades.	8

Figura 1 – Família na Fazenda Gravatá, Ouricuri (Julho de 2013)

Figura 2 – Obras para instalação da Ferrovia Nova Transnordestina - Fazenda Gravatá, Ouricuri (Julho de 2013)

Figura 3 – Propriedade de Elenilza – Plantio de palma forrageira para alimentar o gado bovino e caprino, Ouricuri (Julho de 2013)

Figura 4 – Doença que tem provocado a destruição dos cultivos de palma, Ouricuri (Julho de 2013)

Figura 5 – Propriedade de Elenilza – Família alimentando caprinos, Ouricuri (Julho de 2013)

Figura 6 – Sítio Abóboras, Trindade/PE, julho de 2013. Casas próximas à ferrovia em obras. Há processo Cível (Tutela Coletiva) sendo julgado em função dos impactos provocados pela Nova Transnordestina, envolvendo danos à saúde, ao sossego e à segurança da comunidade. Ademais, a SDEC avaliou que os proprietários não deveriam receber indenização pelas casas que não incidem na faixa de domínio, mesmo algumas delas estando a 1 metro distante do limite da mesma.

Figura 7 –Sítio Abóboras, Trindade/PE. A ferrovia separa as moradias de parte da área com produção agrícola.

Figura 8 – Feira semanal em Ouricuri (PE) ocorre aos sábados no centro da cidade. São comercializados principalmente alimentos, roupas, eletrônicos (como celulares) e utensílios domésticos. Nos demais dias da semana, há também barracas que comercializam alimentos, roupas e utensílios domésticos.

Figura 9 – Barraca de produtos agroecológicos na feira semanal em Ouricuri. Os produzidos foram produzidos Fazenda Tamboril, Ouricuri.

Figura 10 – Comercialização de produtos produzidos em Petrolina (PE). Caminhoneiro relata receio de violência e assaltos para rouba da carga e do caminhão.

Figura 11 – Sacas de feijão comercializado na feira semanal em Ouricuri. Feijão é adquirido na Bahia e revendido na feira.

Figura 12 – Frutas, como a laranja, são compradas nos projetos de irrigação em Petrolina e revendidas na feira semanal em Ouricuri.

Figura 13 – Casas localizadas próximas à ferrovia na Fazenda Nova, Ouricuri.

Figura 14 - Durante as obras, os moradores continuam a utilizar as antigas vias. Porém, há incertezas para o momento de operação da ferrovia.

Figura 15 – A comunidade Fazenda Nova é uma das impactadas pela ferrovia. Destaque para ausência de acesso entre as duas partes que ficaram separadas.

Figura 16 – Ônibus alugado para transporte das sacas de milho adquiridas pelo da CONAB. Os camponeses utilizam diversos meios de transporte para transportar o milho da CONAB da Central de Distribuição Localizada em Ouricuri (PE) até suas comunidades. Em geral, os camponeses se articulam para alugar veículos coletivos.

Figura 17 – Ônibus alugado para transporte das sacas de milho adquiridas pelo da CONAB. Os camponeses utilizam diversos meios de transporte para transportar o milho da CONAB da Central de Distribuição Localizada em Ouricuri (PE) até suas comunidades. Em geral, os camponeses se articulam para alugar veículos coletivos.

Figura 18 – Próximo à BR-316 as terras têm sido parceladas e vendidas como “chácaras” para pessoas que residem na cidade de Ouricuri (PE) e desejam ter uma “casa de campo”.

Figura 19 – Dona Vicenza é uma das moradoras que mora na Fazenda Nova há mais tempo e é a responsável pela criação de um grupo escolar na comunidade. Nos primeiros anos, a escola funcionava em sua própria residência.

Figura 20 – Mesmo com a seca, as famílias camponesas buscam manter uma quantidade mínima de animais de corte.

Figura 21 – Galinhas, caprinos e ovinos são os animais mais comuns nas unidades camponesas.

Figura 22 – Residência da Vicenza na Fazenda Nova. Na maioria das unidades camponesas visitadas, o curral para os pequenos animais e a horta estavam localizados no entorno das casas. As cisternas para acondicionamento de água para consumo humano também se tornaram comum nessas unidades.